

REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do Gel	São Paulo	v. 6	n. 1	p. 248	2009
----------------	-----------	------	------	--------	------

Diretoria do GEL/2007 a 2009

Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto
Presidente: Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Vice-Presidente: Fabiana Cristina Komesu
Tesoureira: Anna Flora Brunelli
Secretária: Sandra Denise Gasparini-Bastos

Revista do GEL

Departamento de Linguística da
FFLCH-USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 403
05508-900 São Paulo SP
revistadogel@gel.org.br
<http://www.gel.org.br/revistadogel>

Comissão Editorial Executiva

Alessandra Del Ré
Cristina Carneiro Rodrigues
Fabiana Cristina Komesu
Flávia B. M. Hirata-Vale
Gisele Cristina de Sousa
Luciana Gimenes
Olga Ferreira Coelho

Editora Responsável

Olga Ferreira Coelho

Revisão

Rosane de Sá Amado
Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

Normatização

Rosane de Sá Amado
Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

Diagramação e impressão

Editora Paulistana

Conselho Editorial

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (Unesp-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFPR), Kanavilil Rajakopalan (Unicamp), Lourenço Chacon (Unesp-Marília), Marco Antônio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdã), Pierre Swiggers (Universidade Católica de Lovaina), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Marchezan (Unesp-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (Unesp-SJRP), Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp).

Publicação semestral

Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do Gel / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1
(2004). São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São
Paulo, 2004

Semestral
ISSN 1984-591X

SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL 7

ARTIGOS / ARTICLES

AS FUNÇÕES DISCURSIVAS DA CAUSALIDADE

THE DISCURSIVE FUNCTIONS OF CAUSALITY

Sumiko Nishitani IKEDA e Fátima Beatriz De Benedictis DELPHINO 9

PERÍFRASE ASPECTUAL “PEGAR E + ...

ASPECTUAL PERIPHRAISIS “TO CATCH AND +

Sandro BRAGA 31

DA FORMAÇÃO DISCURSIVA À SEMÂNTICA GLOBAL: BREVE ANÁLISE DO TEMA
CORRUPÇÃO EM PROGRAMAS DE GOVERNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2006

FROM THE DISCURSIVE FORMATION TO THE GLOBAL SEMANTIC: A SHORT ANALYSIS OF THE SUBJECT

CORRUPTION IN GOVERNMENT PROGRAMS IN THE 2006 PRESIDENTIAL ELECTION

Roberto Leiser BARONAS e Regiana Perpétua MANENTI 61

EXISTE AUTORIA NA ORALIDADE?

AUTHORSHIP IN SPOKEN DISCOURSE?

Juliane da Silva BARROS 81

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA MASCULINIDADE EM UMA PRÁTICA DE
LETRAMENTO DIGITAL

THE CONSTRUCTION OF THE MALE DISCOURSE IN A DIGITAL LITERACY PRACTICE

Thayse FIGUEIRA GUIMARÃES 99

O ESTILO VISUAL DE PROGRAMAS TELEVISIVOS

THE VISUAL STYLE OF TELEVISION PROGRAMS

Dimas Alexandre SOLDI 121

AS CAPAS DE REVISTA: RELAÇÕES DIALÓGICAS

MAGAZINE COVERS: DIALOGIC RELATIONSHIP

Miriam Bauab PUZZO 135

AUTOAJUDA E ESOTERISMO: UMA SUGESTÃO TIPOLOGICA <i>SELF-HELP AND ESOTERIC LITERATURE: A TYPOLOGICAL SUGGESTION</i> Levi Henrique MERENCIANO	151
A QUALIFICAÇÃO DO DEVER: DIÁLOGO ENTRE A ANÁLISE DO DISCURSO E A ABORDAGEM FUNCIONAL <i>THE DEONTIC QUALIFICATION: DIALOGUES BETWEEN FUNCTIONAL GRAMMAR AND DISCOURSE ANALYSIS</i> Anna Flora BRUNELLI e Marize Mattos DALL AGLIO-HATTNER	179
A ARQUITETURA DE BAKHTIN: FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE POLIFONIA <i>THE BAKHTIN S ARCHITECTURE: FUNDAMENTS ABOUT THE NOTION OF POLYPHONY</i> João Marcos Mateus KOGAWA	191
<i>O HOMEM, DE ALUÍSIO AZEVEDO: MEDICINA E DOENÇAS NO RIO DE JANEIRO FIN-DE-SIÈCLE</i> <i>O HOMEM, OF ALUÍSIO AZEVEDO: MEDICINE AND ILLNESSES IN RIO DE JANEIRO FIN-DE SIÈCLE</i> Raquel Lima SILVA	209
A UNIVERSALIDADE EM <i>GRANDE SERTÃO: VEREDAS</i> E A NOÇÃO DE GRAMÁTICA UNIVERSAL <i>THE UNIVERSALITY OF GRANDE SERTÃO: VEREDAS AND THE NOTION OF UNIVERSAL GRAMMAR</i> Lorenzo VITRAL	231
RESENHA / REVIEW ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA <i>CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS</i> Maurício SILVA	241
ÍNDICE DE ASSUNTOS	243
SUBJECT INDEX	245
ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX	247

EDITORIAL

O fato de o GEL estar completando 40 anos motivou-nos a pensar na organização de um número especial, que pudesse representar mais um passo dado em busca da excelência desta *Revista*. Apesar de sua ainda curta existência, a *Revista do GEL* tem se caracterizado justamente pelo incessante aperfeiçoamento. Por isso, estamos muito satisfeitos em cumprir mais uma importante meta estabelecida em seu projeto inicial: apresentar, à comunidade do GEL e à comunidade de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que com ela dialoga, o primeiro número temático desta *Revista*.

A eleição do tema baseou-se em parâmetros essencialmente quantitativos: sabemos que as questões postas pelo texto e pelo discurso têm merecido atenção destacada nos estudos da linguagem no Brasil durante as últimas décadas, e que, no contexto da *Revista do GEL*, também tem havido uma presença forte e constante de tais questões, em provável reflexo da quantidade de pesquisadores a elas dedicadas no país. Assim, este número reúne doze artigos e uma resenha de algum modo inseridos nesse contexto, embora haja significativas distinções quanto a pressupostos teóricos, métodos e materiais explorados em cada um dos textos. Vejamos:

O artigo inicial procura caracterizar as escolhas léxico-gramaticais para a realização da relação causal e explicitar funções discursivas da causalidade no português. Em seguida, há um trabalho que aborda o verbo “pegar” em contexto perifrástico, procurando especificar a contribuição semântica dessa estrutura para os enunciados em que se insere. Parte dos enunciados analisados foi obtida em buscas pela internet. O terceiro estudo, por sua vez, analisa o tratamento do tema “corrupção” em programas de governo de candidatos a presidente do Brasil das últimas eleições

O quarto artigo discute a hipótese de existência de autoria na oralidade. Assumindo a natureza polêmica de sua proposta, a pesquisadora defende que a

autoria não seja característica do oral: onde se supõe sua presença, estariam em evidência marcas de letramento.

Concebendo letramento como prática social, a quinta contribuição enfoca-o no contexto cibernético, com o objetivo de entender processos de aprendizagem e modos de (re)construção de identidades de gênero e sexualidade particulares àquele contexto. O texto seguinte examina a composição do estilo visual de dois programas televisivos, enfatizando o papel de cores, luzes e cenários. Já o sétimo trabalho identifica relações dialógicas e vozes discursivas presentes na linguagem verbo-visual das capas de revista.

O oitavo estudo analisa o plano de conteúdo dos três livros de autoajuda e de esoterismo mais vendidos no Brasil, com vistas a sugerir uma tipologia discursiva para esses textos. Em interessante diálogo com o anterior, o nono artigo apresenta reflexões sobre o discurso de autoajuda, a partir da análise de enunciados deonticamente modalizados.

A décima intervenção versa sobre a constituição do conceito bakhtiniano de polifonia, a partir da análise de canção de Chico Buarque. No estudo subsequente, observa-se como Aluísio Azevedo, para compor um caso de histeria, recorre aos procedimentos científicos de sua época. No último artigo, propõe-se reflexão sobre a sintaxe criada por Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas*, levando-se em conta mecanismos da chamada Gramática Universal.

Por fim, alinhando-se tematicamente aos trabalhos que a antecedem, a resenha avalia livro dedicado à Análise do Discurso Crítica.

Esperamos que a experiência de organização deste número enriqueça nossos debates, que obviamente vão continuar a se dar, com a mesma intensidade, também a partir de números que acolham diferentes temas ao mesmo tempo. A expectativa de podermos alternar debates mais gerais com mais específicos é bastante animadora. Que venham outros temas!

Como em outras ocasiões, teria sido impossível publicar este número sem o apoio incondicional da Diretoria do GEL e o criterioso trabalho do Conselho Editorial, dos pareceristas *ad hoc*, da Comissão Executiva e da equipe técnica da *Revista do GEL*. A todos, nossos agradecimentos enfáticos e sinceros.

Olga Ferreira Coelho
Editora responsável

AS FUNÇÕES DISCURSIVAS DA CAUSALIDADE

Sumiko Nishitani IKEDA¹

Fátima Beatriz De Benedictis DELPHINO²

RESUMO: Muitas orações introduzidas por ‘conjunção subordinativa causal’ não são realmente subordinadas adverbiais causais: a conjunção *porque* pode introduzir três tipos de leitura da relação causal, segundo Sweetser (1991) de conteúdo, epistêmico e de ato de fala. Por outro lado, a relação causa-efeito nem sempre é sinalizada por meios tradicionais, podendo mesmo ocorrer implicitamente, caso em que o ouvinte precisa deduzir a conexão através do contexto. Além disso, a construção causal envolve funções discursivas: dentro da perspectiva dialógica da linguagem, ela emerge em geral depois de relações retóricas de contraste e negação ou, mais genericamente, depois de proposições que vão contra as expectativas partilhadas, de acordo com Ford (2000). Esta pesquisa busca caracterizar as escolhas léxico-gramaticais para a realização da relação causal, com base em Jordan (1998), bem como especificar as funções discursivas da causalidade no português, além das tradicionalmente conhecidas funções de explicação e de solução, estudadas no inglês por Ford (1994, 2000). A causalidade será enfocada na modalidade oral, em diálogos entre falantes da norma culta. A metodologia consiste na contagem das escolhas léxico-gramaticais para sua expressão, bem como de posterior classificação dessas realizações, tendo em conta sua função discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: Causalidade. Expressão da causalidade. Funções discursivas. Conversa.

¹ LAEL-PUC-SP, São Paulo, São Paulo, Brasil. sumiko@uol.com.br

² CCL-CEFETSP, São Paulo, São Paulo, Brasil. fatima.delphino@gmail.com

Introdução

A expressão das relações causais na linguagem é crucial para a comunicação, dizem Maat e Sanders (2000), e a conceituação da causalidade é um aspecto fundamental da cognição humana, e, sem muito risco de exagero, continua o autor, pode-se dizer que qualquer língua possui meios para expressar as relações causais. O que conhecemos, em geral, dessa relação é, no entanto, apenas a sua função sintática, pela qual uma oração encabeçada por conjunção subordinativa causal se subordina a outra, a oração principal. Já em sua função semântica, e em mais recente data, a relação causal passou a integrar os meios de coesão estrutural em relações orgânicas típicas de elo, que juntamente com outros elementos dão textura ao texto, como ensinam Halliday e Hasan (1989).

Porém, à luz de evidências da dialogicidade da linguagem, o estudo da causalidade em contexto interacional de conversa revela-a como fruto de negociação entre os interlocutores. Segundo Ford (1994), a conjunção *porque* emerge depois de relações retóricas de contraste e negação, ou, mais genericamente, depois de proposições que fogem da expectativa partilhada. Mas ela mesma afirma que o estudo chama por mais pesquisa. De fato, acreditamos que há muito a fazer em direção a uma descrição integrada (sintática, semântica, discursiva) com apoio em dados naturais para uma melhor compreensão da relação causal.

Por outro lado, Mann e Thompson (1986) notaram que algumas relações entre partes do texto não são sinalizadas: precisamos deduzir as conexões através dos significados das afirmações oferecidas no co-texto. Além disso, de acordo com Schleppegrell (1992), muitas orações introduzidas por ‘conjunção subordinativa não são realmente subordinadas, seja no sentido de conceito estrutural (o encaixamento de uma oração em outra), seja no sentido de construto informacional (ideia principal x secundária).

O presente estudo dá continuidade a um exame que vimos realizando a respeito das funções discursivas da causalidade (IKEDA; DOTTORI FILHO, 2006), em que, a partir de uma revisão das funções sintáticas (conjunções subordinativas) através de Almeida (1967), Rocha Lima (1969), Gama Kury (1970), Bechara (1973) entre outros, e funções semânticas (palavras e expressões com significado causal) (JORDAN, 1998), partimos para a descrição da função discursiva desse elemento, para o que consultamos Decat (1995), Moura Neves (2000), Abaurre, Pontarra e Fadel (2001 apud IKEDA; DOTTORI FILHO, 2006), para citar alguns autores.

Esta pesquisa busca caracterizar as escolhas léxico-gramaticais para a realização da relação causal, bem como especificar as funções discursivas da

causalidade no português, além das tradicionalmente conhecidas funções de explicação e de solução, estudadas no inglês por Ford (1994, 2000). A causalidade será enfocada na modalidade oral, em diálogos entre falantes da norma culta.

A metodologia, de cunho quantitativo-qualitativo, consiste na contagem das escolhas léxico-gramaticais para sua expressão, bem como da posterior classificação dessas realizações, tendo em conta sua função discursiva.

Justificativa

Acreditamos que uma parte da dificuldade do aluno em aprender as ‘conjunções subordinativas refira-se ao fato de: (a) não haver uma distinção nítida e aceita entre orações principal e subordinada (e.g. SCHLEPPEGRELL, 1992); (b) a causalidade poder ser expressa por outros termos além das consagradas conjunções, como, por exemplo, por: *em, com, depois de, e então*, etc. e poder também estar implícita (SPOOREN, 1997; GOHL, 2000), dependendo para a sua recuperação de inferências feitas através do *frame* (enquadre) que o interlocutor traz na sua relação com o texto; (c) existir leituras diferentes para a conjunção *porque* (SWEETSER, 1991; DANCYGIER; SWEETSER, 2000), (d) ter função discursiva, podendo, entre outras aplicações, ser usada para a manutenção da face dos interlocutores (BROWN; LEVINSON, 1987). O presente estudo enfocará, além da causalidade expressa, a causalidade implícita (item b) e as funções discursivas da causalidade (item d). Com isso, espera contribuir para caracterizar melhor as funções da causalidade no discurso e preencher “um vácuo na pesquisa sobre o uso dessas construções na interação falada”, segundo Gohl (2000).

Apoio teórico

A expressão da causalidade

As principais conjunções subordinativas causais, para Silveira Bueno (1956) e Said Ali (1964), que expressam a *causa* em relação à outra oração, são: *porque, que, pois que, porquanto, visto que, visto como, uma vez que, como, já que*, aos quais Silveira Bueno acrescenta: *de modo que, de maneira que, de forma que*, enquanto Said Ali acrescenta *por* e *pois*.

Jordan (1998) demonstra como os meios de sinalização de causa-efeito são usados em diferentes registros e em diversas situações gramaticais e textuais. Entre

as sinalizações discutidas, incluem-se indicações nulas (ou omissão de conectivo), preposições, advérbios de tempo, gerúndios e orações QU-, bem como itens lexicais de significado causativo como: *isto, causa, efeito, assim, daí, porque, devido a*. Diz o autor que muitos fatores limitam essas possibilidades de sinalização da relação causal, tais como: registro, comprimento da sentença, ênfase, pressuposição, variedade de sinalização, coesão e semântica associativa, complexidade gramatical e a necessidade de um novo tema. O autor mostra que, embora os sinais da relação causa-efeito sejam bem conhecidos, sabemos pouco sobre como e quando eles são empregados no uso da língua em situação real.

Sabe-se que itens lexicais como *causa* e *resultado*, continua Jordan, nem sempre indicam a presença da relação causa-efeito. Por outro lado, algumas relações de causa-efeito não são indicadas de forma explícita. Muitas outras aparecem subentendidas por meio de preposições: *em, depois de, com*, ou por meio da conjunção *quando*, e outras fornecem indicações de local e tempo que, dentro do significado total da comunicação, podem ser percebidas como indicação de causa-efeito, e de tempo também. Apresentamos a seguir exemplos de Jordan:

- (a) *elementos não-contíguos* com gerúndio como *resultando em, causando* (que é, em geral, encabeçado por *assim, por conseguinte*):
 - (1) Em geral, as partículas não tratadas se reúnem na parte inferior do conduto, (*assim*) *causando* aumento gradual de pH conforme a água descartada atravessa a linha.
- (b) *ligação anafórica*:
 - (2) Nós somos também o pioneiro em gerenciamento de centro-de-gravidade. Nosso sistema de monitoramento e controle de combustível, construído em cooperação com a Hercules Aerospace, é um *meio* de reduzir custos de combustível para jatos para os operadores.
- (c) *o que (pronome relativo)*:
 - (3) Os componentes da fumaça de cigarros danificam o interior das veias, *o que pode* levar ao desenvolvimento da arteriosclerose.
- (d) *assim*:
 - (4) A temperatura do combustível armazenado nos tanques do navio ou nos tanques da parte inferior aproxima-se da temperatura do mar, que raramente excede a 30° C, e *assim* a exigência da SOLAS é plenamente satisfeita quanto aos 40° do ponto de fusão do combustível.

- (e) *isto*:
- (5) O fato é que muitas fórmulas vitamínicas não são equacionadas adequadamente. *Isto* pode prejudicar a sua absorção.

- (f) *preposição*:
- (6) Os idosos também sofrem *dos* danos do fumo.

- (g) *ordem cronológica*:
- (7) Kenneth Gibson (82) foi morto ao anoitecer da quinta-feira, quando o seu Oldsmobile derrapou numa curva e bateu num hidrante.

- (h) *não sinalizada*:
- (8) Na noite de 21 de outubro, o Universe Leader, um navio-tanque de 93.000 toneladas, começou a carregar óleo cru no terminal Whiddy Island do Golfo. Na manhã seguinte, 2500 toneladas do óleo cru estavam na Baía de Bantry Bay, em vez de estar nos tanques do navio. Alguém tinha aparentemente deixado aberta a válvula por cerca de meia hora.

- (i) *no interior dos limites da oração gramatical*:
- (9) O aquecimento dos oceanos pode estar encolhendo o tamanho do salmão do Pacífico.

A propósito dos elos assindéticos, Gohl (2000) nota que esse é um instrumento frequente, especialmente na conversa informal. Nesse caso, é quase impossível especificar a relação de coerência que existe entre dois enunciados adjacentes sem olhar para a sequência mais ampla do contexto circunstancial (linguístico e não-linguístico) desses enunciados. No caso da presente pesquisa, apoiamos-nos na noção de registro e suas variáveis de campo, relações e modo (HALLIDAY, 1994) para o estabelecimento desse contexto.

Segundo Gohl, embora haja vários estudos sobre essas estruturas causais assindéticas (e.g. BLAKEMORE, 1987), elas ainda não foram empiricamente investigadas. Além disso, continua ela, há um vácuo na pesquisa sobre o uso dessas construções na interação falada.

A função da causalidade

Desde os estudos do círculo de Bakhtin (1997), o uso da língua é considerado dialógico por natureza. Relacionado a esse fato, fala-se em projetabilidade na

conversa. Esse termo é usado na análise da conversa para referir-se ao modo complexo pelo qual um participante é capaz de projetar a completude do turno do outro, evidenciado pela rapidez com que inicia o turno subsequente, sobrepondo-se por vezes à fala do outro.

Nesse contexto, sugere-se que na conversa haja uma negociação imediata e clara entre os interlocutores, o que leva a elaborações introduzidas por *porque*. Dentro dessa perspectiva, Ford (1994) examina a conjunção *porque* em contexto de uso, comparando discurso monológico e dialógico. Neles, a conjunção *porque* emerge, na maioria dos casos, em contextos altamente negociados, altamente interacionais, e, em geral, depois de relações retóricas de *contraste* ou de *negação* ou de *avaliações 'fortes'*, ou, mais genericamente, depois de proposições que vão contra as expectativas partilhadas, ou seja, de resposta não-esperada. Ela cita três funções de *porque*, nesse contexto: de *explicação*, de *extensão* e de *elaboração*.

Com relação a essa função após resposta não-esperada ou segunda ação não-preferida, Gohl (2000) cita vários estudos da análise da conversa (e.g. ATKINSON; DREW, 1979; HERITAGE, 1984; POMERANTZ, 1984; SACKS, 1974) que mostram que certas ações, em geral organizadas como primeiras partes de pares adjacentes, tornam relevante uma segunda ação. Essas segundas ações têm realizações alternativas, porém não equivalentes: uma realização é a preferida, a outra, a não-preferida. Depois de pedidos, sugestões, oferecimentos e convites, uma aceitação será a segunda ação preferida e não-marcada, uma rejeição será a segunda ação não-preferida. Assim, também, depois de avaliações, uma concordância será a resposta preferida, um desacordo será a não-preferida. As segundas não-preferidas exibem vários traços comuns, envolvendo atrasos, prefácios e explicações por parte do seu enunciador. Nesse sentido, a proposta de Longacre (1983) inclui a noção de relações 'frustradas', que é relevante ao ambiente discursivo de *porque*. A frustração, numa relação textual, envolve uma expectativa baseada em esquemas culturais ou *frames* não preenchida.

A relação mais importante para o contexto de *porque* no estudo de Ford (1994) foi a de contraste. Um contraste envolve trechos de texto que são incompatíveis com relação a algum traço do seu conteúdo. Em termos amplos, o contraste manifesta desacordos entre interlocutores. No caso de interlocutores envolvidos em uma interação face-a-face, surge, aí, a necessidade de *explicações* ou *soluções*, em que o falante esclarece o contraste, apresentando para o desacordo uma razão muito importante ou uma consequência, que, dessa forma, quer evitar. A autora analisa tipos de combinação retórica recorrente e esperável, que compõem

a maioria dos casos presentes nos seus dados: contraste seguido de explicação e contraste seguido de solução.

Em alguns casos ordens de autoridade, correção, falas específicas, certas ações parecem exercer uma força de atuação, pelo menos em parte, causando ausência de explicação ou de solução. Nesse caso, os contrastes podem ainda estar associados a explicações e soluções, mas o falante pode indicar a autoridade sobre o que está falando, produzindo estrategicamente um contraste não-elaborado por *porque*, ou pode, ainda, sugerir a existência de um problema como uma reclamação, e oferecer uma atitude de simpatia ao invés de uma tentativa de mitigação através de *porque*.

Para Gohl (2000), o achado de Ford sobre as explicações produzidas em contextos envolvendo algum tipo de contraste é apenas aplicável a parte do material analisado por Gohl, que envolve avaliações seguidas de explicações. A autora comenta que as avaliações contêm, em geral, marcadores lexicais ou frases que as tornam “fortes avaliadores”, como, por exemplo: *especialmente, realmente, muito, totalmente*, bem como certos adjetivos como *medonho, maravilhoso, brilhante*, ou *adjetivos na forma superlativa*, e.g., *pior*, e *expressões nominais* (e.g. Tudo virou um inferno.). Explicações depois de avaliações ‘fortes’ são mais frequentes do que explicações depois de avaliações mais ‘fracas’. Essa observação leva a concluir que não são os itens lexicais que são responsáveis pela produção de uma unidade explicativa, mas a ação realizada pela afirmação avaliativa.

Por fim, a autora afirma que os pedidos são atividades que ameaçam a face porque obrigam o receptor a fazer algo: ou na forma de ação verbal (fornecendo informação), ou na forma de ação não-verbal (fazendo algo). Esse formato torna os pedidos em ações sensíveis em termos conversacionais e por isso é provável que sejam seguidos por explicações. Da mesma forma, queixas e reprimendas requerem, em geral, uma explicação.

Metodologia

Dados

Este estudo analisou o inquérito 396, bobina 145 (CASTILHO; PRETI, 1987), que trata de uma entrevista documentada pelo Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil). O NURC “tem por finalidade documentar e descrever a norma objetiva do português culto falado no Brasil

(CASTILHO; PRETI, 1986, p. 2). No inquérito analisado, composto de 2074 linhas, com duração de 75 minutos, a entrevista, que tratou dos temas *vestuário* e *diversões*, contou com a participação de duas pessoas: L1 – homem, 81 anos, viúvo, dentista, natural de Jundiáí residente em São Paulo; L2 – mulher, 85 anos, viúva, professora, natural de Sorocaba, residente em São Paulo.

Procedimentos metodológicos

A metodologia, de cunho quantitativo e qualitativo, selecionou as relações causais existentes no texto transcrito, mesmo aquelas não introduzidas pelas conjunções subordinativas causais consagradas e que necessitam de recuperação de inferências feitas através do *frame* trazido pelos interlocutores, sob a perspectiva discursiva.

Para solucionar o problema metodológico apresentando pelas relações causais não sinalizadas, recorreremos à noção de registro, ou contexto situacional, da linguística sistêmico-funcional (HALLIDAY, 1994 e seus colaboradores), que, com suas variáveis de campo (assunto), relações (pessoas envolvidas na interlocução) e modo (a linguagem utilizada nesse contexto), ajuda a restringir a imprecisão decorrente dessa não-sinalização. Além disso, considerando que a compreensão se apoia em processos e princípios envolvidos na interação de vários tipos de conhecimento (GOATLY, 1997): (a) do sistema linguístico; (b) do contexto de situação e co-texto; (c) do sistema esquemático de experiência: factual e sócio-cultural) aliados aos processos e princípios inferenciais explicitados pela pragmática, julgamos que o problema não se coloca como insolúvel. Há, porém, casos mais difíceis de caracterizar, como o seguinte:

- (10) L1 [...] era um ponto de bonde se/ ... era um ponto de bonde o bonde parava ali ... então nós rapazes ficávamos ali para ver as moças descer ...
para ver dois dedos de perna das moças ... nada mais do que dois dedos ...

O exemplo (10) envolve relação de causalidade implícita: causa: ‘para ver a perna’ e efeito: ‘ficávamos ali’. Porém, ‘ver a perna’ seria um enunciado de conteúdo negativo? positivo? neutro? Depende, talvez, do ponto de vista de quem o enuncia, ou da época em que foi enunciado, ou, ainda, da faixa etária do ouvinte atual.

Como diz Bednarek (2005), a coerência não está no texto, mas no leitor que, com o seu conhecimento de mundo, o *frame*, traz coerência ao texto. Portanto, temos consciência de que nem todas as classificações que faremos a seguir terão a adesão do leitor desta pesquisa.

O Quadro 1 mostra um resumo dos casos que podem acarretar a ocorrência de *porque*, segundo Ford (1994). Em nossa análise, examinamos casos de causalidade envolvidos por outros elementos além do *porque*, bem como os casos de causalidade indicada implicitamente, sem o uso de termo específico.

Expectativa não compartilhada	Funções discursivas da causalidade
Contraste (antítese e concessão)	Explicação
Negação	Elaboração
Avaliação forte	Extensão

Quadro 1 As funções da causalidade (Ford 1994)

Em cada exemplo, apresentamos, entre colchetes, a classificação baseada em Ford (1994), no Quadro 1. A esse quadro acrescentamos os casos de CCs que explicam enunciados *positivos* e *neutros*, além daqueles negativos citados por Ford. Houve, também, um caso de enunciado expressando *ordem*. Há casos em que o mesmo exemplo é repetido, incluído em casos diferentes, por encerrar CCs diferentes.

Análise e discussão dos resultados

Iniciamos com o estabelecimento das variáveis de registro para minimizar, segundo ensina Goatly (1997), a interpretação nos casos menos evidentes de causalidade:

- (a) *campo*: vestuário e diversões da época em que os interlocutores eram jovens
- (b) *relações*: homem (81), viúvo, dentista; mulher (85), viúva, professora. Não há informação sobre o tipo de relacionamento entre os dois.
- (c) *modo*: entrevista oral

A seguir, apresentamos algumas ocorrências de CCs, iniciando com os casos explicitamente sinalizados, seguidos das CCs não sinalizadas. Os exemplos serão apresentados enumerados em sequência, juntamente com o número da linha em que ocorreu no texto original. Colocaremos entre parênteses, em cada exemplo, a função discursiva da oração encabeçada por *porque* em relação ao enunciado negativo? positivo? ou outro da oração principal. O enunciado que acarreta a ocorrência da CC está sublinhado.

Causalidade assinalada por *porque*

(com 49 ocorrências)

(11) (148 -156) [negativo]

(L2) usava chapéu bonito ...é...

(L1) chapéus... diversos tipos de chapéu (também) ...variava demais...

(L2) ()

Doc. uhn uhn

(L1) e:: inclusive para ir ao cinema...o que eh trazi/ cau/causava revolta para o cinema e

para o teatro *porque*::... chapéu muito grande atrapalhava os

(L2) é

(L1) detrás...

(12) (269-279) [negativo]

(L1) fosse colega () de muita intimidade... mas do contrário sem intimidade ele

difícilmente ele chegaria ...o rapaz iria tirar uma moça....ele estava sujeito a levar uma

(tábua) mesmo...

Doc. ((riso))

(L2) levava tábua né?

(L1) estava sujeito a levar *porque* as moças...eram muito mais...mais... bom os costumes

eram muito ma/ evidentemente as moças tinha de:: de sair

(13) (636-644) [avaliação forte]

(L1) até mil nó/até mil novecentos e quarenta todo mundo se conhecia em São Paulo...

Doc () éh::?

(L1) (rod/é verda/rodava pela) cidade éh::...rapazes todos se conheciam... depois de quarenta

não agora () a gente vai para a cidade não conhece mais ninguém:: em absoluto...*porque* ::foi tanta gente vindo de fora tantos tantos advenas...

(L2) estran::estrangeiros não é?

(14) e (15) (524-532) [negativo]

(L1) bem que os italianos nessa ocasião ainda não eram...não eram::...não tinham galgado

à...à:::...

(L2) à posição

(L1) é...galgado essa posição assim essa::...social *porque*:: estavam começando os

industriais lá daquele tempo...então não havia propriamente a não ser havia

::...uhn::al/alguns clubes italianos ainda eram relativamente

modestos...*porque*::...milionário aqui só existia nessa ocasião três o quatro...

(16) e (17) (1494-1500) [avaliação forte]

(L2) com ::um sapatinho de verniz com uma fivela...e quando começaram as aulas “você

aproveitar esses sapato ...ele disse e ele disse para mim “AH não eu vou jogar

fora...*porque* caçoam de mim...que eu uso ando muito::lorde ... “esse daí que você é lorde

(18) (558-562) [positivo]

Doc. Voltando ao...ao assunto...éh::os tecidos se adaptavam eram adequados ao nosso

clima...naquela época?

(L1) eram *porque* mesmo a mesmo as étami/as::o voile de lã era leve...não era pesado...era

muito leve...

(19) (580-584) [avaliação forte]

(L1) e o verão era um verão ah...forte evidentemente..mas não tão forte como hoje *porque*

sempre tinha...ah::...a::aragem das matas que cercavam São Paulo tornavam o clima mais ameno...mais firme e mais ameno...

(20) e (21) (1096-1104) [positivo]

Doc. Uhn uhn

(L2) quando ficou viúva...e::mas vovó não pagava *porque* vovó tinha casas depois...vovó

cedeu a ca::as...para o:: o: (isso) Macedo Soares...

Doc. Uhn uhn

(L2) *porque* ahn ah::ela tinha uma filha casada com o ::sobrinho do Macedo Soares...

De (22) a (24), vemos exemplos em que o *porque* justifica uma afirmação nem negativa nem positiva, mas neutra. Também esses exemplos não foram envolvidos pela pesquisa de Ford.

(22) (684-691) [neutro]

(L1) não eram turcos eram sírios libaneses et cetera...então:: quase todos eles se localizaram

na rua Vinte e Cinco de Março... que passou a ser considerada a rua vinte e cinco por

cento...(risos)...sabe por quê? então:: vinte e cinco por cento *porque* naquele tempo a

lei de falência...admitia que o sujeito fizesse uma concordata pagando até vinte e cinco

por cento do dos débitos::...

(23) (770-773) [neutro]

(L2) lá nós escolhíamos as roupas...porque tinha uma parte...que vovó criou desde

pequenina...duas...e tinha outras que vieram de Jundiaí com mamãe que veio para cá

também...

(24) (837-843) [neutro]

(L1) isso o me/ o Mappin é de mil noventa e e::...o Mappin ::....

(L2) não sei ::quanto...

(L1) o Mappin:: (Oeb)...foi:: é de mil novecentos Mappin Loeb *porque* no pra/no princípio era Mappin Loeb eram só joias...joias e pratarias...na rua Quinze de Novembro...

No exemplo (25), *porque* justifica um comando de ‘tomar banho’. Esse tipo de uso do *porque* não foi mencionado por Ford.

(25) (1448-1451) [comando]

(L2) e às vezes eles apareciam lá na porta todo sujinho de carvão...eu dizia Olha só...(eles) estão envergonhando vão vão vamos lá para casa tomar banho *porque* agora já acabou a aula né?...

Causalidade assinalada por *então*

(com 6 ocorrências)

(26) (6 e 9) [positivo]

(L1) Certo...*então*... bom pra escola [porque] ti/...ti/tinha uniforme...

(27) (131) [negativo]

(L1) [...] as primeiras que saíram de jupe culote foram vaiadas

(L2) .[porque] éh principalmente no interior eram ...vaiadas né?...

(28) L1 (327-331) [avaliação forte]

(L1) uma polícia só...a polícia militar*então* [porque] o guarda cívico quase todos eles era/eram portugueses...quase todos eram portugueses...raro o brasileiro...depois *então* foi suprimida a guarda cívica.

Causalidade indicada por *que*

(com 4 ocorrências)..

(29) (312-316) [negativo]

(L1) e de vez em quando mandavam alguns pro/alguma pra/algum soldado para espantar o coió *que* o coió estava um bocadinho...(mais)...mais expansivo lá vinha algum

(30) (658-659) [avaliação forte]

(L1) ...*que* hoje não existe mais hoje e::ra::o comércio ...pão pão queijo queijo

(31) (324-331) [neutro]

(L1) mas:...todo etc (ele é) o::serviço dele (ele é) o ::serviço dele era ::...vigi-
lância nas ruas

(e certos serviços)...praticamente...era uma polícia de vigilância ...*que*
[porque] tinha

outra polícia que era uma polícia só...a polícia militarentão o guarda
cívico quase

todos eles era/eram portugueses...quase todos eram portugueses...raro o
brasileiro...depois então [porque] foi suprimida a guarda cívica... e o
Washington criou a ::...guarda civil ...esse guarda civil que existiu até há
pouco tempo...

Causalidade indicada por *quando*

(com 2 ocorrências)

(32) (1096-1104) [neutro]

(L2) *quando* [porque] ficou viúva...e::mas vovó não pagava porque vovó ti-
nha casas depois...vovó

cedeu a ca::as...para o:: o: (isso) Macedo Soares...

Doc. Uhn uhn

(L2) porque ahn ah::ela tinha uma filha casada com o ::sobrinho do Macedo
Soares...

Causalidade indicada por *mas*

(com 5 ocorrências)

(33) (275-281) [positivo]

(L1) bom os costumes eram muito ma/evidentemente

Doc. é

(L1) muito mais

Doc. sei...

(L1) mais severos do que hoje...e::...

(L2) *mas* [porque] lá em casa tinha hora para estar na janela...uma certa hora
vovó

chegava olha...já está noitinha...

Causalidade indicada por *evidentemente*

(com 6 ocorrências)

(34) (56-57) [neutro]

(L1) calça paletó e colete evidentemente [porque] era falta de educação apa-
recer numa casa

de família... ou (nu/numa) reunião qualquer sem o::... se o colete

(35) (117-118) [negativo]

(L1) ... vestiam-se muito mais modestamente evidentemente [porque] ... usa-
vam chita e até no

calçado era diferente ...

Causalidade indicada por léxico causativo

(1 ocorrência)

(36) (148 -156) [negativo]

(L2) usava chapéu bonito ...é...

(L1) [porque] chapéus... diversos tipos de chapéu (também) ...variava demais...

(L2) []

Doc. uhn uhn

(L1) e:: inclusive para ir ao cinema...o que eh trazi/ cau/causava revolta para
o cinema e

para o teatro porque::... chapéu muito grande atrapalhava os

(L2) é

(L1) detrás...

Causalidade indicada sem termo específico

(com 31 casos)

Passamos a apresentar alguns exemplos de causalidade com indicação nula.

(37) (71-77) [negativo]

(L1) muito poucas moças iam usavam vestidos completos para...para o durante o dia...muito muito poucas...e::pela::pouco acima do...do que nós ali chamaríamos hoje
cano de bota cano das botinhas...não tinha: [porque] :aquele tempo não se usava
botinhas...usavam as moças usavam sapatos...e botinhas

(38) (254 -260) [negativo]

(L2) era muito namoradeira...mas no bai::le

(L1) de vassourinha

(L2) a gente não saía sem uma apresentação...

Doc. Por quê?

(L1) bailes::...[porque] não se dançava com a pessoa

(L2) sem uma pessoa conhecida apresentar::r o rapaz para a gente dançar não é?

(39) (574-576) [neutro]

(L1) e os casacos de astracã durante o inverno (etc)... [porque] e o inverno era firme é
realmente era firme eram três meses quatro meses de inverno no máximo...

[

(40) (875-877) [negativo]

L1 nem vestido de noiva feito existia [...] vamos dizer [porque] mais de noventa de noventa e cinco por cento era:::...feita nos costureiros ou feita pela pró/pró/própria família.

(41) (912-914) [neutro]

L1 o Canicceli e o Vieira Pinto...eram especialistas e...então::digamos aí [porque] já existia um pouco de moda a roupa acinturada...

(42) (1653) [negativo]

L1 [...] ficava um bocadinho cheirando café mas depois desaparecia ...

L2 é [porque] não tinha muito tintureiro não...

(43) (1680) [avaliação forte]

L1 tudo é novo... quer dizer que :: [porque] havia um espírito de economia...

Causalidade expressa pela sequência cronológica

(1 ocorrência)

(44) (622- 625)

(L1) [porque] ...houve a::...a invasão ::de São Paulo... (por)...por por pessoas::não só de fora... principalmente de fora...cresceu muito depois da guerra...imigração...e::...e do Norte sobretudo do Norte...então aí mudou mudaram-se os hábitos... [negativo]

Por isso (implícito)

(com 10 casos)

Neste caso, há uma inversão na ordem de aparecimento em relação às demais ocorrências: da causa vai-se à consequência. e.g. *havia muito mais::...dificulda ::de* (causa) e [por isso] *difícilmente um rapaz saía com uma moça* (consequência).

(45) (211-214) [avaliação forte]

(L1) e::as moças (quer dizer::) havia muito mais::...dificulda ::de de um ra/ rapaz

[por isso] (era) difícilmente um rapaz saía com uma moça...era muito difícil...a não

ser quando havia muita intimidade

(46) (324-331) [negativo]

(L1) mas::...todo etc (ele é) o::serviço dele (ele é) o ::serviço dele era ::...vigilância nas ruas

(e certos serviços)...praticamente...era uma polícia de vigilância ...que tinha

outra polícia que era uma polícia só...a polícia militar ...então o guarda cívico quase todos eles era/eram portugueses...quase todos eram portugueses...raro o brasileiro...depois então foi suprimida a guarda cívica... e [por isso] o Washington criou a ::...guarda civil ...esse guarda civil que existiu até há pouco tempo...

A análise da entrevista com L1 e L2 mostra que a causalidade foi expressa tanto através de itens lexicais quanto implicitamente, conforme os Quadros (2a e 2b), num total de 125 ocorrências. Alguns itens constituíram surpresa: ou porque nunca foram citados como relacionados à causalidade, como o item *evidentemente*, comum na fala de L1, sempre explicando afirmação de conteúdo neutro; ou porque sempre citados como sendo conjunção causal tiveram ocorrência mínima, como é o caso de *já que* ou nela, como: *uma vez que, porquanto, visto que*, ao menos da modalidade oral em conversa casual.

Se compararmos os quadros com os conectivos citados por Silveira Bueno (1956) e Said Ali (1964), verificaremos que os seguintes não estão nas suas listas: *então, evidentemente, mas, agora, para, depois, é que, CC indicada por sequência temporal e por léxico específico*. Quanto à relação de Jordan, os indicadores de CCs, *meio, assim, isto e preposição* não foram detectados em nossos dados.

Expressão da causalidade (80 ocorrências)											
porque	então	evidentemente	mas	que	agora	para	quando	depois	já que	é que	por
49	6	6	5	4	2	2	2	1	1	1	1
39%	5,1%	5,1%	4%	3%	1,5%	1,5%	1,5%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%

Quadro 2a Léxico que expressa causalidade

(cont.) Causalidade implícita (45 ocorrências)		
sequência temporal	léxico específico	indicação nula
1	1	43
0,8%	0,8%	34,5%

Quadro 2b Léxico que expressa causalidade

A análise mostra que na entrevista com L1 e L2 ocorreram 125 casos de CCs, distribuídos da seguinte maneira: 39,0% de CCs indicados por *porque*; 34,5% indicadores nu

Ocorrências de CCs após afirmação de conteúdo todas com função explicativa				
negativo	neutro	positivo	de avaliação forte	de comando
75	21	20	8	1
60,0%	17,0%	16,0%	6,0%	1,0%

Quadro 3 As funções das CCs na entrevista analisada

Conclusão

A pesquisa confirma, na maioria dos casos, o estudo de Ford, pois, de fato, as CCs ocorrem maciçamente (60,0%) após afirmação de conteúdo negativo. Porém há também casos não enfocados pela autora, ou seja, de CCs explicando afirmações de cunho neutro (17,0%) e positivo (16,0%) e de comando (1,0%). A autora diz que o *porque* pode encabeçar explicações, elaborações e extensões, mas em nossos dados só foram constatadas as explicações. De certa forma, essas três denominações são difíceis de ser semanticamente delineadas, já que uma explicação pode sempre ser elaborada e estendida, dependendo apenas de seu comprimento. Ford não elabora essa distinção; além disso, também não exemplifica o caso de *porque* encabeçar uma solução. Em nossos dados, não houve nenhuma evidência desse caso.

Por outro lado, levando em conta a variável de registro *relações*, talvez a pequena ocorrência de *porque* após avaliação forte se deva ao fato de os interlocutores serem pessoas idosas, que conversaram em tom amigável sobre assunto ameno – vestuário e diversões, de lembranças do passado – com a cerimônia que parece, em geral, marcar o comportamento de pessoas dessa faixa etária, especialmente em público. Assim, também o *campo*, em outro registro/gênero, deve apresentar diferenças na ocorrência de CCs, pois um assunto controvertido, discutido por pessoas de opiniões diferentes, provavelmente faria resultar um quadro diferente de CCs.

Esperamos que este estudo possa contribuir para esclarecer um pouco mais a natureza da expressão da causalidade, bem como as suas funções discursivas. Na verdade, o assunto é bastante amplo e necessita de um estudo mais detalhado que examinasse: (a) o conectivo que se liga mais frequentemente a cada um dos tipos de enunciado classificado acima; (b) a existência de CCs típicas da oralidade e da escrita.

IKEDA, Sumiko Nishitani; DELPHINO, Fátima Beatriz De Benedictis. The discursive functions of causality. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 9-30, 2009.

ABSTRACT: *A number of clauses introduced by a 'subordinating causal conjunction are not actually subordinate causal clauses: the conjunction because might introduce three type of interpretation of the causal relation, according to Sweetser (1991), namely content, epistemic and acts of speech. However, the cause-effect relation is not always signaled by traditional means, sometimes occurring implicitly case in which the listener needs to deduce from the context. Furthermore, the causal construction involves discursive functions: within the dialogic perspective of language, it generally emerges after rhetorical relations of contrast and negation or, more generically, after propositions that go against shared expectations. This research aims to not only the lexicogrammar choices for the realization of the causal relation, based on Jordan (1998), but also specify the discursive functions of causality in Portuguese, besides the traditionally known functions of contrast and explanation, studied in English by Ford (1994; 2000). Causality will be focused on in spoken language, in dialogs between speakers of standard cultivated speech. The methodology consists in counting the choices for its expression, as well as the later classification of these realizations, considering its discursive function.*

KEYWORDS: *Causality. Expression of causality. Discursive Functions. Conversation.*

Referências

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1967.

ATKINSON, M.; HERITAGE, J. (eds.) **Structures of Social Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

BEDNAREK, Monika A. Frames revisited - the coherence-inducing function of frames. **Journal of Pragmatics** 37.5 (685-706), 2005.

BLAKEMORE, D. **Semantic constraints on relevance**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BUENO, Silveira. **Dicionário Silveira Bueno**. São Paulo: Editora FTD, 1956.

CASTILHO, A. T.; PRETI, D. (orgs.) **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo** v.I. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor; São Paulo: FAPESP, 1986.

_____; _____. (orgs.) **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo** v.II. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor; São Paulo: FAPESP, 1987.

DANCYNGIER, B.; SWEETSER, E. Constructions with *if*, *since*, and *because*: Causality, epistemic stance, and clause order. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMAN, B. (eds.) **Cause Condition Concession Contrast**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 111-142.

DECAT, M. B. N. Relações Adverbiais e Gêneros do Discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 28. p. 19-36, 1995.

FORD, C. E. Dialogic aspects of talk and writing: Because on the interactive-edited continuum. **Text**, [S.l.], v.14. p. 531-554, 1994.

_____. The treatment of contrasts in interaction. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMAN, B. (eds.) **Cause Condition Concession Contrast**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 283-311.

GAMA KURY, A. da. **Lições de Análise Sintática**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1970.

GOATLY, Andrew **The language of metaphors**. NY: Routledge, 1997.

GOHL, C. Causal relations in spoken discourse: Asyndetic constructions as a means for giving reasons. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMAN, B. (eds.) **Cause Condition Concession Contrast**. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 83-110, 2000.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. Londres: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HERITAGE, John. **Garfinkel and Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984.

IKEDA, S. N.; DOTTORI FILHO, A. A. causalidade: análise de enunciados produzidos em uma reunião imobiliária. **Linguagem em Discurso**, São Paulo, v. 6, n. 2, 269-297, 2006.

JORDAN, M. P. Pragmatic, stylistic and grammatical limitations on choice – A study of cause-effect signalling in English. In: SÁNCHEZ-MACARRO, A.; CARTER, R. (eds.), **Linguistic choice across genres** – variation in spoken & written English. Amsterdam: Benjamins, p. 65-86, 1998.

LONGACRE, R.E. **The grammar of discourse**. New York: Plenum, 1983.

MAAT, H. P.; SANDERS, T. Domains of use or subjectivity? The distribution of three Dutch causal connective explained. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMAN, B. (eds.) **Cause Condition Concession Contrast**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 57-82.

MANN, W.C.; THOMPSON, S. A. Relational Propositions in Discourse. **Discourse Processes**, [S.l.], v. 9:1, p. 57-90, 1986.

NEVES, M.H. de M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessments: Some features of referred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, M.; HERITAGE, J. (eds.) **Structures of Social Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 57-101.

_____. Pursuing a response. In: ATKINSON, M.; HERITAGE, J. (eds.) **Structures of Social Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

ROCHA LIMA, C.H. da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1969.

SACKS, H. On the preferences for agreement and contiguity in sequences in conversation. In: BUTTON, G.; LEE, J.R. E. (eds.) **Talk and Social Organization**. Philadelphia: Multilingual Matters, 1987.

SAID ALI, M. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1964.

SCHLEPPEGRELL, M. Subordination & Linguistic Complexity. **Discourse Processes**, [S.l.], v. 15, p. 117-131, 1992.

SPOOREN, W. The processing of underspecified coherence relations. **Discourse Processes**, [S.l.], v. 24, p. 149-168, 1997.

SWEETSER, E. E. **From etymology to pragmatics** – Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

PERÍFRASE ASPECTUAL PEGAR E + ...¹

Sandro BRAGA²

RESUMO: Uma abordagem do verbo “pegar” em contexto perifrástico em que o primeiro verbo passa a funcionar não mais como indicador de ação, mas como operador que designa outra ação de modo imediato e inesperado.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica. Perífrase. Verbo Pegar.

Introdução

Quando pensamos na significação acerca do verbo³ “pegar” é possível relacionarmos aos seguintes significados abaixo arrolados. Lembro que a diversidade dos exemplos não esgota outras possibilidades de manifestação. Ou seja, os exemplos apontados são quantitativos e não exaustivos, como seguem: *segurar; levar; agarrar; prender; criar raízes, mexer; contrair; difundir; tocar; aderir; colar; entender; tomar; atropelar; funcionar...*

¹ Artigo produzido sob a orientação da Professora Dra. Roberta Pires/UFSC, na área de Semântica, com a finalidade de cumprir um dos requisitos exigidos para a qualificação de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Linguística/UFSC.

² UNISUL e Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, São José, SC, Brasil. san15@ig.com.br

³ A princípio estou chamando de *verbo*, mas para uma abordagem semântica seria melhor chamar de *predicado*.

Olhemos mais de perto o quadro geral de realização do verbo “pegar” tal qual nos seus sentidos dicionarizados (ou não). Esse verbo pode materializar-se com os seguintes usos:

- 1) André *pegou* Isabela no colo pela primeira vez.
- 2) Você *pegou* algo do escritório?
- 3) Na cobrança do pênalti, o goleiro *pegou* a bola com precisão.
- 4) A polícia *pegou* os sequestradores.
- 5) O galho *pegou* e cinco anos depois já fazia uma boa sombra.⁴
- 6) Não *pegue* nos objetos da senhora Matarazzo.
- 7) Semana passada *peguei* uma gripe.
 - 7.1) No fim de semana *peguei* um bronzeado legal
- 8) Usar sandálias havaianas *pegou* por aqui.
- 9) Não *pegue* em mim.
- 10) A etiqueta *pegou* na blusa.
- 11) A fita não *pega* mais.
- 12) Você *pegou* bem a noção de perífrase?
- 13) Que horas você *pegou* o ônibus?
- 14) O trem *pegou* o menino que brincava nos trilhos.
- 15) Se empurrar o carro, o motor *pega*.

Constata-se, numa primeira observação, que “pegar” apresenta significados distintos em cada uma das realizações acima, mantendo, no entanto, uma certa relação com a significação de “pegar”. O que me leva a pensar que, nesses casos, está se lidando com polissemia (sentenças 1 a 14)⁵. Na sentença 15 parece que se tem um exemplo de ambiguidade lexical. De qualquer forma, pode-se afirmar que tais manifestações apontam para níveis diferenciados de “pegar”: concreto e abstrato. Vejamos:

Esquema dos significados conforme o contexto acima exposto:

⁴ Nota-se que, na sentença (5), não se trata da estrutura “pegar e +...”, que apresentarei mais tarde. Nesse caso, o verbo “pegar” significa por ele mesmo e o conectivo “e” desempenha outra função.

⁵ Grosso modo relacionei essas sentenças como polissêmicas, mas deixo aqui minhas dúvidas quantos às questões 5, 8 e 14.

Pegar (pegou, peguei, pegue, pega...)	1	segurou (a criança)	concreto
	2	levou (algo)	concreto
	3	agarrou (a bola)	concreto
	4	prende (sequestradores)	concreto
	5	criou raízes/vingou	concreto
	6	mexa (nos objetos)	concreto
	7	contraiu (doença/bronzeado)	concreto
	8	difundiu-se (a moda)	abstrato
	9	toque (em alguém)	concreto
	10	colou/grudou	concreto
	11	adere (no mural)	concreto
	12	tomar/embarcar	concreto
	13	atropelou (o menino)	concreto
	14	entendeu (o assunto)	abstrato
	15	funciona (o motor)	concreto

Gostaria ainda de pensar nas sentenças em que a significação do verbo “pegar pode estar relacionada com o uso metafórico:⁶

16) Pare de *pegar* no meu pé.

Sentença ambígua: a) metáfora significando *pare de me perseguir* (portanto abstrato) b) *não pegue no meu pé* literalmente (concreto).

Após as observações acerca do uso de “pegar no português (do Brasil) gostaria de chamar atenção para as seguintes sentenças:

- 17) Pedro *pegou e* cortou o mal pela raiz;
- 18) *Peguei e* sabe aonde é que fui?;
- 19) *Pegou e* não falou comigo mais de um mês;
- 20) Marta *pegou e* saiu;
- 21) Estava lá vendo um filme, como não gostei *peguei e* fui dormir.

Essas ocorrências foram observadas no nosso dialeto (português brasileiro), primeiramente, na língua falada, em alguns lugares de Santa Catarina, sobretudo

⁶ Estou usando o termo metafórico num sentido geral. Não estou pensando no quadro teórico da semântica cognitiva, no qual muitos dos meus exemplos seriam metáforas, como por exemplo “Deitei e logo peguei no sono”.

no litoral. Esse uso assinala a existência da estrutura “PEGAR E + V2”, em que V2 significa um segundo verbo qualquer. Nota-se que é bastante comum o uso de “pegar e +” em nossa linguagem cotidiana.

Diante dessa estrutura “pegar e +” como podemos definir ou classificar tal construção? Qual é o estatuto que ela comporta? Qual o seu significado, uma vez que parece diferenciar-se de todas as possibilidades semânticas de ocorrências do verbo “pegar” nas sentenças de 1 a 15, sejam elas concretas ou abstratas? A questão é instigante, uma vez que essa estrutura diferencia-se ainda da sentença 16, portanto não importando se o verbo “pegar” é empregado num sentido polissêmico, ambíguo ou metafórico.

Trata-se, portanto, neste artigo, de tentar entender qual é a contribuição semântica dessa expressão. Nota-se que o uso dessa estrutura não se dá sem uma força semântica específica, por isso acredito não ser uma simples expressão idiomática. Seu uso faz com que uma certa ação seja desencadeada subitamente, o que caracteriza essa construção perifrástica como aspectual. Assim, sinalizo o impasse com a noção de perífrase aspectual.

Inicialmente não apresentarei uma noção de perífrase, pois tomá-la em sua conceituação já cristalizada de sintagma ou expressão mais desenvolvida ou idiomática que substitui outra poderá dificultar o estatuto para a proposta de perífrase aspectual. Tomamos primeiramente a idéia de sintagma (“pegar e + verbo 2”) atentando para o fato de que o primeiro elemento não possui semântica de verbo. Assim, apresentarei uma série de recortes a partir de um *corpus* específico para chegar à formulação de perífrase aspectual. A hipótese que vislumbro é que essa expressão opera como uma construção perifrástica aspectual, pois penso que ela mostra como acontece o evento internamente, como essa estrutura se dá, de forma inesperada. Assim, não se trata apenas de substituição de termos, mas de tomada de decisão repentina para realizar uma ação. No decorrer do artigo desenvolverei essa idéia.

Construção PEGAR E + ...

A construção “pegar e + ...” conserva autonomia estrutural nas sentenças, tanto na forma afirmativa quanto na negativa e na interrogativa. Observemos:

- 22) Pedro *pegou e* cortou o mal pela raiz;
- 23) Pegou e *não* falou comigo mais de um mês.

24) Peguei e sabe aonde é que fui?

No caso da negação (23) constata-se que o operador “não” atinge somente o segundo verbo “falou”, enquanto o primeiro, “pegou e”, mantém a forma afirmativa.

Com relação à sentença interrogativa (24), ocorre o mesmo processo: “peguei e + ...” permanece autônomo, ao passo que a interrogação recai sobre o verbo “saber”. “Sabe aonde é que fui?” No entanto, o mesmo parece não acontecer na sentença a seguir:

25) Ele pegou e saiu?

Parece que em (25) a pergunta incide sobre o todo, ou seja, pergunta se o evento de saída foi, de certa maneira, intempestivo. “Pegou e” parece estar funcionando como um tipo de advérbio (repentinamente) que indica como o evento ocorreu.

Observa-se que mesmo afirmando que a pergunta incida sobre o todo, a estrutura “pegar e +” ainda assim parece conservar autonomia. Se aplicarmos o teste à pergunta “Ele pegou e saiu?” a resposta mais provável será “sim” ou “saiu” ou ainda “sim, saiu”, mas não haverá resposta do tipo “pegou” ou “sim, pegou”.

O mesmo teste pode ser aplicado à sentença 25.1:

25.1) Foi ele que pegou e saiu?

A resposta a esse teste será “foi” ou “sim, foi”, não faz relação com a estrutura “pegar e +”.

Ressaltamos que o uso de “pegar e + ...” não se materializa nas seguintes situações:

26) * Pegou não e foi embora.

27) * Não pegou e foi embora.⁷

* Nessas posições, o operador “não” jamais é admitido pelos falantes.

⁷ Até poderia, mas só se for uma negação metalinguística.

MODO TEMPO PESSOA NÚMERO

A estrutura “pegar e + ... realiza-se com maior frequência no pretérito perfeito do modo indicativo nas 1ª ou 3ª pessoas do singular. Este é o quadro corrente do uso entre os falantes desse dialeto de onde partiu as primeiras observações. Assim, tem-se:

- 28) Ah! Peguei e fui pra casa.
- 29) Ele pegou e disse que não ia mais falar.

Mesmo acreditando que essa ocorrência seja mais produzida nas narrativas orais de 1ª e 3ª pessoa do pretérito perfeito do indicativo, parece ser possível tal realização em outras pessoas, tempos e modos. Para isso, apresentarei pesquisa de *corpus*⁸ realizada através de mecanismos de busca da Internet na qual a referida estrutura foi requerida em todos os modos, tempos e pessoas do Português do Brasil (PB) em que pudessem ocorrer. A pesquisa visa, também, a identificar o uso dessa expressão em outras localidades.⁹ Importante ressaltar que essa parece ser uma manifestação típica da oralidade, mas que, no entanto, aparece também na forma escrita, na maioria das vezes, preservando aspectos da oralidade.¹⁰

O quadro que passarei a apresentar obedecerá a uma classificação morfológica, porém chamarei atenção para as ocorrências de termos em que a semântica leva para outras significações (de tempo e modo).¹¹

⁸ As sentenças foram transcritas tais como encontradas nos *sites*.

⁹ Vale observar que a linguagem da Internet, sobretudo a dos *chats* e dos *blogs*, mesmo materializada sob a forma da escrita, mantém uma relação de semelhança muito próxima da linguagem oral.

¹⁰ As ocorrências em que aparece o verbo “pegar” seguido do conectivo “e”, mas que não constituem perífrases aspectuais foram desprezadas, como no exemplo:

a) Por incrível que pareça o fogo pegou e botamos umas linguiças para assar!
http://ccj.ufsc.br/p20/churrasco/14-06-2002_cco992/imagepages/image28.htm

¹¹ As ocorrências surgiram em números variados e estão registradas no levantamento do *corpus*, porém para fins de atender ao espaço destinado a esta publicação restringi, na maioria das vezes, a apenas um exemplo.

INDICATIVO
PRESENTE

1ª Pessoa/singular: “*eu pego e*”

- 30) Tava zuado os comentários naum sei pq, daí eu *pego e* faço todo o template de novo... resultado, os coments voltam a funcionar !! Só que qual é minha surpresa ??? Os coments param de funcionar de novo !!!
(<http://www.coisadevagaba.blogspot.com.br/>)

Nota-se que a estrutura “*pego e*” está no presente, mas, funciona no passado, como se fosse “*peguei e*”, ou seja tem a forma do presente do indicativo, mas semanticamente é um passado perfeito.

- 31) A família imperial, para sossegar os barões, em 1875, anos antes de fazer esse crime contra a raça negra disse: espera um pouco, nós vamos abrir uma imigração no mundo inteiro de gente que venha trabalhar; quando as fazendas estiverem todas acertadas *eu pego e* assino. E foi o que aconteceu no dia 13 de maio.
<http://www.bixiga.com.br/telas/oldbix.htm>

Alerto que aqui a estrutura “*pego e*” também está com morfologia de presente, em 1ª pessoa, no entanto indicando algo que aconteceu no passado. Interessante notar ainda que esse passado aponta para uma ação futura: “...vamos abrir uma imigração...”. Nota-se que mesmo com essa mescla de morfologias em tempos diferentes a semântica da sentença é de pretérito perfeito, como se fosse dito “A família *pegou e* assinou...”. Disso, quero dizer que a expressão pode manifestar-se nos dois tempos presente e passado.

2ª Pessoa/singular: “*tu pegas/pega*”¹² e (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “*você pega e*”

- 32) Eu vi na distribuicao do Slack e no motd tem apenas “Linux 2.4.20 que nem você tinha dito....”

¹² Quando a 2ª pessoa do singular aparece em *itálico* aponta para um registro não aceito pela normativa, porém, de possível manifestação por falantes do PB e, portanto, pesquisado.

Agora *você pega e* escreve dentro do motd o que *você* deseja escrever “amo o linux , sai salvando do arkivo e pronto...
(<http://www.vivaolinux.com.br/dicas/verDica.php?codigo=573>)

3ª Pessoa/singular: “*ele pega e*

Gostaria de chamar a atenção para a *possibilidade* de ambiguidade produzida por *algumas* sentenças. Acredito que na oralidade essas ambiguidades não apareçam ou sejam resolvidas pelo contexto de entonação de proferimento da sentença.

Merlan (1999) não fala sobre a possibilidade de ambiguidade das sentenças, mesmo quando usa exemplos de escrita de contos populares. Talvez ela tenha descartado as sentenças ambíguas e usadas somente as sentenças em que a perífrase paratática¹³ fica clara. Acredito ser pouco provável que Merlan não tenha encontrado sentenças ambíguas.

- 33) *Ele pega e* estrai a rolha com a unha e bebe animadamente o vinho! Então parte para a próxima garrafa e assim por diante. Numa felicidade fantástica.
(www.radio.weblogs.com/0126623/stories/2003/06/22/oGatoQueInventouOSacarolha.html)

Tem-se uma vez sentença ambígua. Mas acredito que a preferencial seja mesmo a perífrase aspectual: a) “Num determinado momento toma a decisão de abrir garrafa extraindo a rolha com a própria unha b) “Ele pega a garrafa e extrai a rolha com a unha .

- 34) Então, *ela pega e* diz: “Bonita esta estampa que ele usou, né? [referindo-se e olhando diretamente ao quadro bem em frente à eles]. Ele responde um simples “Sim , olhando nos olhos dela, como se nunca tivessem se visto na antes
(<http://rebiscoito.wordpress.com/2008/11/>)

¹³ Merlan denomina a estrutura “pegar + V2 como perífrases paratáticas “(...) as chamadas perífrases paratáticas compostas por dois verbos flexionados no mesmo modo, tempo, número e pessoa, em relação copulativa, dos quais apenas o segundo conserva integralmente o semantismo. (MERLAN, 1999, p. 159).

A ambiguidade nesse caso é resolvida pelo contexto, que inclusive explica como o evento ocorreu. Fora do contexto em que a sentença foi coletada poder-se-ia aludir que a 3ª pessoa “ela pegou algo em que foi inserida uma estampa. Para evidenciar a força aspectual desencadeada pela perífrase “pegar e + , ou seja, de uma tomada de decisão que produz uma ação, trago abaixo o fragmento anterior do enunciado coletado em 34:

34.1) Opa! Finalmente nos encontramos; um ao lado do outro, como se simplesmente o destino nos tivesse juntado. A vontade de dizer coisas idiotas estava lá, na verdade qualquer coisa que fosse dita seria idiota mas um dos dois teria que começar um assunto, já que se não começassem, seria uma oportunidade perdida pra sempre.

35) COTIDIANO (Caetano Veloso)¹⁴
Seis da tarde, como era de se esperar
Ela *pega e* me espera no portão
Diz que está muito louca prá beijar
E me beija com a boca de paixão
(members.fortunecity.es/sololetas/ canciones/letra_can/canc_1884.htm)

Observa-se que estou tratando a estrutura perifrástica aspectual “pegar e + como se a mesma funcionasse como um operador que desencadeia a ação, uma ação repentina. Em (35) trata-se de um contexto genérico, de hábito, o que já indica a repetição. No entanto, o que se repete é o modo como ela age.

1ª Pessoa/plural: “nós pegamos e

36) Porque aí nós *pegamos e* pensamos: para onde vai a humanidade?
(http://portrasdasletras.folhadaregiao.com.br/aprimoramento_linguistico.html)

¹⁴ No referido *site* consta como sendo do Caetano Veloso essa canção, mas sua autoria é de Chico Buarque.

3ª Pessoa/plural: “eles pegam e

37) Rápidas erupções solares que *pegam e* devoram as de movimento mais lento podem provocar longas tempestades geomagnéticas quando atingem a magnetosfera da Terra.

(<http://www.orbita.starmedia.com/~planetabr/orbita/reporter/noticia030.htm>)

PRETÉRITO PERFEITO

1ª Pessoa/singular: “eu peguei e”¹⁵

38) Aí ele me falou que não ia me dar um presente. Aí eu *peguei e* falei, então tá, eu não queria mesmo!

<http://ciberduvidas.sapo.pt/diversidades/> (site/Portugal)

39) (...) meu pai ta mto no meu pe, ele ta mto chatu

Nw deixoueu toka nu telefone

antes d tdo eu minha mae e meu pai discutimus ateh num kere mais ASSUNTO : ‘ Fura meu nariz primeiro minha mae deixo, depois meu pai imbaxo ae eu peguei e sai sai di csa mew, fui ali na vizinha kkkkkkkkkk...Bom e fikei la ate 12:30 (...)

(www.garotinha_doidinha.weblogger.terra.com.br/200306_garotinha_doidinha_arquivo.htm)

Nota-se que (39) foi retirado de *blogger* (diário “coletivo *on line*). O *blogger* possui uma escrita muito semelhante ao diário pessoal e, conseqüentemente, uma escrita bastante livre e muito próxima do relato oral.

2ª Pessoa/singular: “tu pegaste/pegasse/pegou e”¹⁶ (*sem ocorrência*)

2ª Pessoa/singular: “você pegou e

40) Quando captei a mensagem, nem precisa dizer o que aconteceu. Peguei meu violão, voltei pro lugar onde eu tava sentado e me

¹⁵ Estão em destaque a 1ª e 3ª pessoa do pretérito perfeito em que as estruturas parecem ser mais recorrentes e produtivas.

¹⁶ Tentei, também, essas formas de 2ª pessoa singular do pretérito perfeito: “tu pegasse e / tu pegou e”. Sobretudo na oralidade, há em Santa Catarina uma tendência de conjugar-se a 2ª pessoa “tu” do pretérito perfeito do indicativo usando a flexão do subjuntivo “pegasses” sem o último “s”, mas, esse uso realiza-se no indicativo, não sendo uma forma condicional. No Rio Grande do Sul, usa-se a 2ª pessoa “tu”, mas conjuga-se como 3ª não trocando de modo, apenas de pessoa: “tu pegou e”.

fiz indiferente. *Você pegou e* saiu, mas deixou o tal caderno, livro, lá em cima.
(http://nectar-da-flor.blogspot.com/2008_12_01_archive.html)

Caso a sentença ficasse isolada, poderíamos aventar a possibilidade de uma ambiguidade: “*Você pegou e* saiu, mas deixou o tal caderno, livro, lá em cima . Assim, a 2ª pessoa “*you* poderia ter apanhado algum objeto explicitado em contexto qualquer anterior e saído. Mas com a entrada de parte do enunciado parece estarmos mesmo diante de uma perífrase aspectual.¹⁷

3ª Pessoa/singular: “*ele pegou e*

41) Aos 6 minutos, foi a vez do Figueirense criar uma boa chance. Triguinho *pegou a bola* na intermediária e driblou três adversários (...)
O Figueirense chegou ao segundo gol aos 17 minutos, num erro de saída de bola do Paysandu. Bilú *pegou e* rolou para William, que chutou forte sem chance para Carlos (...)
(<http://br.esportes.yahoo.com/031104/4/fvrq.html>)

Novamente há ambiguidade: a) “*pegou a bola e a rolou* b) “*decidiu rolar a bola para William...* . Perceba que deixei a sentença anterior. No primeiro destaque temos clara a ação de “*pegar a bola* . Já no segundo destaque “*pegou e rolou* sabe-se que o jogador rolou a bola, mas, não se tem certeza de que o narrador usa o verbo “*pegar* indicando a ação de “*pegar a bola* ou “*resolução de rolar a bola para tal jogador X* .

42) Dois dias atrás a Avril e o Jesse, estavam conversando e o Jesse deixou a Avril um pouco nervosa, aã- *ela pegou e* virou pra ele e disse assim:

¹⁷ Segue fragmento anterior ao enxerto: *Era um lugar com uma sala enorme, bem grande mesmo e tinha uma claridade incrível. Estávamos nós dois nessa sala, eu com o meu violão sentado numa ponta do sofá e você lendo alguma coisa, um caderno, um livro, algo assim, na outra ponta do sofá. De uma hora pra outra você me chamou pra me mostrar alguma coisa que estava escrito em uma das páginas, mais ou menos em códigos, que só você mesma poderia entender. Levantei, perguntei o que era aquilo, do que se tratava, você tentando me fazer entender; me mostrava as linhas mais relevantes e fui realmente entendendo do que se tratava: era um ex idiota seu, dizendo o quão inesquecível foi estar com você.*

Eu nao te amo, e nunca te amei, serÃ; que vocÃª nunca percebeu isso? VocÃª Ã© sÃ³
(<http://avrile10.weblogger.com.br>)

43) Minha mÃe morreu quando eu tinha 9 anos.

E o seu pai?

“SÃ³ lembro dele morto.

E sua mÃe?

“TambÃm. Desde quando meu pai morreu, eu nÃo morava mais com minha mÃe, minha tia me pegou pra criar. AÃ ela *pegou e* me levou para o orfanato, o conselho tutelar.

(<http://www.tvcultura.com.br/caminhos/42parto/parto1.htm>)

44) AtÃ que a ninfeta *pegou e* me falou Dede vou te jogar na parede...(e me jogou) e te morder (e me mordeu)(http://www.dede.weblogger.terra.com.br/200207_dede_arquivo.htm)

45) Assim Ã, mana eguinha... NÃo temos mais Kusma Ionitch... Foi-se desta para melhor... *Pegou e* morreu, Ã toa... Agora, imagina tu, por exemplo tu tens um potrinho, e tu Ãs a mÃe desse potrinho... E de repente, imagina, esse mesmo potrinho se despacha desta para melhor... DÃ pena ou nÃo dÃ? (<http://planeta.terra.com.br/arte/ecandido/mestre71.htm>)

Observa-se que as sentenÃas (41) e (43) sÃo relatos de jornal *on line*. E as sentenÃas (42) e (44) sÃo descritas em *bloggers*. Destaco que (43) parece ser um relato pessoal, portanto novamente muito prÃximo do oral. Disso, reafirmo que essa ocorrÃncia parece ser caracterÃstica da lÃngua falada. Talvez seria uma forma econÃmica de dizer “tomou a decisÃo, resolveu”, acrescido de que essa decisÃo e resoluÃo foi tomada repentinamente. Na escrita, sobretudo, dentro da forma culta da lÃngua portuguesa, essa estrutura nÃo Ã comum.

Mesmo na sentenÃa (45) que nÃo se trata de uma decisÃo “*pegou e morreu*, Ã toa”, a sentenÃa indica que essa aÃo nÃo era esperada. Ou seja, morreu sem motivo, repentinamente. Seria diferente de dizer “minha eguinha morreu”. Nessa Ãltima parece que “morrer” Ã mais natural que “pegar e morrer”.

1ª Pessoa/plural: “nÃs pegamos e

46) Esse feriadinho caiu num dia taum baom...hhehee

Hum...ah dexe eu conta di ontem fui mtooo boommm, nos fomos pra kachaçaria dai num tinha mesa e mto - cadeira pra td mundo senta...nos *pegamos e* fomos pru bom peixe so ki cm a Fer tinha ki i embora 12:00(...) (www.vakonices.blogspot.com.br/)

1ª Pessoa/plural: “a gente pegou e

47) ...minha tia flw q ela tbm ia daí ela chamou um amigo dela eo Thiago, irmão dele, agente foi, blz, chegamos lá tava tudo lotado, daí agente *pegou e* fomos pro ... (www.docinhohoppus.blogspot.com.br/)

3ª Pessoa/plural: “eles pegaram e

48) Cito só o exemplo de uma banda muito boa do nosso underground chamada Pierrots. *Os caras pegaram e* organizaram um evento chamado Década de 100! na Casa da Matriz, botaram 8 bandas pra tocar (www.tosembanda.globo.com/trombone/guestbook.asp)

PRETÉRITO IMPERFEITO

1ª Pessoa/singular: “eu pegava e

49) Zélia Barbosa: Pau de arara
Letra e música: Vinicius de Moraes; Carlos Lira
In: “Brésil Sertão & Favelas
que vida danada, que fome que eu tinha
zazando na praia pra lá e pra cá
quando eu via toda aquela gente
no come que come
eu juro que eu tinha saudades da fome
da fome que eu tinha no meu Cearà
e ai eu *pegava e* cantava
e dançava o xaxado...(http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/zeliaduarte_06.html)

2ª Pessoa/singular: “tu pegavas/*pegava e* (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “você pegava e

- 50) Debaixo da toalha, tinha um gibi escondido. Aí você *pegava e* abria o chuveiro, fechava o box (com você do lado de fora, é claro) e, tranquilamente, lia o gibi sentado no vaso sanitário. (<http://zonanon.com/non/plural/arturdc/0050.html>)

Nota-se que essa narrativa é uma estrutura de 2ª pessoa/singular como estratégia para falar da 1ª pessoa/singular: “eu pegava e

3ª Pessoa/singular: ele pegava e

- 51) “Eu fiquei 2 anos e meio sem ver ele, porque quando eu ia antes ver ele, ele *pegava e* vivia fugindo, *eu peguei e* fiquei brava e disse, vou dar um tempo de ver ele, daí fiquei 2 anos e meio. Rosângela (www.tvcultura.com.br/caminhos/23paralelas/paralelas2.htm)

Destaca-se que no exemplo acima o falante (da narrativa) faz duas ocorrências com estrutura perifrástica aspectual “pegar e”, uma na 3ª pessoa do pretérito imperfeito e a outra na primeira do pretérito perfeito, ambas no indicativo.

- 52) Era uma das nossas bandas favoritas. Lembro que a crítica *pegava e* dizia: ‘Aqui, eles adoram o Police!’, e a gente ria. (www.pratica.eti.br/paralamas/textos2.asp?f_codigo=77)

1ª Pessoa/plural: “nós pegávamos e

- 53) Ai sei lá!! Nós íamos muito para o Bom Jesus. Eu trabalhava no Hotel Frankford, e saímos do serviço às 3 horas e depois só entrávamos às 6 horas, e então, nós *pegávamos e* íamos sempre para o Bom Jesus. (http://alfarrabio.di.uminho.pt/mpessoa/ProjectoUM/ManuelSa/_entrevista.xml/5926c49035e6a0415c4b72b4cafd141a.sec2.html)

1ª Pessoa/plural: “a gente pegava e

- 54) Depois dos devidos cumprimentos, a gente *pegava e* falava para a telefonista com qual número ela deveria nos ligar. (<http://zonanon.com/non/plural/arturdc/0039.html>)

3ª Pessoa/plural: “eles pegavam e

55) Só que, à frente deles, estavam Clodoaldo, Gérson, Rivelino, Jair, Tostão, Pelé... Além de criar jogadas maravilhosas e liquidar os rivais com seus gols, quase todos marcavam, *pegavam e* fechavam espaços.

(<http://placar.abril.uol.com.br/aberto/copa/colunistas/coluna3319.shtml>)

FUTURO DO PRESENTE

“Pegarei e substituí pela forma “Vou pegar e , que é como os falantes realizam o futuro do presente simples na língua oral do Português do Brasil.

1ª Pessoa/singular: “eu vou pegar e (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “tu vais/*vai* pegar/*pega* e (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “você vai pegar e (sem ocorrência)

3ª Pessoa/singular: “ele vai pegar e (sem ocorrência)

1ª Pessoa/plural: “nós vamos pegar e (sem ocorrência)

3ª Pessoa/plural: “eles vão pegar e (sem ocorrência)

FUTURO DO PRETÉRITO

1ª Pessoa/singular: “eu pegaria e (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “tu pegarias/*pegaria* e (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “você pegaria e (sem ocorrência)

3ª Pessoa/singular: “ele pegaria e (sem ocorrência)

1ª Pessoa/plural: “nós pegaríamos e (sem ocorrência)

3ª Pessoa/plural: “eles pegariam e (sem ocorrência)

Parece ser uma restrição da estrutura perifrástica aspectual “pegar e + no futuro do indicativo, tanto com relação ao futuro do presente quanto ao futuro do pretérito. Em vista da não ocorrência dessa perífrase no futuro lanço a pergunta: Por quê? Como explicar tal restrição? A resposta mais intuitiva que proponho parece ter a ver, também, com a relação do seu uso na realização de ações inesperadas. Assim, como prever uma ação inesperada/repentina no futuro? Parece-me só ser possível quando se tratar de genéricos.

56) Toda vez que João chegar atrasado, ele *vai pegar e* sentar na última cadeira.

SUBJUNTIVO

PRESENTE

1ª Pessoa/singular: “eu pegue e (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “tu pegues e (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “você pegue e (sem ocorrência)

3ª Pessoa/singular: “ele pegue e (sem ocorrência)

1ª Pessoa/plural: “nós peguemos e (sem ocorrência)

3ª Pessoa/plural: “eles peguem e (sem ocorrência)

As NÃO ocorrências do presente no modo subjuntivo parecem não estar relacionadas a uma impossibilidade semântica e sim ao fato de o uso desse tempo e modo ser menos producente em PB.

PRETÉRITO IMPERFEITO

1ª Pessoa/singular: “eu pegasse e (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “tu pegasses/pegasse e (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “você pegasse e

57) ...e pq vc continua entrando no meu blog? vai dizer q é por q natalia qr?se vc nao quizesse *pegasse e* fehasse os olhos...e nao citei seu nome nakele post, se a carapuça serviu pega e veste pow!tow indu hein (<http://www.garotoderessaca.blogspot.com.br/>)

3ª Pessoa/singular: “ele pegasse e

58) Sabe o q eu realmente queria? Q o Homem Bonitinho da Motinho (a paquera do psicólogo) *pegasse e* me desse um beijo cinematográfico no elevador... É bom sonhar...

(http://www.torredearilin.blogspot.com.br/2003_09_01_archive.html)

1ª Pessoa/plural: “nós pegássemos e (sem ocorrência)

3ª Pessoa/plural: “eles pegassem e (sem ocorrência)

As duas ocorrências, uma em 2ª e a outra em 3ª pessoa do singular, modo subjuntivo, novamente ratificam minha hipótese não de impossibilidade dessa perífrase no subjuntivo, mas de sua baixa frequência em nosso dialeto.

FUTURO DO PRESENTE

1ª Pessoa/singular: “*eu pegar e* (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “*tu pegares e* “*você pegar e* “*tu pegar e*
(sem ocorrência)

3ª Pessoa/singular: “*ele pegar e* (sem ocorrência)

1ª Pessoa/plural: “*nós pegarmos e*

59) *Se pegarmos e* olharmos para o Esq.:. e o Comp.:., verificaremos que ambos são Ferramentas de Trabalho do Mundo Profano.
(www.geocities.com/orcosta1007/pensador03.html)

3ª Pessoa/plural: *eles pegarem e* (sem ocorrência)

Da mesma forma que o futuro do indicativo parece não ser possível a expressão “*pegar e +*”, com o futuro do subjuntivo também se observa a mesma tendência. Registrou-se uma única ocorrência na 1ª pessoa do plural desse tempo modal, o que sinaliza que a estrutura mantém o caráter de perífrase aspectual, sendo possível seu uso com caracterização genérica.

IMPERATIVO

AFIRMATIVO

2ª Pessoa/singular: “*pega e* (tu) (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “*pegue e* (você)

60) Depois, deixe rolar normalmente, mas antes de ir embora, se você ainda não tem o telefone dele, *pegue e* passe o seu.
(www.apaixonadashp.hpg.ig.com.br/enroladap.htm)

1ª Pessoa/plural: “*peguemos e (nós)* (sem ocorrência)

2ª Pessoa/plural: “*peguem e (vocês)*”

61) Se vocês puderem *peguem e* façam uma propagainha básica no blog ou site!!!

(<http://www.justleo.blogspot.com.br/>)

NEGATIVO

2ª Pessoa/singular: “*não pegues e (tu)* (sem ocorrência)

2ª Pessoa/singular: “*não pegue e (você)* (sem ocorrência)

1ª Pessoa/plural: “*não peguemos e (nós)* (sem ocorrência)

2ª Pessoa/plural: “*não peguem e (vocês)* (sem ocorrência)

Resumindo, a pesquisa de *corpus* indica que o Subjuntivo e o Imperativo são modos em que a estrutura “*pegar e*” ocorre com menos frequência. E no modo Indicativo constata-se que, no tempo futuro, a perífrase parece não ser possível, a não ser, como falei anteriormente, havendo a possibilidade de realização genérica.

No Subjuntivo não houve registro de ocorrência no presente. Hipoteticamente, porém, poder-se-ia encontrar a fórmula nesse tempo, vejamos:

62) Que ele pegue e saia.

Na sentença (62) observa-se uma forma possível de realização, no entanto parece que em termos semânticos não é produtiva dialetalmente.

E no pretérito imperfeito, do subjuntivo, houve duas ocorrências, na 2ª pessoa singular (você) e 3ª pessoa singular.¹⁸

Quanto ao futuro do presente, subjuntivo, houve apenas uma ocorrência na 1ª pessoa plural. Acredito tratar-se da mesma hipótese do indicativo, impossibilidade de ocorrência em sentenças específicas, com possíveis manifestações em sentenças genéricas.

No Imperativo houve duas ocorrências no afirmativo: 2ª pessoa singular (você) e 2ª pessoa plural (vocês). No negativo não houve nenhuma manifestação

¹⁸ É interessante ressaltar que os dois exemplos encontrados na pesquisa são realmente de pretérito imperfeito do subjuntivo. Digo isso porque é comum no dialeto catarinense, sobretudo, de Florianópolis, a realização do passado perfeito do indicativo, principalmente o de 2ª pessoa, com morfologia de subjuntivo.

de uso. Novamente atribuo a baixa realização ao fato de que esse modo não se manifesta com frequência nesse dialeto. Nota-se que mesmo no Imperativo Negativo, onde não houve nenhuma ocorrência, a fórmula parece ser possível:

63) Não pegue e saia correndo quando ele entrar.

Quadro resumo das formas pesquisadas e suas ocorrências:

	INDICATIVO		SUBJUNTIVO	
P				
R	Eu pego e	S	Eu pegue e	N
E	Tu pegas/pega e	N	Tu pegues/pegue e	N
S	Você pega e	S	Você pegue e	N
E	Ele pega e	S	Ele pegue e	N
N	Nós pegamos e	S	Nós peguemos e	N
T	Eles pegam e	S	Eles peguem e	N
P				
R	Eu peguei e	S		
E	Tu pegaste/pegou/pegasse e	N		
T.	Você pegou e	S		
P	Ele pegou e	S		
E	Nós pegamos e	S		
R	A gente pegou e	S		
F.	Eles pegaram e	S		
P	Eu pegava e	S	Eu pegasse e	N
R	Tu pegavas/pegava e	N	Tu pegasses/pegasse e	N
E	Você pegava e	S	Você pegasse e	S
T.	Ele pegava e	S	Ele pegasse e	S
I	Nós pegávamos e	S	Nós pegássemos e	N

M	Agente pegava e	S	Eles pegassem e	N
P.	Eles pegavam e	S		
F	Eu vou pegar e	N	Eu pegar e	N
U	Tu vais/ <i>vai</i> pegar/ <i>pega</i> e	N	Tu pegares/pegar	N
T.	Você vai pegar e	N	Você pegar e	N
P	Ele vai pegar e	N	Ele pegar e	N
R	Nós vamos pegar e	N	Nós pegarmos e	S
E	Eles vão pegar e	N	Eles pegarem e	N
S.				

IMPERATIVO			
AFIRMATIVO		NEGATIVO	N
Pega e (tu)	N	Não pegues e (tu)	N
Pegue e (você)	S	Não pegue e (você)	N
Peguemos e (nós)	N	Não peguemos e (nós)	N
Peguem e (vocês)	S	Não peguem e (vocês)	N

LEGENDA:

- 1) Quando a 2ª pessoa do singular aparece em *itálico*, aponta para um registro não aceito pela normativa, porém de possível manifestação por falantes do PB e, portanto, pesquisado.
- 2) S = sim (com ocorrência)
- 3) N = não (sem ocorrência)

Essa construção “pegar e + v2” leva-me a pensar que se trata de construção perifrástica aspectual porque parece que ela mostra como acontece o evento internamente, como essa estrutura se dá, de forma inesperada. Assim, parece estar mais próxima da chamada perífrase morfológica,¹⁹ que consiste numa locução

¹⁹ J. Mattoso Câmara Jr., no *Dicionário de Filologia e Gramática: referente à língua portuguesa* (1974), diferencia as perífrases morfológicas das lexicais, sendo estas últimas também tratadas por circunlóquio e seu uso destinado às figuras de linguagem (eufemismo, substituição, metáfora).

gramatical. Ou seja, a forma gramatical perifrástica, em que o vocábulo auxiliar (v.) toma a si a expressão das noções gramaticais, ou significação interna, deixando a significação externa para se expressar pelo outro vocábulo, dito principal (v., por exemplo, conjugações perifrásticas).

Merlan (1999) fez um estudo dessa ocorrência no português europeu e no romeno. A autora reporta-se às construções “pegar e +... / agarrar e + ... evocando a noção de perífrases paratáticas. São compostas por dois verbos flexionados no mesmo modo, tempo, número e pessoa, dos quais apenas o segundo verbo conserva integralmente o semantismo. Tais perífrases são atestadas nas línguas românicas (exceto o francês) e, conforme a autora, contêm na primeira posição quer um verbo de ‘movimento (‘ir , ‘saltar , ‘vir , ‘andar), quer um verbo designado ‘apropriação , ‘assenhramento (‘pegar , ‘tomar , ‘agarrar), quer um verbo locativo (‘pôr-se).

Merlan afirma que as perífrases paratáticas são aspectuais que expressam o começo da ação indicada pelo segundo verbo. Elas têm valor ingressivo (ou inceptivo, ou incoativo). Neste ponto gostaria de dizer que concordo com a posição da autora, mas que a questão aspectual não implica apenas nisso, tem-se claro a característica de ser perfectivo e brusco.

As perífrases paratáticas expressam, dentro da categoria aspecto, a unidade ou a globalidade da ação, ou seja, têm a ver com a consideração de ação (indicada pelo segundo verbo) pelo locutor como um todo.

Conforme Merlan (1999), no português, as perífrases paratáticas, específicas do estilo coloquial, constroem-se com verbos PEGAR (acompanhado ou não por pronome reflexivo tônico em caso preposicional) AGARRAR IR CHEGAR.

Vejamos alguns exemplos (recolhidos de duas coletâneas de contos populares portugueses, ou por falantes nativos do português de várias idades, nível social e cultural):

“...João Peludo *pegou* e meteu o dedo mindinho debaixo da bengala e voltou-se logo.

“E *pegou* em si e foi ao palácio.

“*Agarrei* e contei-lhe tudo. ²⁰

²⁰ Nota-se que a sentença é ambígua.

“O pai, muito desesperado, agarrou em si e foi-se embora.

A autora ressalta que nas estruturas paratáticas, os verbos do tipo “pegar sofrem mudanças semânticas, pois perdem o sentido concreto e adquirem um sentido abstrato.²¹ Acredito que falta dizer que esse novo sentido não tem a ver com qualquer significação do verbo “pegar”, seja num sentido polissêmico, ambíguo ou metafórico. Aliás, não se pode mais falar em verbo. A perífrase aspectual “pegar e + não mantém mais condição de verbo, ela funciona como um operador semanticamente semelhante a um advérbio que dá um comando imediato de ação ao verbo posposto a essa estrutura. Comando esse que indica o começo e o fim da ação do verbo que a segue, com caráter pontual de realização.

Para Merlan, estes verbos “pegar” e “agarrar” têm a função de indicar, de um contexto para o outro, a chamada, o espanto, a irritação, o lamento do locutor.

- a) “Peguei e torci o pé.
- b) “Pegou e irritou-se com a notícia.

Para melhor compreensão do que a autora propõe, buscarei mostrar a diferença entre o que seria uma perífrase paratática (ou paractática) e uma hipotática (ou hipotáctica).

As perífrases paratáticas, como a própria nomenclatura aponta, são formadas por expressões sintáticas coordenadas. O processo paratático é a construção em que os termos se ordenam numa sequência e não ficam conjugados por sintagma (v.). Na coordenação, cada termo vale por si e a sua soma dá a significação global em que as significações dos termos constituintes entraram ordenadamente lado a lado.

Enquanto a parataxe se dá pela coordenação, a hipotaxe constitui-se pela subordinação. Ou seja, é o processo linguístico que cria o sintagma (v.), estabelecendo entre os constituintes uma relação de determinado a determinante. Assim, a hipotaxe é a construção sintática em que uma oração, determinante, é pois subordinada, se articula com outra, determinada por ela e principal em relação a ela.

Resumindo, a diferença principal entre as perífrases paratáticas e as hipotáticas é que as primeiras são pertencentes à categoria aspectual que designa por visão

²¹ Pelo que pude observar nos exemplos do PB, a diferença de sentido concreto ou abstrato é insuficiente para explicar a perífrase aspectual “pegar e” (ver páginas 2 e 3).

global (ou globalizadora), dentro da qual expressam a globalidade da ação opondo-se às perífrases hipotáticas que expressam uma ação vista num ponto ou entre dois pontos do seu desenvolvimento, ou seja, a visão parcial.

Da questão aspectual

Nesse ponto é importante dizer que a questão do aspecto verbal não é ponto pacífico entre os autores do assunto.

Almeida (1980) aponta que a história do aspecto tem mostrado que a conceituação de categoria ganhou maior complexidade quando saiu dos quadros do verbo eslavo, no século XIX. A dualidade fundamental do aspecto do verbo eslavo é a de perfectivo e imperfectivo.

Conforme Almeida (1980), um dos maiores problemas na conceituação do aspecto está estreitamente ligado à distinção que os alemães fizeram entre *ASPEKT* e *AKTIONSART*. “Essa distinção, que opõe a dualidade imperfectivo-perfectivo a outras manifestações do processo verbal, tais como a do incentivo, do terminativo, do iterativo, etc... (ALMEIDA, 1980, p. 31).

Disso temos autores que divergem quanto à separação do aspecto em duas categorias, sendo o *ASPEKT* a expressão de uma ação em término ou em desenvolvimento e *AKTIONSART* a expressão de uma ação em realização de certa maneira (iterativo, durativo, etc.) A partir dessa divisão chegou-se a um ponto menos divergente onde teríamos a categoria *subjativa* do aspecto, concernente à maneira pela qual o sujeito falante representa o desenvolvimento da ação e, a *objetiva* *AKTIONSART*, concernente à maneira pela qual tem lugar a ação.

Para Almeida (1980), o problema da dicotomia entre aspecto e *AKTIONSART* (traduzido por atualização da ação) é fundamentalmente terminológico. Para esse autor, o importante é reconhecer dentro do verbo português outra noção, além da de *tempo* e *modo*, que é a visão *espacial* do processo, baseado fundamentalmente na dualidade perfectivo/imperfectivo, com características diversificadas no *atualizar da ação*.

Dessa forma, Almeida sugere que se considere como aspecto *lato sensu*, em oposição ao aspecto *strito sensu*, que fundamentalmente se caracteriza pelas noções de inceptividade, de cursividade, de terminação, de pontualidade, de duração, de iteração e de globalidade. Estas noções podem opor-se em dois grupos distintos que ele chama de “aspectos de fase” e “aspecto de extensão”. No primeiro grupo o

autor inclui a inceptividade, a cursividade, a terminação; no segundo, a duração, a pontualidade e a iteração, representando a globalidade, a neutralização da oposição “durativo-pontual”. Para resumir, Almeida apresenta o seguinte quadro:

I *Aspectos lato sensu*

1. Perfectivo Ex.: O ladrão *pulou* o muro.
2. Imperfectivo Ex.: Paulo *dormia* e não viu o incêndio.

II *Aspectos stricto sensu*

A Aspectos de “fase

1. Incentivo () M. *começou a trabalhar* no cinema.
2. Cursivo (... ..) M. *está a trabalhar* no cinema.
3. Terminativo (...) M. *deixou de trabalhar* no cinema.

B Aspectos de “extensão

1. Pontual (.) *Caiu* o dólar.
2. Durativo () As ações *continuam a cair*. (ALMEIDA, 1980, p. 40)

Dito isso, a noção que decorre das observações da estrutura “pegar e + ...” é aquela de perífrase aspectual. Podemos constatar que tal construção perifrástica expressa o começo súbito (movimento brusco) de uma ação que será concretizada pelo segundo verbo. Vejamos:

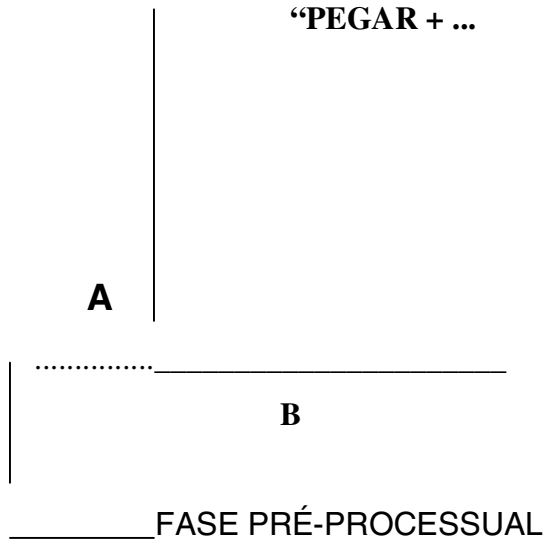
64) *Peguei e saí* da sala.

65) João *pegou e desligou* o rádio.

Em ambas as sentenças, nota-se que “peguei e +...” / “pegou e + ...” exprimem certa imediatividade (um processo repentino) para efetuar a ação a ser materializada pelo 2º verbo (sair/desligar). Assim, intui-se que essa construção pode ser um sinônimo de “de repente”, “repentinamente”. Ambos advérbios.

Enfatizo que ao tratarmos com a expressão “pegar e + ...”, imaginamos “algo” que ativa, instantaneamente uma ação num ponto espaço-temporal.

Uma solução (?)



Embora não seja tão pacífico o percurso de uma solução para o presente impasse, acredito que a construção “pegar e + ... revela-nos um caráter de instantaneidade do evento. Essa forma exprime o início do evento, mas não apenas o início brusco. Compare:

- 66) Ele começou a sair.
- 67) Ele pegou e saiu.

Acredito ainda que ela apresenta o evento como terminado: “Ele pegou e saiu , ele já saiu. “Ele começou a sair e morreu antes de sair . No caso de “pegar e isso não é possível.

Assim: X *pegou e + ...*

Se afirmarmos:

- 68) Pedro *pegou e* correu.

A forma “pegou e + ... vai ativar a ação que virá depois correr. Então, Pedro decidiu repentinamente correr, mas já realizou a ação até o final; por isso é um advérbio (aspectualizador) perfectivo.

69) Pedro correu.

Nessa sentença, o indivíduo apenas praticou a ação de correr. Não há algo que determine uma decisão súbita de praticar determinada ação. Pode-se concluir, por conseguinte, que “pegar e + ...” é um operador que vai marcar o caráter imediato da ação.

Observemos as sentenças que seguem:

70) Estava lá vendo um filme, como não gostei, *peguei e* fui dormir.

71) Estava lá vendo um filme, como não gostei fui dormir.

Na sentença (70) “pegar e + ...” exprime a decisão repentina e também inesperada que vai levar a uma outra ação (ir + dormir). Ao passo que na sentença (71), não há o operador que possa atuar sobre a segunda ação, dando-lhe um caráter de instantaneidade.

Dadas as observações, sugiro atribuir à construção “pegar e + ...” o *status* de ativador de ação dentro da sentença, de caráter incentivo, ou seja marca o início da ação, mas não apenas isso. A ação é desencadeada de forma brusca, é pontual, não tem duração e ainda é perfectivo.

Aspectualização

Como se pôde observar anteriormente, o operador “pegou e + ...” faz com que, instantaneamente, emerge uma ação cuja materialização se efetuará nos verbos pospostos.

Observemos as sentenças:

72) Ele *pegou e* desligou o rádio.

73) Marta *pegou e* saiu.

Os segundos verbos (desligou/saiu) expressam ações acabadas: o indivíduo, no mundo, desligou o aparelho e o outro, de fato, saiu. Temos o perfectivo.

E o que dizer de “pegar e + ...”? Estamos tratando de uma ação acabada? Parece que sim, e ainda perfectiva. O mais intuitivo é hipotetizar que o evento é

descrito como emergindo como se numa fração de segundo, a ação “explodisse”, ou seja, explode e se concretiza (termina). O que caracteriza o aspecto pontual. Quando falo em ação estou pensando no ato de tomar a decisão.

Uma outra hipótese nos revela que a perífrase exprime uma aspectualização de ação expressa pelo segundo verbo. Vejamos:

- | | |
|--------------------------|-------------------------|
| 74) Pedro <u>pegou e</u> | <u>desligou</u> a TV. |
| <u>Pontual</u> | 2º VERBO |
| uma ação vai eclodir | <u>aspecto pontual</u> |
| Pegou e ... | não há uma duração |
| | |
| 75) Kátia <u>pegou e</u> | <u>entregou</u> a carta |
| <u>Pontual</u> | 2º verbo |
| | <u>Pontual</u> |

Considerações finais

O que torna difícil chegar a uma conclusão da atuação da expressão “pegar e +” é que uma coisa é analisar apenas a estrutura, ou seja, olhar somente para o “pegar e”, o qual passa a idéia de ser “algo” que irá atuar no verbo dando um caráter de iniciar a ação, por isso falei de incentivo, o que caracterizaria a estrutura como um Aktionsart. Mas, no momento que se coloca o segundo verbo “V2” posposto à expressão, esse verbo aparece com caráter perfectivo, de ação já acabada. Neste ponto gostaria de levantar uma questão: a ação acabada é o que caracteriza a pontualidade do verbo? Talvez fosse melhor falar, em vez de pontual, não-durativo.

Observa-se também que a expressão “pegar e +” pede um sujeito humano e tem um caráter volitivo. Cabe ainda falar que a expressão parece não admitir um sujeito inanimado.²² Vejamos:

- 76) * O vento pegou e derrubou a árvore.
77) * A casa pegou e queimou num segundo.

²² Um exemplo contrário ao que estou propondo apareceu em (45) “...Foi-se desta para melhor... Pegou e morreu, à toa... Observo que nesse caso não se tem uma vontade própria de tomar uma decisão súbita, por parte de quem morreu. Mas, essa ação foi recebida com surpresa, ou seja, de forma inesperada, por quem produziu a sentença. Talvez se tenha de pensar em outra hipótese para as manifestações não volitivas.

Nota-se também que o imperfectivo não combina com a expressão “pegar e + :

78) * João pegou e estava escrevendo uma carta.

Do mesmo modo que parece não ser possível usar com a perífrase do progressivo:

79) * João estava pegando e escrevendo a carta.

Observa-se que a única possibilidade de uso imperfectivo parece ser também a repetição, o hábito. No hábito temos vários eventos repetidos. É o modo de repetir a ação, como pode ser visto em:

80) João pegava e saía correndo toda vez que ele encontrava seu pai.

Finalizando, para a expressão “pegar e + V2 podemos apontar as seguintes características:

- 1) Ação súbita. Caracteriza o verbo posposto como sendo de ação inesperada, tomada de forma brusca;
- 2) Determina o início imediato da ação, fazendo-a “explodir no exato momento, dando um caráter de ação já terminada;
- 3) É volitiva, apresenta um caráter de desejo, de vontade, requer um sujeito animado.
- 4) Não-durativa.

BRAGA, Sandro. Aspectual periphrasis “to catch and + . **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 31-59, 2009.

ABSTRACT: *An approach of the verb “to catch” in periphrasis context where the first verb begins to function not as an indicator of action, but as an operator that assigns another action in an immediate and unexpected way.*

KEYWORDS: *Semantics. Verb to catch. Periphrasis.*

Referências

ALMEIDA, João de. **Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo**. Assis: Ilhpa-Hucitec, 1980.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**: referente à língua portuguesa. 6.ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1974.

MERLAN, Aurélia. Sobre as chamadas “perífrases verbais paratáticas” do tipo “PEGAR E + V2” nas línguas românicas. **Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literaturas”**, Porto, XVI, p. 159-205, 1999.

DA FORMAÇÃO DISCURSIVA À SEMÂNTICA GLOBAL: BREVE ANÁLISE DO TEMA CORRUPÇÃO EM PROGRAMAS DE GOVERNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2006

Roberto Leiser BARONAS¹
Regiana Perpétua MANENTI²

RESUMO: Neste trabalho do mirante da Análise de Discurso francesa analisamos textualizações do discurso político em Programas de Governo de candidatos a presidente do Brasil das últimas eleições. Trabalhamos como o tema *Corrupção* foi dado a circular nesses distintos programas de governo. Mobilizamos inicialmente o conceito de formação discursiva, elaborado por Courtine (2007) em *Análise do discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, procurando verificar como os enunciados que dizem o tema *Corrupção* se inscrevem numa rede de filiações tanto interdiscursivas quanto intradiscursivas e, por último, à luz do conceito de semântica global elaborado por Maingueneau (2005), em *Gênese dos discursos*, verificamos como esse tema é regrado por um conjunto de restrições semânticas que autoriza, aquilo que pode e deve ser dito pelo discurso. Tais restrições afetam a intertextualidade; o vocabulário; os temas; o estatuto do enunciador e do destinatário; a

¹ Departamento de Letras da UFSCAR e Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso, São Carlos, SP, Brasil. baronas@ufscar.br

² Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil. remanenti@yahoo.com.br

dêixis enunciativa; o modo de enunciação, a vocalidade e o modo de coesão do discurso. O *corpus* de análise constitui-se por recortes dos Programas de Governo dos candidatos: Cristovam Buarque (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Luiz Inácio da Silva (PT) e Heloísa Helena (PSOL). A escolha dos Planos dos candidatos se justifica pela classificação que obtiveram no processo eleitoral de 2006.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Formação Discursiva. Semântica Global. Política.

Primeiras palavras

Durante um pleito eleitoral, os candidatos a cargos públicos majoritários contemplam em suas propostas um conjunto de temas que constituem um debate entre os partidos. São eles: *saúde, educação, segurança do cidadão, trabalho, habitação*, etc. Esses temas, dentre outros, são considerados fundamentais na composição de qualquer discurso que busca inscrever-se no âmbito político eleitoral. E ainda que os candidatos dos diferentes partidos não os abordem de forma ampla e consistente, eles estão sempre presentes em seus discursos: percebemos que há certa ‘imposição’ em torná-los parte das discursividades que constituem esse espaço discursivo, já que, no discurso de um candidato, a ausência de qualquer um dos temas considerados ‘fundamentais’ pode gerar críticas capazes de comprometer inclusive uma decisão eleitoral.

Assim, em cada eleição, vemos emergir uma constelação de enunciados que se referem à educação, à saúde do cidadão, ao comprometimento com a democracia, etc., e junto a eles outros novos temas, que fazem parte da “ordem do dizível de uma dada época, vão sendo incorporados ou vão sendo “solicitados” a fazer parte dessa ordem discursiva. Nesse sentido, alguns acontecimentos históricos relacionados à política do país, por exemplo, podem se transformar em objeto de discurso, ou num acontecimento discursivo. Assim, recentes episódios da política brasileira como “Mensalão”, “Mensalinho”, “Dossiê Tucano” passaram a fazer parte do espaço discursivo das últimas eleições e foram textualizados nos mais diferentes gêneros.

Compreender as textualizações do político quer seja na mídia ou em outro suporte textual, tendo como arcabouço teórico-metodológico a Análise de Discurso de orientação francesa, tem sido objeto de inúmeros trabalhos científicos no Brasil nos últimos anos. No entanto, são poucos os trabalhos que se debruçam(ram) com base nesse mesmo mirante discursivo sobre Planos de Governo. Esses gêneros, por estarem na fronteira entre o discurso político e o dis-

curso publicitário,³ são considerados na maioria das vezes como não dignos de um tratamento científico.

Tratar discursivamente os Planos de Governo significa não tomá-los na ordem da língua, verificando se os locutores se dirigem aos seus destinatários em primeira pessoa do singular ou do plural, por exemplo, ou na dimensão do seu conteúdo, se os candidatos vão cumprir ou não o que prometeram; se eles têm competência administrativa ou não para concretizar o que está textualizado em seus planos, mas significa tomá-los na ordem do que Courtine (1999, p. 16) conceitua como *enunciável*. Ou seja, trata-se de pensar como um conjunto de condições histórico-linguísticas, enquanto “princípios de controle, delimitação e rarefação (FOUCAULT, 1995, p. 12) possibilitam-autorizam a inscrição do sujeito na língua e na história como sujeito de seu discurso.

Quando nos filiamos a uma perspectiva teórica que busca compreender o funcionamento da língua em relação à história, desconsideramos qualquer procedimento de análise que pressupõe o (re)aparecimento de um enunciado como fruto de uma causalidade, como se ele surgisse aleatoriamente ou causalmente. Como se, independentemente de ser dito pelo partido x ou pelo partido y, ele produz os mesmos sentidos sobre um determinado objeto discursivo. A emergência contínua de determinados temas em um espaço discursivo específico, a sua presença como elemento constitutivo de um determinado gênero de discurso e, inclusive, seu deslocamento de um campo para outro são aspectos bastante relevantes em um procedimento de análise que se fundamenta nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso.

Neste artigo, com base em Maingueneau (2005), por um lado, partimos da hipótese de que tais programas de governo são produzidos a partir de uma semântica global, que os restringe tanto na ordem da língua quanto na ordem do discurso e, por outro, apoiados em Courtine (2007), hipotetizamos que esses programas pertencem a distintas formações discursivas. Em outros termos, defendemos que essa semântica global apreende simultaneamente as diferentes dimensões discursivas desses planos de governo, gerenciando tanto o seu vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade, as instâncias de enunciação, o *ethos* discursivo, e os inscreve numa determinada formação discursiva.

³ Fazemos tal afirmação embasados no fato de que, além de os candidatos utilizarem seus programas de governo como um documento que apresenta quais serão as principais ações de seus governos, eles os utilizam como estratégia de *marketing*, visto que esses textos são veiculados nos mesmos suportes: página do partido na Internet, panfletos que as propagandas dos candidatos.

Um pouco de teoria: o conceito de formação discursiva em Courtine

Em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Paris X – Nanterre, no final dos anos setenta do século passado, sob orientação de Michel Arrivé, cujo título é *Análise do discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos*,⁴ Courtine (2007) aponta para uma série de problemas que apresentam tanto a teoria do discurso quanto o seu dispositivo analítico informatizado, desenvolvido por Michel Pêcheux a partir de 1969. Dentre os problemas levantados por Courtine está a natureza homogênea, eminentemente taxionômica, estrutural do conceito de formação discursiva. Natureza essa que, no entendimento de Courtine (2007), produziria uma espécie de relação especular entre a formação discursiva e os processos discursivos por ela engendrados. Para dar conta desse problema, Jean-Jacques Courtine (2007) sugere a releitura da *A Arqueologia do Saber* e da *A ordem do Discurso*, de Michel Foucault. Contudo, essa releitura não deve ser feita sem que algumas precauções sejam tomadas. Assevera então Courtine (2007, p. 129):

El AD, en general, hace poco caso, como ya lo hemos dicho, del trabajo de FOUCAULT (sin embargo, hay una excepción, la tesis de MARANDIN, que redefine y aplica las nociones extraídas de L Archéologie). Hemos expuesto en otra parte (COURTINE, 80, p. 93-98) algunas precauciones a tomar para una relectura que nos parece indispensable. En una palabra: en ciertos aspectos, el objetivo y el objeto del AD y de L Archéologie divergen considerablemente; esto significa que encontraremos en la problemática de FOUCAULT mucho más una práctica teórica ejemplar en la construcción del concepto de FD, que una batería de nociones inmediatamente aplicables en AD: *releer FOUCAULT no es “aplicarlo al AD, es hacer trabajar su perspectiva en el interior del AD.*⁵ (grifos nossos)

⁴ Texto publicado originalmente na Revista Francesa *Langages* n. 62 em 1981. Disponível gratuitamente no site www.persee.fr portal de revistas científicas em ciências humanas e sociais do Ministério de Educação da França. Ainda inédito em português. Há, todavia, uma versão em língua espanhola do capítulo II publicado no livro *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*, Pedro & João Editores, São Carlos, SP, 2007.

⁵ A AD, geralmente, faz pouco caso, nós o dissemos, do trabalho de Foucault (uma exceção, todavia, é a tese de Marandin, que redefine e põe em funcionamento noções retiradas da *arqueologia*). Expusemos em outro lugar (COURTINE, 1980, p. 93-8) algumas precauções que devem ser tomadas para uma releitura que nos parece indispensável. Em uma palavra: sobre um certo número de pontos, a visada e o objeto da AD e da *arqueologia* divergem consideravelmente; isso significa que se encontrará na problemática de Foucault mais uma prática teórica exemplar na construção do conceito de FD do que uma bateria de noções imediatamente aplicáveis à AD: releer Foucault não é “aplicá-lo à AD, é fazer trabalhar sua perspectiva no interior da AD.

Fazer trabalhar as reflexões de Foucault da *A Arqueologia do saber* e da *Ordem do discurso* no interior da Análise do Discurso, especificamente no tocante ao conceito de formação discursiva, significa rever os seus postulados no tocante às relações entre materialidade linguística e materialidade do discurso. Courtine acredita que o problema de Foucault nesses dois livros é tentar produzir uma separação entre essas duas materialidades. Uma possível articulação entre tais materialidades não faz parte da problemática foucaultiana. Nas palavras do próprio Courtine (2007, p. 129), “FOUCAULT tiene mucho cuidado de separar a esos dos elementos, como lo veremos a propósito del enunciado, no considera como su problemática la articulación que presentan”.⁶ É preciso então, no entendimento de Courtine, para fazer trabalhar Foucault no interior da Análise do Discurso, pensar a articulação entre materialidade da língua e materialidade do discurso sem, no entanto, que se reduza uma à outra. Articulação essa pensada a partir da relação entre enunciado e formação discursiva.

Foucault entende que o discurso não se constitui com um algo dado *a priori*, um termo primitivo, mas sim como uma construção que está ligada a uma formação discursiva. Desse modo, “chamar-se-á *discurso* um conjunto de enunciados na medida em que eles irrompem da mesma formação discursiva (FOUCAULT, 1995, p. 43). Analisar um discurso, então, no sentido foucaultiano, significa levar em consideração tanto o enunciado quanto a formação discursiva no qual esse enunciado se inscreve.

A análise de uma FD estudará *formas de repartição* [...], ela descreverá sistemas de *dispersão*. No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos [...] que se trata de uma FD. Chamaremos *regras de formação* às condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição. As regras de formação são as condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 1995, p. 43).

A definição foucaultiana de formação discursiva como forma de repartição ou como sistema de dispersão no qual é possível se definir regularidades — uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas — implica pensar a

⁶ Foucault dedica grande atenção na separação desses dois elementos, como veremos a propósito do enunciado, contudo sua articulação não é pensada em sua problemática.

contradição no interior mesmo da formação discursiva, tendo a unidade dividida como a lei própria de sua existência. Desse modo, para Courtine (2007, p. 112), o conceito foucaultiano de formação discursiva reúne “contradictoriamente dos niveles distintos, que constituyen dos modos de existencia del discurso como objeto :

a) El nivel de un sistema de formación de los enunciados, que se sitúa, “más allá de la coherencia visible y horizontal de los elementos formados , en el plano de las “regularidades predeterminadas (ibid., p. 100). “Por sistema de formación hay que entender una red compleja de relaciones que funciona como regla (ibid., p. 97). Designaremos este nivel como nivel del enunciado. Si comparamos estas formulaciones a las de PÊCHEUX, parece que un sistema de formación tal, que funciona como regla, se refiere a “lo que puede y debe decirse por parte de un sujeto hablante, a partir de un lugar determinado y en una coyuntura, en el seno de una FD, bajo la dependencia del interdiscurso de esta última. El nivel de un “sistema de formación ubica la constitución de la “matriz de sentido inherente a una FD determinada, en el plano de los procesos históricos de formación, reproducción y transformación de los enunciados en el campo del archivo.

b) El nivel de una secuencia discursiva concreta, “estado terminal del discurso (ibid., p. 100), en la medida en que ésta manifiesta un cierta “coherencia visible y horizontal de los elementos formados , es decir un intradiscurso. Toda secuencia discursiva o discurso concreto, existe, así, en el interior del “haz complejo de relaciones de un sistema de formación: hablando propiamente, es “un nodo en una red (ibid., p. 34). A este nivel lo llamaremos nivel de la formulación.

Esto implica que toda secuencia discursiva debe considerarse como objeto tomado dentro de un proceso discursivo de reproducción/transformación de los enunciados en el interior de una FD dada: el estudio del intradiscurso que tal secuencia manifiesta es indisoluble de la consideración del interdiscurso de la FD.⁷

⁷ a) *O nível do sistema de formação dos enunciados*, que se situa “aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados , no plano das “regularidades pré-terminais (ibid., p. 100). “Por sistema de formação, é necessário entender um feixe complexo de relações que funciona como regra (ibid., p. 97). Nós designaremos esse nível como *nível do enunciado*. Se essas formulações são aproximadas das de Pêcheux, parece que um tal sistema de formação, funcionado como regra, refere ao “que pode e deve ser dito por um sujeito falante a partir de um lugar determinado e numa conjuntura, no seio de uma FD, sob a dependência do *interdiscurso* dessa última. O nível de um sistema de “formação situa a constituição da “matriz do sentido inerente a uma FD determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados no campo do arquivo.

b) *O nível de uma sequência discursiva concreta*, “estado terminal do discurso (ibid., p. 100), na medida em que ela manifesta uma certa “coerência visível e horizontal dos elementos formados , isto é, um *intradiscurso*. Toda sequência discursiva, ou discurso concreto existe, pois, no interior do “feixe complexo de relações de um sistema de formação: é, propriamente falando, “um *nó numa rede* (ibid., p. 34). Nós chamaremos esse nível de *nível da formulação*. Isso implica que toda sequência discursiva deve ser tomada enquanto objeto tomado num processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma FD dada: *o estudo do intradiscurso que uma tal sequência manifesta é indissociável da efetiva consideração do interdiscurso da FD*.

Courtine (2007) propõe, então, por um lado, uma aproximação entre o conceito pechetiano de interdiscurso e o sistema foucaultiano de formação de enunciados e, por outro, o de estado terminal de discurso de Michel Foucault e o de intradiscurso de Michel Pêcheux. Segundo Courtine (2007), embora esses conceitos não possam ser traduzidos um pelo outro, justamente pelo fato de eles terem sido forjados em bases epistemológicas distintas, é possível fazer uma aproximação. Essa aproximação permitiria, por um lado, que a formação discursiva perdesse o seu caráter excessivamente homogeneizante, taxionômico tal qual foi proposto por Pêcheux (1971) e, por outro, que se pudesse pensar a formação discursiva tendo como mais uma de suas condições de possibilidade a posição de classe dos enunciadores numa determinada conjuntura social, ou seja, o posicionamento ideológico dos sujeitos enunciadores este último deixado de lado por Foucault tanto na *A Arqueologia do Saber* quanto na *A Ordem do Discurso*.

Esse tipo de articulação conceitual permitiria segundo Courtine (2007) que “a partir del cual pueda detectarse el interdiscurso de una FD bajo la forma de las relaciones de repetición, refutación, transformación, redefinición, etc., que se establecen entre enunciados que dan cuenta de FD distintas, a partir de posiciones ideológicas dadas”.⁸

Feita essa breve apresentação da proposta de Courtine (2007) para fazer trabalhar no interior da Análise do Discurso as reflexões foucaultianas, especificamente no tocante ao conceito de formação discursiva, entendendo que os enunciados que a constituem mantêm relações tanto intra quanto interdiscursivas, falaremos sobre a ‘Semântica Global’ de Maingueneau (2005). Essa articulação nos permitirá observar os aspectos semânticos que regem os domínios das formações discursivas nas quais estão inscritos os planos de governo.

O conceito de ‘Semântica Global’ de Dominique Maingueneau

Este conceito possibilita compreender os elementos que atuam em diversas dimensões de um discurso (*vocabulário, tema, dêixis, enunciator, modo de enunciação*). É importante dizer que a proposta do autor sobre essa questão não consiste em distinguir os aspectos fundamentais dos aspectos superficiais que

⁸ “a partir do qual se possa descobrir o interdiscurso de uma FD sob a forma das relações de repetição, refutação, transformação, redefinição, etc., que se estabelecem entre enunciados que relevam de FDs distintas, a partir de posições ideológicas dadas”.

constituem os domínios de uma formação discursiva, mas sim apreender a “significância discursiva em seu todo.

Dentre os lugares onde a semântica global pode funcionar, interessam-nos as considerações de Maingueneau (2005) sobre o elemento *tema*. Sobre essa questão, o autor considera como importante o tratamento semântico dado a um determinado tema no interior de um discurso, pois esse é um dos fatores essenciais na configuração de uma formação discursiva. O estudo do *tema* feito a partir desse ponto de vista redefine o modo de se pensar a relação entre os discursos: sob a perspectiva de uma semântica global é possível considerar que entre duas formações discursivas nem tudo é divergência: essa disjunção total não é possível porque, antes de tudo, elas estão inseridas “em um universo *a priori* amplamente aceito por ambas as partes (MAINGUENEAU, 2005, p. 86). Por outro lado, a identidade total entre ambas tampouco é possível. Isso porque o tratamento semântico dado a um tema sedimenta substancialmente de um discurso para outro.

Se o tratamento semântico dado a um tema pode delinear um discurso como pertencente a uma determinada formação discursiva, faz-se interessante observar, no Plano de Governo dos partidos citados no início deste trabalho, qual o tratamento semântico que cada discurso concerne ao tema *Corrupção como ele está inscrito em cada um dos discursos selecionados para a análise*.

De acordo com Maingueneau (2005), no espaço discursivo os temas de um discurso se dividem em dois subconjuntos: os *temas impostos* e os *temas específicos*. O autor define como *temas específicos* aqueles cuja presença é inerente à composição de um gênero em particular. Os enunciados produzidos sobre um tema específico não constituem a matriz de polêmicas ou debates que definem claramente a posição ideológica do enunciador em relação ao que é abordado. Já os *temas impostos* são responsáveis pela instauração de debates e divergências entre discursos que convivem no interior de um mesmo campo discursivo, onde cada qual busca impor o que é dito como sendo “o verdadeiro”, “o legítimo”.

Essa questão é resumida pelo autor nas seguintes palavras:

Por definição, os temas que não são impostos pelo campo discursivo podem estar ausentes em um discurso, mas aqueles que são impostos podem estar presentes de maneira muito variada [...] (MAINGUENEAU, 2005, p. 87).

Com base nessa afirmação e a partir das considerações apresentadas a respeito dos domínios semânticos de um discurso, analisamos a seguir o modo como o tema “corrupção” é tratado no interior dos Programas de Governo da campanha

presidencial de 2006. Além da importância de considerarmos os fatores históricos que determinaram sua inscrição na ordem político-discursiva atual, devemos destacar os aspectos semânticos que o caracterizam quando abordado pelo discurso de candidatos filiados a partidos políticos divergentes.

O discurso sobre o tema “corrupção” nos Programas de Governo dos candidatos à presidência – Campanha Eleitoral de 2006

Os Programas de Governo, embora apresentem variações consideráveis em relação a sua estrutura composicional, agrupam discursos que se assemelham quanto à disposição temática. Todos os Programas submetidos à análise exibem em comum um grupo de temas. A diferença mais nítida entre eles está no modo como estes são abordados semanticamente por cada candidato. Selecionamos para análise discursos sobre o tema “corrupção”. Por ser um tema polêmico, é possível encontrarmos, mais facilmente, em sua materialidade marcas linguísticas que nos remetem a posições ideológicas partidárias. A respeito do tema em questão, pretendemos analisar, especificamente, traços semânticos que possam revelar as diferentes formações discursivas nas quais se inscrevem os Planos de Governo.

Fragmentos extraídos do Programa de Governo do candidato Cristovam Buarque – PDT

O Programa de Governo do candidato do PDT tem como objetivo principal discutir questões sobre a educação no Brasil. Outros temas considerados imprescindíveis em um projeto de governo foram deixados à margem nas suas discussões. A respeito do tema *Corrupção*, encontramos, dispostos de forma aleatória nas 16 páginas do projeto, os seguintes fragmentos:

(1) [...] A certeza da impunidade, numa sociedade em que *lideranças políticas dão o mau exemplo da corrupção* e de falta de compromisso com a coisa pública, serve de *incentivo à violência* [...] (p. 5).

(2) O processo democrático vive da credibilidade, mas nossas instituições a estão perdendo por causa da *corrupção generalizada*. [...] As velhas práticas do nepotismo, do fisiologismo e da *corrupção*,

pragas que impediam a democracia e o desenvolvimento, agora se reproduzem em maior escala (p. 7).

(3) [...] a eleição de um governo de esquerda que abdicou da mudança e deu continuidade a *expedientes repudiáveis, como a corrupção, causou geral frustração* (idem).

(4) [...] *Não se combate a corrupção, que corrói nossas instituições, com promessas ou discursos, mas com medidas. Deve-se fortalecer as instituições. Para isso, será necessário introduzir a gestão por resultados, a definição de metas e responsabilidades; reduzir os ministérios e órgãos públicos, incluindo os cargos comissionados de livre provimento pela metade; ocupação de 80% deles, obrigatoriamente, pelos servidores públicos, com melhoria da qualificação destes por meio do fortalecimento e ampliação das escolas de gestão* uma das quais exclusiva dos servidores (p. 14).

Observemos primeiramente que estes enunciados têm lugar, entre outras formulações, no intradiscorso das sequências discursivas no interior das quais eles foram produzidos: todos os enunciados figuram aí num contexto intradiscursivo de formulação, qual seja, os discursos que disseram os “escândalos políticos (*Mensalão, Mensalinho, Dossiê Tucano*) na imprensa. Os enunciados se inserem, pois, no interior de sequências discursivas constituídas pelos discursos que disseram a corrupção na mídia impressa num contexto intradiscursivo de formulação com o qual eles entretêm uma relação particular (nesse caso, os enunciados são tomados em *efeitos de diálogo*, na medida em que se constituem numa série de retomadas dos discursos sobre corrupção na mídia). Trata-se de uma relação horizontal, relevando de uma descrição do intradiscorso.

No entanto, os enunciados em questão estabelecem outros laços com formulações que se podem descobrir no seio do processo discursivo inerente à formação discursiva que os dominam, no caso, a formação discursiva democrática. Entre esses enunciados existe igualmente uma *rede interdiscursiva, ou vertical*. Como é o caso dos enunciados 2 e 3. “As velhas práticas do nepotismo, do fisiologismo e da **corrupção**, *pragas que impediam a democracia e o desenvolvimento*, agora se reproduzem em maior escala e “a eleição de um governo de esquerda que abdicou da mudança e deu continuidade a *expedientes repudiáveis, como a corrupção, causou geral frustração* . Nesses enunciados é possível observar

um diálogo interdiscursivo com o que seria o verdadeiro programa político de um autêntico governo de esquerda.

Nos enunciados em análise, é possível assinalar também que o tema corrupção aparece classificado numa espécie de paráfrase discursiva negativa como: “mau exemplo / “praga que impede a democracia e o desenvolvimento / “algo que corrói nossas instituições / “algo que causa frustração e “incentiva a violência . No terceiro fragmento, o candidato assume uma posição de indignação em relação aos “escândalos políticos que motivaram o aparecimento de inúmeros discursos sobre o tema na imprensa. Na perspectiva discursiva do sujeito enunciador PDT, a corrupção é concebida como *falta de integridade, de caráter, dos governantes*. Outro traço semântico atribuído ao tema diz respeito a sua *influência negativa no comportamento da sociedade*, como demonstrado no primeiro fragmento.

Fragmentos extraídos do Programa de Governo do candidato Geraldo Alckmin Coligação PSDB/PFL

Em seu Programa de Governo, o candidato da coligação PSDB/PFL tratou de forma particular o tema “corrupção , abordando-o em um item no final do projeto. Os fragmentos a seguir revelam aspectos importantes do discurso do candidato sobre o tema em questão:

(5) “O objetivo do governo deve ser *evitar o roubo e o desvio do dinheiro público* [...] .

(6) “*Acabar com a corrupção é o desejo da maioria da sociedade brasileira*. Um governo sério e honesto como o de Geraldo Alckmin, vai usar essa motivação na *luta contra os corruptos*. Primeiro, vai *garantir transparência* total na gestão dos recursos públicos e na prestação de contas aos brasileiros. *Vai ser obrigatório a todos os órgãos e entidades da administração pública federal a divulgação, em seus sítios na internet, de informações relativas às respectivas execuções orçamentárias e financeiras, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias*. [...] Além disso, o governo vai *estimular as denúncias dos cidadãos com a implantação de um sistema de Disque Denúncia Corrupção*, garantindo o anonimato dos denunciantes (p. 209) .

Estes enunciados, se, por um lado, tal qual os anteriores têm lugar, entre outras formulações, no intradiscorso das sequências discursivas no interior das

quais eles foram produzidos: todos os enunciados figuram aí num contexto intradiscursivo de formulação, por outro, a rede de formulação é distinta. Se os enunciados do Programa de Cristovam se filiavam intradiscursivamente aos discursos que disseram os “escândalos políticos na imprensa, os do Programa de Alckmin se filiam a um suposto desejo da sociedade brasileira de acabar com a corrupção: “Acabar com a corrupção é o desejo da maioria da sociedade brasileira .

A rede interdiscursiva ou vertical na qual os enunciados do Programa de Alckmin se inscrevem também é diferente da rede interdiscursiva dos enunciados do Programa de Cristovam. Neste último, a inscrição se dá a uma formação discursiva democrática e, no primeiro, a inscrição se dá numa formação discursiva técnica de gestão pública: “...vai *garantir transparência* total na gestão dos recursos públicos e na prestação de contas aos brasileiros. *Vai ser obrigatório a todos os órgãos e entidades da administração pública federal a divulgação, em seus sítios na internet, de informações relativas às respectivas execuções orçamentárias e financeiras, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias.* [...] Além disso, o governo vai *estimular as denúncias dos cidadãos com a implantação de um sistema de Disque Denúncia Corrupção*, garantindo o anonimato dos denunciantes (p. 209) . Nesses enunciados é possível observar, então, um diálogo interdiscursivo com o que seria com uma gestão pública técnica, desenvolvida nos mesmos moldes da gestão das empresas privadas.

Diferentemente do discurso do candidato anterior, a proposta de Geraldo Alckmin objetiva instituir mecanismos eficazes no combate à corrupção. A edificação de sistemas mais eficientes para fiscalizar a administração dos recursos por parte do governo federal e para controlar as instituições públicas suplantarão as falhas e as ilegalidades que vêm sendo cometidas contra o Estado. No discurso da coligação PSDB/PFL, *a corrupção resulta da ausência de ordem, controle e de fiscalização* nos domínios da administração desempenhada pelo governo. É interessante observar ainda que o tema é tratado somente pela perspectiva econômica, isto é, a corrupção não afeta diretamente e negativamente o comportamento social, já que “acabar com a corrupção é o desejo da maioria da sociedade brasileira . A principal preocupação da coligação PSDB/PFL é o fato de a corrupção afetar principalmente os cofres públicos.

Fragmentos extraídos do Programa de Governo do candidato Luiz Inácio Lula da Silva – PT

No Programa de Governo lançado pelo PT é possível observarmos a diluição de um posicionamento ideológico partidário sustentado por uma perspectiva mais radical em relação a temas considerados polêmicos, tais como: ‘política externa brasileira e ‘corrupção’. É possível observar inicialmente que o no programa em análise os enunciados que o constituem não marcam claramente um posicionamento ideológico em relação ao tratamento dado a temas como estes, mas sim apresentam um discurso que contempla aspectos diversos, um discurso mais “vazio de polemicidade no que diz respeito a sua filiação ideológica partidária, isto é, um discurso que não se inscreve, ou que não faz irromper, uma memória anterior acerca do PT. A memória do PT enquanto partido de esquerda combativo será atualizada ou esquecida no Plano de Governo de Lula somente quando necessária. De acordo com Courtine (2006), no discurso político a memória é estratégica; ela pode garantir, em determinados momentos, a continuidade de um discurso que busca sustentar um ideal político comum, que aproxime o povo do seu porta-voz. Especificamente sobre o tema corrupção, o Plano de Governo do PT traz os seguintes enunciados:

(7) O Governo Lula recebeu uma dupla herança negativa. Conjunturalmente, *em 2002, o país sofria os efeitos das políticas implementadas pela coligação PSDB-PFL, que frearam o crescimento, concentraram renda e riqueza, debilitaram o Estado, generalizaram a corrupção, afetaram o equilíbrio regional, fragilizaram a segurança energética, comprometeram a soberania nacional e deixaram o país à beira de uma nova crise macroeconômica* (p. 5).

(8) *A Reforma do Estado assegurará mais transparência e um maior controle social, além de propiciar meios mais eficazes para combater a corrupção e o burocratismo. O fortalecimento da Controladoria Geral da União, a adoção de controles externos e públicos dos órgãos federais e estaduais e a modernização da legislação garantirão celeridade e rigor dos processos de julgamento e punição dos corruptos* (p. 13).

(9) Algumas das propostas do candidato sobre o tema:

Continuar a fortalecer os órgãos de controle e investigação do Poder Executivo [...].

Aperfeiçoar os mecanismos de investigação, detecção e punição do enriquecimento ilícito e de lavagem de dinheiro.

Ampliar a transparência, o controle e a eficiência das compras governamentais, promovendo o monitoramento sistemático de certames licitatórios, buscando identificar padrões de comportamento de empresas participantes e desvios-padrão nos preços de aquisição de bens e serviços.

Priorizar ações de prevenção à corrupção, especialmente quanto ao permanente incremento da transparência pública e do controle social. (p. 23).

O contexto intradiscursivo de formulação dos enunciados do Programa do candidato Lula é bastante distinto dos anteriores. Se estes últimos se inseriam no interior de sequências discursivas constituídas pelo discurso da mídia e pelo discurso do desejo da sociedade brasileira, os primeiros se inserem em sequências constituídas pelo discurso da herança negativa herdada de governos anteriores: “O Governo Lula recebeu uma dupla herança negativa. Conjuntamente, em 2002, o país sofria os efeitos das políticas implementadas pela coligação PSDB-PFL, que frearam o crescimento, concentraram renda e riqueza, debilitaram o Estado, generalizaram a corrupção...”. Os enunciados atualizam uma memória discursiva negativa do governo FHC.

A formação discursiva que domina os enunciados do Programa do candidato Lula se por um lado é distinta da formação discursiva que domina o Programa do Candidato Cristovam, por outro, é bastante próxima da formação discursiva do Programa do candidato Alckmin, qual seja uma formação discursiva reformista, que defende a modernização do Estado: “A Reforma do Estado assegurará mais transparência e um maior controle social, além de propiciar meios mais eficazes para **combater a corrupção e o burocratismo**. O fortalecimento da Controladoria Geral da União, a adoção de controles externos e públicos dos órgãos federais e estaduais e a modernização da legislação garantirão celeridade e rigor dos processos de julgamento e **punição dos corruptos**”. Nesses enunciados é possível observar um diálogo interdiscursivo com os discursos neoliberais sobre a gestão pública. Em outros termos, observa-se uma atualização da memória discursiva do Estado mínimo enquanto executor de ações e Estado máximo enquanto fiscalizador das ações.

O PT, como demonstra o primeiro fragmento, situa seu discurso sobre o problema da corrupção no Brasil em um tempo passado. *A corrupção é tratada como um fator de ordem histórica* que só será contornado amplamente se houver a continuidade de políticas de ‘Reforma do Estado’ já iniciadas pelo governo Lula. Nas propostas do candidato, as formas verbais “continuar a fortalecer / “aperfeiçoar / “ampliar a transparência” corroboram a ideia de *processo*. Ou seja, a reeleição de Lula será a garantia de que medidas mais eficazes e transparentes no combate à corrupção não terão seu curso interrompido.

Fragmento extraído do Programa de Governo da candidata Heloísa Helena – PSOL

Em relação aos Programas de Governo dos partidos analisados anteriormente, o Programa de Governo da candidata do PSOL apresenta uma estrutura bastante diferenciada: sua proposta está disposta, no máximo, em duas páginas, não há uma organização dos temas em tópicos e a abordagem feita sobre eles é muito restrita. Inicialmente, tentamos buscar junto ao Comitê o referido documento. Como resposta recebemos em anexo uma página da internet contendo apenas uma notícia que fora divulgada pela *Folha de S. Paulo* em julho de 2006, na qual havia algumas justificativas para o atraso do partido em divulgar seu Programa de Governo. Posteriormente, encontramos em um dos sites do partido um documento intitulado **“Programa de Governo de Heloísa Helena - PSOL”**. Nas poucas linhas, o tema corrupção aparece citado da seguinte forma:

(10) “Democracia nos sindicatos e nos movimentos sociais e dos meios de comunicação com um novo sistema de comunicação para não marginalizar os movimentos sociais. *O PSOL também pretende o combate à corrupção policial e política e a criminalização dos movimentos sociais. Democratizar as forças policiais e o Exército. Estão também no programa a criação de uma plataforma ecológica, o combate ao racismo, a emancipação das mulheres e a defesa dos aposentados, minorias nacionais e livre expressão sexual [...]* .

Os enunciados do Programa da candidata Heloísa Helena se inserem no interior de sequências discursivas constituídas por discursos diferentes dos anteriores, visto que os enunciados da candidata têm lugar em outra formulação, qual seja, a dos discursos que inserem a corrupção numa relação de equivalência de sentido com a criminalização dos movimentos sociais. “Democracia nos sindicatos e nos movimentos sociais e dos meios de comunicação com um novo sistema

de comunicação para não marginalizar os movimentos sociais . Os enunciados que constituem o Programa da candidata Heloísa estão inscritos numa formação discursiva que defende a ampliação da democracia como uma das formas de combater não só a corrupção, mas também outros crimes. Em outros termos, para o programa de Heloísa Helena a corrupção está no mesmo patamar da criminalização dos movimentos sociais. “O PSOL também pretende o combate à corrupção policial e política e a criminalização dos movimentos sociais. Democratizar as forças policiais e o Exército. Estão também no programa a criação de uma plataforma ecológica, o combate ao racismo, a emancipação das mulheres e a defesa dos aposentados, minorias nacionais e livre expressão sexual [...] . Nesses enunciados, diferentemente dos anteriormente analisados, é possível observar um diálogo interdiscursivo com os discursos que dizem a democracia no seu sentido pleno, isto é, como um sistema de governo que se compromete com a defesa de direitos políticos iguais para todos os cidadãos, tais como a liberdade de expressão e opinião, de organização política.

No discurso da candidata Heloísa Helena há marcas de posições ideológicas clássicas da frente esquerdista; em seus enunciados há o uso de sintagmas que produzem um tom de militância. Está bastante presente no discurso do PSOL enunciados sobre a democratização do país e sobre o comportamento do Brasil em relação à política externa. Um discurso dessa ordem objetiva atualizar uma memória histórica acerca das características que definem um partido como pertencente à esquerda no Brasil. Quanto ao tema corrupção, este é apenas citado pela candidata. Diferentemente dos demais candidatos, não há uma abordagem considerada aprofundada a seu respeito. Esse tipo de funcionamento pode ser compreendido com base no que Maingueneau (2005) define como “sistema de restrição . De acordo com o autor, “[...] é inevitável que haja temas abundantemente desenvolvidos por um e que estejam ausentes em outros. O sistema de restrições de cada discurso deve / pode explicar essas divergências significativas [...]” (MAINGUENEAU, 2005, p. 87). Em resumo, o PSOL busca desenvolver apenas temas que estão plenamente em conformidade com seu sistema de restrição, isto é, temas que asseguram sua identidade, no âmbito político eleitoral, como partido de esquerda. Temas que não fazem parte desse sistema são citados, dado seu caráter de *tema imposto*.

Conclusões preliminares

Para Maingueneau (2005, p. 62-63), “o modo pelo qual um discurso se inscreve em uma conjuntura depende de sua natureza, das instituições que o sustentam [...]”. Ao pensarmos o tema corrupção por essa perspectiva, podemos admitir que o modo como se deu sua repercussão na mídia não foi tão determinante para sua inscrição na ordem das discursividades “possíveis”, num dado momento, sobre a situação política no Brasil. Os contextos de formulação tanto intradiscursivos quanto interdiscursivos dos enunciados analisados evidenciaram que além dos discursos da mídia outros discursos foram determinantes para a constituição do tema Corrupção nos Programas de Governos dos candidatos.

Como um dos objetivos deste trabalho foi analisar o tratamento semântico dado ao tema *Corrupção* no discurso político eleitoral veiculado nos Programas de Governo, apresentamos um resumo da análise realizada, a fim de demonstrar os traços que diferenciam a abordagem feita por um discurso e a realizada por outro.

PARTIDO	TEMA CORRUPÇÃO
PDT	O tema é abordado sob uma <i>perspectiva social</i> . Seus reflexos negativos atingem negativamente o comportamento dos cidadãos.
PSDB/PFL	Trata o tema pela perspectiva estritamente político-administrativa. A corrupção é o resultado da <i>falta de ordem, controle e fiscalização</i> rigorosa e eficiente do funcionamento da administração pública.
PT	Busca demonstrar que a corrupção é um <i>problema histórico</i> , localizado, prioritariamente, na administração realizada pelos governos anteriores ao seu.
PSOL	O tema é deixado à margem do seu discurso. A corrupção é apenas citada como uma ação que <i>abrange o âmbito político e policial</i> . A corrupção não é vista como um problema localizado (ela não atinge somente o âmbito da política brasileira), como o tratam os candidatos dos demais partidos analisados.

A partir da breve análise, foi possível encontrar divergências significativas no modo como cada candidato distribui e articula os temas que compõem o espaço discursivo denominado Programa de Governo. Assim, por exemplo, encontramos

no projeto do candidato Cristovam Buarque enunciados que se referem à educação no Brasil como prioridade, vista como forma única de inclusão social; já as propostas da candidata Heloísa Helena se assentam especificamente em torno da questão trabalhista e da independência externa do Brasil no plano econômico, enquanto a questão educacional é deixada em segundo plano. Quanto aos programas de governo dos candidatos do PT e PSDB, ambos não se atêm sobre um tema específico: não há uma questão particular que visa a delinear a identidade do partido, não há uma preocupação em (re)afirmar uma filiação ideológica partidária erigida historicamente, como acontece no discurso da candidata do PSOL.

Acreditamos que a nossa análise, apesar de carecer ainda de um maior aprofundamento, tenha apontado para o fato de o tema Corrupção ter funcionado no período eleitoral de 2006 como um “tema imposto por distintas redes de formulação tanto intradiscursivas quanto interdiscursivas, mostrando que cada candidato “pôde tratá-lo somente de acordo com o “sistema de restrição que rege sua produção discursiva.

A descrição do funcionamento desses discursos nos ajuda a visualizar entre outras questões a importância de se tentar articular categorias analíticas tais como a de semântica global e de formação discursiva com o objetivo de uma compreensão mais refinada das condições que possibilitam a emergência das discursividades nos dias atuais. Ademais, no nosso entendimento, tal articulação poderia evitar que se pense a irrupção das discursividades ora determinada por um gênero discursivo, ora determinada por um posicionamento ideológico. Embora nesse trabalho tenhamos detido o nosso olhar basicamente no elemento tema, trata-se de pensar enquanto condições de enunciabilidade dos discursos por conta mesmo da mudança no seu regime de materialidades,⁹ além do estilo verbal, do conteúdo temático, da estrutura composicional e da posição dos enunciadores na luta de classes, outros elementos tais como: as relações intra e interdiscursivas, a intertextualidade; o vocabulário; o estatuto do enunciador e do destinatário; a dêixis enunciativa; o modo de enunciação, a vocalidade e o modo de coesão do discurso.

⁹ No entendimento de Courtine (1999, p. 12) “não se faz a mesma Análise do Discurso político, quando a comunicação política consiste em comícios reunindo uma multidão em torno de um orador e quando toma a forma de *talk-shows* televisivos aos quais cada um assiste em casa. Também não se faz a mesma Análise do Discurso independentemente dos preconceitos, das compartimentalizações sociais e ideológicas, das polêmicas antigas ou recentes; tudo isso exerce suas restrições sobre o discurso das ciências humanas, na escolha de seus temas, na definição dos objetivos, na produção de recortes formais .

BARONAS, Roberto Leiser; MANENTI, Regiana Perpétua. From the discursive formation to the global semantic: a short analysis of the subject “corruption in government programs in the 2006 presidential election. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 61-79, 2009.

ABSTRACT: *In this paper, from a French Discourse Analysis Theory approach, we analyzed the political discourses produced in the Government Programs of candidates for Brazil's presidency in 2006 election. We worked on how the corruption theme circulated in different government programs. First, we analyzed the notion of discursive formation, proposed by Jean-Jacques Courtine (2007) in “Discourse Analysis: the Communist discourse addressed to Christians, in order to see how the enunciations that refer to the corruption theme are used in interdiscursive and intradiscursive filiations networks, and, lastly, we checked how this theme is regulated by a whole set of semantic restrictions that authorize that which can and must be said in the discourse within the aspect of the global semantic concept created by Dominique Maingueneau (2005), in Gênese dos Discursos. These restrictions simultaneously affect the intertext relationship; the vocabulary; the subject matter; the statute of the speaker and of the listener; the enunciative degree; the manner of enunciation, the vocality and the cohesion of the discourse. The empiricist analysis material is comprised of extracts taken from Government Programs presented by Cristovam Buarque – PDT, Geraldo Alckmin – PSDB, Luiz Inácio Lula da Silva – PT and Heloísa Helena – PSOL.*

KEYWORDS: *Discourse. Discursive Formation. Global Semantic. Politics.*

Referências

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. (Org.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Tradução de Heloisa Monteiro. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999. p. 15-23.

_____. **Metamorfoses do discurso político:** derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

_____. El concepto de formación discursiva. In: BARONAS, R. L. **Análise do Discurso:** apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Tradução de Juan Magarinos. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 4.ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1995].

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

EXISTE AUTORIA NA ORALIDADE?

Juliane da Silva BARROS¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir a hipótese segundo a qual se defende a autoria na oralidade. Investigo essa face da questão em razão de estudar a constituição da autoria na escrita. Neste artigo, mobilizo tanto a análise de dados que permitem propor a questão como discuto as pesquisas de Tfouni (2001), que, pioneiramente, investiga a autoria na oralidade. Após a análise, a posição que gostaria de firmar é que a autoria não é uma característica da oralidade; diferentemente, onde se supõe sua presença, estariam em evidência marcas de letramento, fruto de *performances* dos sujeitos produtores de linguagem. A questão, contudo, é polêmica e sugere a inclusão de outros pesquisadores no debate, uma vez que se trata de uma noção importante e ora muito reivindicada no interior dos estudos de texto-discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Autoria. Metaenunciação. Oralidade. *Performance*. Letramento.

Introdução

Gostaria de discutir neste texto a hipótese de (in)existência de autoria na oralidade. Durante um bom tempo me ocupei dessa hipótese, para depois abandoná-la, por não haver encontrado sustentação. Mas, como acredito que minhas conclusões não são a última palavra sobre isso, gostaria mais uma vez de lançar o tema à crítica, porque a polêmica sobre ele será mais interessante do que os resultados de uma possível análise malsucedida. Por trabalhar com a temática da autoria, investiguei a possibilidade de atestar sua constituição em textos orais e

¹ Unidade Acadêmica de Garanhuns, UFRPE, Garanhuns, PE, Brasil. juliene@uag.ufrpe.br

tentei provar isso com os instrumentos teórico-analíticos existentes. Não encontrando a consistência necessária para afirmar esse conceito como uma categoria analítica, ponho novamente o ponto em discussão. Vou, portanto, recuperar aspectos da pesquisa empreendida, mostrando como foi o percurso em face dessa questão, a partir de uma análise de dados, bem como as falhas a que me conduziu o raciocínio anterior, para, após, discutir também o que acredito ser equívocos de outras análises que tentam provar a autoria na oralidade. Antes, porém, façamos uma breve explicitação dos termos que serão aqui mobilizados.

Sobre a autoria

Em pesquisas que culminaram com minha tese de doutoramento,² procedi a uma análise textual-discursiva das *intercalações*. Trata-se de manifestações metaenunciativas as quais interpreto como *indícios de autoria* (POSSENTI, 2001), considerando como características definidoras desse conceito *a organização textual*, *a competência genérica* e *a singularização do sujeito autor pelo estilo* (BARROS, 2004).

A base de minhas análises sempre foram fenômenos que ocorrem no contínuo textual, como as inserções demarcadas por parênteses, travessões, as longas excursões delimitadas pelos chamados marcadores de digressões, bem como outros fenômenos deslocados para a perigrafia textual, como as notas de rodapé. Muitos desses fenômenos já foram objeto de diferentes análises que se originam tanto em estudos de texto³ como em estudos de discurso,⁴ e as conclusões a que chegaram sobre eles muitos analistas divergem, mas tocam, cada uma a seu modo, numa questão que julgo como sendo essencial em sua definição. Trata-se da relação entre metaenunciação e ação ou trabalho do sujeito, ou seja, a metaenunciação é, em diferentes pesquisas, um lugar privilegiado para se estudar a questão da subjetividade e do funcionamento textual-discursivo, independentemente de qual seja a orientação teórica adotada.

Na pesquisa empreendida sobre essa questão, procurei ampliar um pouco a discussão, propondo: uma re-definição da metaenunciação em termos textuais-

² Tese defendida no Instituto de Estudos da Linguagem, em 2004, com o título *Intercalação, Meta(enunciação) e autoria: uma análise textual-discursiva da interposição*. Nesse texto, propus uma nova definição de autoria.

³ KOCH (1998), JUBRAN (1991).

⁴ AUTHIER (1990), PAIVA (1999).

discursivos, uma vez que os fenômenos aí incluídos têm natureza dúplice, atendendo tanto à textualidade como à discursividade; uma inclusão de outras manifestações na mesma classe, pois as diferentes análises tratavam em separado inserções, digressões e notas de rodapé; e uma re-consideração geral desses fenômenos, como *indícios de autoria*, à luz das discussões de Possenti (2001).

Em face dessa proposta e tendo sido ela fruto da análise das intercalações, não pude deixar de me questionar sobre a possibilidade de estudar autoria na oralidade. Mas o conceito tem sido relacionado tradicionalmente à escrita. Pesquisas como as de Orlandi (1990), Possenti (2001, 2002), por exemplo, afirmam ou implicam essa posição.

Tendo considerado pertinente problematizar essa restrição, dei voz a posições teóricas, por um lado, e a dados, por outro, para avaliar a possibilidade de defender ou não a posição inversa. Do lugar teórico de onde me encontro, mobilizei conceitos como *continuum* entre fala e escrita, gênero e letramento, que, de modos diferentes, reafirmam as relações entre as duas modalidades, razão pela qual se faz possível indagar por que há autoria na escrita e não na fala. O que organiza então a fala? Mas, além de tais posições, ou mesmo antes de tomar conhecimento mais detalhado dessas importantes discussões, as intercalações já me colocavam a questão pelo fato de materializarem-se também na oralidade. Um outro motivo importante para essas cismas foi a leitura dos trabalhos de Tfouni (2000, 2001), que se inscrevem nessa direção.

Por motivações teóricas e instigada pelos dados, em síntese, propus a hipótese de que se poderia analisar a autoria na oralidade.⁵ Mas, com o aprofundamento dessa reflexão, vejo-me obrigada a desconfiar de tal reivindicação.

Intercalações da oralidade: indícios de autoria ou marcas de letramento?

Mesmo tendo feito apelo a posições teóricas, o principal argumento para defender a hipótese de autoria na oralidade era a emergência de intercalações nessa modalidade. Considerando que intercalações podem ser indícios de autoria, é possível tratar da mesma forma as intercalações que emergem em manifestações

⁵ Sobre isso, falei em dois encontros: Congresso Internacional da Abralín (2003) e Seminário Internacional de Análise do Discurso (2002).

enunciativas orais? O que há na literatura a esse respeito? Quais as implicações de assumir uma hipótese assim?

Passemos à análise de intercalações orais. As formas específicas de metaenunciação que estou considerando como indícios de autoria ocorrem, com importantes variações, tanto na fala como na escrita. Embora ocorram mudanças de acordo com os diferentes gêneros ao longo do *continuum* e também pelas condições de produção específicas de cada gênero, as funções dos segmentos interpostos são, grosso modo, as mesmas. Isso não apenas estreita os laços entre as duas modalidades, mas também reafirma que se trata apenas de manifestações enunciativas diferentes e que o sujeito que tem domínio das duas, manifesta-se e constitui-se por meio de ambas. Isso, em princípio, não quer dizer que, porque há uma intercalação na fala, há autoria na oralidade. Intercalações são fenômenos enunciativos que emergem nos mais diversos gêneros, mas, se podem ser interpretadas como indícios de autoria é o que precisa ser discutido.

Passemos à observação de alguns dados. Destacarei a recorrência de intercalações na produção de um sujeito, cuja competência metaenunciativa é destacável. Trata-se de um sujeito adulto, professor universitário Carlos Franchi. Vejamos, inicialmente, como sua fala é permeada de intercalações diversas. Em conferência, Franchi faz várias interposições no curso de sua enunciação, como pode ser observado nos fragmentos abaixo.

(1) Pierce dizia que, provavelmente, *nós estamos dotados (ele não falava geneticamente, mas eu vou usar o termo), nós estamos dotados* de alguma forma geneticamente, para, observando o mundo, ser capaz de correlacionar idéias, correlacionar intuições e produzir, a partir disso, alguma proposição, que, sem saber se faz sentido, é a proposição que faz sentido no momento para o processo de pesquisa.⁶

(2) Proposições “tornam (*vamos pôr entre aspas, mas é o que Pierce diz*) tornam de repente natural a explicação daquele fenômeno com o qual eu me surpreendia.

Nesses casos, como é muito comum de ocorrer com intercalações na oralidade, há uma repetição de termos demarcando o começo e o fim da intercalação. O termo ou expressão a partir do qual a enunciação é suspensa, por efeito da interposição metaenunciativa, é repetido após o comentário, configurando, desse modo, o encaixe, com os marcadores que o destacam.

⁶ Esses dados foram transcritos a partir de uma produção oral em vídeo, e tanto a pontuação como a parentetização foram feitas por mim, pois, mesmo nos casos onde não há a marcação dada pela repetição ou por outros marcadores verbais, a intercalação é identificada pelo ritmo, pela entonação e ainda pelo gestual.

E isso não se faz apenas com as curtas intercalações. No caso a seguir, há uma longa intercalação sobre a qual o sujeito demonstra controle, pois delimita-a, conduzindo adequadamente a progressão textual e a organização tópica.

(3) Primeiro é que essas representações, que constituem a maneira pela qual eu manifesto as minhas primeiras hipóteses a respeito do objeto, elas têm que ser, elas mesmas, para produzir um objeto chamado conhecimento, elas precisam, elas mesmas, ser, intrinsecamente primeiro, relacionadas e correlacionadas entre si, de forma harmônica e sem contradição. *VOU LANÇAR UM EXEMPLO. Suponha que de repente eu tenha um insight. Eu observo que, quando eu falo, as pessoas, cada uma, cada uma das pessoas que aqui estão, podem me entender de uma forma completamente diferente. No final, elas podem me dizer: esse é um formalista. Ou outros podem dizer: esse é um terrível dematê inacreditável do conhecimento científico, etc. etc. Outros podem dizer: que interessante, ele conseguiu reproduzir um processo. Por que isso ocorre? Isso ocorre porque obviamente as representações não são em si mesmas formas de conhecimento. Elas só se interpretam na medida que elas são conjugadas ao conhecimento do outro, às representações que o outro tem ao fato de que o outro observou a sua própria experiência. Ora, isso cria um segundo momento de absoluta insegurança. O primeiro momento é aquele em que a partir de não sei onde eu tenho um insight abduativo. O segundo momento é quando, transformando em representações esse meu objeto, eu submeto essas representações à interpretação do outro. E nessa hora eu posso dizer então, fazendo uma hipótese forte sobre o sentido, que o sentido se constrói exclusivamente no contexto da interlocução. E, ao lado, suponham que quando eu tenho um outro insight. Logo, dada a história de cada um, o sentido é histórico e antropológicamente constituído. E, nesse momento, eu me coloco numa terrível contradição. A primeira hipótese, que suporta fortemente a idéia de uma compreensão contextual e imediata das minhas representações. Aliás, perfeitas. A segunda hipótese diz que nós somos seres históricos mas a hipótese de que todo sentido se construiu naquele momento é anti-histórica. Porque nós não somos nós mesmos a não ser pela nossa própria história; isto é, por uma longa e enorme transição, que, de longa data, vem, constituindo para cada um desses termos aquilo que a gente poderia chamar uma certa regionalidade do sentido. VAMOS VOLTAR, ESSE FOI SÓ UM EXEMPLO. NÃO SEI SE FOI O MELHOR; MAS SERVE.* A idéia é, e para mim é importante, que não basta ter *insights* e hipóteses para constituir o patamar do trabalho científico. Não para a ciência. Nós estamos aqui falando desses programas de pesquisa (...)

Uma longa interposição dá corpo a uma forma enunciativa mais específica uma exemplificação , a qual é devidamente ressaltada por marcadores verbais: *VOU DAR UM EXEMPLO; VAMOS VOLTAR, ESSE FOI SÓ UM EXEMPLO.*

A abundância das intercalações na oralidade de Franchi não se resume às interposições com marcação verbal. Não havendo parênteses e travessões e outros sinais gráficos, a marcação não-verbal é feita por recursos como a entonação, o ritmo, e o gestual, os quais contribuíram para identificar as intercalações abaixo.

(4) Uma certa ocasião eu tive que fazer uma tese de doutorado (*muitos tiveram que fazer e todos sabem qual é o sofrimento de fechar a tese de doutorado*), e nesse momento me passou pela leitura, num livro sobre o entendimento de Leibniz, uma frase que me consolou

(o problema é que me consolou). Mas é preciso prestar bem atenção nessa palavra, porque ela é perigosa no trabalho científico...

(5) A abdução é uma parte de um longo processo pelo qual se constrói o patamar de um programa científico. O segundo passo pelo qual, pelo menos segundo Peirce e na forma que ele escreve (*e a gente pode até modular e completar certas informações de Pierce porque é ele muito linear; e eu não acho que as coisas sejam tão lineares como Pierce diria, mas são dialéticas*), é que, assumidas essas proposições ou tomados esses *insights* iniciais como ponto de partida da ciência, eu não posso parar aí. Isto é, há um problema de divisão de trabalho.

(6) O outro é como essas hipóteses são submetíveis ao raciocínio lógico, e para Pierce, eu também, não há forma de raciocínio a não ser o matemático. (*Não é à toa que o pai dele era um grande professor de matemática*). Não importa que seja só matemático. Mas importa que algum processo de Pierce tenha alguma lógica...

Além de tratar-se de uma mudança de propósito, da interposição de um dizer específico em relação ao que se diz, o comentário intercalado é acompanhado por aspectos não-verbais que o identificam.

Diante desses dados, vamos retomar as características da autoria antes apresentadas. É importante retomar que, a partir da rediscussão dos trabalhos de Orlandi e Possenti, proponho uma definição do conceito de autoria, que leva em conta os indícios de trabalho do sujeito no que se refere à *organização textual*, ao *domínio* e à *intervenção no/do estilo dos gêneros* e à possibilidade de *singularização*, por via da constituição do estilo individual.

Com relação aos fragmentos da fala do sujeito em questão, será redundante discutir questões relacionadas à *organização textual*, no texto oral, pois isso pode ser percebido não apenas no trabalho de intercalar, mas nos recursos usados para destacar as intercalações, articulando-as adequadamente no curso de sua exposição.

Sobre *domínio dos gêneros*, não se pode ver aí, pelas intercalações que emergem ou pelo tipo, uma característica particular de um deles, porque, como já destaquei (aliás, como já foi destacado por Clélia Jubran em seus muitos trabalhos sobre os parentéticos), a oralidade é um domínio muito profícuo para a emergência das intercalações diversas. De qualquer forma, o fato de tratar-se de uma palestra, numa mesma redonda, com tema e tempo marcados, parece justificar, não exatamente a emergência, mas o cuidado com a sequenciação textual, indiciado, em muitos casos (além dos discutidos), pelo cuidado com a marcação, para que se cumpram tema e tempo de acordo com as expectativas (mas há sujeitos que fazem isso nas conversações mais espontâneas, digamos assim), conforme o gênero palestra.

Existe autoria na oralidade?

De todo modo, o efeito de controle observado nos dados orais de Franchi não é suficiente para se afirmar que é por aí que se define sua autoria; talvez se possa dizer que ele leva para a fala um controle característico de sua escrita.

Uma breve observação de dados de sua escrita tornará possível a observação não só da simpatia, digamos, de Franchi por intercalações, como um controle, mais óbvio na escrita, em relação a isso. Sua preferência pode ser observada nas duas manifestações enunciativas. No dado a seguir, retirado de sua tese de doutorado, há um gesto curioso que merece destaque. O autor faz notas de rodapé, indicadas como tais (*Nota 1*, por exemplo), mas no corpo do texto, destacadas com itálico, em fonte menor, no alinhamento de parágrafo.

(7)

que procuram levar até às últimas consequências. Sugerimos, ainda, que o modelo de Chomsky, no fundamental, constitui uma representação formal das informações dessa descrição estrutural das orações em termos de propriedades sintáticas e morfológicas e de propriedades lexicais. Tomaremos, por isso, Chomsky como interlocutor privilegiado neste parágrafo. Começaremos pela apresentação sumária de um quadro panorâmico de sua concepção da gramática, para que a discussão de alguns de seus aspectos específicos possa ser 'localizada' no esquema coerente de sua teoria.

Nota 1

Embora para Bloomfield as formas linguísticas "não possam separar-se de seus significados", pelo que seria pouco interessante "estudar apenas o som da língua sem considerar, de alguma maneira, o significado" (Bloomfield, "Meaning", *Monatshefte für Deutschen Unterricht*, 35, ps. 101-106, apud Elson e Pichett, 1962, p. 30), essa afirmação se reduz muito por estar ligada a uma concepção de significação em termos de um behaviorismo ainda empregado, como a "situação em que o locutor a 7 enuncia e a resposta que provoca da parte do ouvinte" (Bloomfield, 1933, p. 132 e seqs.) e por depender do princípio geral / ou postulado básico de toda descrição gramatical: "As formas / gramaticais não fazem exceção ao princípio geral - a que mais propriamente deveríamos chamar um 'postulado' - segundo o qual a língua não pode transmitir senão os sentidos que são ligados a alguns traços formais". Esses traços formais não são somente certas características fonológicas, mas ainda a disposição relativa dessas formas fonéticas (cf. obra citada, p. 159). Por / isso, toda oração "pode ser totalmente descrita em termos de formas gramaticais" (morfológicas e distribucionais) enquanto a significação deve ser considerada independentemente, em termos de outras ciências, e não nos termos próprios a linguística (cf. obra citada, ps. 133; ps. 158-159).

Háida repete o mesmo postulado Bloomfieldiano: "o sistema linguístico não pode ser descrito isolado de suas formas e de suas distribuições... Não existe significado separado da forma" ("A system for the description of semantic elements", *Word*, 7, ps. 1-14, apud Elson e Pichett, 1962, p. 30).

Harris, que leva sempre ao excesso as sugestões de Bloomfield, tanto na análise sintática quanto nas considerações dos problemas de significação, procura uma relação entre a estrutura sintática (definida em termos distribucionais) e a estrutura semântica (considerada como independente da linguagem, uma organização "da experiência subjetiva", ou um "mundo subjetivo de significações" resultantes da atividade geral do homem e de suas "respostas" em situações concretas). Se se pode pensar em um "modo linguístico" de determinação do sentido, será sempre em função de uma regularidade distribucional; uma aproximação da estrutura semântica se fará, quando possível, estabelecendo certos aspectos semânticos em função de relações distribucionais mensuráveis (cf. particularmente, Harris, 1954, ps. 23-28). Givón, em "Estruturas Sintáticas" (Chomsky, 1957, b,

não pensa de modo muito diferente. "É impossível, evidentemente, provar que noções semanticas não têm nenhuma utilidade gramatical, da mesma forma que é impossível provar a não pertinência de toda outra conjunção de noções dadas. Mas o estudo de tais sugestões ambíguas, parece, invariavelmente a conclusão / de que somente uma base puramente formal pode oferecer apoio / seguro e sólido para a elaboração de uma teoria gramatical". Essa base puramente "formal" se concebe tomando "formal" em / dois sentidos, que Chomsky, no trecho considerado, conjuga e assimila; contrastado a noção de "intuitivo", "não explícito", mas também contrastado as noções de caráter semântico. Veja-se por exemplo, a passagem: "Essas correspondências (entre "traços semânticos e formais") devem ser estudadas no quadro de uma teoria mais geral que compreendesse, como sub-partes campo / nortas, uma teoria da forma linguística e uma teoria da utilização da linguagem"... "Terro determinado a estrutura sintática da língua, poderemos estudar o modo pelo qual essa estrutura se utiliza no funcionamento real da língua"... "Em outros termos, nos gostaríamos que o quadro sintático da língua, isolado e esclarecido pela gramática, pudesse servir de base à descrição semântica, e naturalmente apreciaríamos mais que uma teoria da estrutura formal que conduziara à construção de gramáticas, satisfizessem mais completamente essa exigência. A estrutura sintagmática e a estrutura transformacional parecem fornecer os princípios necessários que visam a língua para ex primar e organizar o conteúdo" (obra citada, ps. 111-112). Nos gráficos. Na crítica à noção de "sentido estrutural" Chomsky vai mais longe, na direção do distribucionalismo, visando a explicar que qualquer tipo de "relação semântica" possa servir à determinação de categorias contextuais. "Em geral, diz-se - quando distribuímos uma sequência de morfemas, as suas sequências de posições (de "brancos") estruturais disponíveis, / limitamos a escolha dos elementos que podem inserir-se nelas, para formar uma frase gramatical. As diferenças, quaisquer sejam, entre os morfemas, no que respeita a essa propriedade, se explicam melhor por meio de noções gramaticais, como produtividade, liberdade de combinação, extensão da classe de substituição, do que por meio de qualquer traço proximal de significação" (p.115, na obra citada).

Chomsky, a partir da versão da sua teoria que se lê em "Aspectos da teoria sintática" (Chomsky, 1965), inclui na gramática três diferentes componentes - o sintático, o semântico, e fonológico. E se dedica pela centralidade de componentes sintático, que fornecerá a base à representação seriada da fonológica das orações, na linha de seus estudos anteriores (cf. nota 1 acima). Sem realizando tal decisão, apesar de in- / sistentes críticas, até seus últimos escritos. Trata-se para / Chomsky de uma prioridade léxica e notocológica, embora procure justificar sua escolha por argumentos de natureza puramente / não sempre "linguística", mas se derivados de observações de caráter acústico, relativas ao processo de aprendizagem de líng.

Não há notas na perigrafia, quer seja a chamada posição de rodapé ou de fim do capítulo ou do texto; todas estão alocadas no *continuum*. Isso é curioso, porque as intercalações que, tipicamente, emergem no *continuum* são deslocadas para a perigrafia; aqui, típicas intercalações de perigrafia, assumidas como tais, inclusive porque são chamadas “notas”, são deslocadas para o *continuum*, cravando um espaço no domínio que seria apenas das intercalações presentes (que, aliás, são muitas, delimitadas por parênteses, travessões, vírgulas e outras). Eis aí um caso em que uma mesma nota toma praticamente duas páginas do texto. E esse não é o único caso: há muitas notas, nem a única forma: há várias notas juntas numa mesma página, há notas curtas, apenas com indicação de referência, mas todas lá, no *continuum* textual.⁷

É necessário considerar que esse texto foi datilografado, não havendo o recurso do *Windows Word* para efetuarem-se intercalações deslocadas. Mas, justamente por isso, havia a prática de deslocar as intercalações para o fim dos capítulos e/ou do texto. Franchi não opta por essas possibilidades, fazendo uma escolha que, por si só, tem um efeito estilístico interessante, pois traz a perigrafia para o *continuum* de um gênero tradicionalmente mais rígido, cujo estilo, excluiria, em princípio, essa intervenção.

Conquanto esse gesto seja singular, não é possível falar da *singularidade* de Franchi tomando-o por base, inclusive porque essa suposta tendência não se firma (há contra-exemplos...).

⁷ Gesto semelhante foi encontrado na escrita de Possenti, em sua tese de doutorado, onde também não há notas, mas tudo que seria reconhecido como conteúdo de nota está no *continuum*, entre parênteses.

e, como prática referencial de análise, uma análise em condições laboratoriais, marcando cada aspecto estrutural relevante nas análises, que contribua a descrição estrutural dos exemplos como resultado de um processo de segmentação e classificação? De fato, a representação formal contém informações sobre o processo, pelo qual se dividem as relações em uma hierarquia de constituintes até se atingir os mínimos com valores gramaticais e sobre como cada subconstituinte se associa a condições de atuação de categorização e subcategorização que se dividem e subdividem, ainda, sobre a "ordem" dessas estruturas que se relaciona a uma "ordem lógica" ou nomenclatura constituintes na estrutura superficial dos exemplos de língua considerada. E, portanto, pela, a forma das expressões observadas, transportada para o nível formal propriamente dito, aquelas que não se incluem em uma análise explícita, trata-se de um modelo de estrutura superficial em que se constata em um plano posterior de atuação da língua, ou seja, o das relações nomenclaturais e o das relações lógicas, com que se expressam essas relações (cf. Seuren, 1965 II, pp. 127-130).

Como componentes estruturais, o componente lógico de uma língua é representado através de uma forma verbalizada a ser interpretada em termos de dois sistemas independentes: o sistema de representação fonética e o sistema de representação léxica. A significação poderá somente ser explicitada quando se dispuser de uma forma formal da língua verbalizada.¹¹ É verdade que ao aspecto de forma se atende de forma, também formalmente, do problema do

¹¹ Apesar da importância de Chomsky em termos de análise de estruturas estruturais, sempre está claro que ele é um representante de uma visão de linguagem que se limita ao tempo da forma das estruturas e da fonologia, e à construção da própria análise, de relações de interpretação de textos, de mecanismos e a modo formal, de processo de observação verbal. Na verdade, a maioria dos estudos de estruturas linguísticas se mostram independentemente da forma pela qual se realizam de, portanto, se relacionam ao mesmo tempo independente de serem interpretados por outros modelos que são capazes de explicitar, a saber "abstrato" correspondem a priori uma "forma", um nível lógico estrutural independente de que se podem ser ou de forma verbalizada, as relações lógicas que se relacionam independentemente das relações representadas pelo componente estrutural lógico. Uma análise de uma língua é, portanto, possível apenas se através e através da língua sobre um plano de forma que se pode ou de outra forma. Portanto, porém, a saber as observações de Hjelmslev (1961).

¹² Em termos lógicos, a saber a análise de uma língua, por exemplo e portanto o sistema de representação verbalizada se relacionam independentemente, sobre um conjunto de regras categorizáveis de relações (relações de interpretação em uma forma verbalizada). Porém, porém, além disso, a "abstração de expressão", em Hjelmslev. O sistema verbalizado se relaciona como um sistema de relações em que se opera a partir de formas sobre o mundo e em particular a saber a forma de análise linguística. Porém, porém, a "abstração de expressão" em Hjelmslev, cuja natureza, está em relação a subconstituinte de expressão e a subconstituinte do discurso por meio de relações que se realizam sempre, sistemas sobre o mundo que se relacionam às estruturas, e a saber sobre o mundo e sobre o sistema de representação verbalizada. Porém, porém, a saber a natureza de Chomsky não é de fato, que se relacionam independentemente, sobre um conjunto de regras categorizáveis de relações (relações de interpretação em uma forma verbalizada). Porém, porém, além disso, a "abstração de expressão", em Hjelmslev. O sistema verbalizado se relaciona como um sistema de relações em que se opera a partir de formas sobre o mundo e em particular a saber a forma de análise linguística. Porém, porém, a "abstração de expressão" em Hjelmslev, cuja natureza, está em relação a subconstituinte de expressão e a subconstituinte do discurso por meio de relações que se realizam sempre, sistemas sobre o mundo que se relacionam às estruturas, e a saber sobre o mundo e sobre o sistema de representação verbalizada.

significação, mas a recepção de sentidos através estrutural e lógica, e sendo isso que não se pode, a saber a natureza de interpretação independente das regras de base, se relacionam com a natureza de interpretação (cf. Fodor e Katz, 1964, também Hjelmslev, 1961, pp. 126-127). Apesar disso, porém, pelo contrário da hipótese lógicas de caráter composicional de capacidade lógicas de forma e o conceito de significado das constituintes como resultado da composição da significação das estruturas que se complexa, a saber se aproxima das relações do processo de composicionalidade (composicionalidade) de Fodor. Neste caso, portanto, a saber a natureza de interpretação independente das regras de base, se relacionam com a natureza de interpretação (cf. Fodor e Katz, 1964, também Hjelmslev, 1961, pp. 126-127). Apesar disso, porém, pelo contrário da hipótese lógicas de caráter composicional de capacidade lógicas de forma e o conceito de significado das constituintes como resultado da composição da significação das estruturas que se complexa, a saber se aproxima das relações do processo de composicionalidade (composicionalidade) de Fodor. Neste caso, portanto, a saber a natureza de interpretação independente das regras de base, se relacionam com a natureza de interpretação (cf. Fodor e Katz, 1964, também Hjelmslev, 1961, pp. 126-127). Apesar disso, porém, pelo contrário da hipótese lógicas de caráter composicional de capacidade lógicas de forma e o conceito de significado das constituintes como resultado da composição da significação das estruturas que se complexa, a saber se aproxima das relações do processo de composicionalidade (composicionalidade) de Fodor.

Nesta hipótese existe grau de construtividade da estrutura se depende a depender estrutural da significação a natureza de interpretação, e sobre o componente das relações de interpretação, sua natureza funcional, não depende de que as expressões possuam um "sentido" por suas regras estruturais segundo construções sobre o mundo, em de fato de a saber se pode ou de outra forma. Porém, porém, além disso, a "abstração de expressão", em Hjelmslev. O sistema verbalizado se relaciona como um sistema de relações em que se opera a partir de formas sobre o mundo e em particular a saber a forma de análise linguística. Porém, porém, a "abstração de expressão" em Hjelmslev, cuja natureza, está em relação a subconstituinte de expressão e a subconstituinte do discurso por meio de relações que se realizam sempre, sistemas sobre o mundo que se relacionam às estruturas, e a saber sobre o mundo e sobre o sistema de representação verbalizada.

Uma outra maneira de tentar definir a "forma lógicas" pode demonstrar-se como segue: a saber se que as regras estruturais estruturais, se pode ou de outra forma. Porém, porém, além disso, a "abstração de expressão", em Hjelmslev. O sistema verbalizado se relaciona como um sistema de relações em que se opera a partir de formas sobre o mundo e em particular a saber a forma de análise linguística. Porém, porém, a "abstração de expressão" em Hjelmslev, cuja natureza, está em relação a subconstituinte de expressão e a subconstituinte do discurso por meio de relações que se realizam sempre, sistemas sobre o mundo que se relacionam às estruturas, e a saber sobre o mundo e sobre o sistema de representação verbalizada.

¹³ É claro que a natureza de interpretação independente das regras de base, se relacionam com a natureza de interpretação (cf. Fodor e Katz, 1964, também Hjelmslev, 1961, pp. 126-127). Apesar disso, porém, pelo contrário da hipótese lógicas de caráter composicional de capacidade lógicas de forma e o conceito de significado das constituintes como resultado da composição da significação das estruturas que se complexa, a saber se aproxima das relações do processo de composicionalidade (composicionalidade) de Fodor. Neste caso, portanto, a saber a natureza de interpretação independente das regras de base, se relacionam com a natureza de interpretação (cf. Fodor e Katz, 1964, também Hjelmslev, 1961, pp. 126-127). Apesar disso, porém, pelo contrário da hipótese lógicas de caráter composicional de capacidade lógicas de forma e o conceito de significado das constituintes como resultado da composição da significação das estruturas que se complexa, a saber se aproxima das relações do processo de composicionalidade (composicionalidade) de Fodor.

Em um artigo científico do mesmo autor, e num momento em que os recursos da tecnologia eletrônica permitem deslocar a intercalação para a perigrafia da mesma página, o autor faz uso dos recursos disponíveis e seu texto é permeado de intercalações deslocadas. Em praticamente 90% das páginas, há notas, em sua grande maioria, extensas, e, em muitos casos, mais de uma em cada página.

Franchi demonstra domínio notável e raro do texto, independentemente da enunciação ser oral ou escrita; e domínio dos gêneros, a ponto de inserir-se e dialogar, causando, só por isso, um efeito estilístico. Como tudo isso é indiciado por meio de sua preferência e competência com as intercalações, fica a hipótese, formulada a partir de indícios que emergem na escrita e na oralidade, de que a singularidade do estilo de Franchi poderá/poderia ser desvelada por meio do trabalho com as intercalações. Mas, quanto às intercalações, isso talvez queira dizer apenas que possíveis indícios por meio dos quais se analisaria sua autoria resvalam em enunciações orais. A autoria se constituiria na escrita, mas há apenas marcas de letramento na fala. Adiante retomarei essa questão.

A hipótese de autoria na oralidade parece não se sustentar, porque retorna à escrita. Ou melhor, a busca de autoria na oralidade, pelo menos no caso analisado, sugere que essa categoria se constitui nas práticas de escrita. Os mesmos dados que servem de indício à configuração da hipótese de autoria na oralidade, quando explorados, apontam em outro sentido.

Assim, a emergência de intercalações na oralidade parece provar apenas que elas são fenômenos enunciativos que emergem em manifestações variadas e que os sujeitos que se expressam oralmente e por escrito tenderão a lhes dar vazão ao enunciar. Como manifestações tipicamente enunciativas como parecem ser, é natural que sua emergência se dê em todos os gêneros, com as restrições e possibilidades que lhe são características. O fato de emergirem na oralidade teria a ver, portanto, com sua natureza enunciativa, por um lado, e com reflexos do letramento, por outro, e não com a autoria acredito.

Autoria na oralidade ou *performance* do sujeito?

As considerações feitas até o momento tendem a apontar para a refutação da hipótese de autoria na oralidade. Mas, para não ficarmos apenas com o resultado de uma análise malsucedida como argumento contrário, passemos à análise da proposta de Tfouni, materializada em trabalhos de 1995 e de 2001, para observar se essa tendência se confirma.

Feita uma análise de dados, passemos a uma análise de outra análise. Em trabalhos diferentes, Tfouni persegue essa hipótese, desde 1995, tomando por base o conceito de letramento e como fonte básica de análise os dados de uma senhora, analfabeta, contadora de histórias. Seus trabalhos situam-se na Análise do Discurso e na Psicanálise lacaniana e, nesse horizonte, ela define a autoria a partir de indícios que confirmam a *deriva* e a *dispersão* do sujeito (o autor não estaria onde se dá a organização textual, mas sua dispersão, ou melhor, onde a desorganização textual evidencia a dispersão do discurso).

Essa proposta apresenta, no entanto, alguns aspectos, que merecem uma discussão mínima. Inicialmente, talvez caiba chamar a atenção para o fato de que se trata de uma definição de autoria em que o “autor se mistura, talvez mais que o desejável, com o “sujeito de discurso . Dispersão e deriva definem autoria? Foucault (1992) falou de um *efeito de unidade*, *efeito de coerência* e, em diferentes propostas, essa noção é reivindicada, como uma aposta na crença de que o autor, embora disperso em si mesmo, tem a ver com o princípio de unidade e coerência, independentemente de como se definam esses termos.

Além dessa imprecisão quanto à própria especificidade da noção de autor frente à de sujeito, talvez seja possível questionar se Tfouni, nos trabalhos em foco, trata realmente de autoria na oralidade, porque suas considerações parecem retornar, indiretamente, à escrita. Independentemente de ser incontestável não apenas a anterioridade cronológica, mas, especialmente, a primeiridade da reflexão de Tfouni em relação a qualquer outra pesquisa que acate essa hipótese (pois os autores citados circunscrevem a autoria à escrita), é possível afirmar que ela empreende o gesto, mas sua análise ainda não configura um tratamento que garanta provar a autoria na oralidade mesmo que trabalhe com dados oralizados.

Faço essa afirmação porque em seus textos recorrem vários indícios de que a análise não se afasta da escrita, apesar de todo seu empenho em criticar uma “Teoria da grande divisa , na qual haveria um primado da escrita sobre a fala. Assim, deve ser reconhecido seu gesto teórico, seu intuito, a abertura de uma possível perspectiva, mas o quadro no interior do qual ela reivindica autoria ainda parece ser o da escrita.

Se os indícios para essa afirmação podem ser percebidos nas análises de dados por ela feitas, esses mesmos indícios podem ser confirmados por suas próprias afirmações, em momentos conclusivos de seus textos, como os seguintes: “Mostrando que existe a autoria presente no discurso oral de dona Madalena, estarei evidenciando nele *características estruturantes do discurso narrativo escrito*

(TFOUNI, 2001, p. 52-53, grifos meus). Ou “Centrando-me no conceito de autoria, procurarei mostrar que o **seu discurso oral está perpassado pelo discurso escrito** (TFOUNI, 2001, p. 55, grifos meus) . É como se a autoria fosse algo da escrita e se reproduzisse na fala.

E, para observarmos como essa posição se mantém, vejamos o que é dito no texto de 2001:

A meu ver, o que se pode observar aí são gestos de autoria em ato, *ou seja, uma réplica de produção de textos escritos* sem a perda de retificações e correções que, na forma escrita, desaparecem para o leitor, porque são eliminados no produto final. (TFOUNI, p. 91, grifo meu)

Não é dito que há um traço de autoria que recorreria na fala e na escrita (como sugeri no caso de Franchi, até porque o sujeito em análise aqui é analfabeto), mas que haveria autoria na fala porque se reproduzem nela características da escrita; há aspectos no texto oral que o fazem uma réplica do texto escrito, como ela diz, e nisso consistiria a autoria. Como se vê, trata-se de uma retomada da concepção de autoria na escrita, mesmo que se passe por dados da oralidade. A concepção de autoria é ainda a da escrita, ou melhor, se aceitamos que dispersão e deriva definem um autor, devemos dizer que essa sua concepção de autoria ainda não diz respeito à oralidade.

Para ir ao extremo dessa posição, comprometendo-se, é claro, com as consequências, a análise da autoria na oralidade deveria ser sustentada lá, sem apelo à escrita. Ou melhor, mesmo que se fizesse apelo à escrita, quando isso fosse possível e necessário, uma concepção de autoria baseada na oralidade, para sustentar-se, deveria buscar seus elementos no que é característico da modalidade oral, independente das interfaces com a modalidade escrita, mesmo onde não emergem gêneros escritos, como nas sociedades ágrafas; ou, mesmo que se tratasse de sociedades letradas, deveria ser possível observar produções textuais orais de sujeitos não-escolarizados, sem necessário apelo ao modelo de organização da escrita – um sujeito como D. Madalena, sujeito de Tfouni, cuja “autoria advém de traços da escrita que perpassam suas produções orais (o modelo de texto escrito é que atribui autoria à fala de D. Madalena).

Por tudo isso, argumentaria que a Autora em foco não fala de autoria na oralidade; mas de letramento. Ela mostra que, em sociedades letradas, mesmo os analfabetos têm a fala permeada de marcas de escrita. O conceito de autoria mobilizado confirma uma certa concepção de letramento. Assim, tendo reconhecido seu pioneirismo quanto ao gesto, ao propósito, tenho de dizer que não saímos

disso, de um propósito. Afirmar que autoria na oralidade é o que é porque se reafirmam características da escrita é, no limite, reafirmar a autoria na escrita.

Diante disso, talvez se tenha que dar razão a autores como Scholles e Kelog (1977, apud TFOUNI, 2001), por exemplo, que têm afirmado que o discurso narrativo composto oralmente não tem autor; tem apenas *performer*.⁸ Por mais que a afirmação pareça politicamente incorreta, a autoria não se constituiria na fala. No caso da contadora de histórias, cuja produção é analisada, haveria apenas *performance* no modo “como ela conta histórias alheias e no modo “como ela supõe inventar novas histórias dentro de *frames* antiquíssimos?

Entendo que dados como os analisados por mim e pela Autora possam levar a confusões quanto à idéia de autoria. Seria até compreensível pensar a autoria como uma possibilidade nas narrativas orais de colóquios, de sermões, de pronunciamentos, de aulas expositivas (como fiz eu), mas como pensar a autoria em textos dialogados (bem dialogados), com quatro ou cinco interactantes, por exemplo? Que isso é um texto, a Linguística Textual (através dos estudos de conversação) já afirmou, mas como dizer que é um texto de autor? Quem seria o autor? Haveria co-autores, então? Não estaríamos, no limite, confundindo a noção de autor com a de sujeito, ou mesmo de coerência, independentemente de como nos posicionemos quanto a esses conceitos? Não estaríamos talvez barateando o conceito, por alargá-lo demais, e tornando-o improdutivo? Perde-se a produtividade do conceito, porque ele se descaracteriza, tornando-se muito amplo.

Conclusões

As discussões anteriores já permitem evidenciar as conclusões possíveis a partir das análises realizadas. De toda forma, é importante discutir aqui que consequências pode ter a negativa da hipótese de autoria na oralidade. Parece haver por trás do desejo de responder afirmativamente a esta questão uma preocupação com o “politicamente correto”. Como se ao se afirmar que não há autoria na oralidade está-se desvalorizando a fala e os sujeitos de fala; e também dizer que não há autoria na oralidade implicaria uma supervalorização da escrita, por outro lado.

Embora me preocupe com as questões político-ideológicas que resvalam de certas opções teóricas, acho que não é o caso de se instaurar uma luta por conta de

⁸ Para outra leitura sobre *performance*, conferir R. Cohen (2002).

não haver autoria na oralidade. Aliás, a teoria linguística já deixou muito claro que há interface entre as modalidades, contínuo entre oralidade e escrita, textualidade e discursividade, tanto na oralidade quanto na escrita. Mas a autoria, quer se trabalhe na perspectiva do *o quê* define autoria, se a *unidade estilística* (São Jerônimo mencionado por FOUCAULT, 1969), se *obra ou a discursividade* (FOUCAULT, 1969), quer na perspectiva do *como* se materializa a autoria, Possenti (2001) e Barros (2004), não parece ser exatamente na oralidade que se buscam essas unidades ou regularidades. Talvez esteja equivocada a idéia de buscar autoria na oralidade. Mas chegar a esta conclusão não é uma questão tranquila.

Então invertamos a ótica. Será que estamos certos em dizer que a autoria está na escrita? E, em estando na escrita, resvalaria para a oralidade? Ou a questão está colocada erradamente, quer se fale de escrita ou de oralidade? Será que teríamos que entender autoria olhando para o sujeito e não exatamente para o meio de expressão, seja oral, escrito, gestual, figurativo? A autoria seria uma característica do sujeito que se materializaria em seus mais diferentes meios de expressão. Isso seria diferente de dizer que está na fala ou na escrita? A autoria estaria, então, na recorrência, que permite entender certa unidade de *performance* do sujeito nos mais variados meios de expressão. Bom, mas não vejamos nisso novo problema: fazer coincidir autoria com nome de autor e imputar novamente a essa noção um conteúdo ontológico, imanente, sublime. Autores se (des)constroem historicamente na e pela linguagem.

BARROS, Juliane da Silva. Authorship in spoken discourse?. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 81-97, 2009.

ABSTRACT: *The purpose of this paper is to discuss the hypothesis that defends authorship in spoken discourse. I analyze this issue by studying the formation of authorship in written discourse. For this I have developed both the analysis of data that enable me to propose the issue and discuss the research of Tfouni (2000, 2001), who was the first to analyze authorship in spoken discourse. Following this analysis, I would like to establish the idea that authorship is not a characteristic of spoken discourse; in contrast, where one supposes its presence, marks of literacy would be in evidence for deriving performances of subjects who produce language. The issue, however, is polemic and implies in the inclusion of others researchers in the debate because it is a very important and -claimed notion within text/discourse studies.*

KEYWORDS: *Authorship. Metaenunciation. Spoken discourse. Performance. Literacy.*

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (19), p. 25-45, 1990. (Trad. de Hétérogénéité(s) énonciative(s), 73, Paris Larousse, Langages).

BARROS, J. **Intercalação, (meta)enunciação e autoria**: uma análise textual-discursiva da interposição. Tese (Doutorado) em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2004.

COHEN, R. **Performance como linguagem**. Revisão: Plínio M. Filho. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: _____. **O que é um autor**. s.l.: Passagens, 1969. p. 29-87.

JUBRAN, C. C. A. S. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, A.T. (Org.) **Gramática do Português Falado**. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1991. p. 411-420.

KOCH, I.G.V. **O texto e a construção dos sentidos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
ORLANDI, E. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PAIVA, J. R. **Funções metaenunciativas das inserções parentéticas**. 1999. Dissertação. (Mestrado em Linguística) UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1999.

POSSENTI, S. Enunciação, autoria e estilo. **Revista da Feeba**, s.l., ano 10, n. 15. jun./jul., 2001.

_____. Índícios de autoria. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, 20 (1) (expressão da língua portuguesa e seu ensino), 2002. p. 105-124.

TFOUNI, L. V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, I. (Org.) **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do Letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 77-94.

_____. Autoria e letramento: análise de narrativas orais de ficção de uma mulher analfabeta. In: _____. (1995). **Letramento e alfabetização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 47-73.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA MASCULINIDADE EM UMA PRÁTICA DE LETRAMENTO DIGITAL

Thayse FIGUEIRA GUIMARÃES¹

(...) Mais do que o texto, portanto, parece-nos importante a chave de sua leitura, a rede que Menocchio interpunha entre ele e a página impressa... essa rede, essa chave de leitura, remete continuamente a uma cultura diversa da registrada na página impressa: uma cultura oral. (GINZBURG, 1987, p. 72)

RESUMO: As grandes mudanças na contemporaneidade têm despertado o interesse acerca das questões que envolvem discurso, identidade e sociedade. Vivemos em uma época em que teorizar questões linguísticas envolve perpassar o modo como vivemos nossa vida social e como criamos inteligibilidade sobre ela. Dessa forma, com base na perspectiva de letramento como prática social, este trabalho focaliza a construção do letramento no ciberespaço mais precisamente numa interação *on-line* com o objetivo de entender como os participantes daquela prática, ao mesmo tempo em que aprendem o que conta como válido ali, (re)constroem suas identidades de gênero e sexualidade. Como base teórica, além de uma visão de letramento como prática social (STREET, 1995; KLEIMAN, 1995), evoco, também, a natureza constitutiva do discurso (CLOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), a visão discursiva das identidades sociais (MOITA LOPES, 2003), o papel dos posicionamentos interacionais (DAVIES; HARRÉ, 1990) e a força das pistas de contextualização nos eventos discursivos

¹ Programa Interdisciplinar em Linguística Aplicada da Faculdade de Letras da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. thayseguimaraes@yahoo.com.br

(GUMPERZ, 1998). Com base nesse aparato, analisarei um pequeno trecho de uma interação que aconteceu no *MSN Messenger* e por fim tecerei algumas considerações sobre a relação letramento e construção da vida social.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento. Prática social. Sexualidade. Gênero. Masculinidade. Ciberespaço. Discurso.

Letramento como prática social

O fenômeno do letramento, quando invocado tradicionalmente, dificilmente extrapola os aspectos cognitivos e o processo de decodificação do texto (BLOOME, 1993; STREET, 1995). O que importa aqui, em termos gerais, é a competência individual necessária para o sucesso na escola (KLEIMAN, 1995) e, para isso, focalizam-se nos estudos dos processos de leitura e escrita dos indivíduos, nas habilidades de produção e interpretação de textos, nas habilidades de perceber um texto no seu aspecto visual tomando a escrita como um produto completo em si mesmo, ou seja, o significado de um texto seria pré-dado ao ato de leitura. Assim, letramento e escolarização se dariam simultaneamente, já que a maior agência de letramento, em quase todas as sociedades, é a escola, e sua preocupação está numa única prática de letramento, a alfabetização (GRENN et al., 1994; KLEIMAN, 1995). Esse modo de pensar as práticas de letramento está baseado em um modelo conhecido como autônomo (STREET, 1995). Nessa perspectiva, o foco está no que a leitura é, ou como o próprio nome ecoa, “o que a letra é”, ou seja, a “letra é a chave para decifrar um mundo pré-dado àquele contexto, de modo que ser letrado é saber “revelar este mundo existente “por trás das letras”. Letramento, então, é construído como uma habilidade de ser letrado, no sentido de ter uma competência cognitiva e de decodificação de textos escritos (STREET, 1995; KLEIMAN, 1995). Contudo, o modo como introduzo meu posicionamento em relação ao conceito de Letramento parte de um questionamento que Carlos Ginzburg (1987) evoca ao tratar de Menocchio, um moleiro do século XVI que teve acesso a uma série de livros que o fizeram interpretar de uma outra maneira a realidade que o envolvia, desafiando o catolicismo a partir de possíveis conversas que tivera sobre os textos, ou melhor, no encontro da página escrita com a cultura oral. Ginzburg (1987) se envolveu no questionamento sobre que textos Menocchio leu e em que conversas esteve engajado que o levaram a ser quem era. Esse questionamento é o que constrói a percepção de letramento defendida neste trabalho, uma visão que abandona a ideia de letramento em termos de habilidades

e competência (MAYBIN; MOSS, 1993) e olha para o que a leitura faz (MOITA LOPES, 2005). Olha não para o texto em si, mas para as “redes interpretativas que o envolvem, sobretudo no que se refere ao modo como as pessoas se constroem e ao mesmo tempo definem os significados dos textos nas interações em torno do mesmo.

Letramento, neste caso, “envolve mais do que processo de leitura e escrita, envolve também processos comunicativos (GREEN et al., 1994, p. 125, tradução nossa). Portanto, oralidade é parte constitutiva do letramento e este é sempre um processo contínuo de (re) criação que só encontra estabilidade no contexto social, já que toda a linguagem é “situacionalidade”, no sentido de que, ao usarmos a linguagem, o fazemos sob uma particular contingência cultural, histórica e institucional (STREET, 1995; HALL, 1998; MOITA LOPES, 2005). Letramento é, assim, um evento social situado (MOITA LOPES, 2002; STREET, 1995; BLOOME, 1993; BLOOME; BAILEY, 1992; MAYBIN; MOSS, 1993; LEMKE, 1995; GILBERT, 1997; BRICE HEALTH, 1994), uma prática que se refere à produção de significados (STREET, 1995), que, por isso, envolve também a construção do mundo social. Entender o letramento como relacionado à produção de significado nos convoca a pensar no que a leitura faz, ou seja, pensar o letramento como uma prática discursiva situada, que envolve os modos de fazer sentido tanto na fala quanto na escrita, uma força que é ao mesmo tempo material e política, em outras palavras, de ação no mundo social (LEMKE, 1989; STREET, 1995). Assim, pensar em práticas de letramento é pensar antes nos sujeitos dos atos letrados e nas práticas sócio-históricas de quem vive como participantes daquele evento (MOITA LOPES, 2005). Tais práticas estão intrinsecamente ligadas ao modo como construímos nossas identidades, porque se relaciona com o fato de, ao nos envolvermos nos eventos dos atos letrados, estamos também nos envolvendo em ações constitutivas de significados sobre nós mesmos e sobre o mundo social (MOITA LOPES, 2005).

Essa visão está ligada a um modelo ideológico de letramento (STREET, 1995; KLEIMAN, 1995), que focaliza práticas de letramentos, no plural, já que eles são socialmente e culturalmente determinados. Ou seja, nenhuma definição pode capturar a gama de ocorrência de letramentos diários. Cabem, aqui, questionamentos como: O que conta como letramento em determinado evento social? Em que “redes interpretativas” os participantes de um evento se localizam? O que é válido naquele contexto? Como construímos nós mesmos e os outros nas conversas em que nos engajamos? Fica claro, assim, que letramento é um processo

dinâmico, dependente da comunidade (BLOOME, 1983) e de suas práticas discursivas onde os indivíduos estão num processo contínuo de se (re)construírem como membros em um grupo social (GREEN et al., 1994).

Dessa forma, para um estudo sobre letramento e sobre como nos tornamos letrados em um determinado evento social, precisamos “examinar como membros de um grupo social e cultural (re)constróem o letramento como parte da vida diária (GREEN et al., 1994, p. 125, tradução nossa). Pensar no letramento como prática social, ou seja, como prática situada, não se desassocia do movimento de se tornar membro de um grupo social, que se dá via práticas discursivas. Engajar-se nessas práticas tem a ver com as ações de saber pertencer a uma comunidade e de se construir identitariamente nela.

Com base nessa premissa, meu objetivo, neste trabalho, é examinar como os participantes, ao se envolverem em uma prática de letramento, ao mesmo tempo em que aprendem o que conta como válido ali, (re)constróem suas identidades de gênero. A prática de letramento focalizada se refere a um evento interacional *online*, mais especificamente, o *MSN Messenger*,² onde os participantes, ao se engajarem naquela prática discursiva, estão também reafirmando os significados que constroem a masculinidade hegemônica.

Para tal ação, além da visão de letramento como prática social, evoco também os seguintes construtos teóricos: a natureza constitutiva do discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; MOITA LOPES, 2002), a visão discursiva das identidades sociais (MOITA LOPES, 2003), o papel dos posicionamentos interacionais (DAVIES; HARRÉ, 1990; MOITA LOPES, 2006) e a força das pistas contextuais na construção de um evento discursivo (GUMPERZ, 1998). Inicialmente, antes de tecer maiores comentários sobre esses outros construtos teóricos, gostaria de convidá-los a uma reflexão sobre práticas de letramento e sobre a construção de comunidades de práticas no ciberespaço.

A construção do letramento no ciberespaço

A visão de letramento como prática situada nos faz entender que a necessidade de estudar os efeitos do Letramento envolve mais que o processo de

² O *MSN Messenger* é um programa de mensagens instantâneas criado pela *Microsoft Corporation*. O programa permite que um usuário da Internet se comunique com outro que tenha o mesmo programa em tempo real, podendo ter uma lista de amigos “virtuais” e acompanhar quando eles entram e saem da rede.

leitura e escrita. Envolve também a análise das práticas discursivas em que nos engajamos e a análise das comunidades de prática (WENGER, 1998), onde somos participantes na construção de sentido. Para Wenger (1998), o conceito de comunidade de prática está relacionado com um fazer algo em um contexto sócio- histórico que dá estrutura e significado ao que fazemos, através de um engajamento mútuo. As práticas de uma comunidade incluem as atividades sociais através das quais a linguagem ou comunicação é produzida e o modo como essas atividades, por serem habituais, tornam-se institucionalizadas em ambientes ou domínios que estão em processo de trocas com outros domínios sociais, políticos e culturais mais amplos. Entender o que conta como letramento em um ambiente ou domínio está ligado a saber pertencer a uma determinada comunidade de prática. Nessa visão, letramento é “um fenômeno que é situacionalmente definido dentro e através de diferentes grupos (GREEN et al, 1994, p. 124, tradução nossa), assim o grupo do qual somos participantes define o que conta como letramento e evoca ações letradas. Por exemplo, no ciberespaço (LÉVY, 1999), ou seja, um ambiente de interação *on-line*, mais especificadamente aqui, o *MSN Messenger* sugere uma gama de ações que nos permitem ser ou não pertencentes àquela comunidade de prática. Criar significado em um ambiente *on-line* exige a movimentação de um aparato de sentidos que nos faz entender o modo como os significados do mundo global são construídos na *web*, para isso devemos saber criar sentidos em uma interação dita multimodal (COPE; KALANTZIS, 2000). A construção de discursos multimodais refere-se à hibridização dos discursos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), de modo que são vários os tipos de textos que se movimentam ao mesmo tempo na construção do significado, apagando fronteiras entre o escrito e o oral, entre o que é da “ordem tecnológica” e o que é da “ordem da vida” como é o caso dos *sites* e programas de interação *on-line*, onde existe uma mistura entre o que “real” e o que é virtual, entre o que é da ordem do humano e o que é a máquina entre o que é público e privado etc. Saber criar sentido sobre aqueles textos envolve saber fazer parte daquela comunidade de prática.

Ao tomar o ciberespaço como uma comunidade de prática, podemos também caracterizá-lo como um novo espaço cívico (COPE; KALANTZIS, 2000), já que envolve um espaço para negociação de diferentes tipos de ordem social, de diferentes práticas de letramento que são negociadas na construção do significado.

Caracterizo esse novo espaço cívico como um contínuo de eventos de letramentos, isto é, de eventos de saber pertencer àquela comunidade de prática e

entender que escolhas são feitas no “potencial de significação na construção de si e do outro ali. Tais práticas estão inteiramente relacionadas às redes interpretativas que contribuem na construção de nossas identidades. Assim, há uma interdependência entre redes interpretativas, letramento e identidades, já que se tornar letrado é “um modo de construir identidades sociais específicas situadas em determinadas práticas de letramento ao nos envolvermos nos discursos que circulam em tais contextos, ao aprendermos o que é ser letrado (MOITA LOPES, 2005, p. 49).

Discurso, Letramento e a construção do gênero e da masculinidade

Com base nessa interdependência é que, ao evocar práticas de letramentos, não podemos deixar de falar sobre discurso e construção da vida social. A visão de discurso que perpassa este trabalho está relacionada à natureza constitutiva do mesmo. Sob essa premissa, compreendemos que os discursos diários que nos circulam não só reproduzem o mundo social, mas nos constroem como atores sociais de um evento situado (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; MOITA LOPES, 2002), ou seja, constroem também as redes interpretativas nas quais estamos imersos. Assim, os discursos que circulam em nossas práticas sociais, tais como aqueles da mídia, da Internet, das instituições familiares, são de grande importância na construção e reconstrução dos significados que construímos em um evento social. É nesses eventos que aprendemos a construir significados que assegurarão nossa participação na vida social, que nos ensinarão o que conta como letramento num contexto social (GREEN et al., 1994; STREET, 1995; MOITA LOPES, 2005).

É impossível pensar em discursos ou em práticas de letramento sem focalizar os sujeitos envolvidos no contexto específico, porque “todo ato discursivo se dirige a alguém e toda prática discursiva está situada no mundo sócio-historicamente e culturalmente (MOITA LOPES, 2003). Dessa forma, pensar a situacionalidade e alteridade discursiva é central para compreendermos o modo como, ao nos engajarmos em práticas de letramento, o fazemos sob pares de óculos sócio-históricos que nos ensinaram a atribuir significados sobre um evento social. Podemos invocar novamente Menocchio. Segundo Ginzburg, o modo como Menocchio lia os textos devia ser entendido em suas redes interpretativas que “é de longe mais importante que a fonte (GINZBURG, 1987, p. 82). Assim, há uma relação intrínseca entre “redes interpretativas e práticas discursivas, em outras

palavras, os significados do mundo social são produtos das práticas discursivas, nas quais estamos imersos cultural e sócio-historicamente.

Tais práticas evocam construção de identidades sociais, já que é discursivamente que nos construímos como membro de um grupo social, assumindo sentidos sobre nós mesmos e sobre os outros. No caso de Menocchio, este construía uma identidade social que transgredia as tradicionais bases religiosas da comunidade da qual fazia parte, porque participava de outras teias de significações sobre os textos lidos, ou seja, Menocchio, ao se engajar nas leituras de textos canônicos, o fazia sobre outras redes de significações que o permitiam se envolver em uma outra forma de pertencer e criar sentido naquela comunidade, diferente do que se esperava de um simples moleiro. Dessa forma, podemos nos questionar novamente: sob que “redes interpretativas” Menocchio esteve envolvido ao construir uma identidade que transgredia os significados mais macros de uma época?

O caráter discursivo das identidades sociais (MOITA LOPES, 2003) nos permite entender o motivo por que estão na ordem do dia. As grandes mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que caracterizam a contemporaneidade permitem o surgimento de novos discursos, que permitem modos mais fluidos e menos aprisionadores de experimentar a vida social, contribuindo na construção de nossas identidades sociais. Sabendo que as identidades sociais são construídas sócio-historicamente nos discursos em que nos engajamos (MOITA LOPES, 2003), uma simples conversa informal merece ser levada a sério em qualquer tentativa que defina o que é ser homem, mulher, metrosssexual, negro, branco, heterossexual, gay etc. Quero deixar claro que, por evocar as identidades sociais como um construto de natureza social, como construída discursivamente, não estou compartilhando uma visão de identidade como essência, ou parte da natureza da pessoa. Desse modo, ao falar das identidades não estou querendo revelar uma essência do que é ser homem, mulher, branco, negro, metrosssexual, heterossexual etc. que se esgota em si. Pelo contrário, essas identidades são fluidas, dinâmicas e construídas no *aqui e agora* discursivos.

Em qualquer evento pessoas estão definindo e redefinindo suas identidades e relacionamentos sociais (GOFFMAN, 1998). Partimos dessa premissa para situar este trabalho. Assim, em uma prática de interação *on-line*, não estamos somente aprendendo o que conta como válido, no sentido de direitos e obrigações daquele espaço. Estamos também construindo nossas identidades e mais especificadamente, aqui, nossa identidade de gênero, já que práticas de letramento envolvem tornar-se membro de um grupo social, ao mesmo tempo em que nos construímos identitariamente ali (MOITA LOPES, 2005).

Essa imbricação não nos permite olhar as práticas sociais sem entender como essas estão entrelaçadas a práticas linguísticas. Assim, para entendermos a construção do gênero e da masculinidade numa prática de interação no *MSN Messenger*, precisamos olhar para as práticas discursivas que acontecem ali.

Ao nos engajarmos em práticas discursivas, estamos construindo o outro e nos construindo, ao mesmo tempo em que ele nos constrói (DAVIES; HARRÉ, 1990). Esse modo de entender a construção identitária, como intrinsecamente ligada a nossas práticas discursivas, desconstrói a visão tradicional e fisicalista de “gênero como destino” (MOITA LOPES, 2005) e remete o gênero ao âmbito discursivo. Como indica Butler (2003), estamos sempre tentando confirmar nosso gênero através de coisas que fazemos, assim, remeter o gênero ao âmbito do discurso é afirmar seu caráter performativo, no sentido de que não há uma essência sobre o que é ser homem ou mulher, somos construídos como tal nas práticas discursivas e culturais em que nos engajamos (MOITA LOPES, 2005). Vale, então, retomar alguns questionamentos iniciais e tecer outros: Em que “redes interpretativas” os participantes de um evento se localizam? Como construímos nós mesmos e os outros nas conversas em que nos engajamos? Que discursos são autorizados no potencial de significar o gênero e a masculinidade?

Esse modo de entender nossas identidades de gênero, como um fazer discursivo, entrecortam outras identidades. Assim um discurso que constrói um interlocutor como membro da masculinidade hegemônica evoca discursos que tradicionalmente também o definem como heterossexual. Ou seja, ao usarmos a linguagem, a fazemos, por exemplo, como homem, mulato, heterossexual, jovem, de classe trabalhadora etc. (MOITA LOPES, 2003). Essas identidades são frutos de um complexo de processos sociais, culturais e históricos construídos e sustentados nas relações interpessoais, ou seja, em diálogo com as práticas locais. É nessa perspectiva que podemos entender o intercruzamento entre masculinidade e relações de poder.

Vivemos em uma sociedade de base patriarcal, em que o discurso de uma masculinidade hegemônica serve como paradigma e sustentáculo para outras identidades sociais. É através das instituições e coletividades que a masculinidade hegemônica legitima e autoriza certos modos de ser, enquanto outros modos são relegados a um *status* inferior, destruídos e desautorizados. Ou seja, ao nos engajarmos em uma comunidade de prática, ao nos tornarmos letrados ali, estamos fazendo escolhas no “potencial de significar” certos modos de vida, enquanto desautorizamos outros. Tomamos essas práticas tão naturalmente, que nos esque-

ceiros de seu *status* discursivo, ou seja, de sua natureza fabricada e performada e, então, acabamos por adotar certas identidades como “naturais”, como parte da vida. Essas identidades, contudo, como afirma Gilbert (1997), não são uma realidade natural, mas sim linguística, como uma ficção, mas uma “ficção vivida” (GILBERT, 1997, p. 60, tradução nossa). Voltar a olhar para como esses discursos foram autorizados culturalmente nas histórias é um importante caminho para a desnaturalização e reconhecimento desse *status* de aparência, de *performance* das identidades sociais e das tentativas de confirmação do gênero em nossas práticas de letramento (MOITA LOPES, 2005).

Um construto teórico que poderá nos ajudar a entender o modo como sustentamos certas identidades sociais em nossas práticas de letramento é o de posicionamento interacional; trago também o conceito de pistas de contextualização para entendermos isso.

Posicionamentos e pistas de contextualização

Um caminho útil para ter acesso à construção das identidades sociais e ao modo como aprendemos a criar sentido em uma prática discursiva seria a análise dos posicionamentos interacionais. Segundo Davies e Harré (1990), o posicionamento é um fenômeno conversacional, que evoca os aspectos dinâmicos dos encontros interacionais. Uma conversa revela, através de ações conjuntas entre todos os participantes, como eles se constroem (ou tentam fazer isso) e constroem o outro em ações socialmente determinadas, isto é, nos contextos interacionais. O posicionamento não é uma entidade que existe fora do ato discursivo, pelo contrário, ao nos posicionarmos nos eventos de letramento estamos evocando uma posição de sujeito disponível no interior dos embates discursivos, ou seja, nas relações interpessoais, que mantêm diálogo com níveis mais macros, a saber, o cultural e o sócio-histórico. É nessa dinâmica que aprendemos o que conta como ação letrada nesses eventos, ao mesmo tempo em que podemos rechaçar certos posicionamentos disponíveis ali e assumir outros. Assim, a maneira como nos posicionamos em um evento de letramento é aprendida (BRICE HEATH, 1994).

O posicionamento é um construto teórico que evoca as ações da fala, indexicalização e contexto. Com relação às ações de fala, segundo Davies e Harré (1990), os significados dos atos de fala são construídos em conjunto nos contextos interacionais, dependendo do posicionamento dos interlocutores, que é produto da força social tomada em uma ação conversacional (DAVIES; HARRÉ, 1990). Nessa

perspectiva, podemos entender a força constitutiva do discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; MOITA LOPES, 2002): é na prática discursiva que os significados são progressivamente e dinamicamente construídos (DAVIES; HARRÉ, 1990), num movimento de ratificação ou negação de traços identitários, de expectativas, de possibilidades e de posições de sujeitos. Aos nos construirmos e construirmos o outro (ou tentarmos fazer isso), estamos agindo de uma posição particular, com um determinado par de óculos, os quais, segundo Wittgenstein (1996), não nos é permitido retirar. Nas práticas discursivas em que nos engajamos, estamos sempre agindo, intencionalmente ou não, de um ponto de vista que é aprendido e indexicável a significados construídos na história de nossas relações sociais.

A indexicalidade se refere àquelas posições que nos são dadas culturalmente e aprendidas no nível sócio-histórico (DAVIES; HARRÉ, 1990). Desse modo, o posicionamento é sempre contextual, no sentido de que, ao nos posicionarmos, estamos situados em níveis sócio-históricos e em nível interacional, sancionando certos posicionamentos e ao mesmo tempo rejeitando outros.

Dessa forma, o letramento, como prática situada, nos conduz a estudar um tipo de evento além de suas similaridades (BLOOME; BAILEY, 1992). Convocar a sua particularidade nos permite entender a diferença entre eventos numa mesma comunidade de prática e como esses eventos estão dialogando com contextos sociais mais amplos, ou seja, um trabalho que se propõe a estudar práticas de letramento em um ambiente virtual deve considerar o modo como os participantes se posicionam naquele contexto, no sentido de que “o contexto se constitui pelo que as pessoas estão fazendo a cada instante e por onde e quando elas fazem o que fazem (ERICKSON; SHULTZ, 1998, p.143, tradução nossa), ou seja, o contexto não se constitui somente pelo espaço físico, mas também está ligado às ações dos participantes no processo interacional, que é inseparável da cultura e de contextos sócio-históricos.

Partindo dessa premissa, os participantes de uma interação fazem uso de uma série de sinalizações, aprendidas sócio-culturalmente, para entender e interpretar o conjunto de informações que constroem nossos posicionamentos nos contextos interacionais. A esses sinais Gumperz (1998) cunha o termo “pista de contextualização”, que são, em termos mais amplos, “todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais (GUMPERZ, 1998, p. 99).

Quando nos comunicamos, engajamo-nos em uma série de ações de natureza linguística, paralinguística e não-linguística (FABRÍCIO, 2002), já que os significados nas ações letradas não são dados *a priori*, mas sim construídos discursivamente no aqui e agora interacional. No que se refere à de natureza linguística, ao nos comunicar estamos fazendo uma série de escolhas no âmbito do temático, do lexical, do registro, da alternância de código etc., essas escolhas interpenetram ações que podem ser paralinguísticas, já que o ritmo, a aceleração ou desaceleração da fala, as alterações de tom de voz, a ênfase, o alongamento, as pausas etc. também colaboram na construção do sentido, ou não-linguísticas, como gestos, posturas, expressões corporais e faciais (FABRÍCIO, 2002).

Dessa forma, a análise das pistas contextuais é um caminho útil para entendermos os posicionamentos discursivos nos eventos de letramento.

Contexto e caminho metodológico

A interação analisada foi gerada em um evento conversacional (DAVIES; HARRÉ, 1990, p. 40) que se passou no ambiente do *MSN Messenger*, onde os participantes somos eu, que me construo, na interação, como alguém engajado em práticas de pesquisa acadêmica, e Joe, um amigo que só conheço virtualmente e que se posiciona como homem heterossexual, que sabe de meu interesse em observar como as identidades sociais são construídas naquela interação. Nessa época tinha 23 anos e Joe, 35 anos. Essa interação aconteceu em maio de 2007. Dentre os motivos que a escolhi, está sua relação com o tema identidade e a construção da masculinidade hegemônica. A gravação dos dados foi feita no formato de *Word* no final de cada interação com o consentimento dos participantes.

Para análise dos dados, utilizei o seguinte caminho: após gravação da conversa, fiz uma leitura mais criteriosa para separar os tópicos temáticos e localizar as pessoas dentro da estrutura conversacional, que envolve direitos e obrigações (DAVIES; HARRÉ, 1990), ou seja, que envolve saber pertencer àquela comunidade de prática, por exemplo, saber tomar o turno e interpretar sinais paralinguísticos e não-linguísticos, como *emoticons*.³ Em seguida, analisei as interações a partir de

³ Forma de comunicação *paralinguística* e não-linguística, um *emoticon*, palavra derivada de *emotion* (emoção) + *icon* (ícone) (em alguns casos chamado *smiley*), é uma sequência de caracteres tipográficos, tais como: :) , ou ^-^ e :-); ou, também, uma imagem (usualmente, pequena), que traduzem ou querem transmitir o estado psicológico, emotivo, de quem os emprega, por meio de *ícones* ilustrativos de uma expressão facial.

um recorte, que tratava da metrosssexualidade⁴ e de como os participantes se construíam e construíam o outro ao se posicionarem discursivamente dentro do tópico tratado, tomando como base os conceitos de “ações de fala”, indexicalidade e contexto, segundo Davies e Harré (1990).

A conversa a ser analisada é parte de uma interação que se baseou em três tópicos centrais, a saber, as características, no senso comum, dos chamados *pit boys*, dos *metrosssexuais* e das mulheres. Esses diálogos partiram de notícias que foram veiculadas na mídia, mais especificadamente, no jornal impresso *O Globo*. Posso dizer que esse fenômeno conversacional partiu das “conversas sobre os textos” (MAYBIN; MOSS, 1993) que foram veiculados na mídia.

Nesta análise também utilizo as pistas de contextualização de Gumperz (1998) como uma ferramenta útil para entendermos como as pessoas agem e reagem umas sobre as outras na construção dos significados.

Análise

Com base na visão de posicionamento de Davies e Harré (1990), esta análise é feita de um ponto de vista, e este toma uma posição particular. Quem vê essa conversação e a problematiza tem expectativas claras nessa interação. Dessa forma, sendo eu quem participa e quem analisa, uma descrição de minhas expectativas é uma pista útil para entendermos os significados construídos naquele contexto.

Ao interagir no *MSN* com Joe, tenho como objetivo entender como a identidade de gênero é construída naquele contexto interacional. Desse modo, durante a interação, tento criar questões que problematizem essa temática, por isso questões como o metrosssexualismo ganham lugar de destaque. Joe também estava ciente de meu objetivo em observar como as identidades são construídas nessa interação. Assim, sabemos que ele também tinha expectativas prévias ao se posicionar ali: durante vários momentos da interação ele deixa claro seu posicionamento como entrevistado. É a partir dessas expectativas que podemos olhar os lances interacionais entre os participantes.

O fragmento analisado inicia-se com meu questionamento sobre a metrosssexualidade. Esse tópico foi trazido por mim, porque durante a conversa ele

⁴ *Metrosssexual* é um termo originado nos finais dos anos 90, pela junção das palavras *metropolitano* e *heterossexual*, sendo uma gíria para um homem heterossexual urbano excessivamente preocupado com a aparência, gastando grande parte do seu tempo e dinheiro em cosméticos, acessórios e roupas de marca.

dialogava com a temática anterior, que tratava dos homens chamados *pit boys*, caracterizados por Joe como frequentadores assíduos de academias, de lojas de roupas de *grife*, de perfumarias e de boates.

Sequência I

(...)

309 *thayse says:*

vc conhece os metrossexuais?

311 *Joe says:*

metrossexuais?

313 *Joe says:*

apesar de serem homens, tem todas as manias e frescuras por beleza que as mulheres...

315 *thayse says:*

sim

317 *Joe says:*

bom, é um outro tipo de “grupo social

319 *Thayse says:*

gostam de frequentar salão de beleza com frequência, gostam de vestir bem etc.

(...)

O restante da interação, que se refere à metrossexualidade, caracteriza-se por uma tentativa de categorizar os metrossexuais como um grupo social e pelo distanciamento que Joe mantinha desse grupo, observável através de seus posicionamentos interacionais. Contudo, como já mencionei, esta análise é um recorte, por isso centro-me nos posicionamentos construídos aqui.

Sabendo que os lances interacionais são sempre abertos e confirmados no interior dos eventos de letramento, uma gama de análises poderia ser feita ali, contudo partindo de meu objetivo e de meu olhar restrinjo-me a falar do jogo da masculinidade hegemônica, que é construído por Joe e sancionado por mim.

Trago a metáfora dos jogos de Wittgenstein (1996) para esta análise e, inicialmente, traço algumas considerações sobre o contexto que colaborou na construção do fragmento analisado. Este é o primeiro lance e se refere ao modo como os

participantes veem aquela interação, já que os significados das pistas contextuais e dos posicionamentos dependem de muitos fatores, incluindo o entendimento que os participantes têm do contexto social, do que já aconteceu e do que pode acontecer (GUMPERZ, 1998). Assim, o que percebo inicialmente, por se tratar da análise de uma prática em que os participantes se posicionam um como entrevistador e outro como entrevistado, é uma assimetria no que se refere a como os participantes se veem naquele evento social. Ou seja, durante a interação, a conversa é conduzida preferencialmente por mim, com base numa agenda ideológica que me conduziu a perguntas como a inicial “vc conhece os metrossexuais?” (linha 310). O contexto interacional me permite entender que há uma relação assimétrica de forças, onde existe a voz de um pesquisador (eu) e de um pesquisado (Joe). Essa maneira de nos posicionarmos nessa interação permite-nos compreender o significado construído a partir de uma “extensão de tipificação”⁵ Davies e Harré (1990, p. 41, tradução nossa). Ao nos posicionarmos ali como entrevistado e entrevistador, evocamos nossas experiências passadas sobre um contexto típico de uma entrevista, mesmo que esta seja bem informal, aberta no jogo da interação, como neste caso. Essa descrição nos permite entender que essa situação poderia inicialmente parecer favorável a mim, se nos atívéssemos somente à força ilocucionária.

Contudo, se olharmos para além da força ilocucionária que levaram os participantes a se engajarem naquela interação, problematizando aqueles temas, veremos que há um outro tipo de jogo na construção das relações de força. O jogo nomeado como “ordem moral imanente nos posicionamentos discursivos (DAVIES; HARRÉ, 1990) e que está ligado à criação de estereótipos identitários. A análise dos significados por extensão indexical nos ajudará a entender o movimento da construção dos significados nas ações de fala dos interlocutores (DAVIES; HARRÉ, 1990). O questionamento inicial “você conhece os metrossexuais?” (linha 310) evoca ações dialógicas entre gêneros (MOITA LOPES, 2003), já que esse é um questionamento típico que nos conduz a um posicionamento dentro de uma visão que retoma experiências que nos permitiram construir significados do que é ser homem e mulher e, neste caso, do que é ser um metrossexual. Ou seja, esse questionamento nos posiciona dentro de uma rede de ações de fala que significam o que entendemos por metrossexualidade. Joe se mostra familiarizado com

⁵ “Extensão de tipificação : quando a extensão de um significado é atributo de posicionamento que se origina de associações incorporadas a grupos de atributos pré-formados culturalmente, invocados pelo posicionamento. Metaforicamente, uma pessoa *scanning* suas experiências passadas para uma ocasião concreta, na qual, para construir uma interpretação daquele posicionamento, encontram o registro de uma ocasião típica como a de um médico/paciente (DAVIES; HARRÉ, 1990).

o termo, sendo capaz de, em vez de simplesmente dizer sim ou não, tecer a seguinte definição “apesar de serem homens tem todas as manias e frescuras por beleza que as mulheres... (linha 314), posicionando-se assim de modo ativo nas “redes de significações que construíam aquela interação e que dialogava com as outras definições construídas fora daquele contexto específico, ou seja, na cultura. Dialogava principalmente com as definições veiculadas nos meios midiáticos.

As reticências usadas no final desta linha “apesar de serem homens tem todas as manias e frescuras por beleza que as mulheres... (linha 314) funcionam como uma pista de contextualização (GUMPERZ, 1998), que evoca abertura de idéias, e esta pôde ser interpretada por mim como uma espera de confirmação desse posicionamento de Joe. Assim se nos posicionássemos dentro da mesma ordem “epistêmica”, o diálogo poderia continuar no mesmo “roteiro histórico (DAVIES; HARRÉ, 1990), ou seja, caso me posicionasse de forma parecida ao significar os metrossexuais, nossa interação seguiria pelo consenso.

O que fizemos neste pequeno fragmento poderia ser resumido como um simples jogo de categorização ou nominalização, se não fosse toda a rede de saber e poder (FOUCAULT, 1995) que conduz às ações de categorização e nominalização do outro, ou seja, ações de estereotipagem do outro. Desse modo, alguns questionamentos são importantes para que possamos entender o posicionamento dos participantes na interação. Que histórias sobre ser homem e ser mulher foram contadas aos participantes, que os permitiram iniciar essa conversa e se posicionarem com determinada identidade? Qual a relação de força existente nessas declarações que nos faz retomá-las tão “naturalmente” em nossas práticas discursivas?

Os significados construídos nas “comunidades interpretativas” por onde os participantes circularam nos permitem entender o posicionamento moral tomado ali. Assim, ao categorizar os metrossexuais como pertencentes a um universo feminino “apesar de serem homens tem todas as manias e frescuras por beleza que as mulheres... (linha 314), Joe confirma estereótipos sobre o que é ser mulher e mais contemporaneamente, sobre o que é ser metrossexual na sociedade, de significados indexicáveis a experiências passadas (DAVIES; HARRÉ, 1990).

Todo diálogo é uma reflexão e refração da história (BAKHTIN, 2003). Esse posicionamento de Joe (linha: 314) está ligado a relações sócio-históricas de saber e poder de uma sociedade patriarcal, que, num processo de construção de uma masculinidade hegemônica, relegou a mulher a um lugar inferior, subalterno, desautorizado, necessitando ser protegida e controlada pelo homem. Essa afirmação pode ficar clara se observarmos o sistema de nomeação utilizado por Joe ao construir

esse período. As palavras *manias e frescuras* que foram utilizadas para predicar tanto os metrossexuais como as mulheres são pistas contextuais (GUMPERZ, 1998) de cunho pejorativo e nos conduzem a perceber uma posição hegemônica de Joe, uma posição de quem, por estar no cerne da “normalidade e da naturalidade”, está autorizado a falar por aqueles que necessitam de ser controlados e orientados. Um questionamento que subjaz a esse raciocínio refere-se ao fato de que a metrossexualidade não seria posta em questão se fosse, por ambos os participantes, entendida como *normal*. Tanto que dificilmente, em contextos de interação semelhantes, eu perguntaria se Joe conhece um heterossexual. Fazendo uma ressalva, esse exemplo não deseja considerar a heterossexualidade em oposição a metrossexualidade, mas é somente um exemplo para esclarecer o contexto histórico que autorizou meu questionamento.

Segundo Moita Lopes (2002), o projeto da masculinidade hegemônica também envolve a participação de mulheres. Ratifico a proposição argumentativa de Joe duas vezes na interação analisada, a primeira, na linha 316, “sim”, e depois, na linha 320, “gostam de frequentar salão de beleza com frequência, gostam de se vestir bem”. Esses fragmentos nos permitem entender o posicionamento como de ação interacional, já que o que um diz posiciona o outro. Nesse sentido, ao confirmar o posicionamento de Joe, não estou só sancionando, através do consenso, o posicionamento dele, estou também me posicionando naquele contexto. Em momento algum, questioneei a posição de Joe, mas antes “naturalmente” confirmei e corroborei com mais uma carta para o “xeque-mate” da masculinidade.

Joe, ao se posicionar perante a metrossexualidade e a feminilidade (linha 314), aproximando-os, constrói-se discursivamente como pertencente à masculinidade hegemônica. Um outro fragmento dessa interação nos permite entender como Joe se posiciona com relação ao metrossexualismo, associando-o ao universo feminino. O fragmento abaixo se originou de um questionamento que fiz a Joe, se ele teria algum problema em conviver com um metrossexual, e este responde que seria um problema porque:

Sequência II

323 Joe says:

eu ja convivo com “uma metrossexual aqui

325 thayse says:

então conta sua experiência

327 Joe says:

minha irmna

329 thayse says:

irmã

331 thayse says:

como assim

333 Joe says:

ela vira e mexe adora fazer essas coisas de cabelo, chapinha, de creme

335 thayse says:

mas isso pq ela gosta de se cuidar, não

337 Joe says:

, mas as vezes é exagero

339 Joe says:

faz uma coisa um dia, no seguinte faz de novo ou desfaz

(...)

Esse fragmento nos permite perceber que, do ponto de vista da masculinidade hegemônica, o metrossexualismo é facilmente igualado à feminilidade. Durante a interação, esse posicionamento é ratificado por mim, num trabalho de criação de consenso, já que não questiono o posicionamento de Joe.

É nessas conversas cotidianas, que parecem tão insignificantes, que o outro é aprendido, institucionalizado e estereotipado. Ao aceitar o posicionamento discursivo de Joe durante toda a interação sem me re-posicionar, não fiz isso porque não estou engajada numa tentativa de desconstrução dessas práticas hegemônicas, nem porque não estou a todo o momento repensando-as, mas o que fica claro aqui é que a questão da hegemonia masculina está ligada ao que Vygotsky (1998) chama de conhecimento fossilizado. E para, ao menos enxergá-lo, precisamos ir até a raiz desses discursos, nas relações micro da ordem moral. Esse percurso nos possibilita entender que, se olharmos com outros pares de óculos para essa interação, olharmos mais de perto e imprescindivelmente olharmos à nossa volta, na história dos interactantes, ou seja, nos movimentos indexicáveis, perceberemos as relações de forças que desembocaram em tais posicionamentos.

Letramento e a construção do mundo social

O que fazemos em sonhos, fazemos acordados: inventamos e construímos a pessoa com quem lidamos para em seguida esquecer que assim o fizemos. (NIETZSCHE, 2005, p. 62)

Gostaria de finalizar este trabalho com essa máxima de Nietzsche, que pode traduzir o modo como, ao nos engajarmos em práticas de letramento, estamos também aprendendo a ser homens, mulheres, *gays*, lésbicas, heterossexuais, negros, brancos etc. e ao mesmo tempo fabricando modos de ser, formas de vida e construindo nossa percepção de realidade. Aprender a participar de um evento social envolve saber fazer parte de uma “rede interpretativa”, ou seja, uma rede de negociação, interpretação de sentidos e trocas discursivas, que não se desassocia de aprender a tomar parte de uma forma de vida. Do mesmo modo, Menocchio se engajou em conversas sobre os textos lidos que lhe permitiram uma outra identidade, diferente da esperada por um simples moleiro do séc XVI. Em outras palavras, ao ler os textos, ele se envolveu em redes interpretativas que lhe permitiram construir significados que transgrediam o pensamento católico da época. Assim, os significados que construímos estão imbricados nas redes interpretativas pelas quais navegamos e estas nos permitem um encaixamento em formas de vida naturalizadas nos contextos sociais ou um re-posicionamento no modo de significar o mundo social, possibilitando-nos “reinventar a vida”.

Neste trabalho, ao trazer esses dados para análise, problematizando as redes interpretativas que nos posicionaram naquela interação, o que desejo propor é um engajamento constante em práticas reflexivas e de desconstrução daquelas identidades sociais que ganharam alto grau de estabilidade em nossa sociedade e por isso são repetidas diariamente no interior de nossos eventos de letramento, institucionalizando estereótipos e modos de vida.

FIGUEIRA GUIMARÃES, Thayse. The construction of the male discourse in a digital literacy practice. *Revista do Gel*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 99-119, 2009.

ABSTRACT: *Great changes nowadays have awoken interest about issues that involve discourse, identity and society. We live in a time where theorizing linguistic issues involves considering the way we live socially and how we comprehend it. Therefore, based on the perspective of literacy as social practice, this paper focuses on the construction of literacy in cyberspace more precisely in online interaction with the purpose of understanding*

how the participants of that practice, while learning what counts as valid there, (re)construct their gender identities and sexuality. In order to form a theoretical base, besides a standpoint of literacy as a social practice (STREET, 1995; KLEIMAN, 1995), I will also point out the constitutive nature of the discourse (CLOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), the discursive viewpoint of the social identities (Moita Lopes, 2003), the role of interactional positions (DAVIES; HARRÉ, 1990) and the power of contextualization tracks in the discursive events (GUMPERZ, 1998). Based on this, I will analyze a small excerpt of an interaction taken from MSN Messenger and I will then make some considerations about the relationship between literacy and the building up of a social life.

KEYWORDS: Literacy. Social practice. Sexuality. Gender. Masculinity.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BLOOME, D. Reading as a social process. In: HUTSON, B (ed.) **Advances in reading/ language research**. Greenwich, CT: JAI Press, 1983. p. 165-195.

_____. Necessary indeterminacy: Issues in the microethnographic study of reading as a social process. **Journal of Reading Research**, [S.l.], 16 (2), p. 98-111, 1993.

BLOOME, D.; BAILEY, F. Studying language and literacy through events, particularity, and intertextuality. In: BEACH, R; GREEN, J., KAMIL, M.; SHANAHAN, T. (eds.) **Multiple Disciplinary Perspectives on Literacy Research**. Urbana In: NCRE & NCTE, 1992. p. 181-210.

BRICE HEATH, S. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. In: MAYBIN, J. (ed.) **Language and Literacy in Social Practice**. Clevedon: Multilingual Matters, 1994. p. 58-73.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. (Eds) **Discourse in Late Modernity: Rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburg University Press, 1999. p. 53-73.

COPE, B.; KALANTZIS, M. Introduction: multiliteracies: the beginnings of an idea. In: _____ **Multiliteracies**. Literacy Learning and Design of Social Futures. Londres: Routledge, 2000. p. 3-37.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: The Discursive Production of selves. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, [S.l.], v.20 (1), p. 43-63, 1990.

ERICKSON, F.; SHULTZ, J. O quando de um contexto: questões e métodos na análise da competência social. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P.M. (orgs.). **Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 142-153.

FABRÍCIO, B. F. Mise en abîme: o debruçar-se sobre o nada. In: _____. **Implementação de mudanças no contexto educacional: discursos, identidades e narrativas em ação**. 2002. Tese. (Doutorado em Estudos da Linguagem)- PUC, Departamento de Letras, Estudos de Linguagem, Rio de Janeiro, 2002. p. 57-105.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GILBERT, P. Discourse on gender and literacy: changing the stories. In: MUSPRATT, S.; LUKE, A.; FREEBODY, P. (eds.) **Constructing Critical Literacies**. Cresskill: N.J. Hampton Press, Inc., 1997. p. 59-75.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (orgs.) **Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 70-97.

GREEN, J. et al. Constructiong literacy in classrooms: literate action as social accomplishment. In: RUDDELL, B.; RUDDELL, M.R.; SINGER, H. (eds). **Theoretical Models and Processes of Reading**. New York: International Reading Association, Inc., 1994. p. 124-153.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 98-119.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

KLEIMAN, A. **Os Significados do Letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LEMKE, J. L. **Making text talk**. In: Theory into Practice, 28 (2) 1989. p. 136-141.

_____. Textual Politics: an introduction. In: _____. **Textual Politics: Discourse and Social Dynamics**. London: Taylor & Francis, 1995. p. 1-18.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAYBIN, J.; MOSS, G. Talk about texts: reading as a social event. **Journal of Research in Reading**, [S.l.], v.16 (2), p. 138-147, 1993.

MOITA LOPES, L.P. **Identidades Fragmentadas**: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. Socioconstrucionismo: Discurso e Identidades Sociais. In: _____. (org.) **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. P.13-38.

_____. A construção do gênero e do letramento na escola: como um tipo de conhecimento gera o outro. **Investigações**. Linguística e Teoria Literária, [S.l.], v. 17, n.2, p. 47-68, 2005.

_____. On being White, heterosexual and male at school: Multiple positionings in oral narratives. In: SCHIFFRIN, D.; DE FINNA, A.; BAMBERG, M. (.eds.) **Identity and discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 288-313.

NIETZSCHE, F. **Além do Bem e do Mal**. Tradução por Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Letras, 2005

STREET, B. A critical look at Walter Ong and the 'Great Divide'. In: _____ (org.) **Social Literacies**. Critical Approaches to Literacy in Development. Ethnography and Education. London: Longman, 1995. p. 153-159

VYGOTSKY, L. S. Interação entre Aprendizado e Desenvolvimento. In: _____. **A Formação Social da Mente**: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Versão organizada por COLE, Michael et alii. Tradução José Cipolla et alii. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 103-119.

WENGER, E. **Communities of Practice**: learning, meaning, and identity. Cambridge: Cambridge University, 1998.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução de Marcos G. Montagnoli. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 350 p.

O ESTILO VISUAL DE PROGRAMAS TELEVISIVOS

Dimas Alexandre SOLDI¹

RESUMO: A expressão cinética, ou imagem em movimento, quando homologada com a noção de sincretismo de linguagens torna ainda mais complexa a investigação de objetos audiovisuais. A partir dos estudos da semiótica francesa que têm em L. Hjelmslev (2003), J.-M. Floch (1985) e J. Fontanille (2005) alguns dos princípios teóricos que mais se ajustam ao estudo de sistemas audiovisuais, neste trabalho trataremos de examinar a composição do estilo visual de dois programas televisivos: *Casos de família*, do SBT, e *Programa Silvia Poppovic*, da TV Cultura. Adotando princípios metodológicos utilizados por Fontanille (2005), realizaremos uma leitura da relação existente entre cores, luzes e cenários dos dois programas a fim de identificar elementos capazes de estabelecer diferentes atos de enunciação, contribuindo para o envolvimento do enunciatário.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica francesa. Programas televisivos. Visualidade. Significação. Enunciação.

O estudo da dimensão visual do significante plástico cada vez mais se aproxima do estudo da semiótica geral, com base na linguística moderna de Ferdinand de Saussure (1989) e de Louis Hjelmslev (2003). Talvez, J-M. Floch

¹ Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/Unesp) e Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática da FAAC/Unesp, Bauru, SP, Brasil. dimasoldi@bol.com.br

(2001, 1985) seja um dos primeiros semioticistas a se debruçar sobre objetos *sincréticos*, cujas substâncias podem agregar sistemas visuais dos mais variados (gestualidade, corporeidade, cromaticidade, texturização etc.). Atualmente, a semiótica avança em direção a outros tipos de textos sincréticos, os audiovisuais, que, além de toda a complexidade da constituição da categoria, instauram o aspecto da *expressão cinética* (SQUIRRA, 1990), vulgarmente conhecida como imagem em movimento.

Em *Significação e visualidade* (2005), ao tratar do percurso gerativo da expressão que vai das instâncias formais dos *signos* às *formas de vidas*, Jacques Fontanille analisa algumas *práticas televisivas* de emissões francesas e concentra suas análises na *sequência genérica* (o início da exibição de um programa) e nas tensões entre cores e luzes da *TF1* (canal francês). Desse modo, mesmo sem tratar especificamente dos procedimentos de sincretização, ele amplia o pensamento semiótico no sentido de apontar novos direcionamentos para a abordagem de textos audiovisuais.

Nesse sentido, tomamos como objeto dois programas da televisão brasileira a fim de realizar uma leitura sobre determinados aspectos de seus significantes visuais (privilegamos a segunda etapa, indicada acima, de análise realizada por Fontanille). O *corpus* é constituído por *Casos de família*, programa exibido diariamente pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), e pelo *Programa Silvia Poppovic*, exibido pela TV Cultura.²

Privilegamos, como foi dito, uma abordagem que se concentre nos dispositivos visuais, enfatizando cores, luzes e cenários. Como afirma Fontanille, “é o conjunto dos elementos da decoração, mobiliário, telas e objetos luminosos e coloridos, que realiza um dado ato enunciativo (2005, p. 181) . Ou seja, cada combinação dos diferentes elementos cênicos constitui determinado dispositivo, advindo do plano da expressão, que corresponde a uma modalidade de enunciação particular que forma o plano de conteúdo. Trata-se de admitir que o significante plástico “significa e que é preciso compreender “como significa (GREIMAS, 1984, p. 40).

Além de todo o procedimento de análise de Fontanille (2005), o artigo intitulado *Semiótica figurativa e semiótica plástica* (1984), de Greimas, aponta as

² *Casos de família* é exibido desde 2003, de segunda a sexta, no SBT. O *Programa Silvia Poppovic* foi exibido semanalmente entre os anos de 2005 e 2006, na TV Cultura. Ambos são temáticos e apresentam participantes heterogêneos (apresentadora, convidados, plateia e especialistas).

premissas para a análise da expressão do não-verbal. Nele, a semiótica plástica cuida de investigar os mecanismos de estruturação do plano da expressão, os quais têm seus princípios de análise ligados às categorias topológicas, eidéticas e cromáticas (1984, p. 28-36):

Categorias topológicas: referem-se à disposição espacial superior/inferior, central/periférico, direita/esquerda, circunscrite/circunscrito.

Categorias eidéticas: referem-se às formas do significante horizontal/vertical, quadrada/redonda, reta/curva.

Categorias cromáticas: referem-se às cores presentes no significante contraste, claro/escuro, quentes/frias, ausência de cores etc.

Cores, luzes e objetos

Na tentativa de buscar uma coerência entre as várias emissões do canal francês *TF1*, Fontanille relaciona três aspectos que fazem parte de um cenário: luz, cor e objetos. O autor afirma que “a luz confere à cor movimento, vibração e energia; e a cor confere à luz efeitos de matéria e estruturas de objeto” (2005, p. 166). Vejamos como esses elementos são organizados nos dois programas.

Programa Silvia Poppovic



O que se nota nessas imagens é uma gradação do escuro para o claro, que corrobora com a forma estereotipada do início da maior parte das produções televisivas. Trata-se do acender de luzes. Há uma gradação de matiz azul, que vai do negro ao branco. No entanto, a suavidade que poderia ser obtida com essa nuance é sufocada pelo contraste decorrente dos feixes luminosos (*lasers*, outros), que provocam um contraste de forte intensidade produzindo um “choque cromático (primeiro e segundo quadros), e os “matizes provocam um contraste de fraca intensidade (último quadro). No exemplo, há um matiz (pelo acender de luzes) sobreposto por um choque cromático (feixes luminosos). O resultado é que no início se tem um contraste intenso e no final pouco contraste.

A última imagem da sequência mostra como será o restante do programa, até que as luzes se apaguem novamente. O espaço torna-se, portanto, abstrato, múltiplo, já que os contrastes fracos vão predominar, dificultando que o telespectador tenha uma visão completa dos detalhes do cenário. Vejamos as imagens abaixo:



O cenário é todo composto por formas geométricas: círculos (espaço das poltronas) e, retângulos, quadrados e círculos dispostos verticalmente (colunas do fundo do cenário). O que num primeiro momento poderia ser simples já que se trata de formas comuns, adquire complexidade pela justaposição dessas formas que produzem efeitos de sombra e pelos feixes de luzes que desconstroem as formas presentes.

O azul que compõe todo o cenário se revela em matizes e choques cromáticos, multiplicando as formas materiais existentes. Não se trata mais apenas de formas geométricas, mas de outras formas híbridas decorrentes da iluminação, que ampliam a materialidade do cenário. Assim, os objetos iluminados e coloridos do cenário recebem uma textura de difícil identificação: não se sabe se é uma propriedade do objeto material ou da própria iluminação, ou seja, os objetos iluminados se fazem

passar por aquilo que eles não são. Para o telespectador o que fica é uma confusão na identificação dos elementos do cenário e do seu espaço já que a materialidade dos objetos e a profundidade cênica são desconfiguradas.

Casos de família

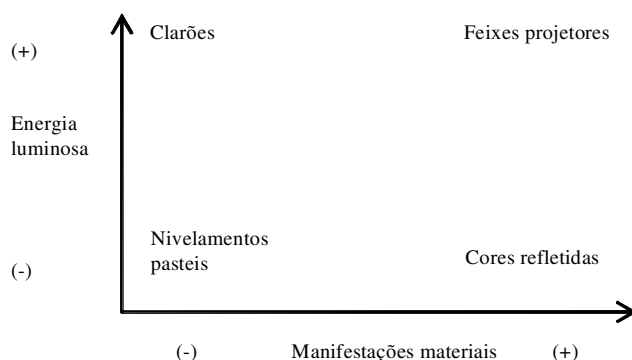
Diferente do outro, o programa *Casos de família* apresenta uma outra reordenação de cores, formas e luzes. Vejamos as imagens abaixo:



Aqui a iluminação é difusa e tênue, dando uma opacidade ao ambiente (em oposição ao brilhante daquele). Não há misturas de cores, iluminação e objetos, nem matizes ou choques cromáticos. O segundo plano (o próprio fundo do cenário) é facilmente identificável pelo telespectador graças à iluminação que não mistura a materialidade dos objetos com a intensidade de feixes luminosos. Naquele predominava um fundo de conteúdo abstrato, neste as figuras de conteúdo são facilmente identificáveis, tais como numa sala de visitas: com vasos, quadros e outros acessórios de decoração. Neste, a figuratividade cênica garante que o telespectador veja uma sala, talvez criando um efeito de identificação com a sua própria.

Cores, luzes e objetos: esquema tensivo

Voltando à teorização de Fontanille (2005), na análise das transmissões da *TFI*, ele propõe um modelo teórico ao tratar das “tensões do estilo cromático”, no qual cada categoria está relacionada com o que há de mais perceptível: luz ou matéria:³



Em que:

1. o *reflexo ondulado* (cores refletidas) permite perceber a matéria por um movimento de luz instável e atenuado;
2. o *feixe-projetor* faz perceber, ao mesmo tempo, a luz e a matéria, conferindo corpo material a um cone colorido e, com isso, introduzindo a incerteza na percepção figurativa;
3. os *nivelamentos pasteis* enfraquecem, ao mesmo tempo, a percepção da luz e da matéria, enquanto as *cores sombrias e profundas* manifestam a matéria (graças à mistura com o negro);
4. os *clarões de luz* mais fortes neutralizam todo o efeito material, enfraquecendo não apenas a percepção dos tons, como também o conjunto da organização espacial em profundidade.

³ Sintetizamos o gráfico para melhor explicá-lo. Ver Fontanille (2005, p. 176-177).

A partir dessas considerações é possível relacioná-las com os dois programas de entrevistas deste trabalho. Como exemplo, a imagem abaixo mostra a oposição dos programas garantida pela articulação da luz com a materialidade:



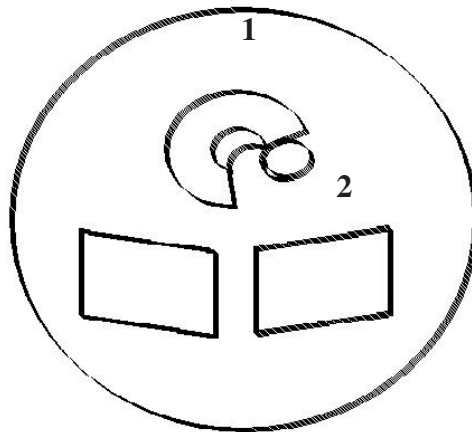
Segundo o esquema proposto por Fontanille (2005), o *Programa Silvia Poppovic* se apresenta entre “feixe-projetor” e “clarões de luz” já que a intensa luminosidade dos feixes dá materialidade à luz deixando imprecisa a identificação dos objetos e, além disso, a homogeneidade do azul claro obscurece a materialidade das formas geométricas. Pela mistura dos dois casos, as formas tornam-se abstratas. No outro extremo do esquema, está o significante plástico de *Casos de família*, que pela luz difusa e tênue permite vislumbrar a materialidade dos objetos cênicos, aumentando o grau de percepção de figuras do conteúdo. No primeiro caso, os efeitos luminosos e cromáticos desestruturam o espaço da cena perturbando a leitura e interferindo na visualização dos outros elementos cênicos (formas geométricas); no outro, eles estruturam o espaço facilitando e até impondo a sua leitura. Como diria Fontanille, a questão se desloca do “estilo visual” para “à enunciação televisual” (2005, p. 179).

Cenas predicativas

As disposições do mobiliário no cenário, principalmente das poltronas, constroem dispositivos significantes que têm por função modalizar as relações entre os participantes de um programa, hierarquizando e colocando em cena certa estrutura de comunicação regrada por atos enunciativos dominantes (FONTANILLE, 2005, p. 183). Vejamos como isso ocorre nos programas.

Programa Silvia Poppovic

A figura seguinte ilustra os traços mínimos que representam a construção do cenário do programa, especificamente quanto aos dois grandes espaços onde se situam os sujeitos na cena.



Tal disposição é responsável pela linguagem proxêmica que corresponde às posições ocupadas por atores num determinado espaço. O de número 1 indica o lugar ocupado pela apresentadora e pelos convidados (representado pelo semicírculo com um círculo na ponta), e o de número 2 indica o espaço da plateia (representado pelos dois paralelepípedos em diagonal). Através da forma como esses dois espaços são construídos e dispostos na cena, é possível identificar quais os efeitos de sentido que eles manifestam e, principalmente, inferir como tal disposição do cenário produz sentido quando em sincronia com as demais manifestações textuais.

Dois grandes efeitos podem ser observados tendo em vista o espaço da apresentadora e convidados e o espaço da plateia: 1. efeito de igualdade e 2. efeito de inclusão/participação. O efeito de sentido de igualdade é construído através do espaço da apresentadora e convidados, que é constituído por poltronas dispostas em um semicírculo. Isso faz com que convidados (pessoas comuns convidadas para participar do programa de acordo com o tema proposto), especialistas (especialista sobre o tema discutido – médico, psiquiatra, psicólogo, psicoterapeuta etc.) e apresentadora (Silvia Poppovic) mantenham uma mesma posição, seja cultural ou social. Claro que isso é apenas um efeito de sentido arquitetado de

modo a garantir uma ilusão de igualdade, como se todos pertencessem ao mesmo grupo e não houvesse quaisquer diferenças entre eles. Não se trata de uma igualdade real, mas ilusória. Esse tratamento igualitário (por parte principalmente da “protagonista a apresentadora) é de tal forma eficiente que possibilita um grau de intimidade ainda maior entre apresentadora e convidados principalmente porque dessa forma é possível que haja inclusive contato físico entre os sujeitos em cena. É o que se observa na terceira imagem da sequência abaixo, na qual a mão da apresentadora (sorridente) toca a perna do convidado, como se fossem amigos, como se compartilhassem de certo grau de intimidade. As outras imagens mostram a construção do cenário.



O outro efeito de sentido mencionado acima - efeito de sentido de inclusão/participação - é produzido por consequência do primeiro efeito. A disposição das poltronas da apresentadora e dos convidados, criando um semicírculo, deixa uma abertura (exatamente pelo não-fechamento do círculo), que representa a possibilidade de “entrada da plateia. De certa forma, a plateia também faz parte desse círculo “de amigos”, “de iguais”, obviamente que não se concentra no mesmo espaço físico, mas a abertura do círculo significa sua inclusão, ao mesmo tempo, sua participação. Tanto isso é perceptível que a apresentadora “cede o microfone à plateia, para que esta seja ouvida, como se percebe nas imagens seguintes:

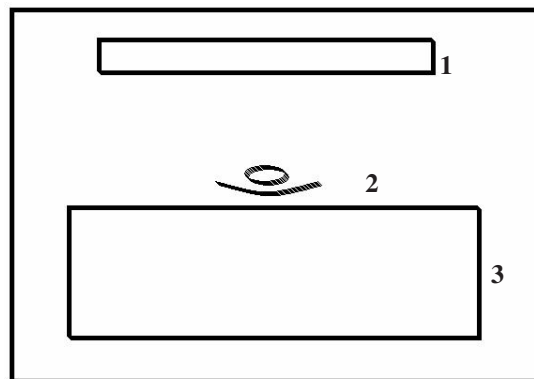


A última imagem da sequência acima exibe também parte da passarela por onde Silvia Poppovic entra no palco no início do programa. Assim, o espaço concedido à plateia torna-se mais significativo, dando a impressão de que a apresentadora faz parte dessa mesma plateia e que seu trabalho consiste, mais especificamente, em representá-la. As fotos abaixo mostram o início do programa, 1. quando a apresentadora entra no cenário e 2. o ponto de vista da apresentadora em sua entrada:



Casos de família

Os efeitos de sentido mencionados acima tornam-se ainda mais significativos quando comparados aos efeitos que podem ser apreendidos tendo em vista o outro programa que compõe o *corpus* dessa pesquisa. A figura abaixo mostra a disposição do cenário de *Casos de família*.



Na figura, o número 1 marca o espaço destinado aos convidados que participam do programa (pessoas anônimas da mídia convidadas para participar do programa de acordo com o tema proposto), o número 2 representa o espaço onde a apresentadora se situa durante a maior parte da exibição do programa, e o número 3 representa o espaço destinado à plateia (vale ressaltar que o especialista que comenta sobre o tema proposto senta-se na primeira fila, junto com a plateia). Vejamos as imagens a seguir:



Este programa, tal como foi dito, tem traços em comum com um tribunal, em que a disposição espacial ou proxêmica não deixa margem para efeitos de intimidade ou de igualdade. Muito pelo contrário, as poltronas da apresentadora e dos convidados estão distantes umas das outras, de modo que jamais pode haver contato físico entre eles. Tudo isso para acentuar o efeito temático do julgamento. A exibição da vida narrada pelos convidados deve ser analisada pelos demais participantes com distanciamento, para que seja objetiva a sentença final, no momento em que os “casos” narrados serão comentados. Essa disposição corrobora a oposição de /julgadores/ vs. /julgados/.

Comparando as figuras do plano do conteúdo presentes nos dois cenários no que tange a categoria eidética da expressão, pode-se estabelecer as seguintes distinções:

Figuras do conteúdo	Figuras da expressão	
	<i>Programa Silvia Poppovic</i>	<i>Casos de família</i>
Espaço dos convidados	Semicírculo	Reta na horizontal
Lugar ocupado pela apresentadora	Junto (perto) dos convidados no semicírculo	Longe dos convidados/ em frente aos convidados

Enquanto o efeito de sentido do *Programa Silvia Poppovic* referente à disposição das poltronas dos convidados em relação à apresentadora é de /igualdade/, já que todos estão inclusos no semicírculo, nesse outro programa, o efeito é o contrário, de /distanciamento/. Os convidados, pela disposição de suas poltronas, não mantêm uma relação de intimidade com a apresentadora. Esta está longe, embora esteja de frente para eles. Estes não estão ao seu lado, não são seus “iguais”, semelhantes, são diferentes: são aqueles que têm o problema que será discutido no assunto.

Desse modo, a proxêmica deixa mais evidente como são construídos os papéis representados pelos participantes dos programas que conferem discursos completamente diferentes. Enquanto o *Programa Silvia Poppovic* mantém, já pela disposição do cenário, um caráter de intimidade para discutir o tema proposto, *Casos de família* tematiza o julgamento, ou seja, traz uma discussão que tem por objetivo encontrar soluções e culpados para os casos específicos exibidos no programa. Em um, a /igualdade/ permite a discussão, o entendimento; em outro, o /distanciamento/ permite o julgamento.

Considerações

Essas considerações sobre a disposição espacial dos dispositivos plásticos parecem comungar da análise realizada por Fontanille. Em seu texto (2005, p. 181-188), o autor menciona alguns “predicados-tipo”, que basicamente agregam a correlação entre poltronas e mesas. Nas suas análises foram depreendidos cinco diferentes tipos que correspondem às seguintes funções: de “acolher”, de “interagir”, de “participar”, de “controlar” e de “oferecer como espetáculo”. Trataremos aqui do primeiro e do último, segundo o autor:

- 1 - “o dispositivo concebido a partir de um canapé circular, segundo um estereótipo do mobiliário doméstico, está destinado a *acolher* e *homenagear* os convidados”.
- 2 - “o pódio, por sua vez, tem a função de elevar os atores e *oferecê-los como espetáculo* a um público presente na sala”.

Esses dois tipos definidos por Fontanille (2005), na verdade, assemelham-se, respectivamente, aos dois programas deste trabalho, *Programa Silvia Poppovic* e *Casos de família*. No primeiro, como já foi dito, a disposição das poltronas

confere um clima de cordialidade e de intimidade. Como lembra o semioticista, no acolhimento o modo de comunicação dominante “é a troca entre o animador e cada convidado (2005, p. 181). Já no outro programa do tipo espetáculo, os convidados posicionam-se à frente da plateia, separados de todos e são oferecidos a um público interno, aquele do palco transformado em espetáculo.

No que diz respeito aos valores propostos por esses dispositivos, o que Fontanille (2005) revela no seu texto aplica-se sem nenhuma interferência ao nosso objeto:

Os espaços de acolhimento e de convívio pressupõem uma igualdade de tratamento entre os atores, com uma distribuição inegável do valor (uma vez que os convidados são mais ou menos homenageados); os espaços espetaculares propõem uma forma de transcendência e, conseqüentemente, uma relação de dominação irreduzível, visual e espacial; com isso, eles consagram uma desigualdade pressuposta (2005, p. 185).

É importante ressaltar ainda que o mesmo sistema axiológico é acionado pelos efeitos luminosos e cromáticos. O fato dos papéis actanciais em Silvia Poppovic hibridizarem-se, fundirem-se por um só objetivo, mantém relação direta com a disposição espacial que, ao colocar todos os atores num mesmo círculo, concede-lhes igualdade de tratamento. Do mesmo modo, os efeitos decorrentes da iluminação acionam esse mesmo sistema de valor, já que a partir dela há também uma homogeneização das formas geométricas, misturando luz e matéria. Em contrapartida, os actantes de *Casos de família* mantêm seus papéis muito bem definidos como demonstra a disposição de seus assentos, afastando uns dos outros e acionando determinados efeitos temáticos. Igualmente, os efeitos da iluminação deixam perfeitamente definíveis o restante do cenário, mostrando os limites exatos dos objetos que o compõem.

Agradecimentos: FAPESP/GESCom-Unesp

SOLDI, Dimas Alexandre. The visual style of television programs. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 121-134, 2009.

ABSTRACT: *The kinetic expression or image in motion when supported by the notion of language syncretism makes the analysis of audiovisual objects even more complex. Some of the theoretical principles that are best suited for the study of audiovisual systems are taken*

from the French semiotics studies of L. Hjelmslev (2003), J.-M. Floch (1985) and J. Fontanille (2005). In this paper, we will examine the structure of the visual style of two television programs: “Casos de família” aired by the SBT channel and “Programa Silvia Poppovic” aired by TV Cultura. Through the adoption of methodological principles used by Fontanille (2005), we will analyze the relationship between the colors, lights and scenery of both programs to identify elements capable of establishing different acts of enunciation, which contribute to the involvement of the speaker.

KEYWORDS: French Semiotics. Television programs. Visuality. Signification. Enunciation.

Referências

FLOCH, J. -M. **Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral**. Trad. Pilar, A. D. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2001.

_____. **Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit**. Paris: Éditions Hadès-Benjamins, 1985. (Collection Actes Sémiotiques)

FONTANILLE, J. **Significação e visualidade**: exercícios práticos. Porto Alegre: Sulina, 2005.

GREIMAS, A. J. Semiótica Figurativa e Semiótica Plástica. **Significação** *Revista Brasileira de Semiótica*, [S.l.], n.4, p. 18-46, junho/1984.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1989.

SQUIRRA, S. **Telejornalismo**: produção e técnica. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AS CAPAS DE REVISTA: RELAÇÕES DIALÓGICAS

Miriam Bauab PUZZO¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é identificar as relações dialógicas e as vozes discursivas presentes na linguagem verbo-visual das capas de revista, desfazendo a ideia de que estas, por seu enquadramento e por sua proposta comunicacional, representam um discurso pronto e acabado, de natureza informativa e impessoal. A teoria dialógica de Bakhtin fundamenta essa pesquisa, demonstrando como na materialidade do texto verbo-visual cruzam-se vozes de instâncias diferentes, demonstrando as tensões que perpassam pelo contexto sócio-histórico nas vozes dos sujeitos emissores, representantes das empresas em que atuam, dos leitores virtuais e dos superdestinatários. As capas de revistas informativas que circulam na esfera jornalística, tomadas como enunciados na perspectiva bakhtiniana, não se limitam à informação, mas apontam para o exterior, mantendo com ele um diálogo tenso, constituindo por isso um enunciado provisoriamente acabado. Para cumprir tal proposta são analisadas duas capas de exemplares de revistas diferentes, de edições concomitantes que circulam semanalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem verbo-visual. Gênero discursivo. Relações dialógicas. Capas de revista.

Introdução

Este trabalho, apresentado em comunicação oral no 16º Intercâmbio de Pesquisa em Linguística Aplicada (InPLA), é um exercício de interpretação da

¹ Departamento de Comunicação Social e Curso de Mestrado em Linguística da Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, São Paulo, Brasil. puzzo@uol.com.br

linguagem verbo-visual das capas de revista, com o intuito de observar as relações dialógicas mantidas entre a equipe de produção, os leitores pressupostos, o contexto sócio-histórico e os enunciados das capas de dois exemplares de revistas semanais.

O objetivo é identificar as vozes discursivas presentes na linguagem verbo-visual das capas de revista, desfazendo a ideia de que estas, por seu enquadramento e pela proposta comunicacional, própria da mídia, representam um discurso de natureza informativa e impessoal. Para cumprir tal proposta, foram selecionadas duas capas de revistas diferentes e de edições concomitantes que circulam semanalmente: *Veja*, ed.1990, de 10 de jan. 2007 e *Época*, nº 851, de 8 de jan. 2007, desfazendo a ilusão de objetividade do texto informativo pelo ocultamento da voz do emissor e pela representação do real na configuração imagética da fotografia. Nas capas já se prenuncia a duplicidade do sujeito-emissor que tem um leitor virtual com o qual dialoga, pressupondo sua atitude responsiva, de acordo com a teoria bakhtiniana da linguagem, cujo processo comunicativo é constituído pelo eu e pelo outro (BAKHTIN, 2003). Essa dialogia implícita que constitui a linguagem na essência tem desdobramentos, pois o enunciado não se limita a esse diálogo interno do sujeito emissor com o outro (leitor virtual), mas se volta para o contexto sócio-cultural. Nesse diálogo, há o confronto de vozes, do sujeito-emissor (que nesse caso é partilhado por outros, como os diagramadores e ilustradores), da empresa que este(s) representa(m), do possível leitor a que a revista se dirige. Nesse espaço, há vozes conflitantes que perpassam por esse discurso, nem sempre evidentes. Esse olhar para o exterior que as capas, como enunciados propõem, é responsável pelo acabamento provisório, na perspectiva bakhtiniana. Isso porque a realização completa e integral de um enunciado depende da atitude responsiva de seus receptores/leitores e do contexto em que estão inseridos (BAKHTIN, 2003).

Como as capas de revista fazem parte da esfera jornalística, a meta prioritária seria a informação pura e simples. Mas, tendo em vista seu caráter de apresentação do produto ao público, pois ficam expostas em bancas de jornais, cumprem também outra função, além da simples referência ao conteúdo: procuram despertar o interesse pela leitura e conseqüentemente pela compra. Desse modo, elas se tornam também uma espécie de anúncio de cuja elaboração participam vários profissionais: diagramadores, redatores, editores, artistas plásticos ou ilustradores reunidos numa mesma proposta comunicativa. Portanto as capas de revista em sua apresentação final não constituem resultado do trabalho de um único sujeito, mas de uma equipe afinada com a ideologia das empresas de que fazem parte. Neste caso específico, a Abril, como editora da revista *Veja*, e a Globo, da *Época*. Os títulos desses

semanários constituem uma espécie de logomarca e se destinam a um público específico.

Sendo assim, antes de iniciar o comentário a respeito dessas capas, convém perguntar se estas podem ser consideradas enunciados, passíveis de serem analisados no âmbito do discurso. Para responder a essa questão tomamos como referência a teoria bakhtiniana que amplia a concepção de texto, estendendo-o a qualquer tipo de manifestação em que haja intenção comunicativa, seja escrita visual ou sonora.

Fundamentação teórica

A teoria bakhtiniana é a que conceitua de modo adequado a condição comunicativa da linguagem em seu processo dialógico. Pensando a palavra como duplo, Bakhtin criou uma teoria que se desenvolveu e continua se desenvolvendo na esperança de compreender esse processo complexo que é o da linguagem como expressão individual e coletiva. Nos estudos que elaborou, contou com a parceria de outros linguistas, entre eles Medvedev e Volochínov, conhecidos como integrantes do Círculo bakhtiniano. Esses estudos, iniciados na década vinte do século passado, só chegaram ao ocidente por volta dos anos setenta e trouxeram um novo enfoque aos conceitos linguísticos vigentes, já que os componentes do Círculo procuram explicitar o caráter complexo do signo linguístico em sua duplicidade individual e social. Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, assinada por Volochínov, mas cuja autoria é atribuída a Bakhtin, estabelece-se um diálogo com as teorias linguísticas tanto sob o prisma positivista como idealista, demonstrando os limites e os problemas decorrentes dessas perspectivas no tratamento da linguagem. Tanto uma como outra restringem a análise à materialidade linguística dos textos, desprezando as relações que a linguagem mantém com o contexto histórico-social. Bakhtin cunha o termo Metalinguística como uma teoria que dê conta dessa nova dimensão no tratamento da linguagem. Como afirma Brait:

a abordagem do discurso não pode se dar somente a partir de um único ponto de vista interno ou, ao contrário, de uma perspectiva exclusivamente externa. Excluir um dos pólos é destruir o ponto de vista dialógico, proposto e explicitado pela teoria e pela análise, e dado como constitutivo da linguagem. (2006, p. 12-13)

A novidade apresentada por esses autores é de que a comunicação humana envolve todo o contexto que a antecede e que a segue, pois representa um evento num *continuum* discursivo. Nessa manifestação, as palavras, independentemente

do sujeito que as emprega, entram como portadoras de significado e de ideologia, por isso já de início criam a tensão que sustenta os enunciados:

Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais. (BAKHTIN, 2006, p. 67)

Sob essa perspectiva, a linguagem é concebida como meio de comunicação no âmbito discursivo, portanto, na dinâmica de sua prática social: “Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. (BAKHTIN, 2003, p. 289). O texto assim considerado se transforma em enunciado e amplia sua gama de possibilidades de concretização, isto é, pode ser constituído tanto por uma única palavra, num *outdoor*, por exemplo, como por um conjunto mais extenso, num romance. O que o caracteriza é a intenção comunicativa do sujeito emissor. Nesse processo, o locutor se dirige ao outro, ainda que este outro não seja uma presença imediata, mas pressuposta.

Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses outros, para os quais o meu o pensamento real (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta. (BAKHTIN, 2003, p. 301)

Desse modo, o conceito de enunciado se alarga, estendendo-se ao contexto, pois pressupõe uma atitude responsiva do receptor. Também escapa de sua realidade meramente escrita para inserir-se no campo visual e sonoro. O conceito de texto ganha outras configurações:

Se entendido o texto no sentido amplo como qualquer conjunto coerente de signos, a ciência das artes (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) opera com textos (obras de arte). São pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos. (BAKHTIN, 2003, p. 307)

Com essas reflexões, a teoria de enunciado bakhtiniano permite analisar a linguagem em seus vários meios de expressão. Um desses conceitos que serve de baliza para essa análise é o conceito de texto: “dois fatores determinam um texto e o tornam um enunciado: seu projeto (intenção) e a execução desse projeto

(BAKHTIN, 2003, p. 308). Portanto o que caracteriza o texto é a intenção de comunicação que o torna um enunciado passível de ser compreendido por um receptor pressuposto, exigindo dele uma atitude responsiva. O ato da emissão já pressupõe o outro a quem ele se dirige. Sendo assim, tudo que é passível de significação se torna um texto, independentemente da forma de expressão utilizada: escrita, oral, visual. Como afirma Brait:

se escolhermos textos visuais ou verbo-visuais (foto e sua legenda; a pintura e seu título; composições visuais em jornais; filmes etc.), assumindo sua textualidade, sua discursividade, também é possível lançar mão de muitos outros aspectos, respeitando as particularidades da construção textual e discursiva da imagem. (2005, p. 97)

Sob essa perspectiva, as capas de revista podem ser entendidas como um texto verbo-visual, já que têm por finalidade anunciar a revista, sugerindo os assuntos que nela são desenvolvidos. Pelo seu enquadramento e pela sua forma de elaboração contêm enunciados dispersos que estão distribuídos no espaço da página e que mantêm um diálogo interno entre si, compondo um enunciado mais amplo do qual participam não apenas as chamadas das matérias, mas as imagens, os desenhos, a diagramação e as cores. Também é preciso considerar que as capas participam de uma esfera da atividade humana, ou seja, elas se integram aos gêneros da esfera jornalística que têm por objetivo a informação. O conceito de esfera é assim conceituado na obra, *Marxismo e filosofia da linguagem*:

No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica, da fórmula jurídica, etc. Cada campo de atividade ideológica tem seu modo próprio de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. (BAKHTIN, 2006, p. 33)

Apesar de não mencionar claramente a esfera da informação, ela se encontra subentendida como uma das atividades sociais diretamente ligadas aos gêneros enunciados mais ou menos estáveis próprios de cada esfera de atividade humana. Cada atividade comporta um repertório de gêneros discursivos (BAKHTIN, 2003). Como as capas não resumem apenas o conteúdo informativo da revista, mas trabalham as manchetes em sintonia com as imagens e outros recursos visuais, a fim de anunciar a revista e ao mesmo tempo chamar a atenção do leitor, elas se situam num espaço misto de dois campos de atividade: o jornalístico e o publicitário.

Parte-se, assim, da idéia de que as capas configuram um enunciado complexo resultante de um diálogo interno mantido pela equipe de produtores passível de

criar múltiplos sentidos por sua forma peculiar de composição. Em sua elaboração já existe o duplo propósito de obter um resultado harmônico, fazer uma síntese do seu conteúdo informativo, imprimindo a ideologia da empresa, e, ao mesmo tempo, provocar o interesse do leitor. Naturalmente, cada membro da equipe deixa suas marcas, imprimindo às capas diversas possibilidades de leitura.

Desse modo, os significados explícitos do enunciado, aparentemente simples, trazem significados implícitos, cuja complexidade está enredada nas articulações entre suas diversas partes: a linguagem verbal, muitas vezes conotativa, os signos visuais em sua ampla gama de expressão, tais como, volume, cor, tamanho, desenhos, fotos alteradas por computador, metáforas imagéticas que se relacionam com os enunciados escritos, compondo uma verdadeira linguagem de segundo grau, que subjaz ao explícito, e expressa indiretamente as opiniões da empresa ou mesmo de um redator interessado. Embora as capas não estejam integradas à esfera literária ou artística, apresentam alguns desses recursos como apelo. Além disso, por constituírem uma unidade integral acabada, elas apresentam como característica fundamental o acabamento provisório porque pressupõem uma atitude responsiva do outro a que se dirigem (BAKHTIN, 2003, p. 332). O momento de produção também é parte essencial da constituição do enunciado concreto: “A situação (contexto externo) se integra ao enunciado como parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. (VOLOSHINOV; BAKHTIN, 1926, p. 6). Por isso, segundo o linguista, compreende duas partes: a explícita e a implícita ou presumida. O autor-emissor, disfarçado pela objetividade de seu papel como jornalista, trabalha livremente esses recursos, sem se comprometer como sujeito-produtor, responsável pelo enunciado. Por outro lado, esse enunciado “sem autor” põe em circulação as vozes oriundas do contexto, criando uma rede possível de significados que dialogam entre si. Existe um tom, ou melhor, uma entoação que percorre o enunciado e está diretamente ligado à situação de produção e aos valores presumidos de um determinado grupo social. “A entoação sempre está na fronteira do verbal com o não-verbal, do dito com o não dito. (idem *ibidem*, p. 7). Como o enunciado das capas é verbo-visual, a entoação pode ser percebida nos recursos expressivos que compõem esse enunciado. Também é preciso considerar que o pesquisador passa a ser também um interlocutor com o qual esses enunciados dialogam.

Para a elucidação desse processo dialógico, vale lembrar que o enunciado sempre tem um destinatário (com características variáveis: ele pode ser mais ou menos próximo, concreto, percebido com maior ou menor consciência) de quem o autor do enunciado pressupõe e espera uma compreensão responsiva. Além desse

destinatário imediato, o sujeito emissor pressupõe um terceiro destinatário, superior, cuja compreensão responsiva é esperada (BAKHTIN, 2003). Assim, todo enunciado encontra-se num diálogo permanente com o contexto sócio-histórico, já que faz parte de uma cadeia discursiva:

Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição *definida* em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. (BAKHTIN, 2003, p. 297)

Nas capas da revista em questão, o terceiro “superdestinatário” seria o público em geral, além do leitor virtual com quem o redator/emissor dialoga, pressupondo um movimento responsivo. Pois, além do enunciado imediato, existem elementos que propiciam um significado subjacente ao primeiro, mas não evidente. Desse modo, as capas, como um evento enunciativo (BAKHTIN, 2006), fazem parte de um *continuum* discursivo, os fatos que as antecederam e a possível recepção.

Análise das capas

As duas capas selecionadas são de revistas semanais de categoria semelhante, atingem um público mais ou menos igual e disputam um espaço no mercado informativo impresso com mais ou menos as mesmas características. Assim, as edições escolhidas trazem os assuntos mais imediatos e de impacto que ocorreram durante a semana. Cada uma delas com um enfoque diferente de modo a provocar o interesse do público leitor.

A revista *Época*, da Editora Globo, é uma revista que foi lançada em momento recente, portanto bem posterior ao da *Veja*, com a qual divide o mercado consumidor. Tem mais ou menos a mesma proposta e as imagens plásticas das capas são bastante elaboradas. O estilo da capa é imediatamente reconhecido como produção da Globo e, em específico, da revista *Época*, cujo título como uma logomarca já vem no topo da página como elemento identificador: fica circunscrito num retângulo vermelho, contornado por uma linha branca, as letras em caixa alta são preenchidas em preto contornadas pelo branco e no espaço correspondente à letra “o”, há um globo na cor azul e o contorno da América do Sul, uma parte da América do Norte e da África na cor verde, simbolizando a empresa editora da

revista, cujo logotipo encontra-se no topo direito da página. Um *slogan* acompanha o nome da revista na parte superior do retângulo acima das letras finais: “A revista de quem tem opinião .

Neste exemplar em especial, a foto-reportagem, que no jornalismo geralmente ilustra o fato, é substituída pelo desenho, simulando a arte dos quadrinhos, como as do Batman, do Flash Gordon, que têm como ponto central o desenho artístico no lugar de fotos. O título, centralizado, tem o apelo de impacto pela ênfase dada aos dois termos, destacados do conjunto do texto verbal: “violência e insegurança , que tematizam o enunciado escrito, de natureza aterradora. Em consonância com esse tom, o rosto desenhado na capa expressa e enfatiza esse terror, principalmente pela perspectiva em que o rosto é colocado, inclinado para cima e apontando para o título. O título completo, “Como a violência e a insegurança afetam a mente e a rotina de todos nós , relaciona-se com o enunciado secundário: “Os novos tratamentos contra o câncer . Os dois enunciados em letras brancas se destacam da imagem de fundo da página constituída por um rosto de mulher na cor vermelha, cujos traços e cabelos são delineados em preto, sob fundo vermelho. No rosto marcado pela expressão de horror, resultante das imagens dos olhos arregalados de onde escorre uma lágrima, da boca aberta e das narinas infladas, observa-se o pânico, reforçado pelos cabelos que, espalhados pela página, parecem ouriçados pelo medo, como a das personagens das revistas em momentos de pânico. O título do editorial é significativo porque apresenta o contraste entre a tranquilidade e o terror: “Era para ser uma semana tranquila . Contrariamente à expectativa, os fatos do momento justificam a reportagem de capa: a imagem do ônibus em chamas, no centro do editorial, tem como legenda: “Terror Atos como os do Rio levam a insegurança para nossas mentes (p. 10).

Para enfatizar o tom de violência e de medo, são empregadas as cores preta e vermelha como fundo para a manchete central na cor branca que compõem também o contorno do logotipo que identifica a revista, constituído pelo retângulo em fundo vermelho e demarcado em linhas brancas. Do logotipo destacam-se as letras na cor preta em caixa alta, com o nome da revista *Época* e a cor azul num dos únicos espaços de cor diferente que põe em realce a empresa. A cor vermelha excitante é sugestiva de sangue, de violência e contrasta com o preto que lhe dá realce, assim como os contornos em branco.

A chamada principal é segmentada pela distribuição na página e pelo tamanho dos tipos de letras. Em tipos maiores, realçam duas palavras do conjunto VIOLÊNCIA e INSEGURANÇA que correspondem aos temas da capa e dos

assuntos tratados nessa edição. Esses dois substantivos abstratos recebem um acento diferenciado do conjunto, dele se destacando, também são personificados na ação de afetar, tornando-se os vilões, os inimigos que ameaçam o coletivo, representado pelo pronome em 1ª pessoa do plural, “nós”, portanto, conjunto de que o sujeito emissor empresa participa, aproximando-se do público a que se dirige. O verbo *afetar*, no presente do indicativo, sinaliza uma ação ligada à emoção, aos afetos, não referentes apenas ao físico, mas à saúde mental, sugerida pela imagem de um rosto cujas feições estão descontroladas pela emoção.

Esses dois signos centralizados na página e colocados numa sequência enumerativa não são totalmente independentes, porque a insegurança decorre da violência. Os dois termos associados são potencializados em sua carga emotiva pela imagem de fundo: o rosto que se configura no pé da página, inclinado para trás, como se estivesse em queda, o que é reforçado pela imagem dos cabelos espalhados em filigrana, como se fizessem parte do movimento da queda. Do rosto ressalta a luminosidade dos olhos, realçada pelo branco, aumentando a sensação de terror visualizado no rosto em destaque. Essas duas partes do texto compõem de imediato um enunciado assimilado pelo leitor, ainda que ele não tenha lido o título integral centralizado na página em tipos menores. Seu interesse é despertado pela força da imagem, dos termos e das cores de que são constituídos. No texto integral, há a sugestão de uma atitude responsiva que a revista se propõe a explicitar: como os sujeitos reagem à violência e à insegurança, tanto nos planos emocional e mental como nas ações rotineiras.

Na chamada secundária, há a proposta de apresentar os “NOVOS TRATAMENTOS CONTRA O CÂNCER”. Diagramado em letras em caixa alta, mas em tipos menores no tom amarelo queimado, põe em destaque a palavra *câncer*. Esse substantivo, que diz respeito a uma doença grave, às vezes incurável, representa uma ameaça ao ser humano, de natureza violenta pela agressividade de sua rápida disseminação pelo corpo onde se espraia. Sob esse aspecto, esse título estabelece um diálogo com a figura de fundo. Os cabelos traçados em linhas sinuosas que se expandem pela página são facilmente associados à imagem do tumor cuja extensão se expande em filamentos pelo corpo. Pela sua agressividade, também assusta, também é motivo de medo, também gera insegurança. Por isso, o título central está em diálogo aberto com o subtítulo: ambos tratam do problema da saúde, tanto psíquica, sinalizada na página pela palavra “mente”, quanto física, a doença, que afeta as ações rotineiras, perturbadas por essas ameaças.

Observa-se, desse modo, a produção conjunta de vários sujeitos que representam a empresa e a expressão de sua ideologia: redator, diagramador, ilustrador, produzindo um enunciado sobre um mesmo tema cujo resultado propicia leituras sugestivas: pela fragmentação das partes que o compõem, pela entonação registrada nos diferentes tamanhos de letras, pelas imagens que com eles dialogam, pelas cores escolhidas na composição da página, pelas letras e tipos que o constituem, bem como pela sua distribuição, possibilitando um ritmo de leitura variável, dependendo do olhar do leitor. A elaboração artística da imagem segue o projeto das revistas em quadrinhos como a dos super-heróis, em especial do Batman, com a qual a imagem mantém uma relação intertextual, os traços da figura feminina desenhados de modo simplificado são explorados na imagem da capa de *Veja*. O ângulo inclinado da figura põe em realce o título, além de criar a sensação de desequilíbrio com relação ao eixo central da página. Colocada no canto esquerdo, com os olhos voltados em direção à manchete, acentua ainda mais o clima de horror que percorre o enunciado, transmitindo instabilidade.

Os temas da violência e da insegurança são temas atuais, de interesse imediato dos possíveis leitores, tendo em vista as ondas de sequestros, roubos, mortes noticiadas nos meios de comunicação. Portanto, os leitores pressupostos poderão estabelecer com esse enunciado relações significativas, de acordo com suas experiências vitais. Assim, as informações sugeridas escapam da mera informação e avançam pelo campo polissêmico e publicitário, criando uma rede de relações dialógicas entre a equipe de produção da empresa responsável pela capa e seus possíveis leitores.

Cruzam-se, então, nessa página vozes de instâncias diferentes:

a da empresa, evidenciada na marca Globo, no *slogan*: “A revista de quem tem opinião”, que se afirma de modo positivo, como se atuasse de fato no meio social e dele participasse ativamente, incluindo-se como membro da comunidade pela expressão “todos nós”. Ela não se exime, não se exclui, tornando-se parceira do leitor, associada à voz da equipe de produção: locutor, no papel de repórter e de publicitário, responsável pela redação das chamadas que têm tripla função: informar, motivar a leitura e gerar interesse pela compra, conquistando o leitor pela empatia “todos nós” (ele e a empresa fazem parte do universo do leitor);

a do diagramador/ilustrador, que se associa à voz do locutor, responsável pela elaboração artística da capa. Nesse aspecto, destaca-se a distribuição do título pela página que não é apenas estética, mas realça o tema que está em pauta na atualidade das discussões entre o povo e os representantes do governo;

a do leitor pressuposto, o público da revista que espera solução para seus problemas imediatos;

da cultura dos quadrinhos, que ativa a memória do herói salvador que, neste caso, estaria sendo representado pela revista, como se, ao tratar do assunto, deixando o leitor informado, ela resolvesse sua angústia.

Assim, na capa perpassam os discursos:

da esfera jornalística, porque se propõe a informar;

da esfera publicitária, porque anuncia a revista, além de tocar em assuntos de outras esferas, como a da saúde e a da segurança.

Desse modo, nesse espaço que não tem um autor, mas tem uma autoria (BAKHTIN, 2003, p. 11-13), já que, como afirma Faraco (2005), para Bakhtin, o autor-criador representa uma segunda voz, cuja função é de “pura relação”, porque expressa um modo de ver o mundo, um princípio ativo de ver que orienta a construção do objeto linguístico, encaminhando o leitor numa direção. Como esse enunciado constitui um conjunto organizado por um tema geral em torno do qual as outras informações circulam, criando um diálogo interno entre a manchete principal e as secundárias, bem como entre estas e a imagem de fundo, há um enunciado concreto que se dirige ao contexto social, aguardando uma atitude responsiva de seus possíveis leitores. Assim, a unidade do todo é obtida no conjunto do texto para o qual concorrem várias consciências.

A capa que mantém diálogo com a da revista *Época* é a da revista *Veja*, que circula desde 1968, portanto mais antiga que a *Época*, e que conta com um público amplo de leitores – é a de maior tiragem no país. A proposta, por ela definida, é “a da informação comprometida com a verdade e com a democracia, denunciando o mal e a mentira”, conforme explicita em seu exemplar comemorativo da edição 2000 (*Veja* 21, mar. 2007), “na defesa intransigente da liberdade [...] na luta contra o estado cartorial e onipresente, a xenofobia retrógrada, a mistificação demagógica e a impunidade dos poderosos”. Mas, como a verdade depende de consenso e não é absoluta, é preciso observar em que medida os fatos vão sendo enformados ou deformados nas capas em questão. Sua linguagem tem um tom de comunicação subjetivo pelo uso de recursos expressivos no contrapelo da informação.

A reportagem especial de 10 de janeiro, portanto do período concomitante ao da revista *Época*, se apresenta sob o tema da criminalidade, assunto polêmico que estava em pauta pela violência do incêndio a um ônibus, motivando a morte de seus passageiros. O editorial dessa edição tem por título “Crime sem castigo”,

e a matéria principal também tem no título a palavra crime: “O crime desafia a sociedade . No comentário do editor, há menção à revolta da sociedade pela violência gratuita: “Como sempre ocorre nesses episódios, uma maré de indignação se levantou no país .

Elaborada em fundo preto e letras em cinza, a capa traz a imagem dos destroços do ônibus queimado, aludindo implicitamente à morte de seus passageiros. A imagem do veículo está circunscrita a um quadrado, como se fosse uma janela da qual podem ser observados os resquícios a que ficou reduzido, junto a eles encontram-se perfiladas duas figuras humanas, possivelmente de peritos, vestidos com capa amarela e luvas verdes, retirando as vítimas ou os destroços do acidente.

Sob a foto-reportagem, o subtítulo se destaca do fundo preto. Essa cor que, na verdade, representa a ausência de cor, de natureza opressiva e mórbida (FARINA, 1986), realça as letras grafadas na cor branca e tipos menores: “Inocentes queimados vivos por traficantes em ônibus no Rio de Janeiro . Os adjetivos substantivados *inocentes e traficantes* desfazem a idéia de informação pura porque apresentam certo julgamento antecipado. O tema centralizado na palavra CRIME, em letras garrafais em cinza, sem nenhum determinante, põe em relevo sua generalidade e sua dimensão. Os substantivos numa enumeração, que o acompanham logo abaixo, também redigidos em letras brancas, se destacam do fundo preto: “as raízes, a impunidade, as soluções . A sequência em gradação vai das causas às soluções.

A palavra que serve de título dialoga com a legenda da foto “queimados vivos , potencializando a força do substantivo “Crime . A oposição entre *inocentes versus traficantes* cria um cenário de luta, exprimindo de modo indignado a oposição *população versus bandidos*.

O reforço é dado não só pelo título em destaque como pelas cores, o fundo preto põe em evidência o luto, a melancolia da cena, bem como ressalta um ambiente lúgubre que tem na imagem da morte seu corolário.

Esse tom melancólico é reforçado pelo cinza dourado que também está presente no nome da revista, cujo destaque é dado pelas linhas brancas que contornam as letras e as põem em evidência.

As frases segmentadas e soltas distribuídas pela página giram em torno de um único tema, já que, como está anunciado no topo da página, “Reportagem especial , trata de um número temático específico. As frases nominais do título e dos subtítulos dão ênfase aos conceitos, portanto criam um clima estático de horror.

Apesar de trabalhar com poucos elementos, o conjunto põe em evidência a foto-reportagem de grande impacto visual pela centralização na página e pela

perspectiva adotada para a visualização do interior destruído do veículo, deixando entrever o transporte de detritos ou de corpos retirados pela janela por um perito devidamente protegido. O fundo preto realça ainda mais o poder destrutivo dessa cena cuja monotonia é quebrada apenas pelas cores amarela e verde e pelo fundo claro do ambiente exterior visível pelas janelas quebradas. A sugestão de aprisionamento no interior do veículo simula a sensação de uma população encurralada em seu espaço, vítima da violência urbana.

A empresa aproveita o impacto dos fatos momentâneos para explorar o tema, despertando o interesse dos leitores pelo consumo da revista, já que ela se propõe a analisar as causas “raízes”, questionar a falta de punição “impunidade” e propor um desfecho adequado “soluções” ao problema que aflige a população.

A produção visual, imagética e linguística, resulta de um conjunto de decisões tomadas em grupo: os diversos sujeitos que dela participam em nome da empresa deixam entrever um diálogo interativo entre as diversas partes que compõem esse enunciado enquadrado na página de capa.

O artista ilustrador, responsável pela estética, pelo efeito visual pensou na combinação das cores para ressaltar a ideia de morte trágica e melancólica.

O redator, pela escolha dos termos, das frases fragmentadas, obriga o leitor a compor o enunciado subjacente em colaboração com o locutor/repórter.

O diagramador, pela distribuição de imagens e palavras ao longo da página, dá visibilidade ao tema da CRIMINALIDADE e às suas consequências, evidentes na foto centralizada na página, responsabilidade do repórter fotográfico.

Sob esse aspecto, a montagem da página simula um quadro das artes plásticas no molde da colagem. Essa produção estética, bastante moderna, ligada à Pop Art, tem por objetivo recortar e transpor imagens de instâncias de produção diversas e enquadrá-las numa nova moldura, dando-lhes outros significados. Na capa da *Veja*, a opção pela cor preta não é gratuita, porque destaca a foto centralizada na página.

Neste caso específico, faz saltar aos olhos a foto da destruição de modo singular.

A singularidade equivale a focalizar, numa composição, um tema isolado e independente, que não conta com o apoio de quaisquer outros estímulos visuais, tanto particulares quanto gerais. A mais forte característica dessa técnica é a transmissão de uma ênfase específica. (DONDIS, 2003, p. 56)

Desse modo, a imparcialidade fica submetida aos apelos publicitários: tema pertinente ao momento, elaborado de modo interessado pela empresa e pelos seus

colaboradores que expressam a visão da revista com a qual estão afinados. Dialogam entre si e também com seus possíveis leitores, afetados pelos fatos do momento.

O diálogo entre as duas capas

As duas revistas, lançadas no mesmo período, tratam de um assunto do momento que atinge a população: a violência urbana e suas consequências. O tratamento estético dado às capas potencializa os temas do medo e da insegurança, atribuindo-lhes um caráter hiperbólico, pelos tipos diferenciados de letras que põem em destaque o tema, pelas cores de impacto, tanto o vermelho que é excitante quanto o preto que indica luto, tristeza e enclausuramento que lhe servem de fundo. Ambas exercem um efeito impactante pela exacerbação dos sentimentos que os enunciados provocam: na revista *Época*, de terror e na *Veja*, de aprisionamento, sugerido pelas ferragens do ônibus em destaque no centro da página, num enquadramento luminoso, no estilo da arte pop das colagens, circundado pelo fundo preto. É interessante observar que o apelo à saúde, explícito na capa da *Época*, é mencionado no editorial da *Veja*, já sob um outro enfoque, o da doença social:

Para que os índices de criminalidade no Brasil baixem a patamares toleráveis, é preciso erradicar a doença crônica da qual os atentados no Rio são apenas manifestações esporádicas. O nome dessa doença é impunidade. Seus males aparecem junto com o despreparo e a leniência. (p. 7)

Apesar de empregarem recursos diferentes, as duas capas estabelecem um diálogo aberto que tem como eixo a violência e o crime, tratados de modo ameaçador e impactante. Há, portanto, uma intertextualidade temática (FIORIN, 2006) entre os dois enunciados expressos nas duas capas da *Época* e da *Veja*.

Desse modo, em substituição à informação neutra, mais objetiva de natureza crítico-reflexiva, estabelecem um diálogo emocional que imobiliza ao invés de mobilizar o leitor em busca de soluções concretas para os problemas tratados.

O poder das imagens, passado o efeito da emoção, pode conduzir a certa passividade diante do caráter aparentemente irreversível das situações reportadas. Portanto, os fatos apresentados nas capas são extraídos de uma situação imediata e se inserem dialogicamente no *continuum* discursivo do leitor, projetando-se para fora na expectativa de sua atitude responsiva. Atitude esta que visa em primeiro lugar ao consumo do produto, em segundo a certo apaziguamento das emoções pelo caráter incisivo e irreversível dos fatos na forma como são apresentados.

Textos, imagens plásticas, diagramação, tratados esteticamente, deixam entrever o diálogo afinado entre as diversas vozes que se cruzam nesse espaço: a da empresa e seus colaboradores e a dos leitores pressupostos, cujos interesses, muitas vezes conflitantes e contraditórios, acabam sendo amenizados pelos enunciados impostos.

As capas estabelecem também um diálogo com a analista deste discurso, que procura interpretá-lo sob a ótica da teoria discursiva bakhtiniana.

Além disso, há o diálogo com a arte, num processo intertextual, não só com o objetivo de obtenção do efeito estético, mas também como pretexto, como uma forma de apropriação interessada no consumo. A ideologia da empresa, na interpretação indireta dos fatos reportados, perpassa por esse discurso de modo implícito e acaba se impondo ao leitor ingênuo ou desavisado.

PUZZO, Miriam Bauab. Magazine covers: dialogic relationship. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 135-150, 2009.

ABSTRACT: *The purpose of this paper is to identify the dialogic relationship and the discursive voices in the verbo-visual language of magazine covers, by undoing the idea that they, due to their structure and communicational proposal, represent a ready and finished discourse of an informative or impersonal nature. This research is based on the Bakhtin's dialogic theory, and demonstrates how the materiality of the verbo-visual text intertwines voices in different instances, showing the tension that flows through the social-historic context in the voices of the issuers, who represent their company, the virtual readers and the superaddressees. The covers of news magazines that circulate within the journalistic world, considered as utterances in the Bakhtinian point of view, are not limited to information but point to the exterior, maintaining a tense dialogue with it, which creates a provisionally-finished utterance. In order to analyze this two covers were selected from two weekly publications of concurrent editions.*

KEYWORDS: *Verbo-visual language. Genre of discourse. Magazines covers. Dialogic relationship.*

Referências

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Prefácio de Roman Jakobson, Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Estética da criação verbal**. Tradução do francês Paulo Bezzerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: _____. (org.) **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-32.

_____. Estilo. In _____. (org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 79-102.

DONDIS, D. A. **Sintaxe da linguagem visual**. Tradução de Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FARACO C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 39-60.

FARINA, M. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 4.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1986.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 161-194.

VOLOSHINOV, V. N.; BAKHTIN, M. M. **O discurso na vida e o discurso na arte**. Tradução para uso didático feita por C. Tezza e C. A. Faraco do original russo de 1926, traduzido para o inglês publicado na obra *Freudism*, New York: Academic Press, 1976.

Revistas

Época. São Paulo: Editora Globo, Edição 451, 8 jan. 2007.

Veja. São Paulo: Editora Abril, Edição 1990, 10 jan. 2007.

Imagem

WAGNER, M.; STEWART, D. Batman e os homens-monstro. **Batman extra**. Nº 1, Parte 1 de 2, (abril 2007). ISSN 1981-151-9.

AUTOAJUDA E ESOTERISMO: UMA SUGESTÃO TIPOLÓGICA

Levi Henrique MERENCIANO¹

Percebemos diferenças e, graças a essa percepção,
o mundo “toma forma” diante de nós, e para nós.
(Greimas, *Semântica Estrutural*, 1973, p. 28)

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de aplicar um estudo discursivo ao plano de conteúdo dos livros de autoajuda e de esoterismo mais vendidos no Brasil atualmente, com vistas a sugerir tipologias discursivas para esses textos. Optamos pela análise de um *corpus* com os três livros mais vendidos, no período de 1991 a 2006, obtidos a partir dos *rankings* “Os mais vendidos”, da revista *Veja*. Os procedimentos analíticos do campo da enunciação e os componentes narrativos e discursivos, propostos pela teoria Semiótica greimasiana, ajudarão a entender as características composicionais desses *best-sellers*, de acordo com a organização discursiva de cada texto examinado.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica. Tipologia discursiva. Autoajuda e esoterismo.

Introdução

Estudar a organização discursiva de uma totalidade de textos de autoajuda e de esoterismo mais vendidos no Brasil vai além da descrição das estratégias do mercado livreiro, da publicidade massiva das editoras, da publicação de *rankings*

¹ Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP-Araraquara, Araraquara, S.P, Brasil. levihm@gmail.com

de livros. Antes de tudo, devemos perceber diferenças estruturais, de conteúdo, pois queremos estudar as maneiras pelas quais o objeto livro, enquanto mercadoria seduzível, manipula o seu leitor, e as formas como este, ao notar intuitivamente as marcas do seu mundo no discurso, os rastros deixados pelo enunciador, vai criando uma relação de identidade com esses textos. Ao estudar as formas de manifestação textual da autoajuda e do esoterismo (nos livros ocultistas, nas autobiografias, nos manuais de como se dar bem nos negócios, entre outro conjunto de textos heterogeneamente constituídos), procuramos meios possíveis de verificar linguisticamente a constituição do leitor contemporâneo com a finalidade de sugerir, assim, tipologias discursivas para os textos mais vendidos atualmente no país.

De acordo com Rüdiger, em termos sociológicos, o fenômeno da autoajuda “[...] refere-se ao conjunto textualmente mediado de práticas através das quais as pessoas procuram descobrir, cultivar e empregar seus supostos *recursos interiores* e transformar sua subjetividade (1996, p. 11, grifo nosso). Mesmo que haja, de forma geral, inúmeras dúvidas sobre a qualidade literária do texto de autoajuda e misticismo-esoterismo, de simplesmente ser um manual de como fazer “isso ou “aquilo”, de como empregar corretamente nossos “recursos interiores” inclusive por ser um produto industrializado, de conteúdo cambaleante: ora misticismo, ora esoterismo, ora autobiografia a sua manifestação textual, assim como a literatura culta, possui mecanismos discursivos específicos de construção. A seu respeito, é possível observar a maior ou menor incidência e complexidade dos componentes semióticos, com base no exame dos níveis narrativo e discursivo, propostos pela Semiótica discursiva.

Delimitando o levantamento de livros mais vendidos

A revista *Veja* é a base de dados desta pesquisa. A partir de sua seção de divulgação e comentário de livros, denominada “Os mais vendidos”, pôde-se realizar o levantamento dos livros de autoajuda e de esoterismo mais vendidos no Brasil. As relações de livros, em forma de *ranking*, são publicadas na seção da revista desde 1968, mas o modo de organização das listas sofreu consideráveis alterações. No início, eram publicadas na sua seção literária duas listas de livros da seguinte forma: nacionais e estrangeiros. Na década de 70, sua forma de classificação foi alterada, adotando-se duas listas, “ficção” e “não-ficção”. Foi somente na década de 90 que a *Veja* inseriu mais uma categoria de *ranking*, denominado “autoajuda e esoterismo”. O período escolhido para o levantamento de dados foi de 1991 a

2006. Deste período, foi feita, portanto, uma seleção dos três livros mais vendidos a partir da observação da progressão de todos os livros que constavam das listas de *Veja*.

O critério de recorte do período específico, para elaboração do *corpus*, é baseado em Merenciano (2007). O autor demonstra que a partir da década de 1990 houve uma procura mais acentuada por livros cuja temática foi o misticismo e o esoterismo (surgindo uma tendência mais intimista de leitura) entre os livros de ficção que pesquisou. A partir do levantamento de livros que o autor realizou durante a sua pesquisa (os livros de ficção mais vendidos ano a ano, de 1975 a 1990, constantes dos *rankings* da *Veja*), observou-se que até o início dos anos de 1980 predominou, entre os leitores, a procura por textos de ação-intriga (narrativas de Sidney Sheldon, Frederick Forsyth, Morris West). Exemplifica que, a partir de 1985, mais precisamente com o mais vendido desse ano, *A insustentável leveza do ser*, de Milan Kundera, e com o mais vendido de 1990, *O alquimista*, de Paulo Coelho, passa a ocorrer uma mudança significativa na organização discursiva dos textos analisados. Além de haver no plano de conteúdo desses dois textos uma preocupação com fatores típicos de ação-intriga (aventuras em lugares exóticos e perigosos, intriga, passionalidade, intrigas coletivas, luta pela sobrevivência), ao lado desses elementos que estruturam o texto passou a haver uma tendência ao desenvolvimento de um conteúdo baseado no tema místico-esotérico, que orientou um tipo de leitura mais carregada de subjetividade, de questionamento à existência, de procura por crenças de cunho ocultista, enfim, maneiras essas de levar o leitor a crer na transcendência e a buscar o autoconhecimento, por exemplo.

Cortina (2006) faz uma constatação interessante. No levantamento proposto pelo autor a partir das listas de livros de dois jornais, observa um interesse acentuado pela autoajuda. Nos anos de 1990, a lista geral de livros, organizada no *corpus* de sua tese, apresenta, entre os 13 livros mais vendidos, nada menos que 11 títulos de autoajuda. O predomínio quase absoluto desse tipo de texto mostra “que o leitor brasileiro desse período realiza um momento de introspecção que o distancia das preocupações com a coletividade (2006, p. 129). Se a literatura de ação-intriga prezava, até o início dos anos 80, pela discussão dos problemas situados no âmbito coletivo, como apontado por Merenciano (2007), a literatura que se desenvolveu nos anos 90 passou a se direcionar menos para a causa social, enfim, para os problemas contextuais da época, com os quais os textos de ação-intriga mantinham diálogo. Voltou-se, então, para discussões que instigam a individualidade do leitor, que passou a buscar, no contato com o texto místico-

esotérico e de autoajuda, um conhecimento específico para a resolução de problemas particulares; são leituras, portanto, de natureza intimista. Aos poucos, na evolução desses textos, dos anos 80 para cá, foi-se desvinculando o diálogo com os fatos contextuais, em que “... predominavam cenas de conflitos armados, sociedades igualitárias, indivíduos com direcionamentos políticos bem definidos (MERENCIANO, 2007, p. 8). Os problemas históricos, ficcionalmente narrados e voltados para o seu contexto de produção (Guerra Fria, Ditaduras, conflitos no leste Europeu), evoluíram, a partir de finais dos anos 80, para um diálogo com o próprio leitor. Em suma, acreditamos que o tipo de literatura mais individual dos anos 80 (menos preocupada com a coletividade) foi, então, evoluindo para a literatura místico-esotérica e de autoajuda dos anos 90. Isso quer dizer que, a partir de 1991, já é possível estabelecer um levantamento de livros mais vendidos que dê conta de explicar o universo da autoajuda e do misticismo-esoterismo, bem como as estratégias que organizam a imanência desses textos.

O método do levantamento pretendido neste artigo teve como base o trabalho de Cortina (2006). Durante a sua pesquisa, ele optou pelo registro do número total de vezes que as obras apareceram nas listas de livros, tendo como base os *rankings* de dois grandes jornais, no período de 1966 a 2004. Cortina (2006, p. 102) defende o método de obtenção de dados por meio da progressão de livros nas listas, sem levar em conta a posição que o livro apareceu no decorrer delas. Isso funciona como uma maneira de verificar como determinado texto foi mais lido por meio de sua recorrência nos *rankings* desses veículos de informação. O método também determina quantitativamente, no decorrer do período compreendido, como variou ou como não variou a procura pelos mais vendidos, fato que exclui uma forma de levantamento dependente de poucas listas². Assim, o autor procura examinar como se alterou ou como se manteve a totalidade desses *rankings*. A partir do registro da progressão de todos os livros levantados por ele, estuda um perfil pretendido do leitor brasileiro da década de 1960 em diante. No que diz respeito ao plano linguístico dos textos por ele selecionados e analisados, Cortina (2006) observa de que forma

² A *Veja* publicou apenas nos anos de 1999, 2000, 2003, 2004, 2005 (de 1991 a 2006) listas com os mais vendidos anualmente (vale lembrar que examinamos listas semanais e não, anuais). Os resultados dessas listas anuais tendem a não coincidir com cômputo das listas semanais. Por isso, o exame quantitativo das listas parece mais confiável. Isso se explica, uma vez que uma das listas anuais de *Veja* (OS MAIS VENDIDOS DO ANO, *Veja*, 15 dez. 1999), a dos mais vendidos de 1999, relacionou entre os mais vendidos desse ano um livro que não constou em nenhuma das listas semanais: *A fantástica história de Sílvio Santos*, de Arlindo Silva.

o autor, projetado no papel como enunciador, instaura a vontade de consumo no enunciatário-leitor. Valemos-nos também desse método para explicar as estratégias persuasivas que o livro, como produto de consumo e como produção discursiva, instaura no leitor no momento em que realiza a sua leitura.

Composição do *corpus*

A elaboração deste *corpus* é fundamentada, portanto, em uma totalidade de textos, os três livros mais vendidos no período de 1991 a 2006, a partir das listas “Autoajuda e esoterismo”, da revista *Veja*. A seleção e a coleta desses dados foram baseadas no número total de vezes que cada obra apareceu nas listas semanais de livros. Assim, as três obras mais recorrentes, independente da posição ocupada em cada lista, foram as campeãs. É necessário ressaltar que a revista não publica “religiosamente” suas relações de livros. Mesmo assim, essa irregularidade não comprometeu a observação da progressão dos livros. Houve anos em que a revista apresentou 51 listas, como em 2005 – visto que um ano tem aproximadamente 52 semanas, nesse caso, houve uma regularidade quase absoluta. Por outro lado, houve um ano, 1997, em que publicou apenas seis listas, sem apresentar, no entanto, os motivos dessa omissão. Assim, o número total de listas por ano foi o seguinte: 1991 = 10; 1992 = 14; 1993 = 13; 1994 = 10; 1995 = 14; 1996 = 23; 1997 = 06; 1998 = 11; 1999 = 18; 2000 = 38; 2001 = 49; 2002 = 48; 2003 = 49; 2004 = 50; 2005 = 51; 2006 = 49.

Percebe-se que, a partir do ano de 2000, o levantamento da revista apresenta uma maior regularidade, cuja variação fica entre 38 e 51 listas anuais. Somadas as listas, portanto, temos um número total de 453. Ao dividir esse total pelos 16 anos de levantamento, temos uma média de aproximadamente 28 listas por ano.

Assim, o resultado para a categoria “Autoajuda e esoterismo”, nas listas consultadas, foi o seguinte:

Título	Autor	Editora	Ocorrências
<i>Quem mexeu no meu queijo</i>	Spencer Johnson	Record	208
<i>A semente da vitória</i>	Nuno Cobra Ribeiro	Senac / S. Paulo	151
<i>A arte da felicidade</i>	Dalai-Lama e Howard Cutler	Martins Fontes	142

O leitor implícito e a enunciação

Cortina (2006, p. 2) aplica uma análise discursiva, de base linguística, aos textos mais vendidos dos anos 60 em diante, com vistas a delinear um perfil de leitor contemporâneo. Nesse caso, o leitor é uma instância linguística, porque é analisado como uma projeção do enunciatário no discurso, que dialoga com o enunciador, a projeção linguística de quem escreve. Formam, desse modo, enunciador e enunciatário, a instância do discurso chamada sujeito da enunciação. O exame das imagens de um leitor que um discurso projeta no momento em que é produzido ajuda a verificar, portanto, como se configura esse leitor, constituído na imanência dos textos mais vendidos.

A enunciação “[...] é a instância linguística logicamente pressuposta pela existência do enunciado (FIORIN, 2004a, p. 118), bem como o ato de pôr a língua em funcionamento por meio de um ato individual de uso. Ocorre a enunciação enunciada quando é projetado no interior do enunciado um “eu/aqui/agora”. Em “Eu digo que a Terra gira em torno do sol”, há um “eu” projetado no interior desse discurso. No enunciado enunciado, ou enunciado propriamente dito, como em “A Terra gira em torno do sol”, também há um “eu” produtor do discurso, mas é implícito, pressuposto pela existência do enunciado, na medida em que sempre há uma instância responsável pelo dizer e sempre alguém a quem esse dizer é dirigido. Dessa maneira, há determinados níveis de projeção de pessoa no discurso, em que a cada “eu” responde um “tu”. Nas palavras de Fiorin

Isso implica que é preciso distinguir duas instâncias: o *eu* pressuposto e o *eu* projetado no interior do enunciado. Teoricamente, essas duas instâncias não se confundem: a do *eu* pressuposto é a do enunciador e a do *eu* projetado no interior do enunciado é a do narrador. Como a cada *eu* corresponde um *tu*, há um *tu* pressuposto, o enunciatário, e um *tu* projetado no interior do enunciado, o narratário. Além disso, o narrador pode dar a palavra a personagens, que falam em discurso direto, instaurando-se então como *eu* e estabelecendo aqueles com quem elas falam como *tu*. Nesse nível temos o interlocutor e o interlocutário. (2004a, p. 119, grifos do autor)

No que se refere à projeção do autor, Fiorin (2002, p. 63) esclarece que, “[...] exatamente por criar, com toda liberdade, uma versão de si mesmo e ainda pelo fato de que não se tem acesso ao sujeito senão por aquilo que ele enuncia [...] que o autor é um autor implícito (p. 63), projetado no discurso, portanto. Para o autor, “dentre as distintas instâncias enunciativas não está a do falante de carne e osso, ontologicamente definido”, por isso o autor e leitor reais pertencem ao mundo natural enquanto o autor e leitor implícitos pertencem ao texto, isto é, são categorias linguísticas. Deve-se imaginar que, a partir do momento em que o autor produz o

texto, ele passa a ser uma instância do discurso, é um ser linguístico, projetado no papel. Assim também o é o leitor, ao atualizar a sua leitura e se embrenhar pelos caminhos do texto, uma vez que à voz do enunciador (a projeção do autor) responde a do enunciatário (a projeção do leitor). Já que há vozes presentes na constituição do discurso, Fiorin abrange essa noção, afirmando que

A eficácia discursiva está diretamente ligada à questão da adesão do enunciatário ao discurso. O enunciatário não adere ao discurso apenas porque ele é apresentado como um conjunto de ideias que expressam seus possíveis interesses, mas, sim, porque se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom. Assim, o discurso não é apenas um conteúdo, mas um modo de dizer, que constrói os sujeitos da enunciação. O discurso, ao construir um enunciador, constrói também seu correlato, o enunciatário. (2004b, p. 74)

Como o enunciador vale-se de um tom, de uma voz, enfim, de um *étos* para elaborar sua estratégia discursiva, Fiorin (2004a; 2004b) observa como se constrói a imagem do enunciador e a adesão do enunciatário, no interior das estratégias discursivas de dois grandes jornais do estado de São Paulo. O autor apoia-se na retórica grega para explicar a acepção do termo *étos*, que é entendido como um caráter que leva à persuasão, caso o discurso do orador inspire confiança no auditório:

Quando um professor diz *eu sou muito competente*, está explicitando uma imagem sua no enunciado. Isso não serve de prova, não leva à construção do *étos*. O caráter de pessoa competente constrói-se na maneira como organiza as aulas, como discorre sobre os temas, etc. À medida que ele vai falando sobre a matéria, vai dizendo *sou competente*. [...] Trata-se de apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado. [...] O *étos* é uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito. (FIORIN, 2004a, p. 120, grifos do autor)

No presente caso, o enunciador tem em mente que o seu enunciatário é um consumidor de literatura popular. Assim, o conjunto dos leitores-alvo, o público-leitor, enfim, o enunciatário a quem a literatura esotérica e de autoajuda se dirige é um co-enunciador, na medida em que demanda as escolhas (as estratégias persuasivas) do enunciador.

Tipologias discursivas de acordo com os componentes dos níveis narrativo e discursivo

Lembra Fiorin (1990) que as diferentes culturas sempre estiveram preocupadas em estabelecer tipologias discursivas. Essa questão comporta duas

ordens, segundo o autor: a dos critérios de classificação dos discursos e dos gêneros. Desse modo, é necessário fazer uma primeira tentativa de exclusão metodológica, na medida em que o gênero, para Fiorin, inspirado pelo texto de Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 170-171), não passa de uma “abstração generalizante (FIORIN, 1990, p. 97). Ambos defendem que os textos são objetos empíricos constituídos a partir de características discursivas, oriundas de diversos gêneros. Um texto religioso pode conter traços de um discurso político; um texto científico pode ter um tom didático. Valendo-se do dizer de Roman Jakobson, Fiorin (1990) explica que certas classificações de gênero podem ser imprecisas. Jakobson afirmava que o gênero lírico é baseado na primeira pessoa, enquanto o épico, na terceira. Atesta Fiorin (1990) que essa oposição não é suficiente para caracterizar tais gêneros, “[...] pois um depoimento policial também pode centrar-se na primeira pessoa e não pertence ao gênero lírico (p. 97). Em suma:

A constelação tipológica que constitui o gênero é social. Varia, portanto, de época para época. O que numa época era considerado discurso científico pode não ser mais classificado assim [...] Os gêneros são arranjos que dependem de fatores sociais, ou seja, dos efeitos de sentido valorizados num certo domínio por uma dada formação social. (FIORIN, 1990, p. 97)

Acreditamos, pois, que alguns aspectos inerentes aos níveis narrativo e discursivo, do percurso gerativo de sentido, explicados pela teoria Semiótica, podem classificar tipologicamente os diferentes tipos de discurso, pois

Ao conceber a geração do sentido como um percurso que vai do mais simples ao mais concreto e complexo, as teorias do discurso dão uma nova dimensão ao problema da classificação dos discursos, uma vez que se podem classificá-los com base em elementos estruturais situados nos diferentes níveis do percurso, o que torna os critérios de classificação mais refinados e, portanto, mais abrangentes.³

Uma forma de propor tipologias pertinentes dos discursos seria estudar a constituição dos níveis narrativo e discursivo dos três livros selecionados, que entendemos como preferidos e como os mais lidos pelo leitor nacional contemporâneo. Fiorin indica, assim, uma das formas de estabelecer uma tipologia dos discursos, qual seja, observar as fases da narrativa que os textos privilegiam, a saber, de manipulação, competência, performance e sanção, inseridas nos programas narrativos específicos de cada texto.

³ Ibid., p. 92.

Um programa narrativo de base (PN de base) descreve a situação inicial e a final de uma narrativa, assim como a transformação ocorrida. É chamado PN de base, pois ele dá o fundamento da busca do sujeito e compreende toda a sua busca na íntegra. Descreve como os sujeitos narrativos, um executivo estressado, por exemplo (pensando num personagem que prefere a natureza à civilização), vai ser modalizado a “fazer (transformar sua condição atual) por meio de um “querer e um “dever”, sendo, assim, levado a adquirir meios para “saber e “poder ter uma vida calma, pois esta representa o objeto final de sua busca, é, pois, o seu PN de base. Para escapar da vida agitada, realiza vários programas narrativos de uso (PNs de uso). Estes se resumem nos meios (o saber e o poder-fazer) necessários para sair do estado de estresse em que se encontra. Necessita, portanto, negociar essa busca de sentido em sua vida por meio de vários programas narrativos: estar preparado psicologicamente para o fato; abandonar o emprego; convencer a esposa e os filhos a se mudar; ter respaldo da família e dos amigos; ter ciência do recomeço em um lugar desconhecido.

No que diz respeito à manipulação, primeiramente, é necessário que um outro sujeito (S2), o destinador-manipulador, estabeleça um contrato com o sujeito estressado (S1), no papel de destinatário-sujeito, a fim de este estar modalizado por um “querer e um “dever sair da cidade”. De acordo com a fase da manipulação, portanto, o S1 pode ser seduzido ou intimidado a fazer a mudança. O “querer e o “dever-mudar-se” podem surgir da necessidade de sair do local. Nesse caso, é convencido por si mesmo ou intimidado por outrem a sair da cidade (porque tem algo a perder: ficar doente, por exemplo), ou a partir da sedução de morar em um lugar quase paradisíaco, em que só teria a ganhar. Nesta fase, a da manipulação, atua o destinador-manipulador, o S2 (a sociedade, outra pessoa, ou ele próprio), em que a sua função é manipular o S1, o sujeito estressado, a querer e a dever-fazer a mudança.

A fase da competência explicita os meios necessários para o sujeito sair de lá. Se ele “pode-mudar-se”, ou seja, se tem recursos materiais (dinheiro) e apoio suficiente para o ato, então ele também terá o “saber-mudar-se”. Há histórias em que o sujeito, um marinheiro, por exemplo, tem o “saber-navegar”, pois domina rotas e técnicas de navegação, mas necessita de um financiamento em dinheiro ou em espécie (barco, tripulantes, equipamentos de navegação) para realizar o “poder-navegar”. Nesta fase, atuam o marinheiro, bem como o executivo estressado da outra história, pois desempenham o papel de destinatário-sujeito, a fim de realizar a performance a transformação narrativa a partir do seu saber e poder-fazer.

Na performance, são postos em prática o “saber e o “poder-fazer a mudança , pois, já é capaz de transformar o seu estado atual, por meio do seu fazer, para o estado final da narrativa, em que é levado a obter ou não o seu objeto de valor, que pode ser realização pessoal, ou objetos descritivos: carro, casa, sexo, etc. Podem atuar nesta fase tanto o destinador como o destinatário. O executivo estressado pode dividir as tarefas, relativas ao seu fazer, com o seu destinador-manipulador, por exemplo. No caso do marinheiro, ele pode compartilhar a aventura dos mares com o financiador da sua expedição.

Na fase da sanção, o destinador-manipulador, que havia instaurado o querer, o dever, o saber e o poder, agora, num papel diferente, de destinador-julgador, deverá julgar o fazer do destinatário, negativa ou positivamente. Se o contrato de manipulação foi feito, por exemplo, com outra pessoa (um parente lhe financiou a mudança), este julgará o seu ato de mudar de vida e deixará claro se aprovou ou não o feito; se for necessária uma aprovação social (o destinador-manipulador enquanto totalidade de pessoas que lhe estimularam a realizar a mudança), o sujeito coletivo “sociedade julgará o seu feito positiva ou negativamente.

Uma primeira tentativa de tipologia discursiva pode ser sugerida, então, de acordo com as fases da narrativa que os textos privilegiam e de acordo com a maior ou menor atuação dos actantes funcionais descritos, o “destinador-manipulador , o “destinatário-sujeito e “destinador-julgador .

Um manual técnico ou uma receita, por exemplo, privilegiam a fase da competência, assim como o saber a eles inerente, em que atua o destinador-manipulador. O discurso de jornais sensacionalistas privilegia a fase da performance, bem como a atuação do destinador e do destinatário como responsáveis pelos atos de *frisson*. Ao enfatizar a performance e descrever os detalhes de como agiu o assassino, a manipulação também interessa a esse tipo de discurso, pois a atenção recai sobre as intenções da morte (o dever e o querer-fazer), como no caso de um crime passional, por exemplo. Enquanto os romances policiais tendem a privilegiar a fase da sanção e, por sua vez, a atuação do destinador-julgador, uma vez que a atenção recai sobre o julgamento do vilão e sobre o desvendamento dos crimes, em que pode haver o predomínio de recompensas aos mocinhos ou de castigos para os mauzinhos. Nesse caso, estão implícitas e podem ser reveladas, na fase da sanção, uma série de performances (crimes, segredos, negócios escusos, intrigas), não relatadas no enunciado, que apenas serão explicitadas ao leitor ou aos outros personagens da história nas últimas linhas do texto, na ocasião do julgamento (FIORIN, 1990).

Os discursos programadores, os quais Fiorin (1990, p. 93) denomina “tecnológicos (receitas de cozinha, plantas de engenheiro, bulas de remédio), semelhantes a manuais de instalação e a receitas, transmitem ao destinatário, o sujeito operador, um saber-fazer. Enfatizam, com isso, a fase da competência, pois para ter o efeito desejado é necessário que o seu destinatário, o leitor, cumpra as tarefas determinadas pelo manual. A autoajuda no âmbito da qual são incorporadas noções místico-esotéricas (magia, transcendência, alquimia) tem um estatuto semelhante aos discursos programadores, pois tende a privilegiar a fase da competência. Nesse caso, o foco recai na doação de determinado objeto, de natureza cognitiva (um conhecimento específico), muitas vezes de finalidade prática, feita por um destinador cheio de certezas, a um destinatário carente, que é programado a obedecer às instruções e realizar um programa narrativo de construção, do tipo: “desenvolva um pensamento e obtenha isso”, “reze por tal anjo e obtenha aquilo”.

Na semântica narrativa, a análise dos textos pode recair sobre dois critérios: a busca de valores descritivos ou de objetos modais. O primeiro refere-se à busca por valores consumíveis, tesauríveis (a procura das minas de ouro, nos filmes de faroeste), por isso, valores concretos, de natureza objetiva. No segundo, buscam-se estados de alma (satisfação, realização). O dinheiro pode significar uma realização de bem-estar, por isso, tem uma carga subjetiva. Na autoajuda, o leitor cumpre o papel de destinatário que buscará objetos modais, as modalidades do saber e do poder-ser algo, sendo que o importante geralmente não é o dinheiro, por exemplo, e sim, o bem-estar físico-mental.

De acordo com a sintaxe discursiva, o procedimento de debreagem actancial enunciativa, proposto pela Semiótica, equivale à projeção no discurso em primeira pessoa e a debreagem actancial enunciativa equivale ao discurso em terceira pessoa. Os procedimentos de projeção enunciativos dão um aspecto mais subjetivo ao texto, enquanto os procedimentos enunciativos dão um aspecto mais objetivo. Quando se vale de debreagem enunciativa, o enunciador está presente no texto, por meio de marcas explícitas, como no texto confessional, autobiográfico e de autoajuda. Quando o texto se vale da debreagem enunciativa, a projeção em terceira pessoa cria um efeito de sentido de objetividade, típicos do discurso científico, em que “o enunciador se apaga atrás dos fatos (FIORIN, 1990, p. 96). O enunciatário também pode estar explicitado quando o enunciador utilizar os pronomes “tu” ou “nós” (de função inclusiva) ou as formas de imperativo (“faça”, “não esqueça”), marcas bem características dos textos de autoajuda e dos textos didáticos. Na literatura de autoajuda é formulada, por exemplo, a imagem de um enunciatário (a

imagem do leitor) carente que precisa sempre de um “você” ou de um verbo no modo imperativo para chamar-lhe a atenção, causando um efeito de aproximação na medida em que o enunciador (a imagem do autor) deixa clara a importância de se apresentar o mais explicitamente possível, cheio de certezas, guiando seu leitor e cedendo dicas de como fazer isso ou aquilo, de um modo ou de outro.

Por fim, um exame da semântica discursiva “analisa os revestimentos mais abstratos, os temas, ou mais concretos, as figuras, que recobrem as estruturas narrativas (FIORIN, 1990, p. 95. Barros (2004) explica os níveis de profundidade envolvidos na constituição dos temas e das figuras de acordo com a semântica discursiva. Nesse caso, a autora indica a importância de se estudar o encadeamento e a expansão dos temas e das figuras do texto, que podem ser predominantemente figurativos ou predominantemente temáticos. Para Barros (2004, p. 12), os “temas conteúdos semânticos tratados de forma abstrata e as figuras o investimento semântico-sensorial dos temas constituem a semântica discursiva e asseguram a coerência semântica, temática e figurativa do discurso. De forma geral, os temas são unidades de conteúdo que servem para qualificar ideias, ou seja, classificam e ordenam o mundo natural, enquanto as figuras servem para qualificar ações. Um pequeno texto temático, como “O fumo mata”, pode receber um investimento figurativo, sendo parafraseado por meio de uma história do tipo: “Pedro tinha o hábito de fumar desde os dezoito anos. Aos cinquenta, contraiu enfisema pulmonar e faleceu, meses depois, no hospital de sua cidade”. No caso do tema, há o predomínio de uma ideia, a de que o fumo pode matar. Na figurativização, ocorre a mesma ideia, mas o termo abstrato “fumo” recebe um investimento mais concreto, de ordem actorial, a partir da ação de alguém, Pedro, que fuma há muito tempo (“desde os dezoito” é um investimento de ordem temporal). A moral da história é investida sensorialmente pela imagem de alguém que tinha o hábito de fumar e morreu por causa disso. Não se quer dizer que o termo “fumo” seja abstrato com relação à realidade, porque abstrato e concreto são entendidos como categorias linguísticas, e não do mundo real. Em síntese, o que é do plano abstrato pode ser remetido aos temas, porque qualificam ideias, e o que é do plano concreto remete às figuras, porque revestem de sentido as ações. Uma fábula é, portanto, uma constituição figurativa do que se quer dizer (por isso, seu modo de organização é narrativo), enquanto a moral da história comporta uma constituição temática (um modo de organização dissertativo).

As ilustrações de capa dos mais vendidos

Da forma como são apresentadas ao leitor, as ilustrações de capa já dão um gostinho do conteúdo que será apresentado. Na verdade, apesar de o *corpus* ser relativamente pequeno, os três mais vendidos valem-se de três formas diferentes de apresentação de seu conteúdo, por meio das capas ilustradas:

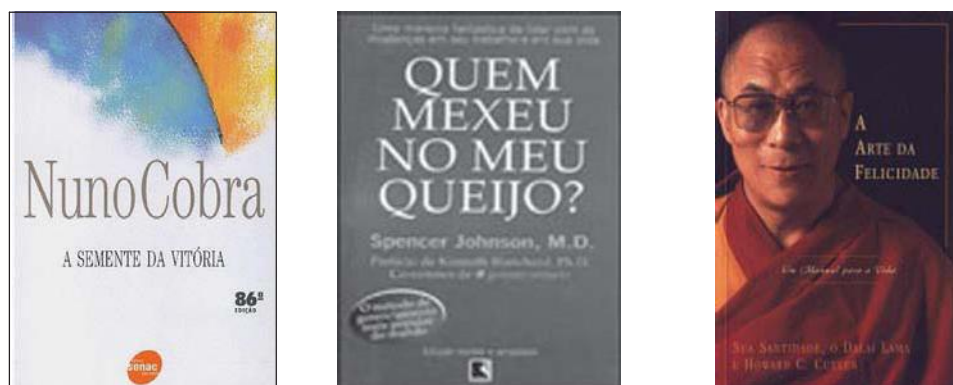


Figura 1: Ilustrações de capa dos três livros de autoajuda e esoterismo mais vendidos, de 1991 a 2006.

Quem mexeu no meu queijo?, de Spencer Johnson (2002), foca a apresentação do livro nas letras garrafais do título e no contraste do verde, do nome do autor, com o branco do título. Logo abaixo deste, está localizado o nome do autor e a sua qualificação de diretor de empresa, “M.D. . Como estratégia de persuasão, a abreviação de *Managing Director* revela um *éthos* de um diretor administrativo com determinada experiência comprovada em administração e relações humanas. Abaixo do seu nome, está o nome de quem prefaciou o livro, seguido também de uma qualificação, Ph.D (*Philosophiae Doctor* ou *Doctor of Philosophy*), como meio de destacar a habilidade teórica da pessoa que prefaciou a obra. Ao mesmo tempo em que procura a adesão de leitor de textos simples (a quem o título acadêmico-institucional impressiona), que valoriza letras garrafais e um título figurativo e emblemático (o que desperta a curiosidade por meio da pergunta do título), dialoga com o típico trabalhador de relações humanas, que precisa de mais flexibilidade para lidar com os problemas do trabalho, a partir de um discurso que vai “direto ao assunto . Logo acima do título, há uma prévia do conteúdo que confirma isso: “Uma maneira fantástica de lidar com as mudanças em seu trabalho e em sua vida .

O texto de Nuno Cobra Ribeiro, *A semente da vitória* (2000), traz, também em letras garrafais, o nome do autor, Nuno Cobra. Isso não é mera coincidência, uma vez que vai projetar, no decorrer do seu livro, um discurso cheio de certezas, porque constantemente fará menção à importância do seu método. Na realidade, o título do livro se parece mais com um subtítulo, porque o nome do autor destaca tanto o seu método quanto o seu nome. A letra grande e a metáfora de otimismo do título impressionam o leitor. Este adere ao discurso pela letra de tamanho quase hipnótico, da capa, e pela mensagem metafórica de otimismo, “a semente da vitória”.

Estratégia um pouco diferente faz parte da ilustração de *A arte da felicidade*, do Dalai-Lama e de Howard Cutler (2002). Baseado na ilustração um tanto exótica do líder espiritual do Tibet, a ilustração procura aderir a um leitor religioso, pelo atrativo da figura serena e pacífica da ilustração. Mais temático que os dois títulos anteriores (“arte” e “felicidade” são termos linguísticos abstratos), o título faz um diálogo com a imagem paternal da figura da “Sua Santidade, o Dalai-Lama”. Nesse caso, o livro adota um direcionamento místico. O pronome de tratamento em “Sua Santidade, o Dalai-Lama” evoca, na cultura ocidental, a imagem da autoridade máxima da igreja católica, o Papa. Em suma, a ilustração de capa revela uma solidariedade (em termos semióticos, uma homologação) da semiótica visual (o rosto calmo, paternal, de sorriso moderado, feliz) com a semiótica verbal (“a arte da felicidade”). Nesse caso, há uma intenção inicial de apelar para o sentido visual por meio da figura de um líder espiritual do Oriente, que traz uma felicidade tão moderada quanto o seu sorriso.

As intenções estilísticas das ilustrações, aparentemente, constroem-se de acordo com um *éthos* que busca a adesão de um leitor genérico (jovem, adulto, idoso, rico, pobre), que lê textos de temática heterogênea, que abordem, portanto, a conjunção da autoajuda com o misticismo-esoterismo. Esse leitor enunciatário deve ser guiado, assim, por fontes grandes, ilustrações atrativas e referências acadêmico-institucionais (M.D e Ph. D), por exemplo. A construção interrogativa do título de *Quem mexeu no meu queijo?* sugere uma resposta à pergunta-título, pede pela leitura e desperta a curiosidade, a sua maneira, ocupando o máximo possível do espaço da capa, com diversas informações: sobre autor, prefaciador, livro. *A semente da vitória* e *A arte da felicidade*, a partir de unidades sintagmáticas de mensagem positiva, despertam o interesse de acordo com a sugestão do conteúdo de vitória e felicidade que proferem na apresentação de capa.

Breve resumo e estrutura dos textos mais vendidos

Quem mexeu no meu queijo?, de Johnson (2002), tem uma estrutura simples e encadernação com poucas páginas, apenas cento e sete. A edição da Record traz letras grandes, com poucos parágrafos por página e com ilustrações recorrentes de queijos com inscrições de motivação no interior desses desenhos, do tipo: “As Velhas Crenças Não o Levam ao Novo Queijo (JOHNSON, 2002, p. 67). Logo após o sumário e antes do prefácio, há uma explicação sobre o conteúdo do livro. Diz que os quatro personagens da história, dois ratos (Sniff e Scurry) e dois homenzinhos (Hem e Haw), revelam as partes de todos nós, as simples e as complexas⁴. Por meio de uma narrativa do tipo fabular, o narrador, Nathan, conta aos amigos uma pequena história de motivação sobre a busca de um queijo, com o objetivo de explicar que todos devem se adaptar às mudanças que ocorrem na vida, e no trabalho, sobretudo. A história se passa no espaço de um labirinto, em que o objetivo das personagens é encontrar postos de queijo em determinados pontos, administrar esses postos e anotar mensagens de encorajamento nas paredes do labirinto. Os quatro personagens têm características distintas. Os homenzinhos são mais racionais e os ratinhos, mais instintivos. Enquanto, ao primeiro sinal de queijo, os ratinhos agem farejando por mais, os homenzinhos, por sua vez, tendem a ficar pensando se compensa sair da situação em que se encontram, uma vez que um deles é mais preguiçoso e outro, mais trabalhador e organizado. A moral da história é simples. A busca do queijo simboliza a busca pela mudança, seja na família, seja no trabalho, por isso é dedicada a quem enfrenta dificuldades nesses setores e precisa, desse modo, encarar o medo do novo como uma chance de alcançar novas oportunidades. Em síntese, traz a mensagem de que mudar não faz mal: “Sair do Lugar Assim como o Queijo e Gostar Disso! .⁵

A semente da vitória, de Ribeiro (2000), é, por outro lado, um livro de longo fôlego, cujas letras são grafadas em fonte pequena. Possui um modo de organização narrativa no início, quando o autor narra seu passado, e em seguida, dissertativo, quando expõe seu método ao enunciário-leitor. No início, faz uma autobiografia, narrando nostalgicamente sua vida de luta e conquistas numa cidade do interior de São Paulo. Torna-se professor de educação física e aos poucos desenvolve seu método de “[...] chegar ao cérebro pelo músculo e ao espírito pelo corpo (RIBEIRO, 2000, p. 21). Depois da apresentação da sua vida, passa a tecer, em forma de

⁴ Ibid., p. 10.

⁵ Ibid., p. 79.

capítulos, fórmulas de como ter boa saúde física, espiritual e mental. Em síntese, à maneira de um guia de saúde, traz a proposta de um manual completo de preparação física, até dicas de dieta e de motivação pessoal, prezando, em diversos momentos, pelo uso de jargão da área médica. No final do livro, apresenta relatos de personalidades do esporte (Ayrton Senna, Christian Fittipaldi, entre outros), de profissionais de sucesso e de pessoas comuns, que comprovam a eficácia do seu “Método Nuno Cobra”.

A arte da felicidade, de Dalai-Lama e Cutler (2002), também conta com uma estrutura mais complexa, mais páginas (acima de 300), letras pequenas, muitos parágrafos por página, linhas com pouco espaçamento. Enquanto narrador, o doutor Howard Cutler, busca apresentar à cultura do Ocidente a filosofia do líder espiritual do Tibet, Dalai-Lama, evocando as palavras do mestre budista, uma vez que este é co-autor do livro. No plano narrativo, Cutler relata seus primeiros encontros com Dalai-Lama, quando ainda, em virtude de uma bolsa de pesquisa, foi até Dhamramsala, na Índia, e começou a estudar a medicina tradicional tibetana. Foi apresentado a Dalai-Lama pelos familiares do mestre oriental. Relata suas primeiras conversas com a Sua Santidade em 1982, com a ajuda do amigo e intérprete, Thupten Jinpa. A partir dos encontros com o mestre budista e de palestras ministradas por este, nos Estados Unidos, explica como alcançar a felicidade de acordo com a crença de Dalai-Lama. Revela os problemas da cultura ocidental e os contrasta com a cultura oriental a fim de explicar que aquela cultura valoriza o ceticismo, a vida agitada, o dinheiro, a extroversão, enquanto o Oriente traz respostas espirituais para uma vida calma, reflexiva, de simplicidade e introspecção. Utiliza exemplos de pessoas que passaram por dificuldades para ilustrar a eficácia do método, assim como os livros anteriores.

Descrição dos níveis narrativo e discursivo: sugestões tipológicas

Enquanto um texto que procura transmitir ao seu leitor uma moral a partir de uma narrativa principal (uma fábula), *Quem mexeu no meu queijo* (JOHNSON, 2002) possui duas facetas que se complementam: há uma que enfatiza o *percurso do destinatário-sujeito* (os ouvintes da fábula, a quem a história é dedicada) e o do *destinador-julgador*, que deve julgar a ação de dois ratinhos e dois homenzinhos no labirinto, bem como a sua *performance* e *sanção* nesse local; a outra faceta privilegia a *competência*, em que o *destinador-manipulador*, Nathan, doa, aos amigos que ouvem a fábula, um saber e um poder aceitar a mudança.

A história fabular destaca a fase da performance, em que os sujeitos, no labirinto, seguem os diversos PNs de uso (sair do lugar, procurar queijo, armazenar o produto, correr atrás de mais queijo, administrar a comida), a fim de aceitar a mudança e saber empreender o seu prêmio. Mostra, assim, de forma figurativa (pelo fazer dos ratinhos e dos homenzinhos), o “como fazer para encarar a mudança. A fase da sanção também é importante na fábula, pois compreende o percurso do destinador-julgador, os ouvintes da história, amigos de Nathan, que julgarão a fábula. O julgamento incumbe, assim, de punir os preguiçosos e bonificar os trabalhadores, a fim de revelar a moral da história. A fábula da busca por queijo é uma maneira de representar figurativamente a aceitação da mudança. Além disso, a própria fábula é o meio pelo qual os amigos de Nathan poderão estar em conjunção com o *objeto-modal* fábula e se tornarem competentes (saber e poder), a fim de “aceitar a mudança”. Estes, assim como o leitor, devem se identificar com um dos quatro personagens

Eu sou um pouco como Hem admitiu Angela, então para mim a parte mais poderosa da história foi quando Haw riu do seu medo e continuou a construir uma imagem em sua mente, onde se via aproveitando o “Novo Queijo”. Isso o fez caminhar para dentro do labirinto de maneira menos receosa e mais alegremente. E eventualmente conseguia um negócio melhor. É o que eu gostaria de fazer mais frequentemente. (JOHNSON, 2002, p. 92)

No que diz respeito à sintaxe discursiva, *enunciador e enunciatário estão implícitos*, porque não há um enunciador que se dirige, no decorrer da história, ao enunciatário diretamente, por meio de um verbo no imperativo ou de um pronome (“tu”, “nós”), mas a projeção, no enunciado, do narrador Nathan, que confia a fábula aos amigos. Apenas o prefaciador, Kenneth Blanchard, deixa explicitado o leitor: “Espero que goste do que vai descobrir e desejo-lhe boa sorte”.⁶ Para os amigos do narrador, a moral da história, exemplificada pelo fazer dos ratinhos e dos homenzinhos, é um objeto valorizado positivamente e que almejam para mudar sua vida para melhor: “Posso ver agora que, em vez de ser Sniff e Scurry, nós éramos como Hem. Ficamos onde estávamos e não modificamos. Tentamos ignorar o que estava acontecendo e agora estamos com problemas”.⁷

A semântica discursiva verifica se o texto é predominantemente temático ou figurativo. Há, nesse caso, uma *incidência predominante de figuras*, porque o

⁶ Ibid., p. 16.

⁷ Ibid., p. 84.

texto se vale de uma fábula para explicar conceitos, como “mudança”, “trabalho em equipe”, “força de vontade”, por meio da ação dos sujeitos (homenzinhos e ratinhos), que a todo momento procuram postos de queijo no labirinto, aceitando, desse modo, que sair do lugar pode levar a melhores caminhos:

Enquanto Haw ainda tinha um grande estoque de Queijo, frequentemente ia para o labirinto e explorava novas áreas para estar ciente do que estava acontecendo ao seu redor. Ele sabia que era mais seguro ter consciência de suas verdadeiras escolhas do que se isolar numa zona de conforto. (JOHNSON, 2002, p. 78-79)

O livro dialoga, assim, com o leitor administrador, executivo, da área de relações humanas. O enunciador sabe que o enunciatário lida constantemente com a mudança e com os problemas ocasionados por não aceitá-la ou não entendê-la. Por isso, o enunciatário deve saber e poder ser flexível, deve entender que correr atrás do “queijo” (dinheiro, negócios, família) e enfrentar o labirinto da vida (os imprevistos) pode levar a um lugar melhor na família ou empresa.

De forma geral, é um texto de organização heterogênea, porque, além de ser composto por uma fábula dos seres no labirinto (narrativa), dá, após o final da história, a palavra a profissionais (geralmente executivos), que comentam a eficácia da história em sua vida de empreendedores:

Assim que eu acabei de ler *Quem mexeu no meu queijo?* encomendei cópias para toda a minha equipe de treinamento e alguns de meus familiares e parentes... um livro sobre as verdades simples da vida... fácil de entender... tão aplicável a mudanças no lar quanto a mudanças no trabalho. *Kathy Cleveland Bull, diretora de treinamento & desenvolvimento, Ohio State University*⁸.

Uma tipologia sugerida para *Quem mexeu no meu queijo*, enquanto unidade de sentido em que são privilegiados determinados elementos narrativos e discursivos, incide, pois, sobre os seguintes componentes semióticos: nos percursos do destinador-manipulador, destinatário-sujeito e destinador-julgador; na competência, performance e sanção; na natureza modal do objeto de valor (encarar a mudança); no enunciador e enunciatário implícitos; e no emprego recorrente da figurativização.

O livro de Ribeiro (2000), *A semente da vitória*, é organizado de acordo com o percurso do *destinador-manipulador* a projeção do autor que doa competência ao leitor enunciatário, por isso, o discurso enfatiza a fase da *competência*. Por meio dela, o destinador-manipulador relata seu saber-ser vitorioso, de acordo com a narrativa de sua *performance* saudosista da juventude, por meio da sua autobiografia e da

⁸ Ibid., p. 104.

narração da sua vida simples, em São José do Rio Pardo. Lá, aprendeu com o simples Pedro Pexexa as perícias atléticas e a filosofia de vida (saber e poder trabalhar corpo e mente), o que permitiu desenvolver um método próprio. O seu método, portanto, serve como um *objeto modal*, doado ao seu enunciatário, como o meio de realizar o PN de base: a busca do bem-estar físico-mental.

Depois da parte narrativa (autobiográfica), dá início a um modo de organização dissertativo, em que elenca vários sub-tópicos, que equivalem a conceitos de seu Método, como “o cérebro burro”, “vencer ou perder está em suas mãos”, “corpo frágil não sustenta espírito forte”, entre outros. A organização do texto também preza pelo relato da vida de personalidades. Nesse caso, observa-se uma recorrência, em todos os textos, do recurso “exemplo de vida” geralmente do esporte, que se “curaram” a partir do Método Nuno Cobra. Lança mão de conselhos, de forma geral, sem o uso do modo imperativo. Vale-se de unidades sintagmáticas, como “Aconselho as pessoas” (RIBEIRO, 2000, p. 166), “Quando atingimos esse ponto” (p. 168) com um “nós” inclusivo a fim de parecer mais polido.

De forma geral, o enunciador revela o domínio de pontos de vista diversos, na medida em que o texto também tem um modo de organização heterogêneo: é narrativa, quando relata a sua vida de jovem e quando apresenta os depoimentos de experiência de vida; e é texto dissertativo quando dá dicas de bem-viver. O seu *êthos*, portanto, é o de um conhecedor de educação física (tênis, natação), medicina, nutrição. É um motivador de atletas e pessoas comuns, particularmente as que não entendem como se dá a relação corpo-mente. Por isso, o texto *ênfatiza tanto a construção temática* quando expõe seus conceitos *quanto figurativa* quando exemplifica os conceitos por meio do seu fazer autobiográfico e por meio dos relatos de personalidades: atletas e profissionais de outras áreas.

No nível da sintaxe discursiva, observa-se que o *enunciador e o enunciatário estão explícitos*, uma vez que o primeiro é projetado, em primeira pessoa, e se afirma como um “eu” que dialoga diretamente com o seu enunciatário leitor:

Acredito que se você próprio se transforma fica mais fácil transformar as outras pessoas afinal, já se sabe o caminho e pode-se enxergar com clareza o futuro final. Quando você muda, você mesmo sempre saberá da importância do primeiro passo e da importância das pessoas que o estimulam e o empurram para cima. (RIBEIRO, 2000, p. 22)

Esse texto revela, pois, a intenção de programar o enunciatário leitor, enquanto sujeito-operador, a obter a receita do “Método Nuno Cobra” a partir de seus recursos interiores de saber e poder-ser saudável. Enquanto narrador das suas próprias reminiscências da juventude, Nuno Cobra, projetado no discurso, cumpre o papel

de destinador de competências necessárias para que seu destinatário saiba cuidar do corpo e da mente por meio da vida saudável. Valores como esforço, dedicação, vontade, boa auto-estima, são o meio de desenvolver o programa narrativo de uso (trabalhar, exercitar corpo e mente, comer e dormir bem, etc.) para obter a receita do bem-viver, da boa saúde. O seu método é resumido assim:

A essência do Método Nuno Cobra é fazer com que a pessoa se descubra para a vida. Programo o que deve ser feito a seguir para iniciar o desenvolvimento corpo-mente-espírito-emoção, de acordo com que cada um necessita. A força, a alavanca para a transformação, está em cada um de nós. (RIBEIRO, 2000, p. 26)

Vai construindo, em suma, a imagem de um leitor carente de motivação. A repetição do mesmo discurso, ou de unidades sintagmáticas de motivação semelhantes umas às outras “[...] chegar ao cérebro pelo músculo e ao espírito pelo corpo”⁹ revela um *éthos* preocupado com uma imagem de leitor, que, além de carente, é desatento. A constante atenção dedicada ao seu enunciatário leitor indica que este, a todo momento, necessita de afirmação (mensagens positivas) e dos relatos, baseados na realidade, de personalidades famosas ou não que se valeram do “Método Nuno Cobra”. Em síntese, o uso dos “exemplos de vida” dá materialidade ao seu discurso, na medida em que vincula o conteúdo aos fatos do mundo real.

Os componentes incidentes do texto de Ribeiro (2000) são, portanto: o percurso do destinador-manipulador; as fases da competência; a busca por objetos modais (bem-estar físico-mental, saúde em geral); o enunciador e enunciatário explícitos; e a predominância tanto de unidades temáticas quanto figurativas (um texto tão narrativo quanto dissertativo, portanto).

A obra de Dalai-Lama e Howard Cutler, *A arte da felicidade*, organiza-se textualmente como um livro manipulador, que instaura no enunciatário leitor um poder e saber-fazer, por meio da *competência* (poder e saber-fazer), por isso valoriza o percurso do *destinador-manipulador*. Howard Cutler, projetado no discurso, tem a função de dotar o enunciatário de um *valor modal*, a felicidade. A busca por esse valor é configurada como o PN de base, a partir da performance que o seu enunciatário (leitor) tem de realizar – os meios possíveis, os PNs de uso – a fim de estar competente para saber ser feliz, de acordo com os ensinamentos de Dalai-Lama. O doutor Cutler, enquanto enunciador do discurso, revela seu método:

⁹ Ibid., p. 21.

Determinei-me a identificar os princípios que lhe permitia conseguir isso. [...] comecei a me perguntar se seria possível isolar um conjunto das suas crenças ou práticas que pudesse ser utilizado por não-budistas também práticas que pudessem ter aplicação direta à nossa vida, para simplesmente nos ajudar a ser mais felizes, mais fortes, talvez a ter menos medo. (DALAI-LAMA; CUTLER, 2002, p. 4)

De acordo com as cinco partes, indicadas nos capítulos (“O propósito da vida”, “O calor humano e a compaixão”, “A transformação do sentimento”, “A superação de obstáculos”, “Reflexões finais sobre como levar uma vida espiritual”), o enunciário é programado a realizar a receita da felicidade, enquanto sujeito-operador, e se tornar competente para saber e poder-ser feliz. Em virtude das características de um texto programador, em que o *enunciador está explícito*, é colocada em destaque a fase da manipulação, por meio do querer e do dever-fazer, destinados a persuadir o *enunciário, também explícito*.

O enunciador opta pela debreagem enunciativa (discurso em primeira pessoa) e se comunica com o leitor, que está explicitado nos verbos e nos pronomes com função inclusiva: “Por meio de uma certa disciplina interior, *podemos* sofrer uma transformação da nossa atitude, de todo o *nosso* modo de encarar e abordar a vida”¹⁰. Logo no início, após a contra-capa, já ocorre uma intenção de seduzir o leitor: “Dedicado ao leitor: Que *você* encontre a felicidade”¹¹. De forma geral, inclui o leitor enunciário, a fim de lhe explicar, de boa vontade, os ensinamentos de Dalai-Lama, adaptando os preceitos do budismo ao Ocidente, tornando-os familiares ao cidadão ocidental.

Segundo a semântica discursiva, pode ser considerado um texto cujo *investimento temático e figurativo são equivalentes*, na medida em que valoriza tanto a composição dos temas, ao descrever os conceitos da área psiquiátrica e da religião budista, quanto a das figuras, ao citar exemplos de casos de pessoas reais, que mostram, por meio de ações, as suas dificuldades e superações. Dessa forma, articula o discurso religioso ao científico, a fim de abordar o mesmo tema, a felicidade, a partir dos pontos de vista da medicina e da religião, de acordo com suas explicações e com relatos do próprio Dalai-Lama. Este, partindo do discurso da união do corpo com a alma, programa o seu enunciário a fazer funcionar, em conjunto, o intelecto, o coração (metafórico) e a mente:

Quando falo em ‘treinar a mente’ neste contexto, não estou me referindo à ‘mente’ apenas como a capacidade cognitiva da pessoa ou o seu intelecto. Estou, sim, usando

¹⁰ Ibid., p. 15, grifos nossos.

¹¹ Ibid., p. 15, grifo nosso.

o termo no sentido da palavra *Sem*, em tibetano, que tem um significado muito mais amplo, mais próximo de “psique” ou “espírito”; um significado que inclui o intelecto e o sentimento, o coração e a mente. Por meio de uma certa disciplina interior, podemos sofrer uma transformação da nossa atitude, de todo o nosso modo de encarar e abordar a vida. (DALAI-LAMA; CUTLER, 2002, p. 15, grifos do autor)

De forma geral, ocorre a reiteração do tema do discurso amigável, em que não aparece um jogo discursivo que desafia o leitor, mas apenas um pedido, por vezes, quase em tom apelativo, para que o enunciatário invista em si e no discurso de autoajuda que lê a fim de ganhar uma recompensa, a felicidade. Assim, Dalai-Lama e Cutler, projetados no discurso, constroem o *éthos* de um enunciador que domina um saber e que pretende transmiti-lo de boa vontade, seja porque já experienciaram aquele conhecimento, seja porque sabem que seu enunciatário vai aderir ao seu discurso de autoajuda, pois é um leitor carente, que quer compartilhar experiências, quer ser igual e, portanto, deve “deixar de lado as diferenças”, como é relatado pelo dizer de Dalai-Lama:

Creio ser esta a primeira vez que vejo a maioria de vocês. Mas, para mim, não faz mesmo muita diferença se estou falando com um velho amigo ou com um novo porque sempre acredito que somos iguais: somos todos seres humanos [...] Nossa estrutura física é a mesma; e nossa mente e nossa natureza emocional também são as mesmas. Onde quer que eu conheça pessoas, sempre tenho a sensação de estar me encontrando com outro ser humano, exatamente igual a mim. Creio ser muito mais fácil a comunicação com os outros nesse nível [...] Se conseguirmos deixar de lado as diferenças, creio que poderemos nos comunicar, trocar ideias e compartilhar experiências com facilidade. (DALAI-LAMA; CUTLER, 2002, p. 3)

Enquanto um texto organizado de modo narrativo e dissertativo, possui, de forma geral, um tom didático. Valoriza, assim, o percurso do destinatário-manipulador, que persuade seu enunciatário a refletir criticamente sobre os valores ocidentais contemporâneos de pressa, ceticismo e dinheiro. Ao afirmar, pois, os valores orientais de espiritualidade, calma e desapego, estará apto a ser feliz.

Os componentes principais na organização desse texto são: o percurso do destinatário-manipulador; a fase da competência; a busca por valores modais (felicidade); a explicitação do enunciador e do enunciatário; e a equivalência de temas e figuras.

Conclusões

Vistos em sua totalidade e organizados de acordo com uma impressão a ser transmitida, um corpo, um *éthos*, os três textos podem ser observados e comparados

estruturalmente de acordo com as variâncias e invariâncias de conteúdo, conforme a incidência ou não de determinados componentes narrativos e discursivos, oferecidos pelo aporte semiótico, bem como examinados de acordo com a maneira de que se valem para persuadir o seu leitor, enunciatário proeminente desses discursos.

No que se refere ao nível narrativo, *Quem mexeu no meu queijo* valorizou os percursos actanciais do destinador-manipulador, destinatário-sujeito e destinador-julgador, enquanto os outros textos examinados destacaram o percurso do destinador-manipulador. Mesmo assim, em todos está focada a importância do destinador-manipulador.

A incidência em determinada fase da narrativa (competência, manipulação, performance e sanção) está relacionada diretamente aos percursos anteriormente citados, responsáveis pela transformação narrativa dos textos. A manipulação, que faz parte do percurso do destinador-manipulador (a projeção do autor), é responsável por instaurar o querer e o dever-fazer no destinatário-sujeito, que representa a entidade a quem o texto é dirigido, o leitor, típico enunciatário dos textos de autoajuda. Como o leitor já está imbuído pelo querer e pelo dever-ler, o texto lhe cede um poder e um saber-fazer. No entanto, na construção desse tipo de argumentação, esses textos não deixam de, a todo momento, no decorrer da sua construção argumentativa, instaurar uma espécie de “vontade de leitura”, em que se reitera o querer e o dever ler o texto, ou seja, repetem a importância que se deve dar à leitura do livro em mãos. Em síntese, como o texto doa uma competência específica (saber e poder-fazer), a fase da competência está marcada em todos os livros analisados.

A respeito dos valores investidos nos objetos doados ao destinatário dos discursos examinados, houve a preferência pela composição de valores modais, geralmente configurados como bem-estar físico-mental, felicidade, flexibilidade no dia-a-dia. Dessa forma, não se buscam imediatamente coisas materiais, como dinheiro, casa, sexo, mas formas de satisfação, voltadas para a subjetividade de cada indivíduo, ou seja, a manipulação de maneiras de ser.

No nível da sintaxe discursiva, foi possível verificar que enunciador e enunciatário estão explícitos em dois dos textos analisados, menos em Johnson (2002), em que é marcada a presença do enunciador apenas no curto prefácio, não se restringindo, portanto, ao todo desse discurso. As maneiras de explicitar as instâncias de enunciador e enunciatário competem para estabelecer uma comunicação simples e direta entre o autor e o leitor discursivos. O recurso da debreagem

enunciativa (na semiótica, a projeção do discurso em primeira pessoa), como observado em Ribeiro (2000) e Dalai-Lama e Cutler (2002), destaca que é necessária a relação de confiança entre enunciador e enunciatário, de acordo com a primazia do discurso em primeira pessoa e da explicitação constante do leitor, por meio dos pronomes (“tu”, “nós”, “você”) e nos verbos no imperativo (“faça”) ou na segunda pessoa do plural (“devemos”, etc.).

O investimento de temas e de figuras procura dar conta, respectivamente: dos elementos linguísticos abstratos presentes nos textos (teorias, conceitos pontuais, noções diversas); e daqueles que descrevem o fazer dos sujeitos, sua ação, a fim de figurativizar conteúdos mais abstratos, por meio de elementos linguísticos concretos (baseados na ação do verbo, na descrição dos adjetivos e nos substantivos concretos), como visto em Johnson (2002). O modo de organização narrativo destaca, portanto, essa relação das figuras no plano do discurso, enquanto o modo de organização dissertativo trabalha com a manifestação predominante dos temas, de acordo com a recorrência de conceitos. Os textos de Dalai-Lama e Cutler (2002) e Ribeiro (2000) destacam tanto o modo narrativo, como o modo dissertativo, assim, pode-se dizer que valorizam tanto os temas como as figuras.

Pensando na totalidade discursiva do *corpus*, sugere-se uma tipologia dos discursos em questão, de acordo com os elementos narrativos e discursivos comuns aos três livros, de acordo com os elementos tipológicos, oferecidos pela semiótica, os quais acentuamos enquanto traços semânticos dos discursos, capazes de compor uma tipologia discursiva para os textos de autoajuda e de misticismo-esoterismo, pretendidos aqui. Nesse caso, os componentes semióticos relativos ao *destinador-manipulador*, à fase da *competência*, ao investimento de *valores modais* nos objetos de valor são os componentes semióticos recorrentes em todos os textos. Por isso, dizemos que há uma invariância desses componentes. Por sua vez, as formas de projeção do enunciador e o investimento temático-figurativo variaram. Em Johnson (2002), o *enunciador e enunciatário estão implícitos* e o seu *investimento figurativo é mais destacado* que o investimento temático.

Os textos examinados têm, portanto, a função de didatizar o seu leitor enunciatário, por isso enfatizam a fase da competência, guiando esse leitor, quase “pela mão”, por meio de um tom didático e pela tentação do seu discurso de autoajuda, do tipo: “se seguir o que digo, obterá o que deseja”. Os conteúdos de autoajuda, esoterismo, misticismo, autobiografia recorrentes recebem, assim, um tratamento temático voltado, de forma geral, às exigências da sociedade contemporânea. Em *Arte da felicidade*, busca-se felicidade em meio à cultura ocidental agitada, em *Quem*

mexeu no meu queijo?, busca-se flexibilidade na área de gestão de negócios e na família, e, em *A semente da vitória*, busca-se saúde corporal e mental.

Em síntese, a tentativa de teorizar a argumentação da autoajuda bem como a dos temas relativos ao misticismo-esoterismo a ela incorporados, como visto em Dalai-Lama e Cutler (2002) por meio de modos de organização de discurso diversos (geralmente tão narrativos quanto dissertativos, tão figurativos quanto temáticos) e de recursos persuasivos diversos (as formas de projeção do enunciador no enunciado), corrobora para a construção de um discurso que opera sob o signo da heterogeneidade. Por isso, esse tipo de composição tende a trazer “manifestações de diferentes pontos de vista ao mesmo tempo”, ou seja, faz conviver diferentes pontos de vista, na construção do mesmo objeto de significação, de acordo com o ponto de vista de um sujeito singular, o enunciador, instituído sob a esfera do fazer persuasivo, que produz seu discurso direcionado ao fazer interpretativo do seu enunciatário, o leitor. A respeito disso, Cortina menciona que:

O texto, enquanto unidade de sentido, é constituído por um discurso que pode oscilar entre uma maior homogeneidade ou uma maior heterogeneidade, na medida em que tenha um domínio hegemônico de um ponto de vista ou a *manifestações de diferentes pontos de vista ao mesmo tempo*. Mesmo nesse segundo caso, haverá sempre um discurso central que organizará os demais, pois todo texto pressupõe um ato de linguagem de um sujeito singular. Por sua vez, a leitura também pressupõe a ação de um sujeito sobre o texto lido, na medida em que ele construirá seu texto interpretativo a partir do confronto de seu conhecimento, dimensão cognitiva, sobre o fazer do outro. (2004, p. 156-157, grifo nosso)

A totalidade de sentido, formada pelos três textos examinados, dá uma noção de como pode ser formado um discurso hegemônico de autoajuda. As maneiras diversificadas de organização discursiva, inerentes a esses textos, sugerem um tipo específico de texto programador como um manual de montagem de peças ou de preparo de receitas culinárias, que revela a intenção de o enunciador doar ao seu leitor enunciatário fórmulas prontas de como construir um objeto de desejo, tal como um sujeito “autômato”, definido por Greimas e Courtés (1979, p. 36) como “[...] qualquer sujeito operador [...] que disponha de um conjunto de regras explícitas e de uma ordem que o force a aplicar tais regras (ou a executar instruções)”. .

Agradecimentos

Agradeço à Fapesp, por financiar a minha pesquisa, e a meu orientador, Arnaldo Cortina, que se mostra sempre interessado e presente.

MERENCIANO, Levi Henrique. Self-help and esoteric literature: a typological suggestion. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 151-177, 2009.

ABSTRACT: *This paper is aimed at applying a linguistics-based discursive study to the level of content of best-selling self-help and esoteric books in Brazil in recent years, with a view to proposing discursive typologies to these texts. In order to do so, we analyzed a corpus with the three best-selling books in the country, between 1991 and 2006, obtained from the sales rankings of Veja magazine, which is widely circulated in Brazil. The analytic procedures of the enunciation field and the discursive and narrative components, according to Greimasian semiotics, help us to understand the structural characteristics of these best-sellers, in keeping with the discursive organization of each text examined.*

KEYWORDS: *Semiotics. Discursive typology. Self-help and esoteric books.*

Referências

BARROS, D. L. P. de. Publicidade e Figurativização. **Alfa**. Revista de Linguística, São Paulo, vol. 48, n. 2, p. 11-34, 2004.

CORTINA, A. **Leitor contemporâneo**: os livros mais vendidos no Brasil de 1966 a 2004. 2006. Tese (Livre-docência)- Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

_____. Semiótica e Leitura: os leitores de Harry Potter. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. (Orgs.). **Razões e sensibilidades**: a semiótica em foco. São Paulo: Laboratório Editorial/Cultura Acadêmica, 2004. p. 153-189.

DALAI-LAMA; CUTLER, H. **A arte da felicidade** um manual para a vida. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FIORIN, J.L. O *éthos* do enunciador. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. (Orgs.). **Razões e sensibilidades**: a semiótica em foco. São Paulo: Laboratório Editorial/Cultura Acadêmica, 2004a. p. 117-138.

_____. O *pathos* do enunciatário. **Alfa**. Revista de Linguística, São Paulo, v. 48, n. 2., p. 69-78, 2004b.

_____. **As astúcias da enunciação**. As categorias de pessoa, espaço e tempo. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Sobre as tipologias dos discursos. **Significação**. Revista brasileira de semiótica, São Paulo, n.8/9, p. 91-98, out. 1990.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. Tradução Haquira Osakabe. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1973.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução Alceu Dias Lima et alii. São Paulo: Cultrix, 1979.

JOHNSON, S. **Quem mexeu no meu queijo?** 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L enunciation**: de la subjectivité dans le langage. 2.ed. Paris: Armand Colin, 1980.

MERENCIANO, L. H. As narrativas esotéricas enquanto textos de autoajuda: uma abordagem semiótica. **Cadernos de semiótica aplicada**, [S.l.], vol. 5. n. 1, p. 1-13, agosto de 2007.

OS MAIS VENDIDOS - Veja. São Paulo: Ed. Abril, jan. 1991 a dez. de 2006.

RIBEIRO, N. C. **A semente da vitória**. 24.ed. São Paulo: Senac, 2000.

RÜDIGER, F. **Literatura de autoajuda e individualismo**. Contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

A QUALIFICAÇÃO DO DEVER: DIÁLOGO ENTRE A ANÁLISE DO DISCURSO E A ABORDAGEM FUNCIONAL

Anna Flora BRUNELLI¹

Marize Mattos DALL AGLIO-HATTNER²

RESUMO: Neste trabalho, apresentamos algumas reflexões sobre o discurso de autoajuda, analisando enunciados deonticamente modalizados sob duas óticas complementares: a da Análise do Discurso francesa e a funcional. Considerando que a avaliação deôntica pressupõe sempre uma fonte ou causa e um alvo sobre quem incide a avaliação, verificamos como enunciados deonticamente modalizados contribuem para a construção da imagem de orientador do sujeito do discurso de autoajuda, sustentando-a linguisticamente. Além disso, avaliamos o papel que as formas atenuadas de manifestação dos valores deônticos desempenham nesse discurso, mostrando algumas vantagens da aproximação das abordagens que orientam a análise.

PALAVRAS-CHAVE: Modalidade deôntica. Análise do discurso. Funcionalismo. Autoajuda.

Introdução

O objetivo deste trabalho é investigar o papel da modalização deôntica na constituição do discurso de autoajuda, analisando a qualificação do dever sob duas

¹ Departamento de Estudos Linguísticos e Literários; Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas; UNESP; 15054-000; São José do Rio Preto; SP; Brasil; anna@ibilce.unesp.br

² Departamento de Estudos Linguísticos e Literários; Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas; UNESP; 15054-000; São José do Rio Preto; SP; Brasil; marize@ibilce.unesp.br

ópticas complementares: a da Análise do Discurso francesa (AD) e a do Funcionalismo de linha holandesa.

Para a AD, a ordem própria do discurso não se confunde com a ordem própria da língua, mas como a discursividade sempre se realiza sobre alguma base material, quando essa base é a língua, uma análise discursiva pressupõe uma análise linguística. Por outro lado, como a discursividade atravessa a língua sem se limitar a nenhuma de suas dimensões em especial (a semântica, por exemplo), cada discurso tem uma maneira própria de materializar-se, aproveitando de uma forma ou de outra os recursos de expressão linguísticos, o que, por sua vez, faz da análise discursiva uma análise não limitada pelas divisões internas da Linguística, nem dependente de uma ou outra de suas correntes. A esse respeito, Maingueneau (1989, p. 18) afirma que o discurso “possui sua ordem própria e é deste ponto de vista que é preciso avaliar o interesse dos aparelhos linguísticos de que se utiliza”. Cabe, então, ao analista, recuperar as formas dessa materialização e revelar os seus efeitos de sentido, a partir dos recortes que julgar pertinentes para realizar essa tarefa, recortes esses feitos com base nas hipóteses iniciais que formula a respeito do discurso que pretende analisar. Para isso, o analista pode convocar, a princípio, qualquer aparato teórico-metodológico.

Neste trabalho, vamos nos basear em uma abordagem funcionalista da modalidade (HENGEVELD, 2004), dada a abrangência desse tipo de análise, que considera os níveis pragmático, semântico e sintático de forma integrada, em uma perspectiva que analisa a língua no uso propriamente dito.

Considerando que uma análise funcionalista incorpora os fenômenos inerentes ao processamento do discurso, pretendemos mostrar que a análise funcional da modalidade deôntica pode contribuir para o entendimento do papel do sujeito-enunciador do discurso de autoajuda.

Sobre o discurso de autoajuda

Reunidas sob rótulo “autoajuda” encontram-se publicações que prometem ensinar fórmulas infalíveis para a realização bem sucedida de uma série de tarefas, tais como: ter sucesso profissional e financeiro, conquistar autoconfiança, o parceiro ideal ou um emprego melhor, curar doenças crônicas, resolver problemas de personalidade etc. São obras que tratam de várias aspirações corriqueiras, comuns

a um conjunto indefinível de pessoas dos mais variados lugares, classes sociais e idades.

Uma característica desse tipo de discurso é a objetividade; afinal, um livro de autoajuda é muito mais um conjunto de orientações do que um convite à reflexão. Assim, qualquer um desses livros “prioriza o que interessa”, ao apresentar, ao lado de um conjunto relativamente pequeno de teses, um conjunto de frases que orientam os seus leitores em seu caminho rumo ao sucesso. Isso explica a grande quantidade de frases imperativas que se encontra nesses livros. Espécie de manual de sobrevivência do mundo atual, os livros de autoajuda dispensam as discussões de suas teses ao apresentá-las como verdades inquestionáveis. No lugar da reflexão acerca do que propõem, eles oferecem aos seus leitores supostas receitas e segredos para solucionar qualquer tipo de problema.

Um bom exemplo desse tipo de publicação é o livro *O sucesso não ocorre por acaso* (RIBEIRO, 1992), que se propõe a discutir a *Ciência do Sucesso* (RIBEIRO, 1992, p. 11), segundo a qual o sucesso pode ser conseguido por meio de uma atitude mental positiva. Por isso, sugere-se aos leitores que adotem uma forma ideal de formular pensamentos e de enunciar. Como a mente reproduz tudo o que se pensa e se diz, deve-se saber exatamente o que se quer e se concentrar nisso, formulando o pensamento e o que se diz com objetividade e assertividade, para não atrair justamente o que é indesejado.

Para a análise do papel da modalidade deôntica no discurso de autoajuda, escolhemos essa publicação por considerá-la representativa desse discurso, inclusive em função da fama alcançada por Lair Ribeiro, reconhecidamente um autor de autoajuda. Nos moldes de Maingueneau (1983), assumimos que, se o discurso pode mesmo ser entendido como um conjunto de coerções semânticas, então estas devem estar em todo e qualquer um dos textos desse discurso. Assim, basta selecionar apenas um texto representativo do discurso em questão para encontrar os traços que o singularizam.

O sujeito-enunciador do discurso de autoajuda

Conforme já dito, o discurso de autoajuda busca ensinar, aos seus enunciatários, o que fazer para alcançar uma série de aspirações comuns a um grupo indefinido de pessoas. Desse modo, podemos dizer que ser sujeito-enunciador do discurso de autoajuda é assumir um lugar de saber, ou seja, é colocar-se num lugar de enunciação que implica ter um conhecimento especial ou específico para

ser transmitido. Enunciar a partir desse lugar é apresentar-se como tendo esse saber e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo.³

No texto em análise, a presença do sujeito enunciador de saber fica extremamente clara na medida em que esse sujeito:

- a) apresenta definições/explicações na forma de asserções afirmativas:
 - (01) Por isso vamos dar uma definição que servirá para todo mundo: Sucesso é conseguir o que você quer! (p. 10)
 - (02) A maior parte da realidade é algo que criamos dentre das nossas cabeças a partir de um terceiro componente que não é visível. (p. 26)
 - (03) Delegar é dar oportunidade para outra pessoa treinar. (p. 107)

- b) revela aos seus enunciatários o significado de certos fatos:
 - (04) Isso significa que uma pequena diferença em desempenho faz uma tremenda diferença no resultado. (p. 09)
 - (05) O sucesso significa nunca parar, ou seja, sempre ir em busca de algo mais. (p. 29)
 - (06) Ser sadio significa ter energia para fazer tudo o que se deseja na vida. (p. 49)

- c) corrige outros discursos ou o discurso dos outros:
 - (07) Dizem que as pessoas como Einstein já nascem gênios. Não é verdade. Alguns realmente nascem com uma potencialidade maior. No entanto, se estamos usando somente três a quatro por cento de nossa capacidade mental, basta usar um pouco mais dos recursos que temos, para conseguirmos alcançar ou ultrapassar a inteligência de quem nasceu com maior potencialidade. (p. 13)
 - (08) São Tomé dizia: é preciso ver para crer. Mas ele se enganou, pois o contrário é que é verdadeiro: é preciso crer para ver. (p. 40)
 - (09) “Eu trabalho para a empresa tal. Esse é um dos maiores erros que você pode cometer contra você mesmo: pensar que trabalha para alguém, para outra pessoa ou para uma empresa. Você trabalha para você!!! (p. 102)

³ Parafraseamos aqui o seguinte enunciado de Maingueneau (1989) a respeito do uso das aspas: “Colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo (p. 90).

Considerando enunciados como esses, podemos afirmar que o saber do sujeito-enunciador do discurso de autoajuda compreende dois “saberes : o saber revelado e o saber pressuposto. O primeiro diz respeito ao saber que o sujeito-enunciador demonstra ao oferecer, a seus enunciatários, orientações, conselhos, explicações e definições. Já o segundo se refere ao saber que o autoriza a enunciar, isto é, àquele saber que ele, *enunciando como sujeito-enunciador do discurso de autoajuda, assume ter como legítimo*. Esse último funciona como uma espécie de pressuposto pragmático, nos termos propostos por Maingueneau (1996), que os opõe aos pressupostos semânticos. Enquanto esses são elementos do conteúdo dos enunciados, os pressupostos pragmáticos se relacionam à enunciação, às condições de êxito do ato da linguagem. Tendo em vista que qualquer ato de linguagem, por sua enunciação, implica que as condições de sua legitimidade estejam reunidas, Maingueneau entende que essa “implicação pode ser reformulada como pressuposto pragmático, isto é, como o conjunto de condições que devem ser respeitadas para que os atos de linguagem tenham êxito.”⁴

Uma vez que ser sujeito de um discurso é ocupar um lugar de enunciação,⁵ podemos dizer, traçando um paralelo com os pressupostos pragmáticos, que no discurso de autoajuda há um saber que funciona como uma espécie de “pressuposto discursivo”, assumido por todo aquele que enuncia a partir dessa posição enunciativa, como uma condição que deve ser respeitada para que a sua enunciação (com as orientações que sugere, as definições que apresenta, etc.) seja considerada legítima, o que, de um ponto de vista mais amplo, significa dizer: para que o discurso de autoajuda possa se legitimar. É nesse sentido que afirmamos que o saber pressuposto é o que autoriza o sujeito-enunciador de autoajuda a enunciar, na qualidade de uma das condições de sua realização.

Esse saber do sujeito-enunciador do discurso de autoajuda, além de particularizar-lhe a enunciação, desempenha um papel bastante importante na constituição desse discurso, pois reveste o sujeito-enunciador da autoridade necessária para que possa dar ordens a seus enunciatários. Na enunciação de afirmações deônticas, o sujeito-enunciador define o que seus enunciatários devem e o que não devem fazer, conforme se verá a seguir.

⁴ Em outras palavras, trata-se das mesmas considerações subjacentes às condições de felicidades de Austin (1962).

⁵ Cf. Foucault (1969).

A manifestação dos valores deônticos no discurso da autoajuda

A qualificação deôntica se aplica a uma proposição relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. O que essa proposição descreve, afirma Lyons (1977), não é um ato propriamente dito, mas o estado de coisas que será obtido se o ato em questão for realizado. Assim, a avaliação deôntica pressupõe sempre uma fonte ou causa e um alvo sobre quem incide a avaliação.

Em uma abordagem funcional das modalidades, Hengeveld (2004, p. 1192) descreve a modalidade deôntica como um modificador ou operador de estado de coisas, estabelecendo a distinção entre dois “alvos de avaliação” da modalidade deôntica: o participante e o evento. Na primeira, o participante é qualificado como aquele que tem a obrigação ou a permissão para se engajar no evento descrito pelo predicado. Na segunda, um evento é caracterizado como obrigatório ou permitido dentro de um sistema de convenções morais e legais. Na medida em que a modalidade orientada para o evento não incide sobre um participante específico, a obrigação ou permissão é representada como regra geral de conduta. Também nesse caso, a indicação da fonte da obrigação ou permissão é menos específica, o que configura a modalidade orientada para o evento como menos impositiva, conforme se verá adiante.

Qualquer que seja o subtipo de dever veiculado (obrigação, permissão ou necessidade), ou o seu alvo (o participante ou o evento), observa-se que os enunciados deonticamente modalizados funcionam sempre como instrumentos à disposição do enunciador para impor vontades sobre o enunciatário, regulando seu comportamento por meio de ordens e proibições.

No nível do enunciado, a modalidade deôntica pode ser expressa por verbos auxiliares, advérbios e adjetivos em posição predicativa. Na obra em análise, os valores deônticos são expressos por verbos modais, como em (10) a (12), e por adjetivo em posição predicativa, como em (13). Observa-se que o participante, qualificado como aquele que tem a obrigação de se engajar no evento, é apresentado ora como o enunciatário (10), ora como enunciador e enunciatário juntos, em uma clara estratégia de aproximação e envolvimento (11 e 12). A expressão adjetiva da modalidade (13) permite que o evento como um todo seja qualificado como o alvo deôntico:

- (10) Não tem nada de errado com o mundo em si. O caso não é mudar o Brasil nem a sociedade. Você é que tem de mudar. Se você mudar, o mundo muda com você. (p. 42)
- (11) Sempre se disse que devemos desenvolver os pontos fracos na nossa vida. Isto não está correto. Na verdade, devemos nos concentrar em nossas qualidades. (p. 57)
- (12) Nosso cérebro precisa aprender a ver as oportunidades, pois na nossa educação não somos treinados para isso. (p. 19)
- (13) É preciso dar oportunidade para que as pessoas e as coisas possam mudar. (p. 27)

Além da expressão lexical, os valores deônticos também se manifestam pelo modo imperativo:

- (14) Comece logo a fazer que o sentimento aparece, as coisas mudam fora e dentro de você. [...] Ouse fazer e o poder lhe será dado. (p. 43)
- (15) Trabalhe seu ponto forte, que o resto se fortalece (p. 52)
- (16) Faça coisas de graça e você verá que o mundo vai lhe devolver a doação. Isso não significa que você não deva valorizar o seu trabalho. Pratique a Síndrome de Robin Hood – cobre caro do rico e ajude o necessitado. Além disso, pratique a generosidade, dando, às vezes, até para quem não precisa. (p. 55)

Quando a modalidade é expressa lexicalmente, a qualificação deôntica incide sobre o participante, como se vê em nas ocorrências (10) a (12), ou sobre o evento, como em (13). As manifestações da modalidade deôntica expressas pelo imperativo, na medida em que instauram uma relação hierárquica entre os enunciatários, não servem à expressão da modalidade orientada para o evento, como se vê nas ocorrências (14) a (16) acima.

Às muitas formas de manifestação do dever disponíveis na língua portuguesa o falante pode, ainda, acrescentar mecanismos que promovam a atenuação do caráter autoritário da qualificação modal deôntica, como ocorrem em (17) a (19):

- (17) Para sermos bem sucedidos na vida, precisamos dos dois hemisférios cerebrais em equilíbrio. (p. 45)

- (18) Precisamos ser capazes de trabalhar com os dois lados do cérebro. (p. 45)
- (19) Tudo que é importante na vida você não faz certo da primeira vez. Temos que estar preparados para aprender com as falhas. (p. 53)

Pelo uso da primeira pessoa do plural, o sujeito-enunciador se inclui entre aqueles sobre quem recai a obrigação e, ao mesmo tempo, atenua seu papel de fonte instauradora da obrigação. Esses dois movimentos, de aproximação e apagamento, promovem uma diminuição natural da força da qualificação deôntica, na medida em que neutralizam momentaneamente a posição hierarquicamente superior da fonte deôntica.

Uma outra forma de atenuação da assimetria imposta pela qualificação deôntica pode ser observada em enunciados como os seguintes:

- (20) O segredo da vida não é fazer o que você gosta. É gostar do que você faz. (p. 101).
- (21) Quem assume para si uma meta que não é sua está comprando sua própria infelicidade. (p. 83)
- (22) Se você vive em terreno de peru, é muito difícil você aprender a voar feito águia. (p. 55)

Uma análise mais detalhada desses enunciados⁶ permitiu-nos verificar que se trata de simulacros do gênero proverbial, que, assim como outros desse gênero, equivalem a injunções indiretas. Assim, esses enunciados, como tantos outros encontrados na obra em análise, podem ser parafraseados por enunciados deonticamente modalizados (respectivamente, teríamos: “aprenda a gostar das coisas que você faz”, “não assuma para si uma meta que não seja sua”, “não conviva com pessoas negativas e/ou “cerque-se de pessoas de sucesso etc.). A fórmula proverbial, no entanto, explicita o saber que o sujeito-enunciador detém, e que constitui a sua autoridade, deixando implícita a sua posição de fonte deôntica.

É interessante observar que essa atenuação do caráter autoritário da qualificação modal deôntica também se dá pela caracterização do enunciatário como aquele que tem de cumprir a obrigação ou necessidade instaurada. Como bem

⁶ Cf. Brunelli (2006).

aponta Lyons (1977, p. 824), “Se X reconhece que é obrigado a realizar algum ato, então geralmente existe alguma coisa ou alguém que ele reconhecerá como sendo responsável pelo fato de X ter a obrigação de agir dessa forma . Conseqüentemente, a identificação do sujeito sobre quem recai a obrigação traz implícita a existência de uma fonte deôntica, conforme se verá a seguir.

O enunciatário do discurso de autoajuda

Conforme já dito, do ponto de vista discursivo, o sujeito-enunciador do discurso de autoajuda se reveste de autoridade frente a seu enunciatário, tendo em vista que ele enuncia de um lugar de saber. Se, por um lado, cada vez que o sujeito-enunciador manifesta sua autoridade, ele está atestando o saber que o autoriza a enunciar tal como faz, por outro lado, suas manifestações de autoridade reforçam a posição inferior do enunciatário, caracterizado no discurso de autoajuda como alguém que necessita de uma “ordem , de uma orientação a respeito do modo como deve conduzir sua vida, seja porque é uma pessoa infeliz, seja porque é uma pessoa insatisfeita com a vida etc. Essa imagem do interlocutor discursivo pode ser apreendida em alguns enunciados, especialmente em interrogações, nas quais é interpelado diretamente pelo sujeito-enunciador por intermédio do pronome “você . Nas ocorrências abaixo, podemos perceber a imagem do interlocutor enquanto uma pessoa infeliz, ou carente, ou insatisfeita com a vida. Qualquer que seja o adjetivo é essencialmente alguém *cuja imagem justifica a necessidade de uma orientação*:

- (23) Agora olhe dentro de você. Tente perceber como está se sentindo neste exato momento. Como estão indo aqueles sonhos acalentados há tantos anos? Foram realizados plenamente? Parcialmente? Foram “arquivados ? Deram lugar a opções mais “reais ? Foram adiados para alguma ocasião mais propícia? Ou continuam piscando em certos momentos, no painel dos seus pensamentos mais íntimos? Você se sente satisfeito com o que já conquistou na vida? Almeja mais? Acredita nas suas chances? O que está faltando, afinal, para que você consiga ser realmente bem-sucedido? (p. 7)
- (24) Antes de continuar a leitura, relaxe um instante. Respire. Pense em você. Procure responder a si próprio, com a maior sinceridade: como está o seu relacionamento com outras pessoas? Ninguém pode fazê-lo sentir-se inferior sem a sua permissão (p. 31).

Assim como há um saber do sujeito-enunciador que faz parte dos pressupostos do discurso de autoajuda entendidos como condições de legitimação, podemos dizer que a carência do enunciatário também faz parte desse conjunto de pressupostos, tendo em vista que, quando se oferece uma orientação, pressupõe-se que o enunciatário esteja necessitando dessa orientação ou procurando-a. Caso contrário, o discurso de autoajuda não se legitimaria, pois seria considerado irrelevante, no caso de o enunciatário não necessitar das orientações, ou invasor, no caso de o enunciatário não estar procurando orientações. A esse respeito, devemos lembrar que oferecer orientações a alguém sobre como deve conduzir a vida, resolver seus problemas etc., é, de uma certa forma, invadir o espaço íntimo desse alguém, colocando-o numa posição inferior, daí o recurso, nos discursos cotidianos, a modalizações (“eu acho que você deveria ou poderia...”, “talvez você devesse...”, “quem sabe se você...”) e a formas mais ou menos cristalizadas (“vou te dar um conselho, se é que você me permite”, “sem querer ser intrometido etc.). Com esses recursos, procura-se manter uma relação cordial com o enunciatário e atenuar os efeitos da invasão cometida.

Considerando a teoria das faces de Brown e Levinson (1987), Maingueneau julga que todo ato de enunciação é, pelo menos potencialmente,

uma ameaça para uma ou várias dessas faces: dar uma ordem valoriza a face positiva do locutor, desvalorizando a do interlocutor; dirigir a palavra a um desconhecido ameaça a face negativa do enunciatário (é uma intrusão no seu território), mas também a face positiva do locutor (que pode ser visto como sendo excessivamente desinibido). (2001, p. 38)

Nesse sentido, um conselho não solicitado é uma ameaça para a face negativa do enunciatário, daí a recorrência a estratégias que amenizem essa ameaça, conforme vimos acima. A respeito das estratégias usadas pelos interlocutores para a preservação das faces, Maingueneau afirma:

Visto que uma mesma fala pode ameaçar uma face com o intuito de preservar uma outra, os interlocutores são constantemente levados a buscar um acordo, a negociar. Eles devem efetivamente procurar um meio de preservar suas próprias faces sem ameaçar a de seu parceiro. *Desenvolve-se, então, todo um conjunto de estratégias discursivas para encontrar um ponto de equilíbrio entre essas exigências contraditórias.* (2001, p. 39, grifo nosso)

No caso do discurso de autoajuda, no qual não se encontra a aplicação desses recursos, essa questão se resolve, linguisticamente, por meio das formas atenuadas de manifestação dos valores deônticos, e pragmaticamente, com a integração da carência de orientação do enunciatário ao conjunto de pressupos-

tos que operam a legitimação desse discurso. De uma forma mais específica, o estatuto de “desorientado” do enunciatário do discurso de autoajuda legitima esse discurso, sustentando especialmente o estatuto de orientador do sujeito-enunciador, tendo em vista que a sua legitimação se dá pela pressuposição da existência de alguém que necessite das “ordens” que formula a partir de seu saber.

Considerações finais

A análise aqui empreendida procurou evidenciar os ganhos que a integração da abordagem funcionalista com a Análise do Discurso traz para o entendimento dos efeitos de sentido e das condições de uso de categorias qualificacionais complexas, como é o caso da modalidade deôntica, que atua tanto no nível da estrutura interna da predicação quanto no nível das relações pragmáticas que se estabelecem no e pelo discurso.

BRUNELLI, Anna Flora; DALL AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. The deontic qualification: dialogues between Functional Grammar and Discourse Analysis. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 179-190, 2009.

ABSTRACT: *Taking into consideration the French Discourse Analysis and the functional approach, this paper analyzes the role of deontic utterances in self-help discourses. Assuming that the deontic evaluation presupposes both the source and the target of an obligation or permission, we try to demonstrate how the deontic modalized utterances works in the building of the speaker's advisor image. The paper also analyzes the role of attenuation and the benefits of this approach to the understanding of the deontic modality and the self-help discourse.*

KEYWORDS: *Deontic modality. Discourse analysis. Functional grammar. Self-help.*

Referências

AUSTIN, J. L. **How to do Things with Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BRUNELLI, A. F. Aconselhamento de autoajuda: um caso de captação do gênero proverbial. *Alfa*, [S.l.], v.50(2), p. 113-128, 2006.

FOUCAULT, M. **L archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

HENGEVELD, K. Mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.) **Morphology: A handbook on inflection and word formation. v. 2**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1202.

LYONS, J. **Semantics**. v.2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MAINGUENEAU, D. **Semantiqué de la polemiqué**. Lausanne: L'Age d'homme, 1983.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas: Fontes/ Editora da UNICAMP, 1989.

_____. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, L. **O sucesso não ocorre por acaso**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

A ARQUITETURA DE BAKHTIN: FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE POLIFONIA

João Marcos Mateus KOGAWA¹

RESUMO: O pensamento de M. Bakhtin e seu círculo traz indagações importantes para o campo linguístico e literário. Os conceitos que formam o universo teórico desse grupo russo permitem-nos investigar diferentes tipos de discursos. Analisamos a constituição do conceito de polifonia desenvolvido no texto *Problemas da poética de Dostoiévski* como uma categoria estética em relação com a filosofia linguística (natureza dialógica da linguagem) de Bakhtin. Empreendemos breves reflexões sobre a canção “Geni e o Zepelim”, de Chico Buarque, para entender esse discurso como monológico. O procedimento teórico e metodológico conduz-nos a relativizar algumas “máximas” como: “a consciência é polifônica” ou “todo discurso é polifônico”. A polifonia não se caracteriza apenas pela coexistência de várias vozes. Mais que isso, é a forma de coexistência das vozes que permite a Bakhtin concluir que Dostoiévski é um autor polifônico. O romance polifônico é um espaço discursivo em que as personagens compõem um conjunto de vozes que dialogam igualmente. Não há sobreposição de uma voz sobre outra, apesar de o autor ser o centro organizador da relação entre as personagens.

PALAVRAS-CHAVE: Polifonia. Círculo de Bakhtin. Chico Buarque. Autor.

Polifonia?

Em *Problemas da Poética de Dostoiévski* mais especificamente no capítulo “A Personagem e seu Enfoque pelo Autor na Obra de Dostoiévski”, Bakhtin

¹ Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP Araraquara, Araraquara, SP, Brasil. kogkcond@yahoo.com.br

(1997) propõe seu conceito de polifonia, vinculado ao estilo do prosador russo. O foco do estudo bakhtiniano é o modo como o autor-criador constrói a imagem da sua personagem e se relaciona com ela. Esse processo particulariza-se em Dostoiévski. De acordo com a tese bakhtiniana,

A personagem interessa a Dostoiévski enquanto ponto de vista específico sobre o mundo e sobre si mesma, enquanto posição racional e valorativa do homem em relação a si mesmo e à realidade circundante. Para Dostoiévski não importa o que sua personagem é no mundo, mas, acima de tudo, o que o mundo é para a personagem e o que ela é para si mesma. (BAKHTIN, 1997, p. 46)

O discurso literário-polifônico parte da condição de o objeto de representação ser a autoconsciência da personagem. A voz autoral coloca-se equipolentemente diante da voz de seu herói e dialoga com ela. Não há sobreposição de vozes, apesar de o discurso ser organizado pelo autor. Bakhtin (1997) não nega que o romance polifônico integra o campo de visão artística de um autor. Contudo, essa construção diferencia-se no momento em que o autor-criador procura representar seu herói como um “tu”, e não como um “ele”.

A personagem absorve os traços conclusivos como se fossem seus e “questiona” a determinação conclusiva. O herói ganha vida fora da consciência autoral que a criou e passa a viver de forma relativamente independente:

Assim, a nova posição artística do autor em relação ao herói no romance polifônico de Dostoiévski é uma posição dialógica seriamente aplicada e concretizada até o fim, que afirma a autonomia, a liberdade interna, a falta de acabamento e de solução do herói. Para o autor o herói não é um “ele” nem um “eu” mas um “tu” plenivalente, isto é, o plenivalente “eu” de um outro (um “tu és”). (BAKHTIN, 1997, p. 63)

Dessa forma, Bakhtin (1997) delinea o campo de visão artístico de Dostoiévski em contraposição a outros autores, tidos como monológicos. No mesmo texto, são citados Tolstói e Púchkin:

O mundo de Tolstói é monoliticamente monológico: a palavra do herói repousa na base sólida das palavras do autor sobre ele. No envoltório da palavra do outro (do autor) está representada também a última palavra do herói; a autoconsciência do herói é apenas um momento de sua imagem estável e, em essência, é predeterminada por essa imagem inclusive nos casos em que a consciência passa tematicamente por uma crise e pela mais radical reviravolta interna. (BAKHTIN, 1997, p. 56)

Nesse sentido, o mundo artístico monológico objetifica a personagem na medida em que ela só fala a partir da voz do autor. É também o caso de Púchkin:

Púchkin constrói a história de Griniov num campo de visão rigorosamente monológico, embora esse campo de visão não seja, em hipótese nenhuma, concebido como exteriormente composicional por não haver discurso direto do autor. Mas é justamente esse campo de visão que determina toda a construção, donde resulta que a *imagem rigorosa de Griniov* é uma imagem e não um discurso; o discurso do próprio Griniov é um elemento dessa imagem, vale dizer, esgota-se plenamente nas funções caracterológicas do enredo e da pragmática. A visão que Griniov tem do mundo e dos acontecimentos também é mero componente de sua imagem; tal visão é apresentada como realidade característica e nunca como posição racional imediatamente significativa e plena. (BAKHTIN, 1997, p. 57)

A proficuidade dos conceitos bakhtinianos pode ser estendida a diversos tipos de discurso. Assim, é válido tomar outros objetos de estudo que não os romances como *corpus*, no sentido de refletir sobre a arquitetônica conceitual bakhtiniana. A canção selecionada para análise é facilmente identificada como exemplo de discurso monológico. No entanto, a eleição dela como material justifica-se pela forma com que fica evidente a diferença entre o polifônico e o monológico.

Em “Geni e o Zepelim”, canção de Chico Buarque, composta em 1979, Geni – personagem da canção – é uma imagem e não sujeito-outro do discurso. Esse herói é um “ele” e não um “tu”. Mais do que representar a autoconsciência do herói, o autor-criador utiliza a imagem desse herói para um propósito crítico. O universo artístico da canção assemelha-se bastante ao mundo de Tolstói e Púchkin. Citemos a canção buarqueana:

Geni e o Zepelim (1979)

De tudo que é nego torto/Do mangue do cais do porto/Ela já foi namorada/O seu corpo é dos errantes/Dos cegos dos retirantes/É de quem não tem mais nada/Dá-se assim desde menina/Na garagem na cantina/Atrás do tanque, no mato/É a rainha dos detentos/Das loucas dos lazarentos/Dos moleques do internato/E também vai amiúde/Com os velhinhos sem saúde/E as viúvas sem porvir/Ela é um poço de bondade/E é por isso que a cidade/Vive sempre a repetir/Joga pedra na Geni/Joga pedra na Geni/Ela é feita pra apanhar/Ela é boa de cuspir/Ela dá pra qualquer um/Maldita Geni/Um dia surgiu brilhante/Entre as nuvens flutuante/Um enorme Zepelim/Pairou sobre os edifícios/Abriu dois mil orifícios/Com dois mil canhões assim/A cidade apavorada/Se ficou paralisada/Pronta pra virar geléia/Mas do Zepelim gigante/Desceu o seu comandante dizendo: Mudei de idéia/ Quando vi nesta cidade/ Tanto horror e iniquidade/ Resolvi tudo explodir/ Mas posso evitar o drama/ Se aquela formosa dama/ Esta noite me servir/Essa dama era Geni/Mas não pode ser Geni/Ela é feita pra apanhar/Ela é boa de cuspir/Ela dá pra qualquer um/Maldita Geni/Mas de fato logo ela/Tão coitada e tão singela/Cativara o forasteiro/O guerreiro tão vistoso/Tão temido e poderoso/Era dela prisioneiro/Acontece que a donzela/E isso era segredo dela/Também tinha seus caprichos/E a

deitar com homem tão nobre/Tão cheirando a brilho e a cobre/Preferia amar com os bichos/Ao ouvir tal heresia/A cidade em Romaria/Foi beijar a sua mão/O prefeito de joelhos/O bispo de olhos vermelhos/E o banqueiro com um milhão/ Vai com ele vai Geni/ Vai com ele vai Geni/ Você pode nos salvar/ Você vai nos redimir/ Você dá pra qualquer um/- Bendita Geni/Foram tantos os pedidos/Tão sinceros tão sentidos/Que ela dominou seu asco/Nessa noite lancinante/Entregou-se a tal amante/Como quem dá-se ao carrasco/Ele fez tanta sujeira/Lambuzou-se a noite inteira/Até ficar saciado/E nem bem amanhecia/Partiu numa nuvem fria/ Com seu Zepelim prateado/Num suspiro aliviado/Ela se virou de lado/E tentou até sorrir/Mas nem bem amanhecia/E a cidade em cantoria/Não deixou ela dormir/ Joga pedra na Geni/Joga bosta na Geni/Ela é feita pra apanhar/Ela é boa de cuspir/ Ela dá pra qualquer um/Maldita Geni

A canção evoca outras vozes sociais como a religiosa que se diferenciam em relação à voz autoral. Essa diversidade de vozes manifesta diferentes valores relacionados à classe de pertencimento dos heróis. Por esse prisma, não seria justo partindo da condição plurivocal do discurso considerar todo discurso polifônico? Com relação a essa questão importa esclarecer alguns pontos relativos à diferença entre polifonia e plurilinguismo na medida em que reduzir o conceito de polifonia ao caráter plurivocal do discurso é confundir duas categorias interdependentes, mas distintas.

O discurso de Chico deixa pistas do que Bakhtin (1988) denomina plurilinguismo. Há recorrências às estratificações sofridas pela língua na medida em que ela integra os meios sociais e históricos. Ao pensarmos nesse conceito desenvolvido no estudo sobre o romance percebemos a maior funcionalidade do conceito de plurilinguismo em relação à polifonia. Mais que um processo desenvolvido no interior do romance, o plurilinguismo aplica-se também ao caráter dialógico de todo discurso, ou seja, um discurso nunca se dirige diretamente ao seu objeto porque outras vozes anteriores já falaram sobre esse objeto.

O plurilinguismo serve a dois planos teóricos distintos e interdependentes: o plano da concepção de discurso para o Círculo de Bakhtin² e o plano da concepção de romance para Bakhtin ele-mesmo. O conceito de polifonia salvo algumas exceções na filosofia serve ao plano literário, pois está vinculado ao estudo do estilo de Dostoiévski. Não que a concepção dialógica de linguagem não esteja subjacente ao conceito de polifonia. O inverso é que parece problemático:

O caso da polifonia dostoiévskiana é exemplar para se perceber a diferença entre um instrumental técnico da crítica, uma categoria meramente literária, e uma visão de mundo,

² Todas as vezes que falarmos em Círculo, é do Círculo de Bakhtin que se trata.

uma categoria que se postula no terreno da filosofia e da ética. Bakhtin define polifonia como uma estrutura complexa cujos heróis (cada um portador de um ponto de vista definido, enraizado numa situação concreta na vida, autônomo e não finalizado com relação ao olhar do narrador) vivem num perpétuo presente, numa coexistência dramática, inacabada e não finalizável, não redutível à reificação do autor. Na obra polifônica os heróis não se definem pela biografia nem se determinam pelo seu passado; não podem nem mesmo ser definidos por suas características físicas, pelo olhar de fora, e sequer pelas características lingüísticas (quanto mais característica a sua linguagem, mais objetificado o herói será). O herói polifônico bakhtiniano vive o evento da vida, mas não o vive diretamente (nesse caso, não haveria obra de arte); ele é representado nessa dimensão, por um autor que se relaciona com ele em condição de igualdade. E mais: na obra polifônica os heróis são sempre *ideólogos*, portadores de concepções complexas enraizadas no mundo das idéias. (TEZZA, 2003, p. 183, grifo do autor)

Ou ainda:

Observe-se que nenhum desses traços, para Bakhtin, será dispensável: é o conjunto deles que fundou o que ele chama de *romance polifônico*, um gênero de romance do qual, quarenta anos depois da edição do livro sobre Dostoiévski, o próprio Bakhtin, em entrevista a Zbigniew Podgórzec, não encontrará mais do que dois ou três exemplos, alguns curiosamente (e sintomaticamente) extraídos da filosofia, e não da ficção (como *O mito de Sísifo*, de Camus). (TEZZA, 2003, p. 183, grifo do autor)

Em “Geni e o Zepelim”, parece-nos mais prudente pensar em plurilinguismo e não em polifonia, ainda que o plurilinguismo em Bakhtin (1988) esteja mais diretamente ligado ao romance.³ Isso pode ser pensado, na canção de Chico, a partir de alguns termos como *bosta*, *bendita* e *maldita* respectivamente vinculados à linguagem popular e religiosa. Isso remete à estratificação da língua a partir dos meios sociais em que se insere.

O caráter monológico da canção vincula-se à proposta discursiva de crítica a determinados valores como o moralismo religioso que *Joga pedra na Geni*. A posição autoral de Chico Buarque no momento de produção da canção era de contrariedade ao regime militar. A figura do Zepelim e do comandante pode representar uma ligação histórica entre o militarismo do comandante e o militarismo político existente no Brasil nesse período – o que marca um aspecto da produção artística buarqueana.

A crítica participa da constituição do lugar orgânico ocupado por Chico representante de ideários esquerdistas durante a vigência do regime militar:

³ Apesar de as duas categorias advirem do estudo sobre o romance, parece-nos que o plurilinguismo tem maior aplicabilidade no estudo de outros textos que a polifonia.

[...] o intelectual de esquerda era uma espécie de *a priori* (numa perspectiva que, em primeiro lugar, mesmo quando proclamava a morte da literatura, era de tipo puramente literário), caracterizava-se fora de sua condição no universo do trabalho, da comunicação e da cultura; atribuía-se uma função e objetivos, submetia-se até mesmo à crítica e à autocrítica, identificando a si mesmo e a sua presença cultural ao curso da história, assumindo a tarefa de acelerar e antecipar um futuro predeterminado que não podia deixar de ter como ponto de chegada a revolução ou o advento de uma humanidade nova. (FERRONI, 2007, p. 7)

Em determinado momento de sua obra, Gramsci (2000) analisa o papel do trabalho intelectual na sociedade. O contexto era diferente, mas não parece absurda a relação entre a análise gramsciana sobre a função do intelectual orgânico e a prática discursiva do compositor no momento de Ditadura Militar. O discurso buarqueano pode ser entendido como uma tentativa de unificação ou universalização dos ideários esquerdistas. Há um efeito de preocupação com a situação popular que perpassa não apenas “Geni e o Zepelim”, mas outras canções desse momento. Por ocupar esse lugar de resistência ao regime, o discurso do compositor tem como marca a crítica social, manifestada sob a forma de contraproposta e vontade de inversão da ordem.

É possível complementar essa função intelectual proposta por Gramsci⁴ (2000) com o modelo de intelectual defendido por Sartre (1994).⁵ A importância de Sartre reside no fato de ele dedicar um tópico de seu texto *Em defesa dos intelectuais* à relação entre os intelectuais e a massa. O filósofo francês afirma que o intelectual:

[...] só tem um meio de compreender a sociedade onde vive: ter sobre ela o ponto de vista dos mais desfavorecidos. Estes não representam a universalidade, que não existe em lugar nenhum, mas a *imensa maioria*, particularizados pela opressão e exploração que fazem deles os produtos de seus produtos, roubando-lhes os fins (exatamente como faz com os técnicos do saber prático) e fazendo deles os meios particulares da produção, definidos pelos instrumentos que produzem e que lhes designam as tarefas; sua luta contra essa particularização absurda leva-os, eles também, a buscara a universalidade: não mais a da burguesia quando se toma pela classe universal, mas uma universalidade concreta de origem negativa, nascida da liquidação dos particularismos e do surgimento de uma sociedade sem classes. (SARTRE, 1994, p. 42)

⁴ Não é objetivo deste texto discutir as concepções de Gramsci e Sartre. O conceito de intelectual orgânico serve apenas como possibilidade a ser explorada em outros trabalhos de justificação do caráter crítico-monológico das canções buarqueanas.

⁵ Sem dúvida, há particularidades entre o pensamento de Gramsci e Sartre. No entanto, é possível uma relação, até porque Sartre cita a noção de intelectual orgânico proposta pelo pensador italiano. No entanto, é preciso considerar que a idéia de que o intelectual é crítico na medida em que adota o ponto de vista da massa é questionável. A própria esquerda passa a reformular essa idéia a partir da segunda metade do século XX.

A citação desse trecho incita a pensar não apenas na crítica buarqueana materializada nas canções, mas também na concepção de polifonia bakhtiniana. Parece que esse ideário de igualdade – sociedade sem classes – serve como pano de fundo para a leitura que o russo faz dos romances de Dostoiévski. Importante lembrar que – de forma não unívoca, é verdade – o marxismo influenciou muito a obra de Bakhtin.

Um dos pontos destacados por Ferroni (2007) é que o século XX encontra-se marcado pela concepção da vida como ato,⁶ advinda dos constantes estudos sobre a literatura. Mais do que “estudos de literatura”, há a crença de que a literatura pode “libertar” os indivíduos da opressão por meio de uma espécie de humanização universal:

No caso do modelo sartriano (que agiu, muitas vezes, sem que houvesse uma influência direta dos textos de Sartre), o predomínio da literatura foi totalmente explícito: esse modelo apoiava-se em toda uma série de relações e atitudes propostas pela literatura, numa identificação imediata entre intelectual e escritor; fazia referência a responsabilidades e urgências vindas da literatura, de uma noção de literatura muito bem definida e difundida. Seu ponto de partida era a aspiração, típica do século XX, à afirmação da vida como “ato”: a palavra literária era considerada uma busca perpétua de ação, como um movimento incessante para fora de si, expansão da personalidade do escritor além dos limites do horizonte ideológico dado. (FERRONI, 2007, p. 7-8)

O caráter crítico vinculado à função de Chico como intelectual orgânico é a fonte de seu discurso monológico. É preciso ser radical ao adotar o ponto de vista da massa para olhar para o mundo. É isso que faz de um indivíduo da burguesia um intelectual:

Ele aplica, às apalpadelas, um método rigoroso a objetos desconhecidos que desmistifica ao se desmistificar; desenvolve uma ação prática de desvelamento ao combater as ideologias e ao desnudar a violência que elas mascaram ou justificam; trabalha para que uma universalidade social seja um dia possível, em que todos os homens serão *verdadeiramente* livres, iguais e irmãos, certo de que nesse dia, mas não antes, o intelectual desaparecerá e os homens poderão adquirir o saber prático da liberdade que ele exige e sem contradição. Por enquanto, todo o tempo ele pesquisa e se engana, tendo como único fio condutor o seu rigor dialético e seu radicalismo. (SARTRE, 1994, p. 40, grifo do autor)

No entanto, é preciso olhar para o pensamento sartreano com certa desconfiança. A crítica não está em relação de causalidade lógica com a massa. Adotar o posicionamento da massa não é o único fator que confere caráter crítico ao discurso do intelectual. Pelo contrário, não raras vezes a massa porta-se muito aquém

⁶ Esse é um ponto que perpassa a obra bakhtiniana.

da *doxa* e é função do intelectual fazer com que essa massa pense de forma diferente. Ainda que as reflexões sartreanas contribuam com a compreensão do lugar de Chico na sociedade, não é unívoco considerar *saber, verdade, crítica e massa* como correlatos lógicos.

Estranha semelhança entre o discurso de Chico e sua função como intelectual e o fundamento da polifonia bakhtiniana. O discurso buarqueano, ao construir a imagem de seu herói, depara-se com uma série de outros discursos que também falam sobre seu herói. Isso permite considerar todo discurso plurilíngüe mesmo que essa afirmação seja exemplificada apenas pela análise do universo artístico de Chico pois não existe discurso individual.

O plurilinguismo consiste na reprodução de uma multiplicidade vocal que impossibilita um discurso de se dirigir diretamente ao seu objeto. Isso significa que todo discurso integra uma rede de discursos e, no momento em que ele tenta se dirigir a um objeto, depara-se com outras falas sobre ele. Para Bakhtin (1988), essa multiplicidade discursiva não se distribui a esmo, mas ocupa lugares discursivos sócio-historicamente construídos. Uma vez que a sociedade se estratifica em classes, a língua também se estratifica e é utilizada de acordo com os campos nos quais ela se insere. Tal condição de todo discurso é apreendida por Bakhtin (1988) no romance representante literário dessa “realidade linguística.

Chico Buarque representa esse plurilinguismo em “Geni e o Zepelim”, tanto linguisticamente como discursivamente. Prova disso é a presença de termos como *bosta, bendita, maldita, canhões* e de personagens como *Geni, comandante, prefeito, bispo* e o *banqueiro*. Isso confere aspectos prosaicos relativos ao mundo artístico de Chico Buarque dessa época. Isso ocorre em outras canções como “O malandro nº 2 (1979), “Construção (1971), “Pedro, pedreiro (1966), etc. Todas elas traduzem cenas do cotidiano, ou seja, acontecimentos da vida traduzidos pelo discurso da arte.

As características da plurilinguicidade inviabilizam a equiparação do conceito de plurilinguismo ao de polifonia sem ressalvas. O conceito de plurilinguismo, fundamentado na concepção dialógica da linguagem, é muito produtivo no campo literário, pois vincula a prosa ao princípio histórico-social de existência da linguagem. A polifonia também fundamentada na concepção dialógica da linguagem, por sua vez, pertence a um gênero específico o romance polifônico de Dostoiévski e, na obra de Bakhtin (1997), esse conceito não aparece desvinculado da relação estética basilar a relação autor-herói.

Em segundo lugar, para um texto ser plurilíngue não é necessário que as personagens tenham vozes equipolentes o que não ocorre com a polifonia. Bakhtin (1997) afirma que no romance de Dostoiévski as personagens são ideólogas e não apenas objetos que servem aos fins autorais. É possível relacionar o conceito de polifonia a uma concepção filosófica idealista e humanista advinda da influência do marxismo na obra bakhtiniana. Isso fica marcado pelo fato de Bakhtin (1997) propor uma equipolência. Há um ideário socialista utópico e também uma concepção de igualdade entre os homens. Pode ser que, em um momento de repressões, exílios, trabalhos forçados, enfim, uma época em que imperava o autoritarismo político, Bakhtin acreditasse em uma nova era em que os homens pudessem, de fato, comunicar-se, ou seja, constituir-se como sujeitos a partir do outro.

Subjaz à noção de polifonia e da equipolência a ela relacionada a noção de diálogo em Bakhtin (1997). Retomamos essa idéia para destacar que o diálogo bakhtiniano não é consenso, uma vez que, se há consenso, perde-se a real existência da dialogia e se instaura o silêncio (monológico). De acordo com Faraco (2006, p. 73, grifo do autor), “Neste ‘simpósio universal’, a morte absoluta (o não-ser) é o estado de não ser ouvido, de não ser reconhecido, de não ser lembrado. Isto porque *ser significa se comunicar*, significa ser para um outro e, pelo outro, ser para si mesmo”.

Faraco (2006) fala dessa utopia de Bakhtin a partir do conceito de dialogismo. A elaboração máxima da “vontade de igualdade” materializa-se no conceito de polifonia resultante da análise do mundo artístico de Dostoiévski. O mundo de Dostoiévski representa, para Bakhtin (1997), a materialização fictícia de sua concepção filosófica. O idealismo/humanismo como posicionamentos filosóficos bakhtinianos parecem ser elementos importantes na formulação de seus conceitos. Nesse sentido, é perigosa a homogeneização (dialogismo = plurilinguismo = polifonia) o “fetiche teórico (GREGOLIN, 2006) que, muitas vezes, resulta da ausência de reflexão epistemológica.

Não se trata de considerar a obra dos russos menor em nome de uma arrogância científica. Pelo contrário, a natureza filosófica de sua obra aumenta o grau de alcance do arcabouço teórico bakhtiniano e também a complexidade e dificuldade de compreensão da sua obra. Mas não é essa a questão. O ponto nodal é que certos fatores históricos e a discussão epistemológica não podem ser desconsiderados quando se trabalha com determinado aparato teórico:

É costume lembrar que Bakhtin viveu boa parte de sua vida adulta sob regime totalitário, tendo sido, inclusive, vítima de perseguição política, o que resultou em prisão,

num exílio de seis anos no Cazaquistão e num ostracismo de trinta anos em cidades provinciais, já que, como antigo prisioneiro político, era alcançado pela proibição do regime stalinista de fixar residência e trabalhar em grandes centros urbanos. (FARACO, 2006, p. 72)

Ou ainda:

Nesse sentido, Bakhtin se posiciona contra qualquer tendência de monologização da existência humana, isto é, de negar a existência de um outro *eu* com iguais direitos e iguais responsabilidades. Uma atitude monológica ou um modelo monológico do mundo é autocentrado e insensível às respostas do outro; não as espera e não reconhece nelas nenhuma força decisiva; pretende ser a última palavra. (FARACO, 2006, p. 73)

O conceito de plurilinguismo, apesar de estar vinculado à teoria do romance em Bakhtin (1988), problematiza o ideário formalista de linguagem poética na medida em que nos possibilita pensar na natureza plurilíngue dos discursos, ou seja, nenhum discurso mesmo o poético pode representar puramente seu objeto. O plurilinguismo vai além da visão estética e quase se confunde com a noção de dialogismo.

O conceito de dialogismo bakhtiniano choca-se com a noção saussuriana de língua. As críticas do Círculo a Saussure e aos formalistas estão diretamente ligadas a essa concepção. Para Bakhtin (1988) a partir da idéia do plurilinguismo, a língua única como sistema de formas abstratas não existe, mas existem línguas. A abstração linguística só existe para finalidades específicas e teóricas:

A língua, enquanto meio vivo e concreto onde vive a consciência do artista da palavra, nunca é única. Ela é única somente como sistema gramatical abstrato de formas normativas, abstraída das percepções ideológicas concretas que a preenche e da contínua evolução histórica da linguagem viva. A vida social viva e a evolução histórica criam, nos limites de uma língua nacional abstratamente única, uma pluralidade de mundos concretos, de perspectivas literárias, ideológicas e sociais, fechadas; os elementos abstratos da língua, idênticos entre si, carregam-se de conteúdos semânticos e axiológicos, ressoando de diversas maneiras no interior destas diferentes perspectivas. (BAKHTIN, 1988, p. 96)

As categorias de plurilinguismo e polifonia não são da mesma natureza que o dialogismo, uma vez que o caráter dialógico é um fundamento da linguagem, antes mesmo de ela entrar no universo estético:⁷

⁷ Contudo, parece-nos que o conceito de plurilinguismo permite maior aproximação com o dialogismo, ainda que a polifonia tenha em sua base a concepção dialógica da linguagem, pois, essa categoria tem uma definição condizente com a realidade de qualquer discurso: nenhum discurso dirige-se diretamente ao seu objeto.

Dialogismo é uma categoria essencial da *natureza da linguagem*, antes de qualquer coisa, antes mesmo que a linguagem entre no universo estético; a linguagem concreta, *o momento verbal bakhtiniano é dialógico* (...); nenhuma significação se instaura, em nenhum evento concreto, sem a presença de, no mínimo, *dois centros de valor*. (TEZZA, 2003, p. 232, grifo do autor)

Tezza (2003) aponta outra questão a ser considerada: não podemos incorrer na falácia de nos inserirmos em uma discussão valorativa que julga o texto polifônico de Dostoiévski melhor ou pior que outros textos de natureza monológica. Para Tezza, o que deve direcionar a leitura é o reconhecimento de que são discursos de natureza diferente:

É preciso ter em mente aqui que se trata de *dois planos teóricos*, o da natureza da linguagem e o da realização estética. A ignorância desses dois planos, mais a confusão profunda entre categoria técnica e índice axiológico, levaria a considerar, por exemplo, que *A morte de Ivan Ilitch*, uma obra de substância monológica (nos termos bakhtinianos) da primeira à última linha, seria uma obra menor. (2003, p. 233, grifo do autor)

Tezza vai mais longe e afirma que o conceito de polifonia é uma categoria não reiterável:

O conceito de polifonia é uma categoria não reiterável; apesar de toda a aposta de Bakhtin no que ele chama de “novo gênero romanesco”, ele mesmo não conseguia encontrar (isso 40 anos depois, em 1974), mais do que dois ou três exemplos de romance polifônico, citando mais obras filosóficas que literárias, Camus em particular. Profundamente imerso no seu projeto da década de 20 de criar uma “filosofia moral”, Bakhtin investe Dostoiévski das qualidades que ele buscava numa linguagem capaz de dar conta do “ser-evento”, sem transformá-lo no objeto abstrato de uma consciência única. Note-se que ele nunca mais vai usar essa categoria; nas obras dos anos 30 e 40, a “polifonia” desaparece, substituída pelo conceito muito mais amplo e funcional de “plurilinguismo”. (2003, p. 231)

A polifonia tem uma aplicabilidade singular que restringe a utilização em qualquer texto. “Geni e o Zepelim” não pode ser entendida como discurso polifônico. A autoconsciência do herói não é objeto de representação, mas certa crítica social direcionada pelo autor-criador. Não há equipolência de vozes, mas sobreposição da voz autoral sobre as outras.

As canções de Chico Buarque – principalmente as desse período – têm, em grande parte, um cunho crítico e político. Tanto o é, que ele se auto-exilou certo período na Itália, teve canções interditas, teve que responder ao DOPS, enfim, a vida do compositor foi fortemente marcada por um período de constante vigilância e perseguição.

O caráter monológico do discurso de Chico não está unicamente vinculado às intenções autorais, mas também motivado pelo momento histórico e pela relação que esse sujeito mantém com a língua. Dessa relação com a língua, surge um discurso marcado por referências literárias e uma extensa rede de figurativizações que constituem certa organicidade. Em “Geni e o Zepelim”, fica clara a existência de um dialogismo com outros textos como o conto “Bola de Sebo”, de G. de Maupassant (2001), e com a própria Bíblia sagrada.

Isso é marcado pela relação discursiva ainda que com ressalvas entre a figura de *Geni* como o “cordeiro que redime a cidade” e a figura de Cristo. Com relação ao conto de Maupassant, *Geni* é usada pela cidade para conseguir a liberdade e o perdão para essa mesma cidade. No conto do literato francês, Bola de Sebo é usada da mesma forma para que o comandante alemão libere a carruagem para os nobres franceses seguirem viagem.

Além disso, o discurso de Chico retoma alguns discursos relativos à moralidade. O coro que canta “Joga pedra na Geni” retoma, por exemplo, aspectos do período de “caça às bruxas” e da Inquisição. Nessa retomada discursiva, o autor-criador se posiciona em favor de seu herói para, dessa forma, questionar esses outros discursos.

Gramsci afirma que

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. (2000, p. 15)

As canções de Chico representam aspectos ideais da esquerda política brasileira nas décadas de 60/70. As letras são, quase sempre, marcadas por um caráter de denúncia à repressão política e cultural que se opera no Brasil no período de Ditadura Militar. O compositor tem a função de classe específica de proporcionar à esquerda um modelo discursivo com o qual ela se identifique. Há uma espécie de troca: os ideais esquerdistas servem como matéria-prima ideológica para a produção de Chico que, por sua vez, constrói um lugar discursivo veiculador dos ideais da esquerda política.

As constantes retomadas de textos literários anteriores, a relação das canções com ideários marxistas e socialistas e o caráter militante do discurso buarqueano incitam a pensar na figura do compositor como sujeito que exerce a função social de tentativa de unificação daqueles que se encontram alijados do poder. De acordo com Ferroni,

Toda a realidade é como um corpo destinado a mover-se em direção desse evento “novo : e precisamente por ser concebida assim, como um corpo orgânico, requer, em cada setor, um processo de unificação, de “união não apenas política, mas também moral e cultural. (2007, p. 12)

Esse caráter crítico vinculado às canções de Chico aliado a um momento histórico de constante repressão constitui-se como importante estimulante para a construção de um discurso monológico que tem, dentre outras funções, a de conferir unicidade à esquerda nacional. Não que todos os discursos monológicos sejam construídos sobre condições históricas iguais, mas em Chico isso deve ser considerado.

Todo discurso é produzido em um período histórico. O fato de Dostoiévski ter produzido o romance polifônico não é casual. O próprio Bakhtin ressalta essa relação entre sujeito, história e língua:

De fato, o romance polifônico só pode realizar-se na época capitalista. Além do mais, ele encontrou o terreno mais propício justamente na Rússia, onde o capitalismo avançara de maneira quase desastrosa e deixara incólume a diversidade de mundos e grupos sociais, que não afrouxaram, como no ocidente, seu isolamento individual no processo de avanço gradual do capitalismo. Aqui, a essência contraditória da vida social em formação, essência essa que não cabe nos limites da consciência monológica segura e calmamente contemplativa, devia manifestar-se de modo sobremaneira marcante enquanto deveria ser especialmente plena e patente a individualidade dos mundos que haviam rompido o equilíbrio ideológico e se chocavam entre si. (1997, p. 19)

Existe uma relação entre a produção do romance polifônico e o processo de progressão do capitalismo na Rússia. Essa historicidade também confirma a inviabilidade de se dizer que todo discurso é polifônico, uma vez que Bakhtin (1997) elabora o conceito em uma condição histórica determinada.

A monologia das canções pode ser pensada sob a ótica de outras categorias como o plurilinguismo, evidente na canção e em qualquer discurso. Tal conceito permite entender a forma como Chico vincula aspectos sociais ao discurso musical por meio da análise sistemática dos jargões populares, palavrões, enfim, das várias formas estratificadas da língua em consonância com o ritmo musical cadenciado e variado. Por isso a presença constante de heróis do cotidiano representados pelo compositor: Geni, Pedro, o anônimo de “Construção (1971), o malandro, enfim, uma série de personagens que integram o universo artístico buarqueano.

Não é fácil colocar os “pingos nos is quando se trata da obra bakhtiniana. Os textos de Bakhtin e seu Círculo são bastante dispersos e foram publicados fora da ordem cronológica no Brasil. Além disso, o Círculo de Bakhtin não passou pelo

movimento estruturalista e tem uma forte base filosófico-fenomenológica. Com relação ao estruturalismo, não há um rigor terminológico na obra dos russos. Talvez porque não se preocupassem tanto com o rigor operacional. Com relação à base filosófica, isso dificulta na medida em que temos de olhar com um “filtro” os textos de Bakhtin para não submeter sua teoria a homogeneizações redutoras.

Conclusão

A natureza dialógica da linguagem impulsiona o trabalho de Bakhtin e seu círculo na medida em que se constitui como alicerce para outras categorias. A dialógica possibilita o estudo de diversos campos como o estético, o filosófico e o linguístico. Diante da importância dessa categoria, propusemo-nos a discutir outra categoria derivada do conceito de dialogismo, mas que possui outras conotações. Tal categoria insere-se no campo da filosofia estética de Bakhtin.

Muito se tem discutido em trabalhos de linguística, literatura, entre outros sobre a noção de polifonia em Bakhtin. Se, por um lado, o volume de trabalhos divulga e confere um lugar de importância ao pensamento bakhtiniano, por outro lado, corre-se o risco de simplificar seu pensamento. Sob essa perspectiva, nosso trabalho importa como lugar de discussão sobre o conceito de polifonia frente ao seu contrário, a monologia.

Enunciados como: “a consciência é polifônica”, “todo discurso é polifônico”, ou ainda, “a palavra é polifônica” são comuns nos estudos linguísticos e literários. Generalizações desse tipo, quando fundamentadas nos postulados bakhtinianos, são passíveis de questionamento, pois carecem de rigor epistemológico. Concordamos que várias leituras sobre o conceito são possíveis e que nosso trabalho é só mais uma leitura entre várias, mas, ainda assim, é difícil concordar com as afirmações generalizantes acima mencionadas.

Além da extensão do conceito de polifonia a todo discurso, existe ainda o hábito de equiparação entre essa categoria e outras como plurilinguismo e o próprio dialogismo. Assim, o discurso seria tanto polifônico como plurilíngue e dialógico. Postular a equivalência entre os conceitos descarta a singularidade de cada um deles e desconsidera certa hierarquia. A arquitetura de Bakhtin, portanto, parte de um conceito geral – o dialogismo – para, a partir daí, constituir categorias específicas que se estratificam na medida em que se inserem em campos particulares.

Não acreditamos em uma hierarquia em um sentido valorativo (negativo), que trataria um conceito como melhor ou pior que outro. Entendemos hierarquia no sentido de que há uma espécie de percurso descontínuo em que o pensamento bakhtiniano se especializa. Dessa forma, uma categoria filosófico-fundamental serve como ponte para pensar formas de organização discursiva específicas, como o campo de visão estética de um autor.

Para compreender a especificidade do conceito de polifonia, partimos da caracterização de seu oposto, a monologia. Nossa reflexão teve como ancoragem a canção “Geni e o zepelim”, de Chico Buarque, na qual observamos a relação autor-herói como determinante do caráter monológico desse enunciado. O “autor deixa seu lugar empírico e é entendido como lugar extraposto, ou seja, é a consciência a partir da qual “enxergamos as outras.

A relação autor-herói é marcada por trocas valorativas, ou seja, o autor-criador dialoga-polemiza com os valores presentes no universo de seu herói. Não podemos nos esquecer de que, para Bakhtin (2003), não existe enunciado neutro. Nos enunciados analisados, apreendemos uma tensão entre o universo dos heróis e o universo do autor-criador. No entanto, essa “tensão apresenta-se a partir de um único lugar de uma única consciência”, a consciência autoral.

Essa é, a nosso ver, a condição para tomarmos os enunciados como pertencentes a um universo estético monológico e, dessa forma, pensar um possível lugar para o conceito de polifonia dentro do arcabouço bakhtiniano. As canções (enquanto enunciados verbais) atendem mais profundamente a um propósito crítico-social e, dessa forma, os heróis são constituídos como imagens visualizáveis muito mais que como seres autoconscientes com os quais o centro valorativo dialoga.

O contexto ditatorial influencia profundamente a constituição do universo artístico-musical buarqueano e, nesse sentido, talvez possamos “justificar a acentuação da crítica em detrimento da “constituição do herói como um outro dialogável”. O compromisso com a denúncia de certos acontecimentos da conjuntura sócio-político-cultural tais como: censura cultural, torturas físicas, cassações políticas, entre outros, é o foco da canção.

A repressão política, portanto, participa do universo buarqueano monológico. A canção está assentada em valores constituídos sócio-culturalmente e é como crítica a tais valores que ela se constitui.

A crítica, no universo buarqueano, está ligada à função orgânica desempenhada pelo compositor nas décadas de 60/70. Sob essa perspectiva, Chico

representa o modelo gramsciano e, em certa medida, sartreano de intelectual que confere unicidade a um grupo específico de camada social: a esquerda.⁸

Foi-nos caro, portanto, entender que dialogismo e polifonia não são conceitos homogeneizáveis. O fato de canções constituírem-se como dialógicas não implica que sejam polifônicas, pois o ponto de partida para a constituição de um conceito é distinto do outro, ou seja, o dialogismo implica relação entre diferentes valores e discursos; sem essa relação é impossível construir o discurso, pois, no momento em que um discurso emerge, ele já encontra outros e responde a eles. Daí Bakhtin (2003) propor que todo discurso, no momento de sua emergência, é, em si, uma resposta a outros.

No que tange à polifonia, não basta inter-relação discursiva. Há uma transposição de campos que coloca esse conceito em um âmbito distinto do dialogismo. A polifonia é uma das possíveis extensões do dialogismo na medida em que o polifônico é uma forma especial de diálogo, ou seja, um diálogo equipolente, mas é preciso entender que o discurso polifônico está ligado ao campo de atividade estética. Além disso, ele se assenta na relação estética fundamental, qual seja a relação entre autor-criador e herói. Desconsiderar essas “pré-condições” reduz o conceito e o transporta para outros campos, isto é, faz com que ele se torne outro.

A polifonia reflete uma espécie de “socialismo utópico”, segundo o qual a revolução do proletariado aboliria a opressão burguesa e colocaria os homens em “pé de igualdade”. Essa “equipolência de consciências” é observada por Bakhtin (1997) no romance dostoiévskiano máxima do gênero democrático e, portanto, representativo de uma possível configuração política, em que se “abole” a “consciência objetificadora”.

Não traçamos nossa argumentação no sentido de determinar a inferioridade (ou não) dos discursos monológicos em relação ao polifônico. Tampouco pretendemos comparar Chico Buarque e Dostoiévski. O foco foi pensar uma análise de alguns enunciados/canções buarqueanos para pensar o estatuto do conceito de polifonia em Bakhtin (1997). Assim, muito além do julgamento, está a reflexão sobre a singularidade, ou seja, o questionamento das homogeneizações, ou, para retomarmos Gregolin (2006), do “fetiche teórico”.

Operamos um deslocamento relativo à leitura generalizante sobre conceito de polifonia. A reflexão epistemológica leva-nos a evitar certos clichês como os

⁸ Não apenas no sentido de partido político, mas também no sentido de uma esquerda ideal, como lugar de todos aqueles que não concordavam com as práticas autoritárias e repressivas do regime militar.

que mencionamos acima. Assim, nem todo discurso é polifônico, nem a consciência ou a palavra. Além disso, esse conceito não se equivale ao dialogismo ou ao plurilinguismo, pois ocupa um lugar específico no pensamento de Bakhtin (1997).

Se for para trabalhar com a idéia de que todo discurso é marcado por várias vozes, então que se aplique o dialogismo ou o plurilinguismo, mas não a polifonia, que não se reduz ao contingente vocal. Talvez a etimologia da palavra (polifonia = muitas vozes) deixe muitos pesquisadores tentados a fazer do conceito uma espécie de “coringa teórico.

Re-ler Bakhtin sob a ótica do conceito de polifonia leva-nos a retomar sua versatilidade como literato e como filósofo. Destacamos a importância filosófica de algumas idéias de Bakhtin, para pensá-lo de forma menos operacional. Importante ressaltar que ele não foi um estruturalista e que suas categorias relativas ao campo artístico-literário vinculam-se, de certa forma, às idéias filosóficas do jovem Bakhtin, preocupado com a ética e com ser-evento-único.

KOGAWA, João Marcos Mateus. The Bakhtin s architecture: fundamentos about the notion of polyphony. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 191-208, 2009.

ABSTRACT: *The reflection of M. Bakhtin and his followers leads to important questions for the linguistic and literary area. The concepts that form the theorist universe of this Russian group enable us to investigate different kinds of discourses. We analyze the constitution of the concept of polyphony developed in the text: Problems of Dostoievsky s poetics as an aesthetic category in relation with the linguistic philosophy (dialogic nature of language) of Bakhtin. We have briefly reflected on the song “Geni e o Zepelim” of Chico Buarque to understand this discourse as monologic. The theoretical and methodological procedure allows us to relate to some theorist maxims such as: “the conscience is polyphonic” or “every discourse is polyphonic. Polyphony is not only characterized by the coexistence of many voices. It is the form of coexistence of voices that lead Bakhtin to conclude that Dostoievsky is a polyphonic author. The polyphonic novel is a discursive place where the characters make up a collection of voices that equally dialogue. There is no overlapping of one voice on another, despite the author being the organizing center of the relationship between the characters.*

KEYWORDS: *Polyphony. Bakhtin s followers. Chico Buarque. Author.*

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Editora da UNESP e HUCITEC, 1988.
- BUARQUE, C. Geni e o Zepelim. Intérprete: Chico Buarque. In: _____. **A ópera do malandro**. Rio de Janeiro: Phillips, 1979. Faixa 2.
- _____. O Malandro nº 2. Intérprete: João Nogueira. In: _____. **A ópera do malandro**. Rio de Janeiro: Phillips, 1979. Faixa 10.
- _____. Construção. Intérprete: Chico Buarque. In: **Construção**. Rio de Janeiro: Phillips, 1971. Faixa 2.
- _____. Pedro, Pedreiro. Intérprete: Chico Buarque. In: _____. **Chico Buarque de Holanda: Vol. 1**. São Paulo: RGE, 1966. Faixa 9.
- FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as idéias do Círculo de Bakhtin**. 2.ed. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- FERRONI, G. **Gramsci e os modelos intelectuais no século XX**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/>>. Acesso em: 20 de Dezembro de 2007.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: vol. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GREGOLIN, M. R. F. V. Bakhtin, Pêcheux, Foucault: singularidades, espelhamentos. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin** outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAUPASSANT, G. de **Bola de sebo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- SARTRE, J. P. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.
- TEZZA, C. **Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e os formalistas russos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

O HOMEM, DE ALUÍSIO AZEVEDO: MEDICINA E DOENÇAS NO RIO DE JANEIRO *FIN-DE-SIÈCLE*

Raquel Lima SILVA¹

RESUMO: Neste artigo, temos por objetivo observar como Aluísio Azevedo, aderindo, em certa medida, aos procedimentos recomendados por Zola, em *Le Roman Experimental*, aproxima os procedimentos científicos do campo da ficção, para compor um caso de psicopatologia humana.

PALAVRAS-CHAVE: Naturalismo. Aluísio Azevedo. Histeria.

Introdução

Ao averiguarmos como a histeria é representada ficcionalmente no romance naturalista *O Homem*, publicado por Aluísio Azevedo, em 1887, atentamos, principalmente, para o processo de “dissecação” do drama da personagem protagonista Magdá, jovem doente que atravessa todos os estágios de uma enfermidade psicopatológica que evolui gradativamente a ponto de resultar em um ataque histerico e culminar em loucura. Tentamos mostrar que na composição de *O Homem*,

¹ Bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - IBILCE, UNESP, São José do Rio Preto, SP, Brasil. kicalzinha@yahoo.com.br

Aluísio Azevedo adotou uma visão artística que enfocou um caso degenerativo da condição humana. Explorando os mecanismos somáticos relacionados à patogenia e, submetendo a personagem protagonista ao exame psíquico minucioso, o romancista aderiu à equação científica, num momento histórico que possibilitou uma aproximação entre ciência e literatura, como alternativa de se aplicar, no campo da ficção, os procedimentos experimentais próprios do método científico.

Análise

Ao estudarmos a prosa de ficção naturalista, percebemos a forte associação das doenças com as ideias científicas e notamos quão relevante é para o escritor dessa estética representar o mais fielmente possível a evolução das moléstias, passando a atuar como o próprio cientista que dissecou a mente e o corpo humano e faz dele um objeto-fonte de experiências. De acordo com Zola (1979), isso é preponderante ao escritor do Naturalismo, o qual se apoia, artisticamente, na ciência. O escritor francês afirma que o romancista faz uma experiência “para mostrar”, ou seja, ele não é somente um observador dos fatos, mas também é um experimentador que sai à procura de uma verdade (cf. CARONI, 1979, p. 20).

Adentrando ao campo laboratorial e aprofundando as pretensões artísticas do Naturalismo, que se apoiaram no discurso científico, os romancistas naturalistas, como afirma Zola (1979), observavam e experimentavam os fenômenos até então inexplicados, para que pudessem impulsionar uma experiência capaz de dominar os fatos averiguados. Nessa perspectiva, o romance que se apoiasse em dados experimentais, de acordo com Zola, precisaria:

[...] possuir o mecanismo dos fenômenos do homem, mostrar a engrenagem das manifestações intelectuais e sensuais, tal qual a Fisiologia no-las explicará, sob as influências da hereditariedade e das circunstâncias-ambiente, e depois mostrar o homem vivendo no meio social que ele mesmo produziu, que modifica todos os dias, e no seio do qual experimenta por sua vez uma transformação contínua. (1979, p. 43)

As ideias naturalistas, no Brasil, põem em relevo a pesquisa de tipos humanos, que representam uma determinada categoria social, cujos romances, notadamente os de Aluísio Azevedo, revelam um nítido “interesse social e humano, nos limites da realidade nacional, com um “impressionante poder de dar vida e corpo a agrupamentos humanos (VERÍSSIMO, 1963, p. 168). Nesse sentido, emergiram os mais variados tipos de elementos dirigidos ao estudo da fisiologia

humana, que passa a ser condicionada por dois grandes fatores: a influência do meio e da hereditariedade.

Num contexto de avanço científico e médico, em pleno final de século XIX, recebem relevância na prosa naturalista brasileira os mais variados tipos de enfermidades, não só aquelas determinadas pelo meio físico e social, mas também moléstias dos nervos e do sangue. Foi essa grande dimensão de abordagem direcionada às patologias humanas, que fez com que os escritores naturalistas dessem enfoque especial às condições fisiológicas e psíquicas do homem.

Com a proposta de retratar a complexidade do organismo feminino sob a luz da perspectiva especulativa e experimental, surge *O Homem*, obra azevediana na qual nos é apresentada Magdá, moça pertencente a uma família com recursos financeiros, que desenvolve paulatinamente uma patologia nervosa: de uma súbita alteração de humor chega a uma crise histérica. Filha do Conselheiro Pinto Marques, importante membro da alta sociedade carioca, Magdá torna-se órfã de mãe pouco após seu nascimento e é criada ao lado de Fernando, o qual, inicialmente, é apresentado na obra como sendo afilhado do Conselheiro. Ao viverem a infância juntos, Magdá e Fernando traçam planos de casamento, intenção que não se cumpre, pois ambos descobrem que são irmãos, sendo Fernando fruto de um adultério de Pinto Marques, o qual revela a paternidade ao filho, temeroso em ter um caso de incesto na família.

Quem primeiro obtém a revelação sobre os laços fraternais que os unem é Fernando, que passa a demonstrar sinais de indiferença para com Magdá, numa tentativa de atenuar a decepção amorosa que a jovem sofreria com o rompimento do compromisso ao qual ambos haviam se submetido. Ela estranha as atitudes ríspidas do amado, mas ainda nutre esperanças de consolidar seu desejo matrimonial. No entanto, no dia em que Fernando anuncia-lhe que partiria para a Europa:

Magdá sentiu um calafrio percorrer-lhe o corpo, um punho tomar-lhe a boca do estômago e subir-lhe à garganta, sufocando-a.

[...].

Ela havia alcançado já o quarto; atirou-se à cama. E a bomba estourou, sacudindo-a toda, convulsivamente, numa descarga de soluços que se tornavam progressivamente mais rápidos e mais fortes, à semelhança do ansioso arfar de uma locomotiva ao partir. (AZEVEDO, 2003, p. 31)

Na sequência da cena, Magdá “tornou à cama e daí a pouco delirava em febre (AZEVEDO, 2003, p. 34); é chamado o Dr. Lobão para consultá-la. No dia posterior, após uma noite de muitos sonhos, a jovem enferma e o seu irmão fazem

as pazes. Todavia, quando Fernando aperta a jovem contra o peito, dando-lhe um beijo na cabeça, “Magdá estremeceu toda, teve um novo suspiro, deixou-se cair sobre os travesseiros, com os olhos fechados e a boca entreaberta. Chorava. (AZEVEDO, 2003, p. 35). Como podemos depreender das referidas passagens, a jovem doente começa a demonstrar sinais de um abalo psíquico, os quais são seguidos por delírios de febre, emagrecimento e uma repentina alteração de humor.

Personagem que frequentemente aparece para diagnosticar a doente é o Dr. Lobão, ilustre médico e amigo do Conselheiro Pinto Marques, que acompanha todos os estágios da crise histérica de Magdá e que, desde as primeiras manifestações da patologia, adverte: “- É...! mas não convém que esta menina deixe o casamento para muito tarde. Note-lhe uma perigosa exaltação nervosa que, uma vez agravada, pode interessar-lhe os órgãos encefálicos e degenerar em histeria... (AZEVEDO, 2003, p. 36). Há momentos, porém, em que o médico se exalta por não terem sido ouvidos seus conselhos e diz explicitamente: “Casamento é um modo de dizer, eu faço questão é do coito! Ela precisa de homem! Ora aí tem você! (AZEVEDO, 2003, p. 43).

O médico, nessa obra, detém o conhecimento científico e está presente em cena para emitir e, de certa maneira, impor, o diagnóstico médico, posto que esse personagem torna-se “porta-voz do valor disponível à época, suas palavras funcionam como motivação para o encadeamento causal dos acontecimentos (LEVIN, 2005, p. 35). Ao introduzir a voz do discurso científico na prosa ficcional, Aluísio Azevedo expõe, por meio do Dr. Lobão, a “metodologia de análise clínica que converte o romance em uma investigação laboratorial”,² na tentativa de conceder à sua composição doses maiores de veracidade.

Na sequência do romance, as crises de Magdá aumentam e ela começa a desenvolver uma letargia profunda que a deixa na cama durante dias. Influenciado pelo Dr. Lobão, o Conselheiro Pinto Marques decide mudar-se para um arrabalde campestre, a fim de que novos ares pudessem confortar sua filha. Todavia, sem êxito, Magdá demonstra sinais de uma piora considerável.

Nas proximidades dessa nova habitação, havia uma pedreira e uma estalagem, cujos moradores configuram no romance, outra camada social o povo, sempre muito observada por Aluísio Azevedo, assim como pelos naturalistas de forma geral. Magdá, certo dia, concorda em sair com o pai e vão juntos a essa pedreira que ela via da janela de seu quarto. É nesse passeio que a jovem conhece Luís,

² Ibid., p. 35.

cavouqueiro forte, vigoroso, o qual se tornará objeto dos sonhos eróticos intensos da filha do Conselheiro que, em seu estágio onírico, revela os primeiros sintomas de um estado mais avançado do mal histérico. Em seus sonhos, Magdá deixa-se possuir pelo cavouqueiro Luís, como podemos observar na seguinte passagem do capítulo IX da obra:

Há já um princípio de frenesi no modo por que se estreitam. A moça procura com ânsia unir-se bem ao corpo do cavouqueiro; quer que os seus peitos lhe fiquem bem colados ao peito; quer que os seus braços sintam em toda a extensão a carne das espáduas do homem; que a sua barriga se ajuste à dele e que as suas coxas lhe apalpem os rins.

[...].

E estreitam-se mais. E unem-se mais. E unem-se. E confundem no ar os membros enleados e trêmulos. O cavouqueiro soluça, arqueja; ela já não tem uma só parte de si que não o sinta. E, de improviso, um violento sopro da vida a invade toda, esquentando-a por dentro, penetrando-lhe as vísceras, soprando-lhe nas veias um calor estranho, alheio, que a ressuscita e faz saltarem-lhe dos olhos lágrimas de gozo. (AZEVEDO, 2003, p. 74)

Pela cena transcrita, podemos notar que as fantasias de Magdá, não só revelam correspondência com suas necessidades físicas, mas também se referem a uma estranha intimidade com o desejo de uma mulher por um homem e com a sensação do orgasmo, a qual nos é, evidentemente, transmitida pela “experiência tradutora do narrador. Observamos, então, que o “experimento científico, nesse caso, não envolve diretamente a personagem, mas a “leitura que o narrador faz dos desejos dela, transformado em texto de realismo extremo, criando a aparência de cientificismo. É nesse sentido que Bulhões afirma que a leitura desse romance

torna-se a percepção da passagem de uma focalização distanciada, por meio do discurso de estilo científico-sintomatológico, para uma aproximação do narrador do ponto de vista delirante da personagem, em que o discurso assume uma linguagem que se lança à transfiguração da realidade. (2003, p. 86)

Com a complexidade da enfermidade de Magdá, Aluísio Azevedo percorre o caminho da psiquiatria para desvendar ao leitor o drama ficcional da neurose feminina, cujo tema da histeria não está somente presente na personagem protagonista de *O Homem*. Também descobrimos sinais dessa doença em Olímpia (*Girândola de amores*); Ernestina (*O Coruja*); Nini (*Casa de Pensão*); Mariana (mãe de Ana Rosa) e Ana Rosa (*O Mulato*); Etelvina (*O Mulato*), sem mencionar personagens como Amélia (*Casa de Pensão*) e Pombinha (*O Cortiço*), cujos traços principais de caracterização apresentam-nas nervosas e enfermiças.

Segundo Mérian (1988, p. 543), em *O Homem*, todos os graus da histeria são examinados: neurose, mania religiosa, dupla personalidade, delírios, loucura. Ainda, para o crítico, a enfermidade da jovem também está relacionada à “consequência do divórcio entre as leis da fisiologia e as leis da moral da classe social de Magdá”.³ Notamos, portanto, que, por meio de uma visão determinista, Aluísio Azevedo demonstra que a histeria de Magdá é o resultado de um estremecimento nervoso provocado pela repressão sexual decorrente da obsessão religiosa e das ordens expressas pela sociedade. De acordo com Bulhões:

Há um plano de frustrações que se localizam na esfera de uma moral sexual responsável por uma sexualidade perturbada. Há um vínculo direto entre as perturbações mentais das personagens, sobretudo na versão da histeria, e o ambiente claustrofóbico da moral restritiva. Quando obedecem às prescrições dessa moral, as personagens incorrem em patologias, sofrimento, perversões e crimes sexuais [...]. (2003, p. 202)

O romancista brasileiro, a fim de obter dados mais sólidos para a elaboração do drama histórico vivido por Magdá, visitou hospitais e conversou com médicos. Contudo, Mérian (1988, p. 524) adverte que: “[...] ‘O Homem não é o resultado da observação clínica dos doentes, nem de discussões com médicos especialistas em doenças nervosas. Aluísio Azevedo recorreu principalmente a uma documentação escrita’. O fato de o escritor brasileiro usar a ‘ciência’ ao seu bel prazer, e sem conhecimento largo dela, evidencia que o Naturalismo, no Brasil, foi mais poroso à inventividade e à ficção.

Para escrever *O Homem*, portanto, Aluísio Azevedo baseou-se em leituras e estudos sobre a histeria em obras de Alfred Binet, Joseph Babinski e Pierre Janet. Por não se fundamentar num quadro real de histerismo, alguns críticos questionam a “força naturalista dessa obra. Castro diz-nos que Aluísio Azevedo, ao descrever ponto por ponto a vida psíquica de Magdá, desviou-se do Naturalismo (cf. CASTRO, 1888, apud LEVIN, 2005, p. 75). No romance, uma cena que, de acordo com o crítico, comprova o predomínio ficcional frente ao caráter científico refere-se ao episódio do envenenamento, em que Aluísio Azevedo dotou de um efeito instantâneo a intoxicação provocada pelo xarope Easton que Magdá acrescentou ao vinho tomado pelo casal Luís e Rosinha, matando-os rapidamente.

Em Magdá, como apontamos, encontramos a representação da mulher histérica que enlouquece por causa de um amor não concretizado. Essa loucura, resultante da moléstia, pode ser designada, de acordo com Foucault (2005, p. 38),

³ Ibid., p. 543.

como “a loucura da paixão desesperada , cujo sinal é a decepção sentimental amorosa. De acordo com o autor, essa loucura caracteriza-se pelo

[...] amor decepcionado em excesso, sobretudo o amor enganado pela fatalidade da morte, que não tem outra saída a não ser a demência. Enquanto tinha um objetivo, o amor louco era mais amor que loucura; abandonado assim mesmo, persegue a si próprio no vazio do delírio. (FOUCAULT, 2005, p. 38)

Cabe ressaltar que esse tipo de amor apresentado por Foucault (2005) refere-se a um tipo de amor romântico e que, portanto, atua, no romance azevediano, como uma crítica aos exageros dos amores do Romantismo, ao mesmo tempo em que salienta a fragilidade psíquica do ser humano frente a uma instabilidade passional. Em *O Homem*, o narrador denuncia-nos os hábitos da personagem protagonista Magdá, que se deixa “roer pelos seus tédios, aos ‘bocadinhos , com os olhos paralisados num ponto, que ela não via (AZEVEDO, 2003, p. 21). Percebemos, assim, que a própria inatividade da personagem atua como elemento desencadeador de sua alteração nervosa.

A composição minuciosa do sofrimento mental de Magdá, que a conduz a um estado de morbidez, faz alusão ao delírio do ataque histérico, que, de acordo com Henri Colin (discípulo de Charcot), é um dos mais variados ao apresentar alegria, tristeza, fúria, religiosidade ou obscenidade. Sobre esse tipo de delírio, Colin afirma que

Il est entremêlé d hallucinations qui apparaissent généralement, cela est prouvé, du côté de l anesthésie. Ces hallucinations sont auditives et visuelles, et ces dernières ressemblent, à s y méprende, aux hallucinations de la vue chez les alcooliques. (1887, p. 17)⁴

É interessante observar que Madgá torna visível todas essas características: manifesta oscilações de humor, denuncia momentos de fúria, adota uma exacerbada mania religiosa e, por meio dos sonhos, revela seus desejos eróticos. Todos esses sintomas são acompanhados por momentos de letargia e alucinações.

No romance azevediano, a gradação da patologia histérica é associada à matriz e ao sistema nervoso, servindo ao escritor brasileiro como fonte experimental. Estamos diante de um quadro em que um indivíduo é colocado frente ao olhar do escritor, o qual o observa e o testa. Nesse processo de observação e experimentação, temos duas situações distintas: a do observador, aquele que manipula, e a do

⁴ Tradução nossa: “Ele é entremeado, isso é provado, de alucinações que aparecem de parte com a anestesia. Essas alucinações são auditivas e visuais, e essas últimas podem ser comparadas às alucinações dos alcoólatras .

observado, aquele que tem seu corpo e mente mostrados ao especulador. Nesse sentido, deparamo-nos com uma das abordagens mais importantes do século XIX: a questão do “olhar”. É posto em voga que é “preciso questionar a distribuição originária do visível e do invisível (FOUCAULT, 1977, p. ix-x), separando-se o que se enuncia e se revela daquilo que se oculta e se silencia. Surge, então, “a articulação da linguagem médica com o seu objeto (FOUCAULT, 1977, p. xii), num processo de aprofundamento e verbalização dos casos patológicos que se revelam ao olhar do médico e, no caso do Naturalismo, do romancista.

De acordo com Foucault (1977), as formas da racionalidade médica invadem o campo da percepção, possibilitando o contato com a organização das coisas e do ser humano. É assim que o espaço da experiência passa a identificar-se com o domínio do olhar e desenvolve-se o ambiente propício ao nascimento da clínica. Cabe à linguagem autorizar a respeito do indivíduo um saber que não fosse somente histórico ou estético e o olhar não mais reduz o ser humano e sim o funda, organizando-se em torno do indivíduo um saber e uma linguagem racionais. Para Foucault:

Foi esta reorganização formal e em profundidade, mais do que o abandono das teorias e dos velhos sistemas, que criou a possibilidade de uma experiência clínica: ela levantou a velha proibição aristotélica; poder-se-á, finalmente, pronunciar sobre o indivíduo um discurso de estrutura científica. (1977, p. xiii)

Considerada em sua disposição de conjunto, a clínica aparece, para a experiência do médico, como um novo perfil do perceptível e do enunciável. Dessa maneira, emerge uma nova visão frente ao espaço do corpo humano e surge uma reorganização dos elementos do fenômeno patológico, articulando-se doença e organismo. Como menciona Foucault (1977, p. xiv), o corpo humano “constitui por direito da natureza, o espaço da origem e da repartição da doença”. Sob essa perspectiva, notamos que no romance *O Homem* há um nítido enfoque direcionado ao corpo feminino, tratado não só anatomicamente como também fisiologicamente. São várias as passagens da obra em que o narrador denuncia-nos o avanço da moléstia e o quadro apresentado pela enferma, como podemos observar na seguinte passagem:

Só dois meses depois foi que notaram que estava um tanto mais magra e um tanto mais pálida; e assim também que seu riso ia perdendo todos os dias certa frescura sanguínea, que dantes lhe agravava o rosto, e tomando aos poucos uma fria expressão de inexplicável cansaço. (AZEVEDO, 2003, p. 37)

Para Foucault (1977), essa ordem do corpo sólido e visível é, entretanto, apenas uma das maneiras de a medicina caracterizar o espaço em que se manifesta a doença. O autor afirma que a coincidência exata do “corpo da doença com o corpo do homem doente é um dado histórico e transitório. O espaço da configuração da doença e o espaço de localização do mal, no corpo, só foram superpostos na experiência médica durante um curto período que coincide com a medicina do século XIX e os privilégios concedidos à anatomia patológica.

Relacionada à sua etimologia *histera*, que significa doença do útero, a histeria, como menciona Foucault (2005), foi entendida, na Antiguidade, como uma doença tipicamente feminina, relacionada a um calor interno que se espalhava através do corpo, manifestando-se por meio de convulsões e espasmos. A descrição dessa patologia faz alusão ao deslocamento da matriz, órgão de grande destaque por sua função reprodutiva e que, ao atingir um estágio de maturidade, precisava “florescer”, ou seja, procriar; era a idade em que a mulher estava preparada para ser mãe. Quando o útero não tinha sua função “saciada”, algumas disfunções ocorriam, dentre elas, o seu deslocamento. Nessa perspectiva, conhecida há aproximadamente dois milênios antes de Cristo, a doutrina hipocrática da histeria descreve essa patologia do mesmo modo que Platão no *Timeu*:

Nas mulheres, o que chamamos matriz ou útero é um animal dentro delas que tem o apetite de gerar filhos, e, quando fica muito tempo sem fruto, esse animal se impacienta e suporta esse estado com dificuldades, erra pelo corpo inteiro, obstrui as passagens do fôlego, impede a respiração, lança em angústias extremas e provoca outras enfermidades de toda a sorte. (1975, p. 33)

Pensava-se que, pela privação de relações sexuais, o útero, cuja fisiologia é de função reprodutora, sofria, quando não saciado, uma transferência de lugar no corpo, o que provoca perturbação respiratória e convulsões similares à epilepsia. Durante a Idade Média, a histeria, influenciada pelas concepções religiosas, adentra ao campo das possessões demoníacas e, como todas as doenças mentais daquela época, também é tratada por meio de exorcismos, obtendo “lugar de destaque na Inquisição” (RAMADAM, 1985, p. 5).

O calor interno, anteriormente mencionado por Foucault (2005), tinha parentesco com o ardor amoroso tão comum ao mal histórico e que era perceptível em moças que desejavam se casar e em jovens viúvas. É interessante observar que Aluísio Azevedo construiu, ao longo da produção de suas obras, algumas personagens que exemplificam causas distintas para a histeria. Em *Casa de Pensão*, por exemplo, temos Nini, que se torna histérica depois que enviúva. Já em *O*

Mulato e em *O Homem*, encontramos maiores semelhanças entre Ana Rosa e Magdá, todavia com desenlaces distintos. Enquanto Ana Rosa casa-se com outro homem que não é aquele de seus desejos, Magdá, mesmo repleta de pretendentes, não consuma casamento e, tragicamente, enlouquece.

Foucault (2005) menciona que a dissociação da histeria das crenças que a relacionavam aos deslocamentos da matriz ocorre a partir do século XVII, quando essa enfermidade tem suas convulsões associadas ao acúmulo de fluidos na parte posterior do crânio. No entanto, não houve um afastamento total entre histeria e útero até o final do século XVIII. A histeria, enfim, só foi conduzida ao campo das doenças mentais, com o nascimento da psiquiatria científica.

Foi com Charcot que as ideias sobre a histeria tornaram-se mais sólidas. Ao tentar desvendar as causas do mal histérico, o psiquiatra francês afirmou que essa moléstia possui seu determinismo, o qual está associado a um tipo de patologia neurológica e à hereditariedade. Como afirma Quinet (2003, p. 11), Charcot considerava “a herança desencadeada pela ação de agentes provocadores a única causa da histeria .

Muitos foram os epígonos de Charcot que também contribuíram para a compreensão do ataque histérico. Dentre eles, merecem destaque: Janet, Babinski e Freud, os quais, de acordo com Nasio (1991), compartilhavam da mesma ideia de Charcot, uma vez que viam a histeria como uma “doença por representação , sendo o sofrimento corporal histérico resultante “da encarnação plástica de uma ideia (NASIO, 1991, p. 136).

Cabe ressaltar, contudo, que ainda que tenham compartilhado de ideias similares, esses especialistas divergiram em vários aspectos. Babinski, por exemplo, ao abandonar os ensinamentos do mestre, rejeitou o termo *histeria*, passando a designá-la de pitiatismo (popularmente conhecido por “piti e que etimologicamente significa “cura pela persuasão), associando-o à sugestão e às representações mentais.

Janet postulou a diferença entre dois planos da vida psíquica: o plano da consciência e o plano do subconsciente.⁵ Esses dois planos ficavam contidos, de acordo com Nasio (1991, p. 138), numa instância mais global, que Janet designou de “eu . Foi assim que, ao construir uma etiologia da histeria, o psiquiatra formulou

⁵ Karl von Hartmann, em seu livro *A Filosofia do Inconsciente* (1893), descreveu três estágios para o fenômeno do inconsciente. Infelizmente, a despeito de todos nossos esforços, não conseguimos acesso a essa obra.

“a hipótese de que a causa da histeria residia na fragilidade psicológica do eu dos histéricos para efetuar uma síntese mental”.⁶

Já Freud afastou-se das ideias de Charcot para introduzir alterações profundas na concepção de neurose histérica, “dentre as quais a mais decisiva consistiu em considerar a ideia parasita, geradora do sintoma, como uma ideia de conteúdo sexual (NASIO, 1991, p. 25). Passou-se, então, a associar a histeria com *la chose génitale*. É assim que Freud consegue, com a profundidade de seus estudos, “teorizar a etiologia sexual da histeria e fundar a psicanálise (QUINET, 2003, p. 11).

Se averiguássemos a existência onírica de Magdá sob a ótica psicanalítica, compreenderíamos que as representações do sonho da personagem são do tipo alucinatório, em que objetivo e sentido estão associados às realizações do desejo, cuja série de processos é encontrada nas doenças psíquicas. Para o pai da psicanálise:

Se se interrogar a consciência, quando a memória de um sonho é conservada, sobre o conteúdo do sonho, resulta que o significado dos sonhos enquanto realizações de desejo está encoberto por uma série de processos \emptyset , todos eles reencontráveis nas neuroses e caracterizantes de sua natureza patológica. (FREUD, 1995, p. 53)

Entretanto, para não cometermos anacronismo, enfatizamos, nessa pesquisa, as ideias defendidas por Charcot e seu discípulo Richer, para compreendermos o estado mental da histérica azevediana.

Charcot (2003) e Richer (1885), ao discorrerem sobre os quatro períodos do ataque histérico, afirmam que as características da histeria “permitem aos doentes prever o momento em que cairão no estado de crise (CHARCOT, 2003, p. 91). É a perda de consciência que marca o início do ataque, que se desenvolve nos seguintes estágios: 1. período epileptoide; 2. período das contorções e dos grandes movimentos ou período de *clownismo*; 3. período das atitudes passionais e 4. o período terminal (CHARCOT, 2003) ou período de delírio (RICHER, 1885). Em seu romance, observamos que Aluísio Azevedo demonstra-se atento para todos os sintomas da moléstia e registra, por meio do drama de Magdá, os quatro estágios da histeria.

Sobre o mal histérico, o período epileptoide é o primeiro momento da crise e apresenta características similares aos da verdadeira epilepsia, como convulsões e estertor e é dividido, de acordo com Charcot (2003, p. 91), em três fases: a fase tônica, a clônica e a de resolução. Na fase tônica, o psiquiatra afirma que há movimentos de circundação dos membros superiores e inferiores, seguidos de perda

⁶ Ibid., p. 138.

de consciência, interrupção respiratória e palidez. Essa fase termina com a imobilização do corpo, cuja ação mais comum é a extensão dos membros. Na fase clônica, os membros, endurecidos, apresentam rápidas oscilações e a fisionomia é distorcida. Com o apaziguamento dos movimentos, principia a fase da resolução, na qual os músculos relaxam. Esse primeiro período do ataque geralmente ocorre em um curto espaço de tempo. Sobre esse primeiro período da crise histerica, Richer afirma que:

Nous retrouvons dans la période épileptoïde de l'attaque hystéro-épileptique le même cortège de symptômes, au point qu'un observateur non prévenu pourrait prendre pour de l'épilepsie vraie ce qui n'en a, en définitive, que les apparences. Deux faits entre autres prouvent péremptoirement que l'épilepsie n'est là que dans le dehors et non dans le fond des choses: 1^a la compression ovarienne arrête brusquement l'attaque à quelque moment de la période épileptoïde qu'on la pratique; 2^a les interventions de courants électriques produisent le même effet. Or jamais aucun de ces moyens n'a pu non seulement enrayer, mais même atténuer les convulsions de l'épilepsie vraie. (1885, p. 42)⁷

No romance azevediano, deparamo-nos com uma cena cuja sequência indicamos os momentos iniciais de uma crise, em que os sintomas aproximam-se de algumas das características do período epileptoide, tendo em vista que Magdá apresenta tremores musculares: “Ela teve um tremor de músculos, e ficou muito emocionada [...] (AZEVEDO, 2003, p. 60) e demonstra um instante de palidez: “Ela prosseguia em tom feliz e ressentido [...]”⁸ Com a intensidade do drama “Vieram-lhe os soluços e Magdá principiou a excitar-se.”⁹

Logo após o período epileptoide, segue-se o período das contorções e dos grandes movimentos, em que se nota um desgaste exacerbado da força muscular. É nessa fase que os doentes mostram grande flexibilidade que surpreende seu observador. As contorções que se apresentam, por meio de atitudes estranhas, geralmente são imprevisíveis e podem imobilizar o paciente nas mais variadas ações. Os grandes movimentos, de acordo com Charcot,

constituem, na maioria das vezes, oscilações rápidas e extensões dos membros ou de toda uma parte do tronco. Via de regra, a doente levanta como se fosse sentar, abaixa

⁷ Tradução nossa: “Nós encontramos no período epileptoide do ataque histero-epiléptico a mesma sequência de sintomas da epilepsia, o que poderia enganar a um espectador leigo. Dois fatos, entre outros, provam peremptoriamente que a epilepsia é superficial (“de fora”) e não profunda: 1^o a compressão ovariana faz com que se pare bruscamente o ataque em qualquer momento do período epileptoide; 2^o as intervenções com correntes elétricas produzem o mesmo efeito. Contudo, nenhum desses meios pode cessar e mesmo atenuar as convulsões da epilepsia verdadeira.

⁸ Ibid., p. 61.

⁹ Ibid., p. 61.

a cabeça até a altura dos joelhos e então se joga bruscamente para trás, chocando-se violentamente com o travesseiro, numa espécie de saudações exageradas. (2003, p. 95).

Richer menciona que

La deuxième période dans ses différentes phases et dans ses variétés semble répondre à un même principe et n'avoir qu'un seul but, celui d'une dépense exagérée de force musculaire. C'est, si l'on veut me passer une expression un peu vulgaire, *la période des tours de force*; et ce n'est pas sans raison que M. Charcot lui a donné le nom pittoresque de *clonisme*, rappelant par là les exercices musculaires auxquels se livrent les acrobates. (1885, p. 73).¹⁰

Em *O Homem*, os sintomas dos grandes movimentos apresentados por Magdá seguem um tipo de gradação, intensificando-se a cada novo ataque. O Dr. Lobão, no romance azevediano, classifica uma das fases da jovem de período da “coreia e das convulsões”, o qual apresenta características próximas à fase em que se passa do período epileptoide para o período do *clownismo*, como podemos notar na seguinte passagem:

[...] Afinal, já sem forças e com as roupas em frangalhos, abateu por terra, ofegante, mas escabujando ainda um rosnar convulsivo, até perder os sentidos, e logo pegar em sono profundo, do qual só despertou vinte e tantas horas depois, já no hotel, para onde a levaram, sem que ela desse acordo de si.

Estava no período da coreia e das convulsões. (AZEVEDO, 2003, p. 50)

De acordo com Charcot (2003), na fase dos grandes movimentos o corpo se contorce de uma forma indescritível e o rosto da enferma é revestido por aparência de fúria ou de terror. Envolvida por um momento de grande violência, a doente tenta se morder, bate-se abruptamente, arranha o rosto, rasga as roupas, arranca os cabelos, debatendo-se como se estivesse louca. O psiquiatra, ao investigar um caso verídico de histeria, afirma que:

Uma de nossas doentes, conhecida como L., não pode ficar minimamente vestida durante seus ataques, senão rasga tudo em pedaços. Ela se dá socos tão violentos que se é obrigado a interpor uma almofada para amortecer o choque. Sacode a cabeça, tenta morder, segura uma compressa que lhe dão e a agita violentamente com surdos grunhidos de raiva. (CHARCOT, 2003, p. 103).

Em seu romance, Aluísio Azevedo descreve-nos uma cena bem similar a essa apresentada por Charcot (2003), em que Magdá é acometida por crises noturnas,

¹⁰ Tradução nossa: “O segundo período nestas diferentes fases e nessas variedades parece responder a um mesmo princípio e ter apenas um objetivo, aquele de um grande gasto da força muscular. E, passando-se para uma expressão um pouco vulgar, ele é conhecido como período de ‘grande esforço’; e é por essa razão que M. Charcot deu a ele o pitoresco nome de *clonisme*, que lembra os exercícios musculares dos acrobatas.

enquanto sonha com a Ilha do Segredo. Ao questionar à Justina se seu sono é tranquilo, sua ama lhe responde que:

Tranquilo? Quem lho dera! Vosmecê durante o sono tem arrepios de vez em quando; doutras parece que está ardendo em calor; que sente comichões pelo corpo: coça-se, remexe-se, abraça-se e esfrega-se nos travesseiros; geme, suspira; tão depressa dá pra chorar, como pra rir; ora se esconde toda, ora atira com as pernas e com os braços e quer lançar-se fora da cama! Pois então? É preciso que a gente a endireite; que lhe dê o remédio do frasco maior ou um pouco de água com flor de laranja... de quantas e quantas feitas eu não tenho deitado vosmecê no meu colo para sossegá-la?... (AZEVEDO, 2003, p. 117)

O terceiro período, o das atitudes passionais, é precedido pelas alucinações. Nesta fase o doente encena, demonstrando mímicas expressivas, acreditando desempenhar o papel de protagonista no drama que vive. Quando se trata de uma vítima da histeria do sexo feminino, as alucinações subdividem-se em duas naturezas, uma alegre e outra triste. Charcot (2003) afirma que “na ordem alegre, a doente acredita, por exemplo, ser transportada para um jardim magnífico, espécie de Éden, no qual não raro as flores são vermelhas, os habitantes estão vestidos de vermelho e há música no ar (2003, p. 97). Nesse lugar edênico, a enferma, de acordo com o psiquiatra, encontra “O objeto de seus sonhos ou de seus afetos passados, e não é incomum acontecerem cenas de amor .¹¹

Na obra azevediana, é interessante observar que, no período das atitudes passionais, a jovem enferma revela uma obsessão por uma ideia imaginária, assim como definiu Charcot (2003), e, quando está na fase de ordem alegre desse período, a histérica, alucinada, acredita ser conduzida a um jardim magnífico, com características paradisíacas. Esse jardim é configurado, na obra, como sendo a Ilha do Segredo, lugar fantástico, de natureza exótica, que influi no comportamento de Magdá e de seu amante Luís. Ambos, aprisionados num ambiente tropical, entregam-se ao desejo de seus corpos, num ambiente em que os preceitos da ordem e da moral são abolidos e onde o casamento é uma “formalidade pueril e ridícula (AZEVEDO, 2003, p. 90), que foi inventado por uma “mesquinha sociedade, onde se casam enganando-se uns aos outros, onde se casam sempre por qualquer interesse, que não é o da procriação .¹² Na configuração desse paraíso, Magdá e Luís vivem como se fossem Adão e Eva, o primeiro homem e a primeira mulher a explorarem um lugar repleto de vida,

¹¹ Ibid., p.97.

¹² Ibid., p. 91.

onde existem as melhores dádivas da natureza, como podemos observar nas descrições do lugar feitas por Luís a Magdá:

[...] Depois chegaremos lá embaixo, no vale, onde encontrarás tudo o que de melhor há na vida: os mais saborosos frutos, as flores mais mimosas, as aves mais lindas, as águas mais puras, o sol mais carinhoso e os seres mais benfazejos da natureza. Lá tudo é nosso amigo, tudo nos ama; nenhum ente da terra te fará mal, porque aqui tu és rainha e eu sou rei [...]. (AZEVEDO, 2003, p. 89)

Outra característica desse período é a presença da cor vermelha que, nos sonhos de Magdá, está presente na túnica que seu pai veste, o qual surge com uma aparência primitiva, colérica e punitiva, tão distintas das suas “reais feições: “Terminaram caindo, ainda abraçados, aos pés do Conselheiro, que os esperava lá embaixo, vestido com uma túnica vermelha e agitando na mão, colericamente, a sua grossa bengala de cana da Índia (AZEVEDO, 2003, p. 74).

O quarto período é designado por Charcot (2003) como terminal; já Richer (1885) o denomina período de delírio. Trata-se da fase em que o ataque está amenizando, contudo a enferma ainda é vítima de um delírio e demonstra alucinações que, às vezes, são acompanhadas por distúrbios do movimento. De acordo com Charcot (2003), esse delírio “constitui um quarto período pelo qual o doente deve passar antes de reencontrar seu equilíbrio. É como um resto de ataque que se esgota (p. 99). Sobre esse período, Richer afirma que

Après la période des attitudes passionnelles ou poses plastiques, on peut dire, à proprement parler, que l'attaque est terminée. La connaissance est revenue, mais en partie seulement, et pendant un certain temps la malade demeure en proie à un délire dont le caractère varie; il est entrecoupé d'hallucinations et accompagné parfois de quelques troubles du mouvement. Ce délire constitue une quatrième période par laquelle passe la malade avant de retrouver son équilibre normal. C'est comme un reste de l'attaque qui s'épuise, et les accidents qui se présentent alors sont justement comparables et, parfois même, identiques à ceux qui précèdent l'attaque et lui servent en quelque sorte de prélude. (1885, p. 117)¹³

Acentuamos que as conclusões de Charcot (2003) e de Richer (1885) são as mesmas, praticamente com os mesmos termos. Assim, a crise histérica como vimos,

¹³ Tradução nossa: “Depois do período das atitudes passionais ou poses plásticas, pode-se dizer que o ataque terminou. A consciência retornou, mas em parte apenas, e durante um certo tempo a doente está pronta para um delírio, cujo caráter varia; ele é entrecortado de alucinações e acompanhado, às vezes, de alguns distúrbios de movimento. Esse delírio constitui um quarto período pelo qual passa a doente antes de reencontrar seu equilíbrio normal. É como um resto de ataque que se esgota, e as ocorrências que se apresentam então, são comparáveis e, talvez, idênticas àquelas que precedem o ataque e lhe servem em qualquer tipo de prelúdio.

regularmente composta por quatro períodos, tem, em média, quinze minutos, podendo chegar a “se repetir e constituir séries de ataques, cujo número varia de vinte a duzentos ou mais” (CHARCOT, 2003, p. 99). De acordo com o psiquiatra francês, produz-se “uma espécie de *estado de mal*, que pode se prolongar por muitas horas e, mesmo, por mais de um dia”.¹⁴ Os períodos dessa enfermidade são, apesar de bem caracterizados, instáveis, podendo o período epileptoide não ocorrer, iniciando-se a crise pelos grandes movimentos, saudações e pelo arco de círculo. Outras vezes são os grandes movimentos que não ocorrem e o ataque principia pelas alucinações da enferma. Charcot (2003) afirma que há cerca de 20 tipos do fenômeno em que “não há uma sucessão de ataques passageiros, mas sim um ataque que se desenvolve” (p. 41).

Nas cenas finais do romance, em que a personagem demonstra um longo período de delírio, deparamo-nos com uma crise violenta e dramática, em que são ressaltados os momentos de fúria e de grandes movimentos e contorções. Quando, em seu delírio, Magdá não encontra seu filho, põe-se:

[...] a quebrar tudo que lhe pilhava ao primeiro alcance. Arremessou por terra e de encontro às paredes, as jarras, o tinteiro, estatuetas e faianças; atirando depois consigo mesma ao chão, estrebuchando, torcendo-se em arco, encostando a cabeça nos calcanhares, a espumar entre dentes e a espolhar-se como um hidrófobo. Em seguida começou a engatinhar, firmada nas mãos e nos joelhos, resbunando prolongadamente, com o pescoço estendido, a boca virada para o alto: [...]. (AZEVEDO, 2003, p. 170-171).

Charcot (2003) menciona que pessoas acometidas de grande histeria são simultaneamente “grandes hipnóticas”¹⁵ e que o estado mental da mulher histérica acometida por uma grande fúria é análogo ao estado mental de uma mulher “grande hipnótica” em estado sonambúlico. O psiquiatra afirma que o estado mental do sonambulismo é uma “ausência absoluta de reação, uma ideia que penetra no interior do cérebro como um parasita. Ela se aloja sem concorrer com outras ideias. Estas estão ausentes, tudo dorme” (CHARCOT, 2003, p. 26). É assim que, quando

¹⁴ Ibid., p. 99.

¹⁵ De acordo com Charcot, as históricas hipnotizáveis são doentes que apresentam os fenômenos do que ele chama de grande hipnotismo, estado cujos efeitos se diferenciam do hipnotismo em geral e que consta de três períodos bem distintos: a letargia, a catalepsia e o sonambulismo. O grande hipnotismo é, segundo o psiquiatra, o hipnotismo das históricas, e o pequeno hipnotismo é um diminutivo do grande. Contudo, Charcot prefere, em matéria de experimentação, servir-se do grande hipnotismo. Nas palavras do psiquiatra, ao expor uma de suas aulas, “o grande hipnotismo se apresenta de um modo em que qualquer ideia de simulação ou erro nas experiências se dissipa. Por meio de determinadas características, os senhores reconhecem que essas pessoas [as históricas hipnotizáveis] são sinceras e que não podem lhes enganar. Eis porque não me sirvo de outras pessoas para fazer essas experiências” (CHARCOT, 2003, p. 32).

se induz uma enferma a adormecer e se introduz uma ideia em sua mente, essa ideia passa a dominá-la durante o sono e persiste quando ela desperta, uma vez que tal ideia foi inserida sem a concorrência de outras ideias, impondo-se como uma espécie de sonho (cf. CHARCOT, 2003, p. 17). Em sua obra, Aluísio Azevedo revela-nos uma histérica que é acometida pelo estado sonambúlico, como podemos observar na seguinte passagem:

No fim de algum tempo, viu, porém, que nem assim lhe acudia o sono ou a letargia. Que suplício! Apenas ficava estonteada, presa de tênue vertigem, que de quando em quando lhe apagava a luz dos olhos. Entrou no mesmo estado pelo dia alto, muito abstrata, andando por toda a casa como uma sonâmbula. (AZEVEDO, 2003, p. 154-155)

O fato de Magdá ser uma histérica que apresenta o estado de sonambulismo poderia favorecer o procedimento médico do Dr. Lobão, o qual teria a possibilidade de adotar métodos hipnóticos, o que, no entanto, não acontece no romance. Não estaria o médico brasileiro ciente dessa “técnica de cura de Charcot apesar de estar a par e praticar a compressão ovariana (outro procedimento sugerido pelo psiquiatra francês) ou a personagem azevediana não deveria mesmo curar-se e, por isso, não se coloca a solução da hipnose para ela? Cabe salientar, contudo, que Charcot (2003, p. 31-32) ressalta a importância da correta distinção nosográfica e aconselha grande precaução quanto às doentes histéricas hipnotizáveis, que são aquelas que “apresentam fenômenos do que chamamos grande hipnotismo”, estado que se difere, por causa de seus efeitos, do hipnotismo em geral. De acordo com o psiquiatra francês, há três períodos distintos que acometem a doente histérica: a letargia, a catalepsia e o sonambulismo. A personagem azevediana apresenta todos eles. A letargia refere-se a um tipo de sono profundo e contínuo, em que a doente volta a dormir logo após acordar. Magdá, no momento mais intenso da doença, “[...] Estivera dezesseis horas em estado letárgico; havia caído em torpor às cinco da tarde e só acordara às nove da manhã do dia seguinte (AZEVEDO, 2003, p. 161). A catalepsia é uma enfermidade nervosa caracterizada pela imobilidade do corpo e rigidez nos membros. No romance, logo após a profunda letargia anteriormente mencionada, Magdá “[...] ficou a olhar para a criada, fixamente, sem expressão, como uma figura de cera”.¹⁶ O sonambulismo é caracterizado pelo fato de a doente levantar, andar e falar durante o sono. Além do trecho acima citado, referente ao estado sonambúlico da personagem azevediana, há esta passagem que se segue, por meio da qual Justina revela-nos que Magdá:

¹⁶ Ibid., p. 161.

[...] tem um sono muito ferrado. Quer parecer que acorda, mas qual! Está dormindo que é um gosto! Abre os olhos, isso abre; passa a mão pela testa; se lhe dou água bebe-a; às vezes levanta-se, quer andar, eu não deixo. Uma ocasião, quando dei fé, já minh ama se tinha safado da cama e estava a procurar não sei o quê naquele canto do quarto... Por sinal que me pregou um tal susto, credo! (AZEVEDO, 2003, p. 117)

Charcot (2003) faz menção, em suas aulas expositivas, à compreensão do ovário da doente, como alternativa para aliviar o ataque histérico. Ao discorrer sobre a diferença que existe entre a epilepsia e a histeroepilepsia (crise similar à epilepsia, que acomete os doentes histéricos), Charcot (2003) afirma que a característica do ataque histeroepiléptico é acontecer em séries intermináveis que podem até mesmo durar todo o dia. Os doentes, ao saírem dessa crise, demonstram-se ligeiramente cansados, fato que, segundo o psiquiatra francês, diferencia a histeroepilepsia da epilepsia. No entanto,

[...] Quando os ataques de epilepsia avizinham formando séries, cujos termos são tão aproximados que se encaixam, os senhores têm o que se chama de estado de mal. Ora, o estado de mal epiléptico é um dos mais graves que existem, levando com frequência à morte, na histeroepilepsia, ao contrário, os ataques sucedem durante um dia, dois, três, sem intervalo e sem perigo para o doente. O estado de mal histeroepiléptico não tem, portanto, a mesma gravidade do estado de mal epiléptico. (CHARCOT, 2003, p. 43).

Essa distinção entre o estado do mal da epilepsia do da histeroepilepsia também é ressaltada pelo Dr. Lobão, que afirma:

Ora aí tem! É a febre histérica! Classificou logo o Dr. Lobão. E em resposta às perguntas do Conselheiro, despejou um chorrilho de nomes técnicos, dizendo que: “Aquilo não podia ser febre tifoide, nem ter sua origem na flegmasia encefálica, nem tampouco na alteração de algum órgão esplâncnico, porque uma meningite, ou uma encefalite ou mesmo uma febre tifoide comum não poderiam chegar àquele grau, porque não havia doente capaz de resistir! (AZEVEDO, 2003, p. 57).

Assim como advertia Charcot (2003), o narrador do romance *O Homem* faz questão de ressaltar que, “ao levantar-se de tal febre, [Magdá] estava reduzida a uma fraqueza extrema (AZEVEDO, 2003, p. 57), o que corresponde ao fim da crise histeroepiléptica. Conhecedor dos períodos do mal histérico, o Dr. Lobão, em sua pretensão médica, declara que, “pela contração tônica dos músculos, pressentia a aproximação da letargia¹⁷, o que se refere, segundo Charcot, à primeira fase do período epileptoide, estado que o médico do romance brasileiro menos desejava que surgisse. Na sequência da obra, quando Magdá é acometida por um

¹⁷ Ibid., p. 57.

novo ataque febril, o Dr. Lobão não vê outra solução a não ser a compressão ovariana:

No fim das contas apareceu-lhe de novo [a Magdá] a tal febre de caráter especial; agora, porém, com delírios e movimentos luxuriosos, sobrevivendo uma profunda letargia, contra a qual eram inúteis todos os recursos do médico. Parecia morta. No fim de longas horas de esforços, o Dr. Lobão, já desesperado, teve, a contragosto de aceitar o conselho de um seu colega ainda moço e de ideias modernas a compressão do ovário. (AZEVEDO, 2003, p. 61)

A consequência de tal operação foi de um efeito imediato, em que Magdá retornou a si. Contudo, tal resultado é passageiro, uma vez que a personagem azevediana passa a ser vítima de crises ainda mais intensas. Sobre a compressão do ovário, Charcot (2003) relata que nem todas as mulheres histéricas são ovarianas e que esse procedimento não produz a cura da doença. O psiquiatra francês também afirma que

[...] há doentes que têm um ponto doloroso ovariano e, uma vez que esse ponto existe, pode-se aproveitá-lo não para fazer cessar completamente o ataque, mas sim para interrompê-lo. Interromper o ataque não é curá-lo, porém propicia um pouco de tranquilidade. (CHARCOT, 2003, p. 44)

Com nossa pesquisa, podemos perceber, portanto, que o fim trágico da personagem azevediana revela a fragilidade do organismo feminino que, por não resistir às forças de uma pressão imposta, é vítima da histeria, doença cujo teor foi capaz de deteriorar a estabilidade não somente psíquica, mas também física, da jovem protagonista Magdá. Ao compor cada crise de sua personagem, dissecando-a como um verdadeiro fisiólogo, Aluísio Azevedo, demonstra adentrar aos mecanismos psíquicos, numa tentativa de se compreender o comportamento e a mente do ser humano, informado das ideias médicas da época.

Considerações finais

Num período em que a ciência médica sofre um grande avanço, tornando-se os médicos verdadeiros detentores do conhecimento científico e conhecedores dos “caminhos para a cura”, Aluísio Azevedo demonstra, com seu romance *O Homem*, voltar-se para as leis da experiência, em que todo o processo de elaboração formal gera uma espécie de “produto de laboratório”, dirigido a um procedimento experimentalista de composição.

Dessa maneira, com esta pesquisa, notamos que, nesse seu romance *O Homem*, o escritor brasileiro utiliza uma câmera em que, ao focalizar a matéria histórica em ficção, seleciona subjetivamente a aproximação de sua prosa ficcional das teses cientificistas do *fin-de-siècle* XIX e dos procedimentos apontados por Zola, em *O Romance Experimental*.

Agradecimentos: Agradeço à Profa. Dra. Lúcia Granja por todas as contribuições intelectuais e pessoais.

SILVA, Raquel Lima. *O Homem*, of Aluísio Azevedo: medicine and illnesses in Rio de Janeiro *fin-de siècle*. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 209-229, 2009.

ABSTRACT: *This article is aimed at demonstrating how Aluísio Azevedo, by adhering, to a certain extent, to the procedures recommended by Zola in Le Roman Experimental, brings the scientific procedures and the field of fiction together, in order to compose a case of human psychopathology.*

KEYWORDS: *Naturalism. Aluísio Azevedo. Histry.*

Referências

AZEVEDO, A. **O Homem**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BULHÕES, M. **Leituras do desejo**: o erotismo no romance naturalista brasileiro. São Paulo: Edusp, 2003.

CARONI, I. Introdução. In: ZOLA, É. **O romance experimental e o Naturalismo no teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 11-21.

CHARCOT, J. M. **Grande Histeria**. Org. Antonio Quinet. Tradução de Contra Capa. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

COLIN, H. **Essai sur l'état mental des hystériques**. Paris: J. Rueff, 1887.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. 4.ed. Tradução de Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2005.

O Homem, de *Aluísio Azevedo: medicina e doenças no Rio de Janeiro fin-de-siècle*

FREUD, S. **Projeto de uma psicologia**. Tradução de Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LEVIN, O. M. (org.). **Aluísio Azevedo**: ficção completa em dois volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. v. 1-2.

MÉRIAN, J. **Aluísio Azevedo, vida e obra (1857-1913)** O verdadeiro Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do livro/Banco Sudameris/Espaço e Tempo, 1988.

NASIO, J. D. **A histeria**: teoria clínica e psicanalítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

PLATÃO. Timeu. In: _____. **Diálogos de Platão**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975. v. 11.

QUINET, A. Apresentação. In: CHARCOT, J. M. **Grande Histeria**. Org. Antonio Quinet. Tradução de Contra capa. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, p. 7-16.

RAMADAM, Z. **A Histeria**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

RICHER, P. **Etudes cliniques sur la grande hystérie et hystéro-épilepsie**. Paris: A. Delahaye & E. Lecrosnier, 1885.

VERÍSSIMO, J. **História da Literatura brasileira**. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

ZOLA, E. **O romance experimental e o Naturalismo no teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

A UNIVERSALIDADE EM *GRANDE SERTÃO: VEREDAS* E A NOÇÃO DE GRAMÁTICA UNIVERSAL

Lorenzo VITRAL¹

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão sobre a sintaxe criada por Guimarães Rosa na sua obra-prima *Grande sertão: veredas*. Admite-se normalmente que sua linguagem utiliza volteios e estruturas provenientes de línguas estrangeiras, de certos dialetos falados do português do Brasil e de estágios históricos do português. Propomos que esses recursos são tão-somente elementos que incitam mecanismos da Gramática Universal, isto é, a entidade teórica proposta na teoria da Gramática Gerativa.

PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe do Português. Guimarães Rosa. Gramática Gerativa. Licença Poética. Língua Escrita e Falada.

A linguagem de Rosa: universalidade no plano do conteúdo e no plano da forma

Na ocasião do surgimento de João Guimarães Rosa para a literatura, muitos pensaram tratar-se de mais um escritor regionalista já que, em *Sagarana*, estão todos os elementos característicos desse “gênero”, sobretudo a ambientação rural como determinadora do vivido pelas personagens. Logo se viu, porém, que essa classificação era insuficiente: em *Grande sertão: veredas*, a grandiosidade da obra surge em toda sua pujança: os elementos do regionalismo estão lá, mas como

¹ Faculdade de Letras, UFMG, Minas Gerais, Brasil. lvitral@gold.com.br

instrumentos para se atingir o universal. A vocação universalista da obra maior de Rosa é apontada por muitos comentadores. Assim, segundo Coutinho (1994, p. 19), embora ambientado no sertão mineiro, o lócus do romance é “antes a recriação, o mais completa possível, de uma realidade sem fronteiras... e “também, ou até principalmente, o espaço existencial dos personagens, e a reconstituição, pela narração, de uma região humana e existencial . É esse o sentido de volteios do narrador como os seguintes: “o sertão está em toda parte ou “o sertão é do tamanho do mundo . A bela síntese de *Candido*, a seguir, também o atesta:

A experiência documentária de Guimarães Rosa, a observação da vida sertaneja, a paixão pela coisa e pelo nome da coisa, a capacidade de entrar na psicologia do rústico tudo se transformou em significado universal graças à invenção, que subtrai o livro à matriz regional para fazê-lo exprimir os grandes lugares-comuns, sem os quais a arte não sobrevive: dor, júbilo, ódio, amor, morte para cuja órbita nos arrasta a cada instante, mostrando que o pitoresco é acessório e que na verdade o sertão é o Mundo. (1994, p. 79)

O universalismo pode também ser observado a partir da busca do autor de contemplar o Absoluto, o que é visível na sua intenção de superação, conservando sua integridade,² de dicotomias que ordenam a representação de nossa vida. O trecho seguinte de Coutinho vem em nosso apoio:

A contestação da lógica dicotômica, alternativa, da tradição cartesiana, em favor da busca de uma pluralidade de caminhos é uma das tônicas de toda a ficção rosiana, que se expressa, entre outras coisas, pelo leitmotiv “Tudo é e não é , repetido com frequência ao largo do *Grande Sertão: veredas...* em suas páginas, pares antagônicos como bem e mal, passado e presente, carne e espírito se tensionam e retensionam a cada instante, e chegam a encontrar expressão direta na figura de Diadorim, que encarna em sua androginia, não só as faces lícita e ilícita do amor, como também todas as situações de indefinição com que o ser humano se defronta em sua travessia existencial. (1994, p. 22)

É possível afirmar, assim, que o conteúdo resultante da prosa rosiana, na medida em que rompe com as escolhas binárias que preenchem nossas representações de mundo, o que é realizado, aliás, numa elaboração que incorpora o *logos* e o *mythos*, nos conduz para uma abordagem total, atemporal e, portanto, universal da existência.

Neste artigo, realizaremos uma reflexão acerca da universalidade de *Grande sertão: veredas* tomando como objeto sua celebrada linguagem. À primeira vista,

² A expressão “superar conservando sua integridade” empregada por nós é uma versão perifrástica para o termo “suprassumir” utilizado na tradução de Menezes (1992) do termo hegeliano “aufheben” .

a ambientação e os personagens poderiam nos fazer pensar num retrato, compatível, portanto, com a narrativa, de dialeto³ rural do português do Brasil, bastante próximo da modalidade da *fala*. Mas, também neste caso, é só aparência: a universalidade de *Grande sertão: veredas* pode ser abstraída de análise da língua cunhada por Rosa.

Dois aspectos da universalidade de sua linguagem podem ser destacados: a primeira em relação ao plano do *conteúdo* e a segunda em relação ao plano da *forma*. Ocupar-nos-emos em algum detalhamento apenas do segundo aspecto, mas, antes disso, apontaremos, em linhas gerais, em que sentido deve ser entendido o que chamamos de busca de universalidade no plano do conteúdo.

Desfaçamos, de início, uma possível má interpretação: a universalidade no plano do conteúdo que mencionaremos não visa diretamente à temática dos temas graves da existência, já apontados acima, e sim à busca de Rosa de atingir o que ele mesmo chama de *sentido original das palavras*. Para falar mais disso, observemos, em primeiro lugar, que a universalidade da linguagem de *Grande sertão: veredas* não escapou, é claro, aos seus comentadores.

Coutinho, por exemplo, enxerga, ainda que de forma menos explícita do que em relação à temática, essa implicação da obra de Rosa. O trecho seguinte o comprova:

A dicção rosiana é o amálgama de vários dialetos existentes no país, a que se somam contribuições quer provenientes de línguas estrangeiras (inclusive o latim e o grego clássico), quer resultantes da própria capacidade do autor de inventar neologismos e construções totalmente novas. (1994, p. 23)

O apelo às línguas clássicas e às línguas estrangeiras, além dos dialetos do português do Brasil, parece levar a crer que é a partir delas, ou tomando-as como inspiração, que Rosa reinventa a língua portuguesa. Nessa perspectiva, Rosa toma de empréstimo recursos linguísticos disponíveis nessas línguas e adapta-os à nossa, gerando uma linguagem totalmente nova ou original. A finalidade dessa empreitada é esclarecida pelo próprio autor num trecho da entrevista dada a Günther Lorenz, publicada na *Ficção Completa*, volume 1 da Nova Aguilar. Nas palavras de Rosa:

[...] há meu método [de linguagem] que implica na utilização de cada palavra, como se ela tivesse acabado de nascer, para limpá-la das impurezas da linguagem cotidiana e *reduzi-la a seu sentido original*. Por isso, e este é o segundo elemento, eu incluo em minha dicção

³ O termo *dialeto* não se refere à acepção leiga de “um linguajar sem estatuto de língua e sim à noção de uma maneira determinada, localizada espacialmente, de uso de um idioma particular.

certas particularidades dialéticas de minha região, que são linguagem literária e ainda têm sua marca original, não estão desgastadas e quase sempre são de uma grande sabedoria linguística. (1994, p. 46, grifo nosso)

Vamos chamar a atenção para o primeiro trecho em itálico: *reduzi-la a seu sentido original*. Ao propor sua linguagem, a intenção de Rosa parece ser a de fazer o leitor interromper com a interpretação habitual e desgastada das palavras e expressões e, com isso, atentar para elas como se fosse a primeira vez que as visse, o que permitiria a irrupção do significado em todo o seu vigor. Assim fazendo, é possível, segundo ele, se aproximar do “sentido original”, isto é, do significado primeiro com o qual a palavra ou expressão fez sua entrada na língua. Foi esse significado que, na evolução da língua, sofreu suas mudanças e acréscimos, não se deixando mais, numa contemporaneidade, ser apreendido pelos falantes em toda a sua intensidade.

Os exemplos são por demais abundantes para que seja necessária ilustração.⁴ O desenvolvimento desse tema, que não faremos aqui, pode muito bem cotejar a proposta de Rosa com a reflexão de Heidegger acerca de sua visão da função da linguagem na filosofia. Nas palavras de Gadamer (2007, p. 29), para Heidegger, “o que estava em questão era [...] tratar desconstrutivamente a terminologia tradicional, a fim de reconduzi-la a experiências originárias ou ainda “vivificar a problemática de nossa linguagem conceitual legada a partir das forças intuitivas da língua falada (GADAMER, 2007, p. 40).⁵ Compare-se, assim, este último trecho de Gadamer com a parte que começa com o segundo trecho destacado da declaração de Rosa acima, ou seja, *certas particularidades dialéticas de minha região*.

Nessa versão dos fatos, o uso dessas “particularidades dialéticas” é um dos instrumentos com o qual Rosa intenta reunir-se com o universal, já que buscar o “sentido original” é também estabelecer o significado de palavras ou expressões que são válidas independentemente de tempo e de falantes particulares da língua. Numa palavra, pretende-se, através da linguagem revivida, alcançar, também por esta via, os temas centrais da nossa existência.

Contudo, deixemos esse tema para um trabalho futuro e voltemos ao segundo aspecto da universalidade da obra de Rosa, que classificamos como no *plano da forma*. A “pista” que seguimos é dada também em declarações do próprio autor e nos comentários de sua obra. Na linguagem do *Grande sertão: veredas*, aproveitaram-se, como vimos, recursos e expressões provenientes de dialetos do português do

⁴ Consulte-se também Coutinho (1994, p. 16).

⁵ cf. HEIDEGGER 2003, p. 121.

Brasil, com atenção particular ao dialeto falado na região do cerrado mineiro, de línguas estrangeiras, incluindo-se as línguas clássicas, e também de estágios pretéritos do português, conservados, muitas vezes, em registros da fala.

Ao lançar mão dessas três fontes, além da criação de neologismos, Rosa torna opacas as distinções, primeiro, entre as modalidades da fala e da escrita; segundo, entre o estágio contemporâneo e os estágios anteriores da nossa língua; terceiro, entre língua nacional e línguas estrangeiras na medida em que “seu português realiza, como veremos, escolhas sintáticas específicas de línguas estrangeiras; e, por fim, entre “obediência ao código linguístico do português e “subversão a este código, já que são criadas, aparentemente, novas palavras e recursos sintáticos. Não estamos afirmando, é evidente, que Rosa teria eliminado essas distinções e, sim, que em seu texto se amalgamam elementos da fala, da história da língua, de línguas estrangeiras, acrescidos à experimentação que “desafia o código linguístico.

Pensemos, em primeiro lugar, sobre este último ponto, isto é, a questão da “subversão ao código. Esse tema pode ser visto por dois ângulos: a experimentação formal rompe com qualquer codificação de uso da língua, ou seja, a liberdade criadora do artista teria o poder de se insurgir contra toda padronização da língua, elaborando nesse momento sua própria “lógica linguística ; ou, mais radicalmente ainda, a experimentação gera uma “não lógica , isto é, tratar-se-ia da ausência de qualquer padrão.

É bem verdade que a linguagem de Rosa não se submete, é evidente, ao que se convencionou chamar de *português padrão ou norma culta*. Como é sabido, esse registro de língua é estabelecido sócio-historicamente por diversos agentes, com objetivos explícitos e implícitos claramente identificáveis e é alvo fácil das intenções poéticas dos escritores, sejam eles maiores ou menores. Mas não é possível dizer que não há qualquer gramática na linguagem de Rosa. É claro que há, ou em outras palavras, nosso autor não escreve em *marciano*; ou ainda, ele é legível, o que quer dizer que, de algum modo, sua gramática é compartilhada pelos seus leitores. Assim, já que estamos de acordo que Rosa elabora sua gramática ou lógica linguística particular, resta saber a partir de quê ela é criada. As “pistas já foram citadas: a fala, a história da língua..., mas desenvolveremos a hipótese de que, no emprego desses recursos, Rosa se deixa guiar por *universais linguísticos*.

A ideia de universais linguísticos, isto é, a existência de aspectos comuns a todas as línguas humanas, é tão antiga quanto o conhecimento ocidental, mas, como é notório, tem recebido um tratamento explícito nos últimos cinquenta anos pela teoria linguística desenvolvida sob o ensino de Chomsky (cf., por exemplo,

1995). Na perspectiva da Teoria Gerativa proposta por esse autor, a despeito da variação existente entre as gramáticas das línguas naturais, é possível inferir, por meio de comparação entre elas, determinadas proposições, expostas sob a forma de *princípios* (ou “leis”), que predizem as possibilidades de estruturação da sintaxe das línguas naturais. A *Gramática Universal*, composta de princípios, é então proposta, eleita o objeto de estudo da Teoria Gerativa, fundamentando, assim, um programa de pesquisa científico. Não é hora nem lugar de discutir a validação de uma entidade como a Gramática Universal, mas adiantaremos que sua legitimidade teórica e empírica passa pelo pressuposto de que se trata de uma gramática mental de base biológica/genética. Nessa visão, os princípios da Gramática Universal não são sócio-historicamente determinados como as normas de padronização de uso de uma língua que compõem, no nosso caso, o português padrão ou a norma culta. Assim, esses princípios não podem ser “subvertidos” sob pena de gerar uma “não língua”.

Como concluímos anteriormente que existe uma “lógica” interna na linguagem de Rosa, uma vez que seu leitor elabora, sem se dar conta, sua análise da estrutura sintática subjacente, o que viabiliza a inteligibilidade do texto, admitiremos que Rosa, e seu leitor, compartilham os princípios que compõem a Gramática Universal. Em outras palavras, propomos que é nos “limites” dos princípios da Gramática Universal que Rosa pode criar seus experimentos linguísticos, lidando com elementos da fala, de línguas estrangeiras e de estágios anteriores do português.

A sintaxe de Rosa e a Gramática Universal

A título de corroboração e ilustração de nossa hipótese, discutiremos nesta seção três tipos de volteios cunhados pelo autor em *Grande sertão: veredas*. Esses exemplos são todos de fenômenos morfossintáticos. Procederemos da seguinte maneira: apresentamos o(s) trecho(s) do livro de Rosa que ilustra(m) cada tipo do fenômeno destacado e, em seguida, elaboramos um comentário sobre o fenômeno mostrando, em linhas gerais e isento de detalhes técnicos, como situá-lo em relação ao tratamento sintático gerativista.

A. Ordem de palavras SOV (Sujeito-Objeto-Verbo):

- (1) a. “Então, Diadorim o resto me descreveu” (1994, p. 29)
- b. “...de poder água beber” (1994, p. 26)

Nos exemplos acima, Rosa utiliza-se de alteração da ordem de palavras canônica, ou mais frequente, do português, que é a ordem Sujeito-Verbo-Objeto. Em lugar dessa ordem, ele produz Sujeito-Objeto-Verbo, que é natural em muitas línguas, como, por exemplo, nas asiáticas, como o coreano e o japonês, e nas orações subordinadas do alemão (o alemão, aliás, é uma das línguas que Rosa conhecia⁶). Para a teoria gerativa, realiza-se, universalmente, num nível sintático subjacente, a ordem SVO que, num segundo momento, pode ser derivada, por operações sintáticas que deslocam constituintes, resultando nas demais ordens de palavras, dentre elas, é claro, a ordem SOV utilizada na sintaxe de Rosa.

B. Dupla negação:

- (2) a. “Deus vem vindo: *ninguém não vê* (1994, p. 21, grifo nosso)
- b. “*Não* escondi nada *não* (1994, p. 96, grifo nosso)
- c. “Será gosto meu *não* (1994, p. 110, grifo nosso)

Para construir uma oração negativa, Rosa lança mão, com bastante frequência, da realização de dupla negação, precedendo o verbo, como em (2a), de uma partícula negativa precedendo o verbo e outra posposta a ele, como (2b), ou ainda da realização de uma única partícula negativa posposta em relação ao verbo flexionado como aparece em (2c). Esses fenômenos são bastante recorrentes em várias línguas. Ocorrências como (2a) já foram produtivas em estágios anteriores do português⁷ e sobreviveram também em alguns dos nossos dialetos; o fenômeno aparece também, como se sabe, no francês escrito, o que significa que, nessa língua, foi mais marcante na *fala* do que o é hoje em dia. Construções como (2b), ou seja, com dois itens negativos, são também produtivas em muitas línguas, como o italiano e o inglês, e a segunda ocorrência da partícula *não*, muito produtiva na *fala* do português do Brasil contemporâneo, é analisada como um dos fatores que favorecem a redução fonética e desaparecimento da partícula negativa pré-verbal, o que, em muitas línguas, pode resultar na presença de um único item negativo se alocando numa posição pós-verbal tal como acontece com o exemplo (2c). Esta última configuração é igualmente disponível em línguas escandinavas com o sueco e o islandês.

Como se vê, a análise da expressão da negação, numa perspectiva comparativa, é um dos fenômenos mais fascinantes para um sintaticista, devido,

⁶ cf. entrevista dada a Günther Lorenz (1994, p.46).

⁷ Observe-se, por exemplo, do século XVI, “Nenhum nom lhe soube dizer (cf. SAID ALI, 1966).

sobretudo, à regularidade de seu mecanismo e à sua natureza cíclica que afetam, universalmente, estágios contemporâneos e históricos das línguas naturais. A alternância da locação das partículas negativas é, portanto, um fenômeno previsível, através de princípios, e tem sido analisada com bastante propriedade pela teoria sintática atual. São enfim as possibilidades de alocação desse tipo de partículas previstas pela gramática universal que são realizadas na sintaxe rosiana das orações negativas.

C. Preposição como subordinante:

- (3) a. “... eu devia *de* perguntar (1994, p. 28, grifo nosso)
 b. “E que eu merecia *de* ir para cursar latim (1994, p. 15, grifo nosso)

Nos trechos acima, nosso escritor insere a preposição *de* numa posição entre os verbos *devia* e *merecia* e os verbos *perguntar* e *ir* que estão na forma do infinitivo. Em estágios anteriores do português, construções como essas eram bastante produtivas. No português arcaico, com o verbo *dever*, por exemplo, em, praticamente, 75% dos casos, a preposição se fazia presente; no português do Brasil contemporâneo, tem-se o inverso, isto é, em quase 74% das vezes, a preposição está ausente (cf. LEAL, 2005). Numa análise gerativista do fenômeno, Kayne (1981), que se ocupa do francês, do italiano e do inglês, sustenta que as preposições *de*, *di* e *for* dessas línguas desempenham a função de subordinante em relação ao complemento que está no infinitivo; orações como as seguintes ilustram o fenômeno: *Jean a décidé de partir*, *Gianni ha deciso di partire* e *John wants very much for Bill to win*. As generalizações obtidas são: (1) na posição de subordinante de um complemento que está no infinitivo, as línguas poderiam realizar uma preposição ou um morfema zero, como ocorre, por exemplo, em versões das oração (3) acima sem a ocorrência da preposição; (2) a preposição pode desempenhar a função de conjunção subordinativa no complemento de infinitivo que é equivalente à da conjunção *que*, presente quando o complemento oracional tem *tempo finito*.

Ainda que apressadas, essas observações deixam entender que o recurso da preposição numa posição antes de verbo no infinitivo, amplamente utilizado por Rosa, é fruto de um mecanismo gramatical, disponibilizado pela gramática internalizada, que pode ser descrito em termos de princípios e que se encontra implementado em várias línguas.

A análise exaustiva de *Grande sertão: veredas* pode aumentar, em muito, a exemplificação de fenômenos morfossintáticos com a interpretação e consequências teóricas que sugerimos,⁸ mas está, infelizmente, fora do nosso escopo realizá-la neste espaço.

Conclusão

Na verdade, uma das intenções deste artigo foi dar subsídios à ideia de que a chamada licença poética não pode significar uma ausência de regras ou uma “não-lógica”. É claro que, a partir do encorajamento à liberdade feito aos poetas por Aristóteles na *Poética* (1996), entende-se que a concretização artística não pode ser, e, de fato não é, limitada por cânones externos ao artista, mas este elabora sua própria lógica, que é tributária de seus vínculos enquanto ser que é social e temporal.

Propusemos uma versão dessa ideia analisando a “fonte” da gramática cunhada por Rosa em *Grande sertão: veredas*. Num nível mais superficial, trata-se do uso de recursos de línguas estrangeiras, de estágios pretéritos do português, da fala..., porém, na realidade, esses recursos são estímulos conscientes que incitam os universais formais da gramática internalizada na mente dos falantes.

No nosso modo de ver, esta conclusão engrandece ainda mais, se isso for plausível, a obra de Rosa, já que acrescenta uma dimensão a mais na vocação universalista do autor.

VITRAL, Lorenzo. The universality of *Grande sertão: veredas* and the notion of universal grammar. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 231-240, 2009.

ABSTRACT: *This paper proposes a reflection about the syntax used by Guimarães Rosa in his chef-d'oeuvre Grande Sertão: veredas. Usually, one accepts that his language employs sentences and structures that originate from foreign languages, from some dialects of Brazilian*

⁸ Já nas páginas iniciais do livro são fartos os exemplos que ilustram fenômenos como: *duplo genitivo*: “e lá morava sua família dele legítima” (1994, p. 29) ou “deste nosso estado nosso” (1994, p. 12); *verbo causativo como auxiliar*: “ela estava chegando do arranchado de Medeiro Vaz, que por ele mandada buscar” (1994, p.27); *presença de pronome reflexivo com verbo intransitivo*: “ele mesmo logo se ria, fortemente.” (1994, p. 33); *processos de lexicalização envolvendo*, como exemplo a seguir, *adjetivo e advérbio*: “e com uma coragem terrivelmente” (1994, p.109). Todos esses fenômenos podem ser analisados na perspectiva que propomos.

Portuguese and from historical stages of Portuguese. We propose that these resources are only elements that incite mechanisms of the Universal Grammar, that is, a notion proposed by the theory of Generative Grammar.

KEYWORDS: *Portuguese syntax. Guimarães Rosa. Generative Grammar. Poetic License. Writing and Oral Language.*

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

CANDIDO, A. O Homem dos Avessos. In: GUIMARÃES ROSA, J. *Fortuna Crítica*, **Ficção Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 78-101, v. 1.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT Press, 1995.

COUTINHO, E. Prefácio. In: GUIMARÃES ROSA, J. **Ficção Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 11-24, v. 1.

GADAMER, H-G. **Hermenêutica em Retrospectiva: Heidegger**. Petrópolis: Vozes, 2007. v.2.

GUIMARÃES ROSA, J. *Grande sertão: veredas*. In: _____. **Ficção Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 2 v.

HEIDEGGER, M. **O caminho na linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2003.

KAYNE, R. On certain differences between French and English. **Linguistic Inquiry**, [S.l.], v. 12, p. 349-371, 1981.

LEAL, M. A. daF. **A variação do complemento [de +infinitivo]~[Ø + infinitivo] na história do português**. 2005. 316 f. Tese (Doutorado) FALE, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

MENEZES, P. **Para ler a Fenomenologia do espírito**: roteiro. São Paulo: Loyola, 1992.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1966.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

Maurício SILVA¹

Poucas áreas dos estudos linguísticos expandiram-se tanto, nas últimas décadas no Brasil, como a Análise do Discurso, que, cada vez mais, ganha abordagens de toda ordem. O trabalho ora publicado por Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho contribui, de modo providencial, para esses estudos, deslindando os principais meandros de uma das mais prestigiadas vertentes desse campo: a Análise de Discurso Crítica.

Procurando apresentar algumas noções da chamada Teoria Social do Discurso – teoria desenvolvida por Norman Fairclough, que se baseia numa “percepção da linguagem como parte irreduzível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais (p. 11)”, as autoras abordam alguns dos conceitos centrais dessa disciplina, como os de *discurso e prática social*.

Para melhor se entenderem as premissas básicas da referida teoria, as autoras fazem uma distinção entre as perspectivas formalista e funcionalista da linguagem: enquanto a primeira perspectiva considera a linguagem um objeto autônomo, isto é, suas funções externas não interferem nas internas, a segunda julga a linguagem um objeto não suficiente em si mesmo, ou seja, a linguagem teria funções externas ao sistema responsáveis por sua organização interna. É dessas duas abordagens distintas que surgem, igualmente, definições diferentes de discurso. Para os adeptos da Análise do Discurso de linhagem francesa, apenas o conceito funcionalista da linguagem é aplicável, já que seu interesse volta-se, sobretudo, para a representação exterior do sistema linguístico; para os adeptos da Análise de Discurso Crítica, contudo, deve-se buscar um equilíbrio entre essa perspectiva e a formalista, não se devendo reduzir a linguagem nem ao papel de ferramenta social, nem à imanência do sistema linguístico.

Abordagem transdisciplinar, por princípio, a Análise de Discurso Crítica, segundo as autoras, procura romper com as fronteiras epistemológicas, buscando

¹ Centro Universitário Nove de Julho e Instituto de Pesquisas Linguísticas *Sedes Sapientiae* para Estudos de Português, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: maurisil@gmail.com

incorporar teorias que possam ser operacionalizadas, como as de Foucault e Bakhtin. Afirmar-se, além disso, como desdobramento natural de estudos que, na década de 1970, se convencionou chamar de Linguística Crítica, ganhando mais consistência na década de 1990, sobretudo pela obra de Fairclough, como *Language and Power* (1989). Nesse como noutros textos posteriores, o linguista britânico estuda os efeitos sociais dos textos e suas possíveis interações com as relações assimétricas de poder. Nesse sentido, suas teorias possuem um vínculo bastante intenso com a idéia de linguagem como prática social, como afirmam as autoras:

entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social. (p. 26)

Para chegar a esse modelo, a Análise de Discurso Crítica, segundo as autoras, refuta o conceito saussuriano de *parole* (excessivamente individualista), bem como teorias que consideram a relação entre língua e sociedade de forma unilateral. Refletindo basicamente sobre a sociedade contemporânea – principalmente a partir da idéia de modernidade tardia –, a Análise de Discurso Crítica trata “tanto do funcionamento do discurso na transformação criativa de ideologias quanto do funcionamento que assegura sua reprodução” (p. 47), sempre considerando que as ideologias são representações, eventualmente legitimadas em ação social e inseridas nas identidades de agentes sociais.

É possível, ainda segundo as autoras, estabelecer uma relação muito próxima entre os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica e a Linguística Sistêmica Funcional de Halliday, na medida em que esta considera a linguagem um sistema aberto, percebendo os textos, dialeticamente, não apenas estruturados no sistema, mas também potencialmente inovadores do sistema. Um exemplo desse fato está no reconhecimento de que “cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares” (p. 62), que se organizam e se transformam de acordo com determinado contexto sócio-histórico e cultural.

Finalmente, as autoras oferecem ao leitor alguns exemplos de práticas de análise, empregando o cabedal teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica, com o objetivo de tornar mais concretas suas explicações, e contribuindo, assim, para a difusão dessa área do conhecimento entre aqueles que se interessam pelos estudos da linguagem de modo geral.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Aluísio Azevedo, p. 209
Análise do discurso, p.179
Autoajuda, p. 151, 179
Autor, p. 191
Autoria, p. 81
Bakhtin, p. 191
Capas de revista, p. 135
Causalidade, p. 9
Chico Buarque, p. 191
Conversa, p. 9
Discurso, p. 62
Enunciação, p. 121
Esoterismo, p. 151
Expressão da causalidade, p. 9
Formação discursiva, p. 62
Funcionalismo, p.179
Funções discursivas, p. 9
Gênero, p. 100
Gênero discursivo, p. 135
Gramática gerativa, p. 231
Guimarães Rosa, p. 231
Histeria, p. 209
Letramento, p. 81, 100
Licença poética, p. 231
Língua escrita e oral, p. 231
Linguagem verbo-visual, p. 135
Masculinidade, p. 100
Metaenunciação, p. 81
Modalidade deôntica, p. 179
Naturalismo, p. 209
Oralidade, p. 81
Performance, p. 81
Perífrase, p. 31
Polifonia, p. 191
Política, p. 62
Prática social, p. 100
Programas televisivos, p. 121
Relações dialógicas, p. 135
Semântica, p. 31
Semântica global, p. 62
Semiótica, p.151
Semiótica francesa, p.121
Sintaxe do português, p. 231
Sexualidade, p. 100
Significação, p. 121
Tipologia discursiva, p. 151
Verbo pegar, p. 31
Visualidade, p. 121

SUBJECT INDEX

- Alúcio Azevedo*, p. 228
Author, p. 207
Authorship, p. 96
Bakhtin, p. 207
Chico Buarque, p. 207
Causality, p. 28
Conversation, p. 28
Deontic modality, p. 189
Dialogic relationship, p. 149
Discourse, p. 79
Discourse analysis, p. 189
Discursive formation, p. 79
Discursive functions, p. 28
Discursive typology, p. 176
Enunciation, p. 134
Esoteric books, p. 176
Expression of causality, p. 28
French Semiotics, p. 134
Functional Grammar, p. 189
Gender, p. 117
Generative Grammar, p. 240
Global Semantics, p. 79
Guimarães Rosa, p. 240
History, p. 228
Literacy, p. 96, 117
Magazine covers, p. 149
Metaenunciation, p. 96
Masculinity, p. 117
Naturalism, p. 228
Oral language, p. 240
Performance, p. 96
Poetic license, p. 240
Politics, p. 79
Polyphony, p. 207
Portuguese syntax, p. 240
Semantics, p. 58
Self-help, p. 176
Semiotics, p. 176
Sexuality, p. 117
Signification, p. 134
Social practice, p. 117
Spoken discourse, p. 96
Television programs, p. 134
Verb “to catch”, p. 58
Verbal language, p. 149
Visual language, p. 149
Visuality, p. 134
Writing language, p. 240

ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX*

- BARONAS, Roberto Leiser, p. 61
BARROS, Juliene da Silva, p. 81
BRAGA, Sandro, p. 31
BRUNELLI, Anna Flora, p. 179
DALL AGLIO-HATTNER, Marize Mattos, p. 179
DELPHINO, Fátima Beatriz De Benedictis, p. 9
FIGUEIRA GUIMARÃES, Thayse, p. 99
IKEDA, Sumiko Nishitani, p. 9
KOGAWA, João Marcos Mateus, p. 191
MANENTI, Regiana Perpétua, p. 61
MERENCIANO, Levi Henrique, p. 151
PUZZO, Miriam Bauab, p. 135
SILVA, Maurício, p. 241
SILVA, Raquel Lima, p. 209
SOLDI, Dimas Alexandre, p. 121
VITRAL, Lorenzo, p. 231

Ficha técnica

<i>Mancha</i>	13 x 20,5 cm
<i>Formato</i>	16 x 23 cm
<i>Tipologia</i>	Times New Roman 12 e CosmicSans 20
<i>Papel</i>	miolo: pólen 80 g/m ² capa: cartão supremo 250 g/m ²
<i>Impressão e acabamento</i>	Gráfica LinearB
<i>Número de páginas</i>	248
<i>Tiragem</i>	300 exemplares